



**INFRACÇÕES AMBIENTAIS:**  
**A EFICÁCIA DAS ENTIDADES DE CONTROLO FORMAL**

**Por: João Carlos da Silva Fernandes**

**Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito e Segurança**

**Orientadora**  
**Professora Doutora Carla Amado Gomes**

**Universidade Nova de Lisboa**  
**Dezembro de 2010**

**Universidade Nova de Lisboa  
Faculdade de Direito**

**INFRACÇÕES AMBIENTAIS:  
A EFICÁCIA DAS ENTIDADES DE CONTROLO FORMAL**

**Por**

**João Carlos da Silva Fernandes**

**Orientadora**

**Professora Doutora Carla Amado Gomes**

**Universidade Nova de Lisboa  
2010**

“ A estratégia é bela, mas o que interessa são os resultados”

Winston Churchill

## **Dedicatória**

À minha família, em especial aos meus pais, sogros, esposa e filhas  
pelo carinho, presença e apoio.

## AGRADECIMENTOS

A opção de produzir um trabalho conducente à obtenção do grau de mestre apresenta-se sempre como um passo importante e ousado na vida académica de qualquer pessoa, sendo consequentemente a sua realização uma tarefa desgastante, exigente e absorvente. Ditosamente a sua consumação não é fruto do trabalho isolado do seu autor, mas antes fruto de um longo trabalho de equipa.

Assim é chegado o momento de publicamente reconhecer o apoio dado pelas diversas pessoas e instituições, aproveitando o ensejo para publicamente lhes agradecer e nesse sentido prestar uma singela homenagem.

O primeiro agradecimento é feito à Professora Doutora Carla Amado Gomes pela coragem demonstrada ao prontamente aceitar o convite para orientar o presente trabalho, bem como pela permanente disponibilidade, dedicação e atenção dispensada, reconhecendo a importância e pertinência dos conselhos transmitidos e que contribuíram, sobremaneira, para adicionar qualidade ao trabalho realizado.

Um segundo agradecimento ao Professor Doutor Bacelar Gouveia, por todo o apoio transmitido especialmente na fase inicial do trabalho, na incansável demanda de um orientador.

Igualmente é merecida uma palavra de agradecimento a todas as entidades que facultaram os dados necessários à realização do presente trabalho, nomeadamente: Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade I.P., Inspecção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Algarve.

Agradeço igualmente à Guarda Nacional Republicana e em especial ao seu Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), onde presentemente desenvolvo a minha actividade profissional, responsável pelo apurar do meu interesse para as questões ambientais.

Por fim agradeço a todos aqueles que de forma directa ou indirecta contribuíram, sob as mais variadas formas, para que este trabalho seja hoje uma realidade.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

A subsistência do Homem, tal como a conhecemos nos dias de hoje, estará sempre dependente da existência de condições de vida, que ao que se sabe apenas se encontram nesse planeta.

As constantes violações produzidas pelo Homem e pela sua actividade no meio ambiente começam já a fazer-se sentir, resultando em alterações antes inimagináveis.

A Protecção do Ambiente com recurso ao Direito representa talvez a última cartada das sociedades modernas, no sentido de manterem intactas as aspirações de uma convivência longa e pacífica entre o Homem e o Planeta.

O trabalho que agora se submete a apreciação intitulado **“Infracções ambientais: A eficácia das entidades de controlo formal”** pretende determinar, no âmbito das infracções ambientais, até que ponto as entidades com responsabilidade de processamento das infracções ambientais estão a corresponder à missão que lhes foi, neste particular, atribuída.

Constatamos que o ordenamento jurídico, detendo um espólio considerável de normas jurídicas protectoras do ambiente, desempenha hoje um papel fundamental na protecção do ambiente. De nada, no entanto, servirão essas normas se as entidades responsáveis pela sua aplicação e pela imposição do seu cumprimento, a quem as desrespeita, não forem capazes de as fazer cumprir.

Por tudo isso, reveste-se de primordial importância determinar se as infracções às normas ambientais estão a ser processadas pelas entidades competentes de acordo com as normas determinadas e com os resultados pretendidos.

Para a concretização do presente estudo optámos por efectuar uma análise documental com recurso ao método indutivo e à interpretação de alguma legislação de referência, consolidando esse trabalho com uma parte prática na qual, após recolha de dados das entidades estudadas, se efectuou um tratamento estatístico que permitisse retirar conclusões tendentes a habilitar-nos a responder à pergunta de partida do nosso estudo: ***Qual o índice de eficácia demonstrado pelas diversas instâncias de controlo formal na instrução dos processos contra-ordenacionais pela prática de infracções ambientais?***

Estruturámos o trabalho de forma a iniciarmos com uma abordagem à evolução legislativa do direito do ambiente em áreas como a Direito Constitucional, o Direito

Penal e o Direito de Mera Ordenação Social, fazendo de seguida a apresentação das entidades submetidas a análise e apresentação de uma análise estatística dos danos fornecidos no âmbito do processamento de contra-ordenações ambientais, procurando dessa forma perceber qual a eficácia demonstrada por quem dispõe de competências de processamento das infracções detectadas.

**Palavras-Chave: Infracções ambientais, processamento contra-ordenacional, eficácia das entidades administrativas, protecção do ambiente.**

## ABSTRACT

Man's subsistence, as we currently know it, will always be dependent on the existence of life conditions, which as far as we know only exist on this planet.

The continuous violations committed by humans and their actions against the environment are already being felt, resulting in previously unthought of changes.

The Environmental Protection by appealing to the law represents perhaps the last attempt of modern societies in order to maintain intact the aspirations of a long and peaceful coexistence between mankind and the planet.

The paper work entitled "**Environmental Infringements: The effectiveness of the authorities of formal control**", which is currently being submitted for assessment intends to determine in the context of environmental infringement, to what extent the authorities that are responsible for prosecution proceedings of environmental infringements suit the tasks to which they were assigned.

We note that the legal system, having a substantial collection of legal standards that protect the environment, now plays a key role in environmental protection. Such standards will nevertheless serve no purpose if the entities that are responsible for implementing and imposing these are unable to do so.

For all this, it is of primordial importance to determine whether the infringements of the environmental standards are being prosecuted by the competent authorities in accordance with the established rules and desirable results.

In order to carry out this study we have chosen to make a documentary analysis by resorting to the inductive method and the interpretation of some reference legislation, consolidating this work with a practical part in which, after collecting data from the entities studied, a statistical analysis was conducted allowing to draw conclusions and enable us to respond to the initial question of our study: ***What is the rate of effectiveness shown by the different authorities of formal control in the prosecution against environment infringement?***

We have structured this work in order to begin with a legislative approach to the evolution of environmental law in areas such as Constitutional Law, Criminal Law and



Law of Administrative offences, subsequently presenting the entities that are subject to analysis and a statistical analysis of the damages provided in the compass of the prosecution of environmental offenses, seeking thereby to understand the efficacy demonstrated by those who are liable for prosecuting the offenses detected.

**Keywords: environmental offenses, administrative offences prosecution, effectiveness of the administrative entities, environmental protection.**

## LISTA DE SIGLAS

|               |  |
|---------------|--|
| APA           | Agência Portuguesa do Ambiente   |
| ARH           | Administração de Região Hidrográfica   |
| CCDR          | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional                                 |
| CCDR -Algarve | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve                      |
| CCDR-C        | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro                       |
| CE            | Comissão Europeia  |
| CEJ           | Centro de Estudos Judiciários  |
| CP            | Código Penal   |
| CPP           | Código de Processo Penal   |
| CRP           | Constituição da República Portuguesa   |
| ENCNB         | Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade                 |
| EUA           | Estados Unidos da América  |
| FIA           | Fundo de Intervenção Ambiental   |
| GNR           | Guarda Nacional Republicana  |
| ICNB, I.P.    | Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Instituto Público           |
| IGA           | Inspecção Geral do Ambiente  |
| IGAOT         | Inspecção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território                         |
| IMPEL         | European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law |
| LBA           | Lei de Bases do Ambiente   |
| LQCA          | Lei-quadro das Contra-ordenações ambientais  |
| MAOT          | Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território                                |
| MAOTDR        | Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  |
| MCOTA         | Ministério das Cidades do Ordenamento do Território e do Ambiente                  |
| NEPA          | National Environmental Policy Act  |

|           |  |
|-----------|--|
| NUTS      | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos                    |
| OPEP      | Organização dos Países Exportadores de Petróleo                                  |
| PNUA      | Programa das Nações Unidas para o Ambiente                                       |
| PSP       | Polícia de Segurança Pública   |
| QCA III   | Programas Operacionais do Quadro Comunitário de Apoio III                        |
| QREN      | Quadro de Referência Estratégico Nacional  |
| RGCO      | Regime Geral das Contra-ordenações   |
| RPRDE     | Regime de prevenção e reparação do dano ecológico.                               |
| SEPNA/GNR | Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional<br>Republicana |
| STA       | Supremo Tribunal Administrativo  |
| UE        | União Europeia   |

## Índice

|   |            |
|---|------------|
| <b>DEDICATÓRIA.....</b>   | <b>I</b>   |
| <b>AGRADECIMENTOS.....</b>  | <b>II</b>  |
| <b>RESUMO .....</b>   | <b>III</b> |
| <b>ABSTRAT.....</b>   | <b>V</b>   |
| <b>LISTA DE SIGLAS .....</b>  | <b>VII</b> |
| <b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO .....</b>   | <b>1</b>   |
| <b>1. Introdução.....</b>   | <b>1</b>   |
| <b>2. Preocupações ambientais.....</b>  | <b>4</b>   |
| <b>PARTE II - PROTECÇÃO LEGAL DO AMBIENTE .....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>3. Enquadramento conceptual .....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>4. A Defesa Constitucional do Ambiente.....</b>  | <b>13</b>  |
| <b>5. A Defesa Penal do Ambiente .....</b>  | <b>21</b>  |
| <b>6. A Defesa Contra-ordenacional do Ambiente.....</b>   | <b>32</b>  |
| 6.1. As contra-ordenações no ordenamento jurídico português .....   | 35         |
| 6.2. Lei-quadro das Contra-ordenações Ambientais - Lei 50/2006, de 29 de Agosto.....                                      | 39         |
| 6.3. A Defesa do Ambiente através do DL 147/2008 de 29 de Julho – Regime de prevenção e reparação do dano ecológico. .... | 53         |
| <b>PARTE III – A EFICÁCIA DAS ENTIDADES DE CONTROLO FORMAL.....</b>   | <b>65</b>  |
| <b>7. O Controlo Formal Contra-ordenacional.....</b>  | <b>65</b>  |
| <b>8. O Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território – MAOT .....</b>  | <b>71</b>  |
| 8.1. A Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território; .....   | 77         |
| 8.1.1. Apresentação dos dados de processamento de contra-ordenações efectuado pela IGAOT.....                             | 81         |
| 8.2. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) .....   | 91         |

|   |            |
|---|------------|
| 8.2.1. Apresentação dos dados de processamento das contra-ordenações efectuado pela CCDR- Centro. ... | 95         |
| 8.2.2. Apresentação dos dados de processamento das contra-ordenações efectuado pela CCDR- Algarve.    | 101        |
| 8.3. O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade .....                                 | 106        |
| 8.3.1. Apresentação dos dados de processamento das contra-ordenações efectuadas pelo ICNB, I.P.....   | 108        |
| <b>PARTE IV – CONCLUSÃO .....</b>   | <b>115</b> |
| <b>9. Conclusão.....</b>  | <b>115</b> |
| <b>10. Considerações Finais.....</b>  | <b>125</b> |
| <b>11. Referências bibliográficas .....</b>   | <b>127</b> |
| Bibliografia consultada.....  | 127        |
| Web Pages consultadas.....  | 131        |
| <b>12. APÊNDICES.....</b>   | <b>133</b> |
| APÊNDICE I – Dados disponibilizados pela IGAOT .....  | 133        |
| APÊNDICE II – Dados disponibilizados pela CCDR-C .....  | 148        |
| APÊNDICE III – Dados disponibilizados pela CCDR-Algarve .....   | 175        |
| APÊNDICE IV – Dados disponibilizados pelo ICNB .....  | 176        |

**Índice de tabelas**

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Tabela nº1  | Processos instaurados, encerrados e pendentes para ano seguinte. (2005 a 2007/IGAOT).....                               | 83  |
| Tabela nº2  | Relação entre decisões condenatórias e pagamento de coima sem interposição de recurso judicial (2005 a 2007/IGAOT)..... | 86  |
| Tabela nº3  | Recursos judiciais interpostos e seus resultados. (2005 a 2007/IGAOT)...  | 87  |
| Tabela nº4  | Impugnações judiciais interpostas e decididas (2005 a 2007/IGAOT).....  | 88  |
| Tabela nº5  | Decisões dos autos de contra-ordenação e suas consequências. (2005 a 2007/IGAOT).....                                   | 90  |
| Tabela nº6  | Resultados das decisões dos autos (2007-2009/CCDR-C).....   | 95  |
| Tabela nº7  | Processos decididos (2007-2009/CCDR-C).....   | 97  |
| Tabela nº8  | Processos pendentes (2007-2009/CCDR-C).....   | 100 |
| Tabela nº9  | Processamento de autos lavrados ( 2005-2009/CCDR-Algarve).....  | 101 |
| Tabela nº10 | Resultados dos processos contra-ordenacionais (2005-2009/CCDR-Algarve).....   | 102 |
| Tabela nº11 | Decisões proferidas nos processos de contra-ordenação (2005-2009/ICNB).....   | 108 |
| Tabela nº12 | Situação dos autos onde foi aplicada coima (2005-ICNB, I.P.) .....  | 110 |
| Tabela nº13 | Situação dos autos onde foi aplicada coima (2006-ICNB, I.P.).....   | 111 |
| Tabela nº14 | Situação dos autos onde foi aplicada coima (2007/ICNB, I.P.).....   | 112 |
| Tabela nº15 | Situação dos autos onde foi aplicada coima (2008/ICNB, I.P.).....   | 113 |
| Tabela nº16 | Situação dos autos onde foi aplicada coima (2009/ICNB, I.P.).....   | 114 |
| Tabela nº17 | Resumo da situação dos autos onde foi aplicada coima (2005 a 2009/ICNB, I.P.).....                                      | 114 |

## **Índice de Gráficos**

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| Gráfico nº1 | Representação gráfica da relação de processar instaurados, concluídos e pendentes (2005 a 2007/IGAOT)..... | 84  |
| Gráfico nº2 | Taxa de conclusão de processos de contra-ordenação. (2005 a 2007/IGAOT).....                               | 85  |
| Gráfico nº3 | Processos ainda sem decisão final (2007-2009/CCDR-C).....  | 97  |
| Gráfico nº4 | Processos decididos (2007-2009/CCDR-C).....  | 98  |
| Gráfico nº5 | Decisões das Impugnações judiciais (2007-2009/CCDR-C).....   | 99  |
| Gráfico nº6 | Processos encerrados com aplicação de coima (2007-2009/CCDR-Algarve).....                                  | 103 |
| Gráfico nº7 | Causas do encerramento dos processos (2005-2009/CCDR – Algarve).....                                       | 104 |
| Gráfico nº8 | Decisões proferidas nos processos de contra-ordenação (2005-2009/ICNB, I.P.).....                          | 109 |

## **Parte I – Enquadramento Temático**

### **1. Introdução**

Portugal detém actualmente, no contexto dos países ocidentais, uma posição de destaque no que respeita ao estado de evolução do seu ordenamento jurídico. São por demais reconhecidos e respeitados alguns dos mestres que ao longo dos tempos foram produzindo doutrina, influenciando o caminho evolutivo da ciência jurídica.

Esta realidade fez com que Portugal se apresentasse, por vezes, numa posição de inovação na evolução do pensamento jurídico, como sejam os casos da abolição da pena de morte, do reconhecimento dos direitos humanos ou da consagração constitucional do direito ao ambiente.

No entanto, a realidade diariamente vivenciada pelos cidadãos que se regem pelas normas impostas pelo ordenamento jurídico português, aponta cada vez mais para um descrédito perante as entidades judiciais ou outras entidades aplicadoras do direito.

A protecção do ambiente, apesar de possuir centenas de diplomas legais em sua defesa, engloba-se no rol de matérias cujo descrédito público é cada vez mais acentuado, na medida em que apesar da evolução da produção legislativa, a realidade aponta para um cada vez maior distanciamento entre aquilo que é teoricamente assegurado pelo direito e aquilo que é vivenciado na prática pelos cidadãos.

É neste ponto que o presente trabalho pretende prestar o seu contributo, esclarecendo até que ponto a aplicação prática do direito do ambiente vai de encontro às necessidades e pretensões dos cidadãos e acima de tudo de encontro às disposições legais sobre essa matéria.

A criação de um sentimento de impunidade ou instauração de uma sensação de vazio na aplicação das normas jurídicas podem contribuir para a proliferação de infracções, nomeadamente em áreas de criação recente, como seja o direito do ambiente.

Portugal é neste momento detentor de um enorme espólio legislativo em matéria ambiental que abrange áreas como o Direito Constitucional, o Direito Penal, o Direito



Administrativo, o Direito Civil ou o Direito de Mera Ordenação Social, necessário se tornando determinar até que ponto essas normas de direito ambiental estão a ser respeitadas.

A este facto juntam-se as nossas próprias dúvidas, originadas pela actividade profissional que exercemos e onde diariamente identificamos infracções às normas ambientais as quais por vezes temos dificuldade em determinar se recebem a devida punição por parte das entidades responsáveis.

Pretendemos assim, efectuar um estudo que quantifique a real eficácia das entidades de controlo formal, em matéria de infracções ambientais de natureza contra-ordenacional, de forma a determinar se após a identificação de uma infracção às normas ambientais as entidades com competência para a realização de todo o processamento contra-ordenacional são eficazes na sua punição.

A pertinência do tema prende-se com a importância que a protecção efectiva do ambiente assume nos nossos dias. Sabendo nós que a degradação do meio ambiente adquiriu proporções que começam a colocar em causa a subsistência da vida com a qualidade que actualmente conhecemos, torna-se pois fundamental determinar se as entidades com responsabilidade pela sua protecção estão a desempenhar cabalmente o seu papel.

A articulação seguida para a realização do presente estudo passou pela sua divisão em quatro partes.

Uma **primeira parte**, designada de enquadramento, na qual de forma mais desenvolvida fazemos o enquadramento do tema e alertamos para algumas preocupações que devemos dispensar com a protecção do ambiente, procurando simultaneamente alertar o leitor para a importância da dedicação a este tema da atenção que ele merece.

Numa **segunda parte**, designada de protecção legal do ambiente, procuramos de uma forma consistente apresentar os principais instrumentos de protecção do ambiente disponibilizados pelo ordenamento jurídico português. Aí fazemos uma incursão pelo Direito Constitucional, Direito Penal e Direito de Mera Ordenação Social.

Ao longo da **terceira parte** fazemos uma apresentação sucinta das entidades estudadas e apresentamos um tratamento estatístico dos dados obtidos no âmbito do tema em estudo, procurando efectuar uma análise o mais aprofundada possível.

Finalmente na **quarta parte** elencamos as conclusões retiradas com a realização do presente estudo, procurando responder de forma clara à pergunta de partida para este nosso desafio. *Qual o índice de eficácia demonstrado pelas diversas instâncias de controlo formal na instrução dos processos contra-ordenacionais pela prática de infracções ambientais?*

Fazemos ainda nessa última parte a apresentação de algumas considerações finais que poderão, em nosso entender, ajudar à realização de futuros estudos similares.

As características do estudo realizado levaram-nos a optar por uma investigação apoiada num estudo exploratório baseado na análise bibliográfica de obras de referência na área em estudo, seguida de uma análise “quase artesanal” dos dados fornecidos, tendo em conta a sua dispersão e diferenciação.

## 2. Preocupações ambientais

“Um povo está sempre intimamente ligado ao território em que vive. Começa por adaptar-se ao meio, procura e obtém alimentos, vestuário, utensílios, cria possibilidades de maior conforto, permuta bens, constrói a rede de comunicações que o relaciona com o mundo circundante, faz nascer uma cultura.

O génio humano impôs equilíbrios à Natureza e ordenou sabiamente o espaço físico, criando novas paisagens nos mais diferenciados lugares geográficos.

O menosprezo dos fenómenos naturais e das consequências de alterações profundas no equilíbrio desses fenómenos levou, muitas vezes, a intervenções que, por um lado, comprometeram a potencialidade produtiva de vastas regiões, fazendo avançar o deserto, e, por outro, conduziram ao consumo irreversível dos recursos naturais renováveis, a uma má gestão dos recursos não renováveis e à degradação do ambiente. A partir da 2ª Guerra Mundial, esses inconvenientes agravaram-se, uma vez que, devido à introdução de novas tecnologias e de mais poderosos meios de acção, as intervenções na paisagem passaram a efectuar-se a uma escala e profundidade que era difícil de se imaginar antes daquele conflito.

O crescimento demográfico, por sua vez, criou graves problemas em muitas regiões do Globo, particularmente no domínio da alimentação.

O desbravamento de paisagens primitivas, nos países do chamado Terceiro Mundo, teve em vista um rápido processo de arrancar e exportar riqueza e, por isso, destruiu muitas potencialidades naturais e condenou as populações locais a viverem de magros recursos e da venda de trabalho mal remunerado.

Nos países industrializados e reconhecidos como desenvolvidos, a grande produção de bens cujo consumo depende muitas vezes de uma cadeia de carências artificialmente criada e de sugestões motivadas pela propaganda determinou frequentemente a desvalorização dos bens essenciais e depredações no equilíbrio dos ecossistemas da biosfera e outros que levam a repensar qual é o verdadeiro significado de tal desenvolvimento à luz de um conceito global de «qualidade de vida» do homem.

A urbanização e a construção de unidades fabris ocuparam vastas áreas, comprometendo o equilíbrio biológico da paisagem e a própria dinâmica da Natureza. Os processos industriais e outros poluíram os elementos essenciais à vida e os resíduos não são em grande número dos casos recuperados biologicamente, ou por outra forma.

A fauna e a flora silvestre foram severamente atingidas e a exploração de muitos recursos naturais levada até à exaustão.

O ambiente em que o homem foi obrigado a viver transformou-se radicalmente e atingiu-o nos aspectos físicos, social, económico e cultural.”

O extracto acima retratado poderia fazer parte de qualquer texto que expusesse as preocupações ambientais da sociedade actual, lembrando os motivos que levaram ao actual estado do ambiente. Mas na realidade este pequeno excerto foi retirado do preâmbulo do Decreto-Lei 550/75 de 30 de Setembro, que ditava a organização da Secretaria-Geral do Ambiente, no seio do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente mantendo uma actualidade impressionante.

Efectivamente a existência do Homem na Terra sempre esteve dependente dos recursos que ele conseguia retirar das fontes naturais, fossem elas animais e plantas que lhe serviam de alimento e agasalho através das suas peles, fossem os minérios que o foram auxiliando na invenção e criação de todos os instrumentos domésticos que ao longo de séculos o auxiliaram a tornar mais simples a sua vida, quer na criação de armas que foi utilizando na sua defesa, ou nas suas conquistas.

À medida que a civilização foi evoluindo, a dependência do Homem em relação àquilo que a Natureza lhe conseguia proporcionar foi-se acentuando, aumentando consequentemente o volume de recursos necessários à satisfação desses mesmos interesses.

Com a revolução industrial assistiu-se a um crescimento descontrolado da utilização dos recursos naturais, baseado num princípio errado de que os recursos naturais eram infindáveis e por conseguinte passíveis de serem explorados sem qualquer tipo de preocupação.

A consciencialização da finitude dos recursos naturais e da necessidade de criar um desenvolvimento económico sustentável e compatível com a protecção da natureza,

apresentam-se hoje como duas das principais ideias, preocupações e desafios da sociedade actual.

Esta consciencialização levou a que nos últimos 20 anos a problemática da protecção do ambiente se assumisse como um dos temas mais mobilizadores de vontades de mudança, com especial enfoque para a última década onde os progressos tecnológicos associados a esta questão atingiram um crescimento exponencial.

As preocupações com o ambiente e concretamente com a necessidade da sua protecção como garante da continuidade da vida humana como hoje a conhecemos ou prevemos, é hoje (finalmente) assumidamente assunto da ordem do dia.

Se até aos anos setenta do século passado, este era um assunto conotado com intenções de grupos de ecologistas mais ou menos fanáticos, a partir dos finais do século passado, o ambiente começou a merecer o interesse generalizado de todos os quadros da sociedade, assumindo nos nossos dias um protagonismo mediático à escala mundial.

Sendo difícil traçar com exactidão o momento a partir do qual o ambiente passou a ser uma preocupação mundial<sup>1</sup>, bem como determinar o momento a partir do qual o mundo despertou finalmente para a necessidade de dar ao ambiente a atenção merecida, nomeadamente na sua protecção, apresenta-se como marco histórico dessa viragem a Conferência de Estocolmo<sup>2</sup>, realizada em 1972, sob a égide das Nações Unidas<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Até porque, neste como na generalidade dos assuntos, não podemos afirmar que existe um único momento a partir do qual ocorre uma viragem ou se inicia um problema.

<sup>2</sup> A conferência de Estocolmo é comumente apontada como a primeira atitude mundial na tentativa de conjugar as acções produzidas pelo Homem com o Meio Ambiente. Realizada na capital da Suécia, Estocolmo, numa altura em que a sociedade científica apontava já para a existência de graves problemas futuros resultantes da poluição atmosférica provocada pelo Homem, nomeadamente nas suas actividades industriais. Na declaração final, é solicitado aos governos e cidadãos que exerçam um esforço conjunto, no sentido da preservação e melhoria do meio ambiente. No seguimento dessa convenção foi proclamado como Dia Mundial do Ambiente o dia 5 de Junho, o que além do simbolismo que representa, traduz igualmente a importância que o ambiente assume nas preocupações mundiais. É igualmente na Conferência de Estocolmo que é decidido a criação do PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente).

<sup>3</sup> As Nações Unidas são apontadas com um dos principais motores de desenvolvimento das preocupações ambientais, assumindo nesse âmbito um papel preponderante. Após terem organizado a Conferência de Estocolmo, não mais abrandaram na produção das mais diversas iniciativas com vista à protecção do ambiente, fosse através de conferências, protocolos, convenções ou simples declarações.

A “massificação” das preocupações ambientais levou a que os designados Estados Ocidentais<sup>4</sup> tentassem produzir uma alteração quer em termos sociais e tecnológicos, quer fundamentalmente em termos dos seus ordenamentos jurídicos.

Certamente que, esta crescente e decisiva viragem na atenção dispensada às preocupações ambientais, não está alheia à verificação, ao longo dos tempos, dos resultados produzidos pelo constante desrespeito ou desconsideração para com às questões ambientais e nomeadamente a ocorrência de alguns graves acidentes ecológicos<sup>5</sup>.

Vulgarmente apontado como a “face visível” da consequência do “tratamento” a que temos submetido o nosso planeta em termos ambientais, o buraco na camada de ozono e o consequente aquecimento global, apresentam-se hoje, assumidamente, como um dos maiores desafios da humanidade, exigindo a adopção de medidas limitadoras desse efeito que produz consequências desastrosas, como seja a previsão da subida do nível médio das águas do mar - entre outros efeitos catastróficos.

Estas crescentes preocupações ambientais foram, como seria de esperar, acompanhadas pela constante criação de medidas de protecção jurídica proporcionada pelos diversos ramos do Direito que influenciaram e levaram à modificação de comportamentos nocivos ao ambiente.

Em Portugal, concretamente depois da entrada na UE, assistimos a uma proliferação legislativa que, pelo volume que representa, criou sérias dificuldades de acompanhamento tanto às entidades que por essa legislação eram reguladas como às entidades encarregues da sua fiscalização.

Efectivamente assistimos desde o final dos anos setenta, princípios dos anos oitentas, à produção desmesurada de normas jurídicas ambientais que, perante o avanço da degradação do meio ambiente e a consciencialização da necessidade de mudar comportamentos e limitar/controlar as actividades que produzem impactos ambientais significativos, tenta reparar o mal causado.

---

<sup>4</sup> Se bem que em algumas (ou muitas) circunstâncias na sequência de fortes pressões externas.

<sup>5</sup> Como seja o caso entre nós do embate do Petroleiro “Marão” no molhe de Sines, a 14 de Julho de 1989, do qual resultou o derrame no mar de 4500 a 6000 toneladas de crude e que resultou na interdição das praias da zona e graves prejuízos para os pescadores. Sobre este e outros acidentes ocorridos ver apresentação sumária de CUNHAL SENDIM, Responsabilidade civil por danos ecológicos. Almedina. Cadernos CEDOUA Coimbra 1998, p 9 a 11. Em termos internacionais o acidente com maior projecção terá sido o rebentamento do reactor 4 da central nuclear de Chernobil, na Ucrânia, ocorrido a 26 de Abril de 1986.

Hodiernamente, não há um dia em que não vejamos abordados assuntos relacionados com a protecção do ambiente. Não há um dia em que nos jornais ou na televisão não passem notícias relacionadas com a protecção do ambiente, com a necessidade de alterar comportamentos ou com a apresentação de um qualquer novo produto “amigo do ambiente”.

Estamos sem margem para dúvidas numa época em que as questões ambientais assumem um papel preponderante nas preocupações de toda a sociedade moderna, no entanto a realidade prática apresenta-se como distante da realidade jurídica. Se por um lado podemos afirmar que o ordenamento jurídico ambiental de que dispomos é capaz de promover a sustentabilidade e garantir a sobrevivência das gerações vindouras com a qualidade que hoje desfrutamos, a realidade vivenciada no dia-a-dia deixa transparecer enormes dificuldades para podermos, efectivamente, assegurar uma vida futura com a qualidade desejada.

Nessa medida a consciencialização que anteriormente referimos não é suficiente para garantir a continuidade da vida tal como a conhecemos, tornando-se pois necessário alterar, nalguns casos profundamente, os comportamentos por todos praticados. Começa em cada um de nós, individualmente, a mudança que permitirá inverter a rota de destruição a que devotámos o nosso Planeta.

Entramos assim num outro problema que afecta determinantemente a qualidade ambiental que usufruímos, e que se prende com o papel desempenhado por cada cidadão. Apesar de ser usual considerar que o contributo individual em nada pode alterar o impacto produzido na natureza pela acção humana, o certo é que são justamente essas pequenas alterações de comportamento que irão proporcionar a manutenção da sustentabilidade da vida humana.

A realidade demonstra que existe ainda hoje uma séria dificuldade de adopção de comportamentos ecológicos que permitam, grão a grão, contribuir para a salvaguarda das condições ambientais.

Podemos verificar que apesar das inúmeras campanhas de sensibilização com que diariamente deparamos, continuam a ser praticados velhos hábitos poluentes, que teimam em permanecer nos costumes da população em geral<sup>6</sup>.

A ordem jurídica ambiental tem dado passos significativos na tentativa de proceder à alteração de comportamentos sociais e em especial profissional, impondo limites às condutas humana de forma a evitar a passagem do ponto sem retorno. No entanto apesar de todos os progressos obtidos através destas imposições legais, ainda há muito a fazer na sensibilização das populações e dos diversos agentes económicos de forma a alcançar o objectivo que sendo comum a todos apenas recebe apoio de poucos.

---

<sup>6</sup> Uma simples visita a determinados locais poderá mostrar que a população teima em manter comportamentos anti-ambientais mesmo quando nada o justifica, pois existem formas ecologicamente neutras de resolver as diversas situações que lhes estão na origem. Atente-se o “sucesso” que obteve a iniciativa do Projecto “Limpar Portugal”, espelho do actual comportamento social.



## Parte II - Protecção Legal do Ambiente

### 3. Enquadramento conceptual

A consciencialização dos estados quanto à necessidade de adopção de medidas preventivas directamente relacionadas com protecção do Ambiente, sobrevém concomitantemente com a ocorrência de uma sucessão de lastimáveis e gravosos acidentes um pouco por todo o Mundo<sup>7</sup>, os quais originaram enormes impactos negativos na qualidade do Ambiente e com a percepção de que, contrariamente ao que durante muito tempo se assumia como verdade irrefutável, os recursos naturais são finitos<sup>8</sup>.

Se até aí, os Estados assumiam uma perspectiva de um crescimento económico contínuo baseado na exploração incessante desses mesmos recursos naturais, que como se disse se pensavam infindáveis, a partir de certo momento iniciam uma escalada de consciencialização da necessidade de uma correcta gestão dos recursos naturais, privilegiando a sua utilização racional de forma a possibilitar a sua regeneração<sup>9</sup>, ao mesmo tempo que encetam uma incessante caminhada na busca de alternativas ecologicamente sustentáveis.

A esta consciencialização associaram-se, na década de setenta, os diversos movimentos ambientalistas que defendiam a rotura com as ideias do passado e exigiam a adopção de medidas protectoras do Ambiente.

Todas estas alterações conduziram a uma generalização da consciência ecológica, que assumiu grande projecção já nos anos oitenta e noventa.

Como se percebe, estas “novas preocupações sociais”, não poderiam passar despercebidas ao Direito, obrigando à “consideração da dimensão axiológica e da dimensão

---

<sup>7</sup> Veja-se entre outros os exemplos, alguns deles ocorridos em território português, apontados por CUNHAL SENDIM, Responsabilidade civil por dano ecológico, ...p 9 a 11.

<sup>8</sup> Assume aqui papel preponderante a designada “crise do petróleo” de 1973 desencadeada devido à existência de uma diminuição da oferta e nalgumas circunstâncias mesmo ao embargo. Durante a guerra do Yom Kipur, a OPEP aumentou o preço do petróleo, tendo este chegado a 400% entre 1973 e 1974 o que desencadeou uma enorme recessão principalmente nos EUA.

<sup>9</sup> Quando esta ainda for possível.

jurídica da problemática ambiental”<sup>10</sup>, na medida em que as normas jurídicas surgem da necessidade de impor determinados limites à conduta humana.

Assim o problema ambiental deve ser encarado pelo direito numa dupla perspectiva: como um direito do Homem<sup>11</sup> e como um problema do Estado.

Nas palavras de Freitas do Amaral<sup>12</sup>, que poderão ser classificadas como proclamatórias e visionárias, estamos perante “uma nova realidade (...), por ventura, uma nova civilização (...) que começa a gerar o seu Direito - um novo tipo de Direito”<sup>13</sup>. O Direito do Ambiente<sup>14</sup> não é mais um ramo especializado de natureza técnica, mas pressupõe toda uma nova filosofia que enforma a maneira de encarar o Direito<sup>15</sup>.

Se entendermos que o aquecimento global incorpora consequências jurídicas para o homem e para o gozo dos seus direitos, em última *ratio* até mesmo para o seu bem jurídico mais precioso, podemos afirmar que o Direito “Tradicional”, não está a cumprir a sua tarefa fundamental, conduzindo-nos a um ponto onde o direito à vida se torne numa abstracção teórica de curto prazo<sup>16</sup>.

---

<sup>10</sup> VASCO PEREIRA DA SILVA, Verde cor do Direito. Coimbra: Almedina. 2001. p 21.

<sup>11</sup> Integrado nos denominados Direitos Fundamentais de Terceira Geração.

<sup>12</sup> Citado por PAULO MAGALHÃES - Condomínio da terra : das alterações climáticas a uma nova concepção jurídica do planeta. Coimbra. Almedina, 2007. p 30.

<sup>13</sup> PAULO MAGALHÃES aponta cinco razões que justificam a inoperabilidade do Direito tradicional para resolver questões ambientais. Primeira: Total inadaptação do direito ao fenómeno das profundas e imbricadas interligações e implicações globais duradouras; Segunda: O direito actual padece de uma inadaptação à defesa dos interesses das gerações futuras e ainda não nascidas e portanto ainda não sujeitas de direitos; Terceira: A constatação de que, entre as boas intenções dos textos legais e a realidade, nos confrontamos com a quase total ineficácia do direito do ambiente para inverter a destruição contínua da integridade dos componentes ambientais vitais; Quarta: A conclusão de que não será realista querer resolver este problema monumental recorrendo apenas à criação de mais normativos legais, mantendo a lógica das soluções adoptadas no modelo de simplificação dos problemas ambientais de primeira geração; Quinta: A constatação de que o problema ecológico é um problema do homem, no sentido de ser um problema da deficiente adaptação das sociedades ao meio. ” in Condomínio Terra.... p 34.

<sup>14</sup> Que tem limitado a sua função à identificação dos males de que padecem as sociedades actuais, transmitindo a ideia de que o problema ambiental está resolvido pelos diversos textos adoptados.

<sup>15</sup> Direito esse que segundo FREITAS DO AMARAL deve ser estudado com uma redobrada atenção porque ao estudá-lo, não estaremos a executar uma tarefa especializada de carácter técnico, mas a tomar consciência de uma nova fase da história da humanidade em que estamos a entrar, e a que felizmente nos é dado assistir em vida” citado por PAULO MAGALHÃES - Condomínio Terra.... p 17.

<sup>16</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 02.07.1996 – Processo nº 483/96 – Portugal, sobre a instalação de umas bombas de combustível perto de uma escola, disponível em: <https://woc.uc.pt/fduc/getFile.do?tipo=2&id=989>.

Assim, verificamos que na última década do século XX, o Direito do Ambiente parece ter eclodido para a sua derradeira fase de implantação, assumindo-se como uma necessária e inultrapassável ferramenta de sustentabilidade da vida humana<sup>17</sup>.

No entanto, e apesar de toda a produção legislativa, a verdade é que o Direito do Ambiente padece embrionariamente de uma execução deficitária<sup>18</sup>, verificando-se um fosso enorme entre a realidade fornecida pelos manuais existentes e a real eficácia das normas ambientais<sup>19</sup>.

A nova abordagem protagonizada pelo Direito do Ambiente conduz-nos a “uma nova filosofia”<sup>20</sup> na medida em que pela primeira vez estamos perante um “ramo do Direito que nasce, não para regular as relações dos homens entre si, mas para tentar disciplinar as relações do Homem com a Natureza”<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> “Não há dúvidas que este fim de século (séc. XX) será lembrado pelas futuras gerações como sendo o mais importante para o meio ambiente. Fez-se mais pelo ambiente nessas últimas décadas do que em todo o século”. Luís Paulo Sirvinskas, Tutela Penal do Meio Ambiente: Crimes contra o Meio Ambiente previstos na Lei nº 9.606, de 12 de Fevereiro de 1998. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Jurídica. Brasil. Nº 26, p.194, citado por RÔMOLO RESENDE REIS. A responsabilidade das pessoas jurídicas e a lei dos crimes ambientais, disponível em: <http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/direito-opção> (00275).

<sup>18</sup> “O que faltou, e continua a faltar é a clareza conceptual e a determinação decisória quanto aos fundamentos, características e alcance da política ambiental” SOROMENHO-MARQUES - Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente. Lisboa: Edições Fim de Século, 1999 p 26.

<sup>19</sup> Eficácia essa que está, aliás, na base da execução do presente trabalho de investigação, no qual se reafirma uma vez mais, se pretende aferir da eficácia das instâncias de controlo formal, nas infracções ambientais.

<sup>20</sup> JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DIAS. Direito Constitucional e Administrativo, 2ª Edição, Cadernos CEDOUA- Almedina, 2007. p 13.

<sup>21</sup> FREITAS DO AMARAL - Apresentação, Direito do Ambiente, INA 1994, p 13.

#### 4. A Defesa Constitucional do Ambiente

A consagração do ambiente como bem digno de protecção constitucional<sup>22</sup>, verifica-se hoje em dia na grande maioria dos países<sup>23</sup>, podendo a forma de previsão do dano ambiental e a garantia da protecção do ambiente ocorrer basicamente de duas formas alternativas – numa dimensão objectiva, como tarefa ou incumbência do Estado e numa dimensão subjectiva como Direito Fundamental dos cidadãos<sup>24</sup>.

Quando a protecção do ambiente é incorporada na Constituição como tarefa do Estado<sup>25</sup>, significa que a protecção do ambiente se assume como uma incumbência ou fim do Estado, devendo este proceder de forma a prosseguir esse mesmo fim, seja de forma negativa, não ofendendo as condições ambientais existentes de forma a degradá-las, seja de forma positiva, impondo ao Estado a necessidade de agir, desenvolvendo acções que permitam a protecção efectiva do ambiente.

A incorporação da protecção do ambiente na Constituição como direito fundamental dos cidadãos<sup>26</sup> implica uma diferença significativa com a opção anterior uma vez

---

<sup>22</sup> Sendo que o direito constitucional deve ser entendido como o “conjunto de princípios e de normas que regulam a organização, o funcionamento e os limites do poder público do Estado, assim como estabelecem os direitos das pessoas que pertencem à respectiva comunidade política” conforme JORGE BACELAR GOUVEIA, Manual de direito constitucional - Volume I. Coimbra: Almedina, 2005, p 29.

<sup>23</sup> CARLA AMADO GOMES considera existir uma tendencial irrelevância constitucional da consagração da tarefa de conservação e promoção ambiental, em duas perspectivas: Existem países onde apesar da inexistência de consagração constitucional da tarefa de conservação e promoção do ambiente, prosseguem políticas de protecção do ambiente - apontando como caso paradigmático os Estados Unidos da América, com a aprovação da NEPA (National Environmental Policy Act), em 1969, sem que tenham utilizado qualquer dos sucessivos aditamentos à sua Constituição (que data de 1787), para nela introduzir a protecção ambiental. Enquanto outros, apesar da consagração da protecção ambiental, a mesma não é determinante para a adopção de políticas de conservação e promoção ambiental – apontando nesta perspectiva a situação de Portugal, que apesar da consagração constitucional ter ocorrido, como veremos, em 1976, com a publicação da constituição pós revolução do 25 de Abril, pouco desenvolvimento lhe deu, pelo menos nos anos imediatamente subsequentes à aprovação da Constituição de 1976. CARLA AMADO GOMES. Constituição e Ambiente. Errância e simbolismo. Artigo escrito para assinalar a passagem de 30 anos sobre a entrada em vigor da Constituição de 1976 e disponível em:

<http://icjp.pt/system/files/papers/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Ambiente.pdf>.

Posição diferente é sustentada por JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DIAS que considera que nos dias de hoje a importância da recepção da protecção do ambiente pelas Constituições é de tal modo importante que nem deve ser colocada em questão. Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente. CEDOUA, 2ª Edição, Almedina, 2007, p. 35.

<sup>24</sup> Defendendo neste âmbito VASCO PEREIRA DA SILVA que “num estado de direito, há que assegurar tanto a protecção subjectiva como a tutela objectiva de bens jurídicos”. Verde Cor do direito... p 29.

<sup>25</sup> Ocorre por exemplo no caso da Constituição Alemã (após revisão de 1994), Holandesa, Grega e Sueca.

<sup>26</sup> O que segundo RUEDIGER BREUER [citado por VASCO PEREIRA DA SILVA, em Verde cor... p 24], se constitui como uma tarefa inevitável do Estado moderno.

que, ao “criar-se” um direito fundamental, está igualmente a “criar-se” uma forma alternativa de defesa desse mesmo direito. Na defesa de qualquer direito fundamental os cidadãos podem fazer uso da via judicial, ao passo que sendo a protecção do ambiente uma tarefa do Estado a sua efectivação é difícil de ser conseguida caso o Estado não cumpra com essa obrigação constitucional<sup>27</sup>. Daí que se assuma de extrema importância a previsão constitucional de um direito subjectivo ao ambiente, concedendo aos cidadãos a possibilidade de utilizarem a via judicial sempre que entendam que esse seu direito está a ser alvo de uma qualquer violação. Estamos perante o designado *direito à protecção jurídica efectiva*, que se encontra espelhado na CRP, no seu actual nº1 do artigo 20º<sup>28</sup>, garantindo a todos os cidadãos “o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos”.

O legislador português, fruindo do período pós revolucionário que se viveu por altura do 25 de Abril de 1974 e consequente queda do regime ditatorial em que o país se encontrava mergulhado há vários anos, aquando da elaboração da nova constituição portuguesa, fruto das movimentações ecológicas internacionais que de alguma forma começavam a ganhar visibilidade e expressão suficiente para serem tidas em consideração, introduz pela primeira vez a protecção constitucional do ambiente na Constituição de 1976<sup>29</sup>, sendo mesmo um dos primeiros Estados no mundo a tomar essa posição.

É com a Constituição de 1976, concretamente com o seu artigo 66º, que a lei fundamental do sistema jurídico português recebe o seu primeiro artigo “puramente”

<sup>27</sup> Claro é, que a efectivação da protecção do ambiente enquanto direito fundamental tem igualmente demasiadas dificuldades de implementação, no entanto, pelo menos em termos teóricos é de mais fácil concretização.

<sup>28</sup> A importância desta norma leva a que GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA classifiquem de “norma-princípio estruturante do Estado de Direito democrático”. Constituição da República Portuguesa Anotada, 4ª Edição revista- Vol I. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. P 409.

Ou nas palavras de COLAÇO ANTUNES, estamos perante uma cláusula geral de acesso ao direito e aos tribunais que permite garantir a inexistência de zonas isentas de garantia de uma decisão jurisdicional. A Tutela dos Interesses Difusos em Direito Administrativo: Para uma Legitimação Procedimental. Coimbra: Almedina, 1989, p.197 e seg.

<sup>29</sup> Deve entender-se a referência feita no artigo 223º/V da Constituição de 1822, que considerava pertencer às Câmaras Municipais, como atribuição fundamental, “... promover a plantação de árvores nos baldios, e nas terras dos concelhos”, não mais do que um incentivo ao desenvolvimento rural, o que nas palavras de JORGE MIRANDA, deve ser entendido como “curioso” antecedente. Manual de Direito Constitucional, IV 3ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, p. 534.

Da mesma forma, não deve ser considerado como artigo ambiental o artigo 52º da constituição de 1933, pois apesar de apontar para a defesa dos “monumentos naturais”, deve ser encarado como medida de preservação do património cultural, tal como aponta o Acórdão do STA de 15 de Janeiro de 1960, in Colectânea Acórdãos do STA, 1960, p 55 e segs.

ambiental, consagrando-o, no texto actual, numa dupla vertente, ou seja, a protecção do ambiente consagrada simultaneamente como tarefa do Estado<sup>30</sup> e como direito fundamental dos cidadãos<sup>31</sup>.

Com esta dupla vertente o legislador português fornece ao ambiente uma protecção análoga à dos direitos liberdades e garantias, assegurando-lhe um conjunto de meios de tutela jurisdiccional efectiva<sup>32</sup>, em moldes semelhantes aos desses direitos<sup>33</sup>. Esta garantia permite que todo o cidadão além de ter individual e colectivamente<sup>34</sup> o direito fundamental de usufruir de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado possua igualmente o direito de exigir ao Estado a aplicação das medidas necessárias ao seu gozo, podendo em último caso fazer valer esse direito junto das instituições jurisdiccionalmente competentes.

O artigo ambiental português<sup>35</sup> foi sofrendo ao longo das sucessivas revisões constitucionais, alterações que merecem ser analisadas. Vejamos a transformação operada no artigo ambiental da CRP.

Originalmente constituído por quatro números, o artigo ambiental português, entroncou com as tarefas fundamentais do Estado (artigo 9º, concretamente a alínea c)<sup>36</sup>) através da referência existente no seu nº 4, na menção à promoção da melhoria progressiva e acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses. Com o tempo foi

---

<sup>30</sup>«Tarefas do Estado, não são mais do que fins ou grandes metas a atingir pelo Estado». JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, Constituição Portuguesa anotada. tomo I. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. p 97. Sublinha ainda este conceituado constitucionalista (na mesma obra p.101) que existe de facto uma diferença entre a garantia dos direitos, liberdades e garantias [alínea b) do artº9] e a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais [alínea d) do artº9]. Para este Mestre, os direitos, liberdades e garantias são incondicionais, sendo por isso vinculativos para todas as entidades públicas e privadas, enquanto que relativamente aos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais a sua concretização depende de condições de facto a obter e a construir.

<sup>31</sup> Enquanto tarefa fundamental do Estado [artigo 9ºd) e e); artigo 66º nº2; artigo 81º m) e artigo 93º nº1 d) e nº2], enquanto direito fundamental [artigo 66º nº1].

<sup>32</sup> Através da aplicação tanto do artigo 18º como principalmente do artigo 20º e do artigo 52º nº3 da CRP.

<sup>33</sup> Segundo VASCO PEREIRA DA SILVA, Verde Cor ... p63. “A tutela ambiental integra pois, não apenas a constituição formal mas também a material, e a sua relevância, enquanto componente dos princípios e valores fundamentais da ordem jurídica portuguesa, faz dela limite material de revisão constitucional”.

<sup>34</sup> Sendo igualmente essa possibilidade atribuída ao Estado, através do Ministério Público, devendo neste caso entender-se como um poder-dever.

<sup>35</sup> Artº 66 da CRP.

<sup>36</sup> Actual alínea e).

sendo submetido a algumas alterações ao longo das (sete) revisões constitucionais ocorridas até aos nossos dias<sup>37</sup>.

Depois de se manter praticamente inalterado na revisão constitucional de 1982<sup>38</sup>, o artigo 66º da CRP, sofre a primeira intervenção significativa na revisão de 1989, tendo a alínea b) do seu nº 2 passado a contemplar a referência ao “equilibrado desenvolvimento socioeconómico”, essencial ao correcto ordenamento do território, tendo desaparecido os seus nºs 3 e 4<sup>39</sup>, sendo que o nº3 passa a estar englobado no artigo 52º nº3 da CRP<sup>40</sup>.

A última e mais significativa alteração do artigo 66º ocorreu na revisão de 1997, passando agora a incluir uma referência à condução da protecção do ambiente num “quadro do desenvolvimento sustentável”<sup>41</sup>, bem como a indicação expressa do respeito pelo princípio da solidariedade intergeracional<sup>42</sup>. Verifica-se igualmente a inclusão de 4 novas alíneas (e), f), g) e h)), nas quais se reforça a ideia de que o ambiente deve ser prosseguido de forma transversal por todas as áreas da política, nomeadamente com apoio das autarquias locais, políticas fiscais e demais sectores que possam contribuir para a melhoria e preservação do ambiente (alíneas e), f) e h)). Pela primeira vez se lan-

<sup>37</sup> Ocorreram revisões constitucionais em 1982 (Lei n.º 1/82, de 30/09), 1989 (Lei n.º 1/89, de 08/07), 1992 (Lei n.º 1/92, de 25/11), 1997 (Lei n.º 1/97, de 20/09), 2001 (Lei n.º 1/2001, de 12/12), 2004 (Lei n.º 1/2004, de 24/07) e 2005 (Lei n.º 1/2005, de 12/08).

<sup>38</sup> Apenas viu reformulada a redacção do seu nº 3, “O cidadão ameaçado ou lesado no direito previsto no nº 1 pode pedir, nos termos da lei, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização” que passou a ter a seguinte redacção “É conferido a todos o direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos factores de degradação do ambiente, bem como, em caso de lesão directa, o direito à correspondente indemnização” passando a distinguir a lesão de bens naturais e a lesão directa na esfera pessoal.

<sup>39</sup> Na opinião de CARLA AMADO GOMES, por ser “inútil e redundante” o seu conteúdo. Constituição e Ambiente...p4.

<sup>40</sup> Que assumindo-se como garante da tutela jurisdicional do ambiente e da responsabilidade por danos individuais e colectivos, passa a ter a seguinte redacção “É conferido a todos, pessoalmente ou através de associações de defesa dos interesses em causa, o direito de acção popular nos casos e termos previstos na lei, nomeadamente o direito de promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde pública, a **degradação do ambiente e da qualidade de vida** ou a degradação do património cultural, bem como de requerer para o lesado ou lesados a correspondente indemnização”.

<sup>41</sup> Artigo 66º nº2 – “Para assegurar o direito ao ambiente, **no quadro de um desenvolvimento sustentável**, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos.

<sup>42</sup> Alínea d) in fine “Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações”.



ça um despertar para a necessidade de se conduzir a defesa do ambiente através da promoção da “educação ambiental e do respeito pelos valores do ambiente” (alínea g))<sup>43</sup>.

Com a actual redacção, a leitura do artigo 66º envolve “alguma complexidade, quer pela sua vastidão, quer pela sua estreitíssima conexão com numerosos outros preceitos”<sup>44</sup> constitucionais.

Como referido anteriormente, existe uma relação entre o artigo constitucional ambiental e o artigo 9º da CRP, pelo que importa averiguar igualmente a evolução deste último no quadro constitucional, à luz das preocupações ambientais.

O artigo 9º da CRP de 1976 sofreu, até ao presente, alterações em três<sup>45</sup> revisões constitucionais, sendo que a alteração mais significativa ocorreu aquando da revisão constitucional de 82. Nesse momento foi-lhe aditada uma alínea (alínea e)), na qual se estabelecia e estabelece que incumbe ao Estado a protecção e valorização do património cultural do povo português, bem como defender a natureza e o ambiente e preservar os recursos naturais.

Na quarta revisão constitucional (1997), a alteração efectuada no artigo 9º<sup>46</sup> passou pela inclusão de uma nova categoria de direitos, os direitos ambientais<sup>47</sup>.

Apesar do mérito reconhecido ao legislador constitucional português, nomeadamente pela capacidade demonstrada em iniciar o movimento de constitucionalização do direito do ambiente, a forma como essa protecção foi prosseguida, nomeadamente ao

---

<sup>43</sup> Curioso o facto da preocupação pela educação ambiental, ter assumido nos nossos dias uma importância acrescida, ao ponto de existirem inúmeras iniciativas deste tipo, nomeadamente no universo escolar. Um bom exemplo da importância assumida pela educação ambiental é o programa ECO ESCOLAS, que se constitui como um programa internacional que pretende encorajar acções e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/EDS. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola (<http://www.abae.pt/programa/EE/descricao.php>).

<sup>44</sup> Conforme JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS. Constituição portuguesa... p682.

<sup>45</sup> Concretamente nas revisões de 1982, 1989 e 1997.

<sup>46</sup> Referem-se aqui apenas as alterações com implicações no âmbito da matéria em análise.

<sup>47</sup> Nas palavras de CARLA AMADO GOMES, tratou-se de “reflectir uma excessiva preocupação formal com o politicamente correcto, tem uma utilidade reduzida, na medida em que, por um lado, o conteúdo de tais direitos fica por determinar e, por outro lado, o regime dos direitos económicos, sociais e culturais já se aplicava ao direito ao ambiente, porque inserido no Título III”. Cfr Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. p 100. No mesmo sentido A.SOUSA PINHEIRO e M. BRITO FERNANDES, Comentário à IV revisão constitucional. Lisboa: AAFDL 1999, p.87.



longo das diversas revisões constitucionais, merece de alguma parte da doutrina<sup>48</sup>, uma crítica severa.

Esta corrente doutrinária critica a forma como é apresentada e prosseguida a protecção do ambiente concretamente com a preocupação demonstrada pelo legislador em esmiuçar ao pormenor todas as situações englobáveis no âmbito deste bem<sup>49</sup>, a qual redundou num extremo fracasso, pois com a protecção do ambiente da forma como se encontra prevista, engloba igualmente a protecção de um conjunto de bens jurídicos, distintos do verdadeiro bem jurídico ambiente, e que já noutras disposições constitucionais encontram protecção<sup>50</sup>.

Relativamente à dualidade tarefa do Estado/direito fundamental dos cidadãos, a redacção do artigo 66º da CRP merece uma atenta reflexão crítica, nomeadamente no que ao seu nº 1 diz respeito. Efectivamente, se relativamente ao seu nº2 a doutrina é praticamente uniforme, considerando que aí o direito do ambiente surge como um fim do Estado<sup>51</sup>, a redacção adoptada para o seu nº1 concorre para que ainda hoje, e apesar de terem já decorrido vários anos sobre a última revisão constitucional abrangendo esta temática, subsista na doutrina uma divergência quanto ao sentido que deve ser atribuído ao direito do ambiente, nomeadamente saber se deve ser encarado como sendo um direito subjectivo de todo o cidadão ou se por outro lado deve ser entendido como direito colectivo ou interesse difuso<sup>52</sup>.

Existe por conseguinte nesta matéria uma incerteza doutrinária, em parte originada pela fórmula adoptada para a definição do conteúdo deste “novo direito”. A esse facto acresce que, aquando da publicação da Lei de Bases do Ambiente<sup>53</sup>, cujo principal objectivo seria a definição das “bases da política de ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9º e 66º da Constituição da República Portuguesa”, o legislador ter

---

<sup>48</sup> CARLA AMADO GOMES Constituição e Ambiente – Errância e simbolismo...

<sup>49</sup> Concretamente nas situações previstas no nº 2 do artigo 66 da CRP.

<sup>50</sup> Como por exemplo nos artigos 60º, 64º, 65º e 78 da CRP.

<sup>51</sup> E como tal, a cargo das entidades públicas, com preponderância para o Estado, desdobrando-se em tarefas de carácter material e jurídico, cfr CARLA AMADO GOMES. Risco e modificação do acto... p.102.

<sup>52</sup> Na sua Obra Riscos e modificação .... p 102 a 110, CARLA AMADO GOMES procede a uma interessante retrospectiva da posição de vários autores que abordaram esta questão.

<sup>53</sup> Que contrariamente ao que seria espectável, veio a ser publicada apenas onze anos depois da constitucionalização do direito do ambiente, através da Lei 11/87, de 7 de Abril.

optado por um conceito de ambiente demasiado extenso e de difícil delimitação<sup>54</sup>. Ao optar por definir ambiente, por ventura na sua forma mais ampla, o legislador acabou por não permitir a necessária operacionalização jurídica, o que veio comprometer a sua utilidade, pois nele podemos englobar não apenas os elementos naturais mas igualmente os elementos humanos que com ele interagem.

Daí que desde cedo se tenha defendido um conceito de ambiente mais restritivo, ao encontro dos componentes ambientais naturais, “sustentando por um lado, a mais-valia que traz em termos de terminologia jurídica, com o consequente aumento de certeza e segurança, e por outro, que os demais elementos, ao serem componentes humanos, encontram tutela ou possibilidade de ela suceder em outras áreas do direito”<sup>55</sup>.

Para a resolução deste “impasse” em nada tem ajudado a jurisprudência civil e administrativa que tem sucessivamente optado por classificar o direito ao ambiente como direito de personalidade englobando-o em típicos casos de direitos clássicos<sup>56</sup>.

Mas na realidade o artigo 66º nº 1 *in fine*, contempla, igualmente um dever fundamental de protecção e respeito pelo ambiente, que deve ser estudado separadamente do direito fundamental, pois é dele distinto e autónomo, devendo ser entendido, em parte, como uma forma de solidariedade intra-geracional.

A violação deste dever será objecto de defesa jurisdicional adequada<sup>57</sup>, tanto no âmbito da responsabilidade civil, como no âmbito criminal e maioritariamente no âmbito do ilícito de mera ordenação social<sup>58</sup>.

Em termos conclusivos, podemos afirmar que a constituição portuguesa foi efectivamente uma das primeiras leis fundamentais dos designados Estados de direito a receber no seu texto o direito ao ambiente e como tal a conceder-lhe a protecção jurídica máxima.

---

<sup>54</sup> Artigo 5º nº2 a) - “Ambiente é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato e imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem”.

<sup>55</sup> FLÁVIA NOVERSA LOUREIRO- A legitimação do direito penal do ambiente enquanto tutela de bens jurídicos colectivos – subsídio para o estudo da figura da acumulação. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Criminais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007, p 33.

<sup>56</sup> Conforme CARLA AMADO GOMES, Riscos e modificação .... p 110, que acrescenta que a jurisprudência constitucional ainda não se debruçou sobre esta questão.

<sup>57</sup> Em conjugação com o artigo 52º nº 3 da CRP, fazendo uso do direito de acção popular.

<sup>58</sup> Nesse sentido JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, Constituição...p 683.

No entanto a forma como as diversas reformas constitucionais têm sido conduzidas pelo legislador constitucional levaram a que a forma como a previsão deste “novo direito” ocorre, não seja uniformemente interpretada e entendida pela doutrina.

A criação de um novo direito - neste caso o direito do ambiente - “só faz sentido se se reportar a uma realidade diversa, alheia, da esfera de direitos pessoais de cada indivíduo. A explicação desta insistência na fórmula do direito ao ambiente só se vislumbra, em última análise, por força do contágio das legislações nacionais pelos vários instrumentos de Direito Internacional”<sup>59</sup>.

A fórmula actualmente eleita pelo legislador constitucional para tutelar o direito ao ambiente conduz à existência de três perspectivas distintas deste direito: direito ao ambiente enquanto tarefa do Estado, direito ao ambiente como direito subjectivo de todos os cidadãos e direito ao ambiente como dever de todos.

Como já anteriormente referimos, se quanto à perspectiva de tarefa do Estado reina um consenso generalizado, o mesmo não se pode dizer relativamente às perspectivas do direito ao ambiente como direito subjectivo e como dever de todos os cidadãos, pelo que se torna necessário clarificar este conceito jurídico.

---

<sup>59</sup> CARLA AMADO GOMES, Risco e Modificação...p116.

## 5. A Defesa Penal do Ambiente

A tendência descriminalizadora existente em termos de política criminal dedicada às matérias ambientais, segundo a qual<sup>60</sup> raros eram os comportamentos violadores do meio ambiente considerados crimes, fez com que durante muito tempo<sup>61</sup> a regulação dos comportamentos violadores das regras ambientais fosse entregue, em exclusivo, ao Direito Penal Administrativo.

Durante muitos anos o ordenamento jurídico português resistiu à criminalização penal de acções violadoras do meio ambiente, apesar do papel que se lhe reconhece desde a aprovação da Constituição da República de 1976, na qual já se previa a consagração do direito ao ambiente como um direito fundamental e uma tarefa do Estado.

Segundo SOUTO MOURA<sup>62</sup>, a par desta intencional descriminalização enfatizou-se a importância de políticas preventivas em detrimento da repressão penal.

No entanto circunstâncias diversas levaram a que concorrentemente com algumas tendências descriminalizadoras relativas a certos tipos de crimes<sup>63</sup>, surgissem noutros campos uma tendência criminalizadora<sup>64</sup>, quer por surgimento de novas e mais modernas ameaças, quer por consciencialização que a defesa de determinados bens jurídicos apenas efectuada através do direito penal administrativo não estava a ser alcançada, sendo necessário tomar medidas mais firmes em prol da defesa do ambiente.

O direito penal do ambiente não ficou imune a estas novas tendências criminalizadoras, sendo que para esse facto concorreram primordialmente dois factores: o primeiro deles correlacionado com os efeitos dos progressos tecnológicos, nomeadamente através da criação de novos perigos resultantes de modernos processos produtivos ou do

---

<sup>60</sup> Recorrendo ao princípio de que o Direito Penal deve ser encarado como a “última raio” de qualquer política social.

<sup>61</sup> No caso do ordenamento jurídico português até ao ano de 1995, como detalhadamente veremos mais adiante.

<sup>62</sup> Crimes Ambientais. Intervenção proferida no Seminário organizado pelo CEJ sobre a revisão penal de 2007, em 28 de Julho de 2007, Lisboa, p 2.

<sup>63</sup> Como seja a descriminalização do aborto.

<sup>64</sup> Segundo Souto Moura concorrem para esta nova tendência criminalizadora 4 factores: A progressiva importância adquirida pelos direitos humanos, que deram novo impulso ao Direito Penal Internacional; O incontornável movimento que se seguiu ao 11 de Setembro no combate ao terrorismo; Efeitos dos progressos tecnológicos que de forma pouco tradicional apresentam formas de violação de bens jurídicos tradicionais; Criminalidade económica que democratiza o crime, no sentido de que deixa de existir a ideia de que o crime é actividade preferencial das classes mais desprotegidas.

manuseamento de novas matérias; o segundo, ligado à necessidade de se proceder a um recuo na política criminal que vinha sendo seguida, criando mecanismos de repressão mais rígidos e que apenas o direito penal detém<sup>65</sup>.

A defesa ambiental com recurso ao direito penal encontra consagração legal desde logo na previsão constitucional disposta no artigo 66º, segundo o qual “todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”.

A Lei de Bases do Ambiente, estatui igualmente no seu art.º 46º sob a epígrafe de Crimes Ambientais que “além dos crimes previstos e punidos no Código Penal, serão ainda consideradas crimes as infracções que a legislação complementar vier a qualificar como tal de acordo com o disposto na presente lei”<sup>66</sup>.

Foi apenas com a entrada em vigor do Código Penal de 1995<sup>67</sup>, quase vinte anos depois da aprovação da CRP, que pela primeira vez o legislador decidiu proceder à tipificação no CP, de crimes que protegem directamente o ambiente, concretamente nos seus artigos 278º, 279º e 280º, dando conta da revelação de novos bens jurídico-penais<sup>68</sup>.

Ressalva-se que o hiato entre a consagração constitucional e a consagração penal deverá ser entendida como opção do legislador em consolidar a constatação da necessidade de protecção penal de tais bens jurídico-penais. Até então, foi sempre intenção do legislador deixar de fora este tipo de tipificação, pois defendia-se que os ilícitos ambientais deveriam “ser levados a cabo não só pelo direito penal secundário<sup>69</sup> mas também pelo direito de mera ordenação social”<sup>70</sup>.

---

<sup>65</sup> Neste ponto não acompanhamos SOUTO MOURA que defende que a criação de crimes ambientais não se apresenta como um recuo na necessidade da sua repressão, mas antes na criação de respostas a necessidades criadas por inovações tecnológicas e pela nova criminalidade económica. Crimes Ambientais...p 3.

<sup>66</sup> Não deixa de ser curiosa a expressão além dos crimes previstos e punidos pelo código penal”, na medida em que na altura da publicação da LBA no CP não existia qualquer crime ambiental.

<sup>67</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei 48/95 de 15 de Março.

<sup>68</sup> Conforme ponto 7 do preâmbulo do Código Penal de 1995.

<sup>69</sup> Como sejam os crimes relacionados com a actividade cinegética e os crimes relacionados com a Pesca.

<sup>70</sup> Conforme preâmbulo do Código Penal de 1982.

Efectivamente a defesa dos bens ambientais sob a forma de criminalização estava até aqui entregue ao direito penal secundário<sup>71</sup>. Esta era aliás uma posição adoptada pelo legislador, com a adesão de parte da doutrina, defendendo-se que o ambiente seria igualmente alvo de protecção penal através da protecção indirecta obtida através dos designados crimes tradicionais.

A revisão do Código Penal de 1995 vem por fim a esta realidade passando a tipificar crimes que na sua essência podem ser classificados como crimes ambientais, o que de alguma forma representa a elevação do ambiente à categoria de bem jurídico fundamental, reflectindo um esforço no sentido de despertar a consciência colectiva para a preservação do ambiente<sup>72</sup>, considerando que “não sendo o único instrumento de combate à criminalidade, o Código Penal deve constituir o repositório dos valores fundamentais da comunidade”<sup>73</sup>.

Com a nova criminalização de condutas lesivas ao ambiente verifica-se um reforço nos mecanismos existentes tendentes à defesa do ambiente, pois até aí a sua defesa estava adstrita ao direito administrativo, com as limitações e fragilidades típicas desse ramo de direito<sup>74</sup>.

Embora sejam referidos como crimes ambientais os tipos penais constantes nos artigos 278º, 279º e 280 do CP, na realidade apenas poderemos considerar, como veremos, “crime ambientais puros o crime contra a natureza (artigo 278º) e o crime de poluição (artigo 279º)”<sup>75</sup>.

---

<sup>71</sup> Como é o caso de crimes relacionados com a caça e pesca que ainda hoje permanecem sob a alçada de legislação avulsa alguma dela com considerável permanência em vigor, como é o caso dos crimes de pesca.

<sup>72</sup> ANTONIO LEONES DANTAS, A Poluição no código penal português, Intervenção nas Jornadas Hispano-Lusas sobre legislação penal ambiental, organizadas pela Consejería Urbanismo, Turismo y Medio Ambiente de la Junta de Extremadura, nos dias 22 a 24 de Maio de 1996, em Cáceres.

<sup>73</sup> Conforme ponto 2. Do preâmbulo do Código Penal de 1995 - Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de Março.

<sup>74</sup> Sobre os argumentos a favor/contra a tutela sancionatória preferencialmente pela via penal/contrordenacional, ver VASCO PEREIRA DA SILVA – Breve nota sobre o Direito sancionatório do ambiente. Em: PALMA, M. Fernanda; DIAS, A. Silva; MENDES, P. Sousa – Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras. P 271-296. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. p 273 e segs.

<sup>75</sup> A primeira contrariedade com que nos deparamos, quando abordamos questões ambientais e concretamente a classificação de crimes ambientais, prende-se com a dificuldade em balizar concretamente quais as matérias que devem ser consideradas como matérias estritamente ambientais.

No que respeita ao Código Penal, são apontados comumente como crimes ambientais puros, os dispostos nos artigos 278º e 279º. Nesse sentido SOUTO MOURA Crimes Ambientais... p 1.

Com a revisão de 2007<sup>76</sup>, o legislador optou por introduzir alterações na parte do CP correspondente à defesa do ambiente. Nessas alterações o legislador procedeu não só a uma clarificação das previsões existentes<sup>77</sup> como procedeu igualmente a um alargamento do âmbito de determinadas condutas<sup>78</sup> - nomeadamente no crime de dano contra a natureza.

Desta forma o legislador dá um sinal da actualidade da matéria, bem como da importância que assumidamente a protecção do ambiente representa na sociedade moderna.

Vejamos o que se prevê para o crime de dano contra a natureza.

#### **Artigo 278.º**

##### **Danos contra a natureza**

1 - Quem, não observando disposições legais, regulamentares ou obrigações impostas pela autoridade competente em conformidade com aquelas disposições:

- a) Eliminar exemplares de fauna ou flora em número significativo ou de espécie protegida ou ameaçada de extinção;
- b) Destruir habitat natural protegido ou habitat natural causando a este perdas em espécies de fauna ou flora selvagens legalmente protegidas ou em número significativo;
- c) Afectar gravemente recursos do subsolo;

é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 600 dias.

2 - Quem comercializar ou detiver para comercialização exemplar de fauna ou flora de espécie protegida, vivo ou morto, bem como qualquer parte ou produto obtido a partir daquele, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 120 dias.

3 - Se a conduta referida no n.º 1 for praticada por negligência, o agente é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.

<sup>76</sup> A vigésima segunda (22ª) alteração à versão do CP de 1995.

<sup>77</sup> Nomeadamente através da equiparação da desobediência a ordens impostas pela administração à violação das normas penais.

<sup>78</sup> Nomeadamente através da extensão dos pressupostos criminalizando o comércio de espécies protegidas, quando anteriormente apenas se previa a criminalização da eliminação dessas mesmas espécies.

O crime de dano contra a natureza<sup>79</sup> apresenta-se como um crime de resultado e de dano, pois na sua previsão tipifica-se que à conduta do agente esteja associado um determinado resultado (resultado típico), ou seja, que a conduta produza como sua consequência a eliminação de exemplares de fauna ou flora (alínea a) do seu nº1), destruição de habitat natural (alínea b) do seu nº1) ou a afectação de recursos do subsolo (alínea c) do seu nº1). No entanto considerando que o Direito Penal deve ser utilizado como *última ratio*, apenas serão abrangidas por estas previsões, as condutas que produzam danos que sejam consideradas graves<sup>80</sup>.

Esta revisão introduz, em relação à anterior versão algumas alterações significativas, as quais resultaram numa melhor arrumação, nomeadamente através do alargamento da conduta a violações de todas as disposições legais, regulamentares ou obrigações impostas pela autoridade competente “introduzindo-se assim uma certa acessoriedade administrativa do Direito Penal do Ambiente ou uma relativa dependência do Direito Administrativo do Ambiente”<sup>81</sup>.

Nesta nova versão o legislador parece ter levado em conta que de um modo geral as violações que se pretende regular neste artigo estão directamente ligadas a determinadas actividades que, de uma forma ou de outra, terão maior propensão para o preenchimento dos pressupostos deste tipo legal, nomeadamente actividades que sendo alvo de licenciamentos administrativos se encontram a laborar legalmente.

Nestes casos, os danos causados ao ambiente poderão ocorrer maioritariamente não em resultado da violação directa de normas legais ou regulamentares<sup>82</sup>, mas do desrespeito de obrigações impostas pela autoridade administrativa aquando do licenciamento<sup>83</sup>. Por este facto considera-se igualmente que o novo tipo legal integra uma componente de desobediência, apesar de o seu núcleo se manter basicamente como crime de dano e de resultado<sup>84</sup>. No entanto, como refere VASCO PEREIRA DA SILVA, “isso

---

<sup>79</sup> Cujas versão foi introduzida já no decorrer da fase final dos trabalhos preparatórios da revisão do Código, não constando sequer do Projecto Preliminar de Revisão, conforme MANUEL MAIA GONÇALVES, Código Penal Português - Anotado e Comentado. 18ª Edição. Almedina. 2007. p 928.

<sup>80</sup> MANUEL MAIA GONÇALVES. Código Penal Português...p 928.

<sup>81</sup> VASCO PEREIRA DA SILVA – Breve nota sobre o Direito sancionatório do ambiente.... p 283.

<sup>82</sup> Como previsto na versão anterior.

<sup>83</sup> O que era já defendido pelo Prof. FIGUEIREDO DIAS em “ Sobre o papel do direito penal na protecção do ambientes” publicado na Revista de Direito e Economia, Ano 4, nº1, Janeiro/Junho de 1978. p 3.

<sup>84</sup> Neste sentido SOUTO MOURA Crimes Ambientais....p 10.



não pode significar a substituição dos critérios individualizados da culpa, ou da imputação subjectiva da conduta criminosa ambiental a um dado indivíduo, por critérios meramente objectivos de verificação da simples desobediência às disposições administrativas, mas deve antes significar que é necessário a verificação de todos e cada um dos elementos do tipo de crime ecológico (entre os quais se inclui, ao lado dos demais, a referida violação das regras administrativas) ”<sup>85</sup>.

Por outro lado fez-se desaparecer o conceito “de forma grave” e consequentemente a exposição efectuada no número 2, sobre o que se deveria entender como tal, o que em nossa opinião vem, não apenas facilitar a leitura do artigo, mas acima de tudo agravar a previsão normativa na medida em que se “diminui” o resultado necessário ao preenchimento dos seus pressupostos<sup>86</sup>.

São no entanto introduzidas algumas expressões que pela sua imprecisão ou indeterminação poderão conduzir a diferentes entendimentos, como sejam “em número significativo” e a “afectar gravemente”, pelo que deveria o legislador ter tido em atenção as dificuldades práticas que tal opção poderá representar face à sua indeterminação e subjectividade.

Na mesma linha<sup>87</sup> criminaliza-se a comercialização ou detenção para comercialização de exemplares de fauna ou flora de espécie protegida, vivo ou morto, bem como qualquer parte ou produto obtido a partir daqueles animais, o que não ocorria na versão anterior. Ressalva-se a fraca relação entre o que se defende no nº 2 com a epígrafe do artigo, pelo que na verdade poderia o legislador ter optado pela criação de um crime autónomo, ainda mais quando a previsão estatuída no nº2 em nada se encontra ligada às disposições elencadas no nº1, ou seja, não é exigido para o preenchimento dos preceitos do nº 2 que sejam cumulativamente preenchidos os preceitos do nº1.

---

<sup>85</sup> VASCO PEREIRA DA SILVA – Breve nota sobre o Direito sancionatório do ambiente...p 283 e 284.

<sup>86</sup> A título de exemplo: deixam de ser abrangidas apenas as espécies legalmente protegidas para passarem a ser abrangidas pela protecção todas as espécies; A afectação do subsolo passa a ser punida bastando que seja afectados os recursos de forma grave, contrariamente à necessidade de se esgotamento ou impedimento de renovação dos recursos numa dada área regional, anteriormente necessários.

<sup>87</sup> De alargamento de âmbito de aplicação, ou neste caso concreto de neocriminalização.

Relativamente ao crime de poluição, previsto e punido no art.º 279º do CP, a versão do Código de 1995 apresentava-se de tal modo emaranhada que várias eram as posições assumidas quanto à caracterização do tipo de crime.

Ditava assim o referido artigo:

**Artigo 279.º**

**Poluição**

1-Quem, em medida inadmissível:

- a)Poluir águas ou solos ou, por qualquer forma, degradar as suas qualidades;
- b)Poluir o ar mediante utilização de aparelhos técnicos ou de instalações; ou
- c)Provocar poluição sonora mediante utilização de aparelhos técnicos ou de instalações, em especial de máquinas ou de veículos terrestres, fluviais, marítimos ou aéreos de qualquer natureza;

é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 600 dias.

2-Se a conduta referida no nº 1 for praticada por negligência, o agente é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa.

3-A poluição ocorre em medida inadmissível sempre que a natureza ou os valores da emissão ou da emissão de poluentes contrariarem prescrições ou limitações impostas pela autoridade competente em conformidade com disposições legais ou regulamentares e sob cominação de aplicação das penas previstas neste artigo.

A respeito da exigibilidade referida no polémico nº 3, FERNANDA PALMA<sup>88</sup> refere que “segundo a interpretação mais comum, a tipicidade dependia sempre da advertência prévia da Administração, de modo que só a posterior desobediência indicaria a infracção criminal”, conduzindo essa solução a “uma intervenção penal excessivamente fragmentária”.

---

<sup>88</sup> FERNANDA PALMA – Acerca do estado actual do Direito Penal do Ambiente, em O Direito, ano 136º (2004), I, p.81.

Efectivamente o nº 3 do referido artigo obrigava a que a violação ocorresse “sobre prescrições ou limitações impostas pela autoridade competente” mas que além disso a entidade administrativa ao comunicar os limites máximos admitidos o fizesse sob cominação da aplicação das penas previstas nesse artigo em caso de desobediência. Era exigido sempre uma atitude, uma acção por parte da Administração, pois sem ela, independentemente dos níveis de poluição provocados não estariam preenchidos os pressupostos do tipo do crime de poluição, mormente pela ausência de cominação como exigido pelo nº3.

Assim o crime conforme previsto na versão do Código de 1995 apresentava-se dependente da Administração, na medida em que dela era necessário a produção de um “acto concreto – a prescrição ou limitação”<sup>89</sup> e por conseguinte transformava o direito penal do ambiente num direito “remanescente e dependente de decisão administrativa”<sup>90</sup>.

Com a revisão operada em 2007, cai por terra a obrigatoriedade de actuação da administração, na medida em que se coloca em pé de igualdade a desobediência às obrigações impostas pela autoridade competente com a não observância das disposições legais ou regulamentares, secundarizando assim a componente desobediência, em grande evidência na redacção anterior.

De referir ainda que a nova redacção altera a “quantificação” da poluição, substituindo a expressão “em medida inadmissível”<sup>91</sup>, cujo alcance se mostrou de difícil aplicação, pela expressão “de forma grave” cujo significado se encontra agora enumerado taxativamente no nº 3 do mesmo artigo. Espera-se que esta alteração se traduza num ganho de determinabilidade penal, pois apesar de traduzir uma melhor segurança jurídica na determinação do que se entende por “forma grave”, continua a fazer uso de expressões que podem conduzir a alguma arbitrariedade na sua aplicação como seja o “modo duradouro”.

---

<sup>89</sup> FERNANDA PALMA – Acerca do estado actual do Direito Penal do Ambiente... p.78.

<sup>90</sup> FERNANDA PALMA – Acerca do estado actual do Direito Penal do Ambiente... p.78.

<sup>91</sup> Caracterizada pelo nº3 do mesmo art.º como sendo aquela cuja natureza ou valores de emissão ou emissão poluente contrariassem as prescrições ou limitações impostas pelas autoridades administrativas.

Vejamos a sua actual redacção.

### **Artigo 279.º**

#### **Poluição**

1- Quem, não observando disposições legais, regulamentares ou obrigações impostas pela autoridade competente em conformidade com aquelas disposições:

- a) Poluir águas ou solos ou, por qualquer forma, degradar as suas qualidades;
- b) Poluir o ar mediante utilização de aparelhos técnicos ou de instalações; ou
- c) Provocar poluição sonora mediante utilização de aparelhos técnicos ou de instalações, em especial de máquinas ou de veículos terrestres, fluviais, marítimos ou aéreos de qualquer natureza;

de forma grave, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 600 dias.

2 - Se a conduta referida no n.º 1 for praticada por negligência, o agente é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.

3 - Para os efeitos dos números anteriores, o agente actua de forma grave quando:

- a) Prejudicar, de modo duradouro, o bem-estar das pessoas na fruição da natureza;
- b) Impedir, de modo duradouro, a utilização de recurso natural; ou
- c) Criar o perigo de disseminação de microrganismo ou substância prejudicial para o corpo ou saúde das pessoas

Com esta dupla previsão criminal, podemos afirmar que de certo modo ficam protegidas todas as componentes ambientais. Se por um lado o artigo 278º dedica a sua atenção à fauna e flora e à exploração do subsolo, o artigo 279º vai dedicar-se à protecção dos restantes - ar, água, solo.

No que respeita ao crime de poluição de perigo comum (art.º 280º), como referido anteriormente, na sua essência não poder ser considerado um crime ambiental puro pois o bem jurídico protegido não é, pelo menos de forma directa, o ambiente<sup>92</sup>, mas antes a vida, a integridade física, a saúde e património, como aliás se ressalva no próprio texto do artigo.

---

<sup>92</sup> SOUTO MOURA Crimes Ambientais... p 14 e ANTÓNIO LUÍS DOS SANTOS NEVES, Delegado do Procurador da Republica, em artigo sobre Interesses difusos disponível em [http://www.pgr.pt/portugues/grupo\\_soltas/pub/difusos/9/protec\\_ambiente.html](http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/pub/difusos/9/protec_ambiente.html).

Vejamos o texto actual.

### **Artigo 280.º**

#### **Poluição com perigo comum**

Quem, mediante conduta descrita nas alíneas do n.º 1 do artigo anterior, criar perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, para bens patrimoniais alheios de valor elevado ou para monumentos culturais ou históricos, é punido com pena de prisão:

- a) De um a oito anos, se a conduta e a criação do perigo forem dolosas;
- b) Até cinco anos, se a conduta for dolosa e a criação do perigo ocorrer por negligência

Estamos, como facilmente se percebe, perante mais do que um “simples” agravamento das condutas descritas no artigo 279º<sup>93</sup>, porquanto para o preenchimento do tipo legal do crime tipificado neste artigo, não se torna necessário o preenchimento de todos os pressupostos do crime de poluição, agravados pelas previsões agora criadas.

Efectivamente as exigências para a verificação do crime de Poluição com perigo comum, não são rigorosamente as mesmas que as necessárias para o preenchimento do tipo legal do crime de Poluição, agravadas pelo facto de ao crime de poluição adicionarmos como resultado possível a perigosidade criada “para a vida ou integridade física de outrem, ou para os bens patrimoniais alheios de valor elevado ou para monumentos culturais ou históricos”.

Uma observação atenta desses pressupostos permite verificar que o cometimento do crime de Poluição (art.º 279º) exige que a poluição seja realizada “*de forma grave*” o que de acordo com o preceituado no nº 3 do mesmo artigo pressupõe que seja de modo a: prejudicar, de modo duradouro, o bem-estar das pessoas na fruição da natureza; impedir, de modo duradouro, a utilização de recurso natural; ou criar o perigo de disseminação de microrganismo ou substância prejudicial para o corpo ou saúde das pessoas.

---

<sup>93</sup> Posição contrária é defendida pelo Prof. MAIA GONÇALVES que classifica o crime de poluição comum como um crime de poluição qualificado. MANUEL MAIA GONÇALVES. Código Penal Português... p 931.

Com a redacção actual do crime de Poluição com perigo comum (art.º 280º), não é exigível que a poluição ocorra de forma grave, na medida em que a remissão efectuada não é para todo o nº1 do art.º 279º mas apenas para as suas alíneas. Exige-se, isso sim, que com as condutas referidas se crie “perigo para a vida ou integridade física de outrem, ou para os bens patrimoniais alheios de valor elevado ou para monumentos culturais ou históricos”. Dessa forma entendemos precipitada a simples qualificação do crime de poluição com perigo comum como uma qualificação do crime de poluição.

Uma vez mais referimos que podemos estar perante situações onde os pressupostos do crime de poluição com perigo comum estejam na sua totalidade preenchidos sem que a mesma conduta preencha os pressupostos do crime de poluição. Além de que podemos verificar que a técnica legislativa utilizada nos casos de crimes cujo objecto é a qualificação de certas condutas, passa pela assumpção de os designar como crimes qualificados logo na sua epígrafe<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> É o caso do crime de Homicídio qualificado (art.º 132º); Furto qualificado (art.º 204º); Dano qualificado (art.º 213º).

## 6. A Defesa Contra-ordenacional do Ambiente

O modelo preferencial de tutela sancionatória do Ambiente eleito pelo legislador português foi, até à entrada em vigor do Código Penal de 1995, a utilização quase exclusiva<sup>95</sup> do direito administrativo, concretamente através do designado Direito de Mera Ordenação Social<sup>96</sup>.

Como referido anteriormente, apenas com a entrada em vigor do CP de 1995 e com a consequente consagração penal da existência de condutas tipificadas como crimes ambientais, o direito administrativo deixa de ser o principal guardião de tão vasto espólio legislativo. Contudo a tipificação de crimes ambientais não veio introduzir grandes alterações no primado do direito administrativo na defesa do ambiente na medida em que, contemplando apenas dois tipos legais de crime puramente ambientais, o CP em pouco reduziu o campo de intervenção do direito de mera ordenação social, pois a generalidades das violações às leis ambientais permanece sob a sua alçada punitiva<sup>97</sup>.

O direito contra-ordenacional, igualmente designado como direito de mera ordenação social, constitui-se como “um ordenamento sancionatório alternativo e diferente do direito criminal”<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Existem crimes ambientais no designado direito penal secundário.

<sup>96</sup> Pese a existência de outras formas de prossecução do cumprimento de normas administrativas, nomeadamente através das sanções administrativas. Sobre a posição das sanções administrativas ver Marcelo Madureira Prates in PRATES, Marcelo Madureira, A punição administrativa entre a sanção contra-ordenacional e a sanção administrativa / Marcelo Madureira Prates Cadernos de justiça administrativa, Braga, n.68(Mar.-Abr.2008), p.3-10. Relativamente a adopção destas medidas em matéria ambiental ver NESPOR, Stefano, Le sanzioni ambientali : considerazioni introduttive. Rivista giuridica dell'ambiente, Milano, a.23n.1(Gennaio-Febbraio2008), p.1-5.

Sobre este aspecto Vasco Pereira da Silva contribui com a ideia de que deve ter-se em conta que as sanções tradicionalmente aplicadas quer pelo Direito Penal, quer pelo Direito de mera ordenação social podem revelar-se pouco eficazes na medida em que as penas de prisão podem em muitos casos parecer excessivas e desadequadas enquanto que as coimas, especialmente as aplicadas às pessoas colectivas, serem entendidas como “custos de produção”. Acrescentando que serão por ventura mais adequadas e eficazes as “sanções alternativas”, como seja a proibição ou suspensão de exercício de actividades económicas etc.— Breve nota sobre o Direito sancionatório do ambiente... p 280.

Por nós pensamos que as sanções alternativas ou administrativas podem e devem ser utilizadas com a mesma eficácia como sanções acessórias, mantendo sempre uma sanção principal do tipo contra-ordenacional ou penal.

<sup>97</sup> Na mesma linha veja-se Vasco Pereira da Silva – Breve nota sobre o Direito sancionatório do ambiente... p 279.

<sup>98</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei 232/79 de 24 de Julho.

A sua origem é tradicionalmente apontada ao pendor crescentemente intervencionista do Estado contemporâneo, que vem progressivamente alargando a sua acção conformadora aos domínios da economia, saúde, educação, cultura, equilíbrios ecológicos, que se verificou nomeadamente a partir do fim do primeiro quartel do séc. XX, como consequência da conjugação de dois factores preponderantes. Por um lado as necessidades trazidas pelas sucessivas guerras (resultante do esforço de guerra e de reconstrução), por outro pela implantação de concepções sociais ou mesmo socialistas da sociedade e por conseguinte do Estado<sup>99</sup>.

No entanto tal intervenção estadual não pode ocorrer através do alargamento da intervenção do direito criminal como bem defendem “os cultores mais qualificados das ciências criminológicas e penais”<sup>100</sup>, sob pena de resultar numa perda da força persuasiva e preventiva do direito criminal, além da mobilização de recursos que deveriam ser dirigidos a situação criminais mais gravosas.

Assim, o direito de mera ordenação social surge com a finalidade de regular “as infracções que prestam homenagem a dogmatismos morais ultrapassados e desajustados no quadro das sociedades democráticas e plurais, bem como do número inflacionário e incontrolável das infracções destinadas a assegurar a eficácia dos comandos normativos da administração, cuja desobediência se não reveste de ressonância moral característica do direito penal”<sup>101</sup>, permitindo uma libertação do direito penal para as violações dos valores ético-sociais fundamentais.

Estariam então correctas as palavras de EDUARDO CORREIA<sup>102</sup>, segundo o qual o direito de mera ordenação social poderia ser designado como um puro direito penal de bagatelas<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> JOSÉ LOBO MOUTINHO. Direito das contra-ordenações.... p.19.

<sup>100</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei 433/82 de 27 de Outubro.

<sup>101</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei 232/79 de 24 de Julho.

<sup>102</sup> Comunicação na Real Academia de Jurisprudência y Legislacion em Madrid, e publicada no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Volume XLIX, 1973. EDUARDO CORREIA está alias ligado directamente à “criação” do direito de mera ordenação social português na medida em que ocupava o cargo de ministro da justiça aquando da publicação do Decreto-Lei 232/79 de 24 de Julho.

<sup>103</sup> Mas se inicialmente o direito de mera ordenação social era considerado o direito penal das bagatelas, as alterações que lhe foram sendo sucessivamente introduzidas alteraram-lhe esse desígnio. O preâmbulo do Decreto-Lei 244/95, de 14 de Setembro (que introduz a 2ª alteração ao regime geral das contra-ordenações), vem nesse sentido afirmar que o “crescente movimento de neo-punição, com o alargamento notável das áreas de actividade que agora são objecto de ilícito de mera ordenação social e, do mesmo



A defesa do ambiente tem vindo desde a criação dos crimes ambientais a ser prosseguida através de uma dupla solução, fazendo uso tanto do Direito Penal como do Direito Contra-ordenacional, apesar deste último se manter como a forma preferencial do legislador para sancionar os comportamentos violadores das normas protectoras do ambiente.

---

passo, com a fixação de coimas de montantes muito elevados e a cominação de sanções acessórias especialmente severas, compreensivelmente, não pode o direito de mera ordenação social continuar a ser olhado como um direito de bagatelas penais”. No mesmo sentido aponta ABÍLIO NETO, na nota introdutória à obra de ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES, Regime geral das contra-ordenações – notas práticas, 2ª Edição, Ediforum, 2002, “há coimas cujo valor é a tal ponto elevado, que da sua aplicação, por entidades não independentes, pode resultar a «morte» de uma pequena ou média empresa”.

### 6.1. As contra-ordenações no ordenamento jurídico português

O Direito das contra-ordenações ou de mera ordenação social português, cuja inspiração é apontada ao exemplo alemão das Ordnungswidrigkeiten<sup>104</sup>, é positivado pela primeira vez em Portugal, através do Decreto-Lei 232/79 de 14 de Julho, que instituiu o ilícito de mera ordenação social no ordenamento jurídico nacional, na vigência do distante Código Penal de 1886.

Para este novo regime, considerava-se contra-ordenação “todo o facto ilícito e subjectivamente censurável que preencha um tipo legal no qual se comine uma coima”<sup>105</sup>.

O Decreto-Lei 232/79 além de introduzir o ilícito de mera ordenação social eliminava liminarmente as contravenções e transgressões (considerado como direito penal secundário de cariz ético-social neutro), puníveis com sanções pecuniárias. Assim o seu artigo 1º nº 3 consagrava que “são equiparadas às contra-ordenações as contravenções ou transgressões previstas na lei vigente a que sejam aplicáveis sanções pecuniárias”.

Mas aquela que parecia ser uma medida acertada veio rapidamente a ser revogada pelo Decreto-Lei 411-A/79, de 1 de Outubro<sup>106</sup>, coibindo a transformação automática do bloco de contravenções e transgressões vigentes punidas apenas com pena de multa em contra-ordenações<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA e CLÁUDIO MONTEIRO. Comentário à lei quadro das contra-ordenações, disponível em: [http://www.uria.com/esp/actualidad\\_juridica/n16/art04.pdf](http://www.uria.com/esp/actualidad_juridica/n16/art04.pdf).

<sup>105</sup> Artigo 1º nº1 do Decreto-Lei 232/79 de 24 de Julho. A Redacção actual permanece praticamente inalterada “Constitui contra-ordenação todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal no qual se comine uma coima” artº1º do Decreto-Lei 433/82 de 27 de Outubro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de Setembro.

<sup>106</sup> Motivado, como esclarece o preâmbulo do Decreto-Lei 411-A/79 de 1 de Outubro, pelas dúvidas suscitadas sobre a sua constitucionalidade e pela necessidade de prévia readaptação das entidades intervenientes (autoridades administrativas), pois o novo regime implicaria alterações mais ou menos sensíveis na sua actividade e organização.

<sup>107</sup> Sendo que esse processo de conversão das contravenções e transgressões em contra-ordenações viria apenas a ficar concluído na vigência da Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho.

Com a publicação do Decreto-Lei 433/82 de 27 de Outubro, foi instituído o novo regime geral do direito de mera ordenação social (RGCO)<sup>108</sup> e respectivo regime processual, revogando assim o Decreto-Lei 232/79, de 24 de Julho.

Objecto de várias alterações, o regime geral do direito de mera ordenação social, não consegue no entanto acabar com a existência das contravenções e transgressões, que em termos de perspectiva político-criminal é contraditória e sem sentido, tendo inclusive e incompreensivelmente esboçado aqui e além uma tentativa de regresso ao passado.

Resultou desta problemática um duplo desafio ao legislador português, por um lado não criar novas contravenções e transgressões, endereçando as futuras infracções a criar para o domínio das contra-ordenações ou para o domínio dos crimes, e por outro, proceder ao exaustivo elencar das contravenções existentes no ordenamento jurídico e decidir o destino a dar-lhes, remodelando-as em contra-ordenações, em crimes ou pura e simplesmente revogando-as.

Este propósito foi finalmente alcançado no ano de 2006, com a publicação da Lei 30/2006 de 11 de Julho (rectificada pela Rectificação nº 47/2006, de 7 de Agosto), que definitivamente procede à conversão em contra-ordenações das contravenções e transgressões em vigor no ordenamento jurídico nacional, revogando legislação desde 1926 até ao ano de 1990.

Relativamente à distinção entre Contra-ordenação e crime, o preâmbulo do Decreto-Lei 433/82, estabelece, de uma forma simplista uma tentativa de diferenciação entre crimes e contra-ordenações não esquecendo que aquelas duas categorias de ilícito tendem a estremar-se, quer pela natureza dos respectivos bens jurídicos quer pela desigual ressonância ética, sendo que em última instância essa distinção terá de ser jurídico-pragmática e por isso necessariamente formal.

Sendo que o Decreto-Lei 356/89<sup>109</sup> de 17 de Outubro, acrescenta outra possibilidade de distinção, conferindo ao direito de ordenação social a tutela de uma área em que

---

<sup>108</sup> Apesar da expressão surgir no seu preâmbulo, a realidade é que o regime instituído pelo Decreto-Lei 433/82 de 27 de Outubro, assenta no articulado da versão anterior publicada pelo Decreto-Lei 232/79 de 24 de Julho, apenas tendo sido acrescentado o regime substantivo e processual do concurso de crimes e contra-ordenações. JOSÉ LOBO MOUTINHO. Direito das Contra-ordenações..p 23.

as condutas, apesar de não constituírem ofensas graves aos bens essenciais da vida em comunidade, são, apesar disso, merecedoras de sanção.

A natureza da sanção aparece igualmente como instrumento de diferenciação dos ilícitos penais relativamente aos ilícitos de mera ordenação social. Em termos genéricos podemos dizer que ao ilícito de mera ordenação social é aplicada uma coima, ou seja uma sanção exclusivamente patrimonial, a qual se diferencia claramente, tanto em termos da sua essência como da sua finalidade da pena criminal, mesmo que de multa.

Em termos de finalidade ambos os tipos de sanções assumem, não um papel de retribuição, mas um papel preventivo. No entanto, a coima não reflecte de forma alguma a personalidade do agente e a sua atitude interna, servindo apenas como mera admonição, especial advertência ou reprimenda, relacionada com a observação de certas proibições ou imposições legais.

Nesse sentido podemos afirmar que a finalidade da coima desconhece os sentidos positivos de prevenção especial ou de (re)socialização, característicos das penas criminais.

Esta especificidade acarreta, desde logo, consequências importantes no seu regime. Assim, a falta de pagamento da coima, apenas pode ter como efeito a execução da soma devida, estando impossibilitada a sua conversão em prisão subsidiária como acontece com a multa criminal<sup>109</sup> A este respeito, abordemos sucintamente a disposição introduzida pelo artigo 89º-A do Decreto-Lei 433/82, ao permitir que o tribunal possa proceder à conversão da coima em trabalho a favor da comunidade, pois embora essa conversão só possa ocorrer a pedido do condenado, a aplicação de uma pena criminal de substituição a uma contra-ordenação pode dar origem à transformação dessa medida, cuja finalidade assenta na prevenção especial positiva ou de (re)socialização, numa sanção contra-ordenativa.

A mesma cautela se deve ter em relação a algumas sanções acessórias que pelas suas características se aproximam sensivelmente das sanções criminais, podendo em alguns casos serem mesmo com elas confundidas.

---

<sup>109</sup> Leia-se o seu preâmbulo.

<sup>110</sup> Acórdão da Relação do Porto de 9 Dez 1987 – “quando o condenado não tiver possibilidades de pagar a coima, a coima poderá ser suspensa na sua execução”.

Finalmente, uma referência ao último critério de distinção, a autonomia do processo.

Da diferença existente entre crimes e contra-ordenações, acima afluída sob diversos prismas, resulta inevitavelmente diferenças sensíveis ao nível processual.

Sendo a coima uma sanção cuja finalidade essencial se situa na advertência para o cumprimento de deveres e obrigações relevantes “apenas” para a preservação de uma certa ordem social, imediatamente se torna compreensível que o seu procedimento e consequente aplicação sejam, em primeira instância, atribuídos às autoridades administrativas, também aqui se verificando a prossecução da finalidade pragmática dos movimentos de descriminalização, a libertação da função judicial das tarefas relacionadas com a averiguação e sancionamento de condutas não essenciais da vida comunitária.

Não se esquece porém o legislador de garantir as necessidades de defesa dos arguidos, pelo que vem introduzindo alterações no sentido de reforçar essas mesmas garantias<sup>111</sup>.

Em jeito de justificação, podemos ler no próprio preâmbulo do Decreto-Lei 433/82 que “o aparecimento” exponencial<sup>112</sup>, “do direito das contra-ordenações constitui-se como uma natural consequência da crescente tendência intervencionista que o Estados modernos teimam, ou necessitam de preconizar, alargando progressivamente a sua esfera de intervenção conformadora, resultante igualmente de novas formas de violação do contrato social, fruto da própria evolução da sociedade e dos comportamentos desviantes”.

---

<sup>111</sup> Conforme ocorreu na revisão efectuada pelo Dec-Lei 356/89, o qual vem alargar o prazo de recurso para tribunal, por o prazo em vigor à data (5 dias) se ter revelado insuficiente para garantir um pleno acesso aos tribunais.

<sup>112</sup> Acrescentamos nós.

## **6.2. Lei-quadro das Contra-ordenações Ambientais - Lei 50/2006, de 29 de Agosto<sup>113</sup>**

Com a publicação da Lei 50/2006, de 29 de Agosto, lei-quadro das contra-ordenações ambientais (LQCA), dá-se um passo marcante no ordenamento jurídico ambiental, sendo criado um regime específico vocacionado para as contra-ordenações ambientais.

As contra-ordenações ambientais, até à entrada em vigor da LQCA, eram “geridas” recorrendo-se ao RGCO, “que não foi pensado para a resolução de concretos problemas contra-ordenacionais na área ambiental que impõem soluções muito próprias”<sup>114</sup>.

Com este novo regime pretende-se “estabelecer a lei-quadro das contra-ordenações ambientais, tendo em consideração a especificidade dessa matéria – tomando, aliás, o exemplo do que vem sucedendo noutras áreas da actividade económica, como o domínio laboral, aéreo ou do mercado dos valores mobiliários”<sup>115</sup>

Possuidor de um âmbito circunscrito as contra-ordenações ambientais entendidas como sendo “todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação de disposições legais e regulamentares relativas ao ambiente”<sup>116</sup> que consagrarem direitos ou imponham deveres, para o qual se comine uma coima”<sup>117</sup>, a LQCA, apresenta-se como o instrumento disciplinador que sistematiza as “várias matérias que obrigatoriamente um regime deste âmbito tem de abarcar, enquadradas por princípios sólidos e doutrinalmente aceites, bem como apresentar uma tramitação para os processos de contra-ordenações ambiental adaptada à sua especificidade.”<sup>118</sup>

---

<sup>113</sup> Alterada pela lei 89/2009, de 31 de Agosto.

<sup>114</sup> Ponto 3 da exposição de motivos da proposta de lei nº 20/X, que deu origem à Lei nº 50/2006, de 29 de Agosto, disponível no site da Assembleia da República em: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=20921>.

<sup>115</sup> Ponto 4 da exposição de motivos da proposta de lei nº 20/X.

<sup>116</sup> Definidas pela LQCA (nº3 do artigo 1º) como sendo todas as que digam respeito às componentes ambientais naturais e humanas tal como enumeradas na Lei de Bases do Ambiente.

<sup>117</sup> Artigo 1º da LQCA.

<sup>118</sup> Ponto 5 da exposição de motivos da proposta de lei nº 20/X.

Recorrendo à enumeração efectuada na sua exposição de motivos<sup>119</sup>, a LQCA apresenta como principais novidades as seguintes:

- Criação de novos valores para as coimas a aplicar no contexto de infracções ambientais, respondendo à desactualização dos montantes das coimas constantes do artigo 17.º do Regime Geral das Contra-Ordenações ora em vigor<sup>120</sup>.
- De acordo com experiências recentes e bem sucedidas de Regimes Gerais de Contra-Ordenações sectoriais, apoiadas em importantes contributos dogmáticos, as contra-ordenações ambientais passam a classificar-se como «leves», «graves» e «muito graves».
- Estabelecimento de uma forma precisa da responsabilidade contra-ordenacional das pessoas colectivas, seguindo de perto os modernos desenvolvimentos dogmáticos nesta matéria.
- Quer as medidas cautelares quer as sanções acessórias são agora estabelecidas com o devido desenvolvimento e pensadas especificamente para as matérias ambientais.
- Alteração de todo o regime das notificações em sede de processo de contra-ordenação que é agora disciplinado no sentido de evitar manobras dilatórias ou minimizar a sua utilização por parte dos arguidos, visando assim contrariar os expedientes actuais a que estes normalmente recorrem.
- Criação de um cadastro nacional que permita oferecer um conhecimento integral, à escala nacional, de todos os infractores<sup>121</sup>.

<sup>119</sup> Concretamente o seu ponto 6.

<sup>120</sup> O estabelecimento de coimas de valor substancialmente elevado levou a que passados pouco mais de dois anos a LQCA fosse objecto de revisão que assentou em grande parte na diminuição dos valores mínimos das coimas, de forma a melhor adaptar esses valores à realidade económica do País.

<sup>121</sup> Ficamos sempre reticentes com a criação e manutenção de cadastros nacionais de infractores, nomeadamente no que se refere à sua operacionalização, pois mantemos ainda hoje grandes dúvidas relativamente ao bom funcionamento do cadastro criado, por exemplo, para o registo de contra-ordenações estradas.

- Grande importância e significado reveste ainda a criação, agora proposta, de um fundo de intervenção ambiental que permite, através das receitas que auferir provenientes de uma percentagem do produto das coimas aplicadas<sup>122</sup>, fazer face a graves situações ambientais que pela sua dimensão e pelos encargos financeiros que a sua cessação e reparação envolvem tem impossibilitado qualquer autoridade administrativa de proceder em conformidade, ficando assim lesados quase sempre de forma irreparável bens e recursos necessários quer ao Homem quer à Natureza<sup>123</sup>. A criação deste fundo é na opinião de CARLA AMADO GOMES “uma excelente forma de concretização do princípio do poluidor-pagador, na medida em que as quantias pagas em razão da violação de normas jusambientais são, em quantidade significativa, afectas à prevenção e reparação de danos ambientais, bem assim como ao apoio a projectos de recuperação do ambiente promovidos por entidades pública”<sup>124</sup>.

Efectivamente o regime jurídico nacional na área ambiental, caracteriza-se essencialmente por um emaranhado e complexo conjunto de variados instrumentos sancionatórios dispersos pelas diferentes áreas que o compõem sem que entre eles exista preocupação de proceder a uma harmonização de forma a criar um corpo de sanções coordenadas e articuladas.

Esta realidade resulta<sup>125</sup> sobretudo da forma como tem sido formado o Direito do Ambiente nacional, baseado quase exclusivamente na transposição literal das normas legislativas emanadas pelos órgãos da União Europeia, os quais na sua generalidade são transpostos com a urgência da necessidade de cumprimento dos prazos para tal estabelecidos, sem que seja efectuado qualquer esforço de adaptação das soluções preconizadas à realidade nacional.

<sup>122</sup> Criado através do artigo 69º da LQCA e regulado pelo Decreto-Lei 15/2008 de 30 de Julho e para o qual revertem 50% dos valores das coimas aplicadas no âmbito deste regime (conforme artigo 72º LQCA).

<sup>123</sup> A criação deste Fundo de intervenção ambiental e consequente finalidade atribuída pressupõe que exista uma receita considerável resultante da aplicação de coimas às contra-ordenações ambientais. Motivo pelo qual este nosso trabalho se reveste de primordial importância pois poderá contribuir para uma consciencialização da forma como os processos de contra-ordenação estão a ser conduzidos.

<sup>124</sup> *In* - Direito Administrativo do Ambiente - Otero, Paulo; Gonçalves, Pedro.(editores) - Tratado de Direito Administrativo Especial-Vol I. Coimbra: Almedina, 2009.(pag159-279) p 236.

<sup>125</sup> Na opinião de A.LEONES DANTAS, Notas à lei das contra-ordenações ambientais. Revista do Ministério Público, número 116, ano 2009, p 88, a qual acompanhamos sem reservas.



Apesar de na sua generalidade a LQCA ser bem mais detalhada do que o próprio RGCO, o seu artigo 2º estabelece a aplicação subsidiária do RGCO. Esta subsidiariedade por sua vez e por força do disposto no próprio RGCO faz com que, também na LQCA seja aplicado subsidiariamente o Código de Processo Penal, Código do Processo Civil, Código Penal e Código de Procedimento Administrativo<sup>126</sup>.

Da análise da LQCA resulta a verificação de uma redundante reprodução nos seus constituintes essenciais de um número considerável de artigos do RGCO e dizemos redundantes na medida em que sendo o RGCO aplicável subsidiariamente à LQCA, como vimos, e por força dessa subsidiariedade aplicável em tudo o que não constar na LQCA, tornava-se desnecessária a repetição de conceitos e disposições. No entanto compreende-se a opção do legislador na medida em que desta forma está facilitada a definição e a consulta do regime adoptado. Da mesma forma foram importados de outros regimes especiais alguns conceitos como sejam o sancionamento da tentativa e da negligência (comuns aos vários regimes contra-ordenacionais da área económica) e o regime da autoria e cumplicidade (retirado do Código Penal).

Tendo como ponto de partida o RGCO, a LQCA assume-se como um regime paralelo que no entanto adoptou em grande medida as soluções preconizadas pelo anterior regime geral, pelo que tendo em conta o objecto do presente estudo, orientaremos a nossa atenção para as inovações dignas de registo.

Constituindo-se como o regime aplicável às contra-ordenações ambientais, a LQCA classifica como contra-ordenação ambiental “todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação de disposições legais e regulamentares relativas ao ambiente<sup>127</sup> que consagrem direitos ou imponham deveres, para o qual se comine uma coima.”<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> “A opção duvidosa de sobrepor diplomas com remissões sucessivas levará ao absurdo de serem aplicados, em processos por contra-ordenações ambientais, preceitos do Código de Processo Civil, por remissão do artigo 4º e outros do Código de Processo Penal, por sua vez aplicável por remissão do artigo 13º nº 7 do Decreto-lei 17/91 de 10 de Janeiro, aplicável por remissão do artigo 66º RGCO, por sua vez ainda aplicável pelo artigo 2 da LQCA” - Nuno Salazar Casanova e Claudio Monteiro, Comentário à lei quadro...p 60. A nós parece-nos que a remissão do RGCO para o CPP deve-se ao disposto no artigo 41º e não no artigo 66º do RGCO, como defendem estes autores.

<sup>127</sup> A definição do que se deve entender por legislação e regulamentação ambiental encontra-se consagrada no nº 3 do mesmo artigo.

<sup>128</sup> Nº2 do art.º 1º da LQCA.

Relativamente à definição adoptada pelo RGCO o legislador introduz na definição de contra-ordenação ambiental “a violação de disposições legais e regulamentares relativas ao ambiente que consagrem direitos ou imponham deveres”<sup>129</sup>.

Para a prossecução do objectivo de definição do conceito de contra-ordenação ambiental, nomeadamente no que deve ser considerado legislação e regulamentação ambiental, o legislador recorre às componentes enumeradas pela LBA. Esta opção assume-se como demasiado abrangente, podendo contribuir para o surgimento de confusões interpretativas, tendo em conta que a LBA, no seu artigo 6º, considera como fazendo parte dos componentes naturais o ar, a água, o solo vivo e o subsolo, a flora e a fauna<sup>130</sup>. Efectivamente levada esta previsão à letra poderá considera-se como infracção ambiental toda a infracção que viole normas relativas à protecção de qualquer um dos componentes naturais apontados, donde facilmente se conclui que na realidade não seria esse o objectivo do legislador<sup>131</sup>.

Esta excessiva abrangência protagonizada pelo conceito de componentes naturais pode em última instância resultar numa distinta qualificação de determinada infracção como contra-ordenação ambiental tanto no seio da administração como no confronto administração/tribunais, resultando daí alguma insegurança legal.

Assim e de acordo com A. LEONES DANTAS, a definição avançada não pode deixar de ser considerada como “um ponto de referência deixado ao legislador para se orientar na definição futura do âmbito de aplicação desta lei, âmbito esse que derivará da legislação que vier a ser produzida para a adaptação dos diferentes diplomas ao regime que decorre da Lei”<sup>132</sup>.

Relativamente à aplicação no tempo, no espaço e ao momento e lugar da prática das infracções tipificadas como contra-ordenações ambientais a LQCA pouco vem

---

<sup>129</sup> A.LEONES DANTAS, Notas à lei das contra-ordenações ambientais..p 96, critica a opção de adopção de conceito de violação de disposições legais ou regulamentares que consagrem direitos, considerando que o fundamento da contra-ordenação deve assentar na tutela do interesse público e não no interesse privado ou na defesa dos direitos privados. Como o próprio autor indica esta opção fica a dever-se ao regime originário desta disposição, o Direito do Trabalho.

<sup>130</sup> E subsequente enumeração do que deve ser entendido por compreender cada um desses componente.

<sup>131</sup> A.LEONES DANTAS, Notas à lei das contra-ordenações ambientais...p 97, aponta como exemplo as matérias de natureza agrícolas que sendo abrangidas pela definição vista, na verdade nunca estiveram tradicionalmente entendidas como actividades do espaço ambiental.

<sup>132</sup> Notas à lei das contra-ordenações ambientais...p 98.

acrescentar ao estatuído no RGCO, limitando-se a diferenciar a aplicação no tempo quando se verifique a modificação da lei vigente ao tempo da prática do facto. Nestes casos, manda a LQCA que ao arguido se aplique a lei mais favorável, excepto nos casos em que o arguido tenha já sido condenado por decisão definitiva ou transitada em julgado, mesmo que ainda não executada<sup>133</sup>.

A questão da punibilidade das pessoas colectivas<sup>134</sup>, públicas ou privadas<sup>135</sup>, constitui-se como mais uma das alterações preconizadas pela LQCA, em relação ao tradicional RGCO.

Se o anterior regime geral apontava para a responsabilidade das pessoas colectivas relativamente às contra-ordenações que viessem a ser praticadas pelos seus órgãos no exercício das suas funções, a nova lei prevê que a responsabilidade das pessoas colectivas ocorre em relação aos actos praticados, *em seu nome ou por sua conta*, pelos titulares dos seus órgãos sociais, mandatários, representantes ou trabalhadores, ou seja ainda que os mesmos actuem não fazendo uso dos poderes de representação<sup>136</sup>.

Mas a LQCA não se fica por esta inovação nesta matéria, vai ainda mais longe estendendo essa responsabilização<sup>137</sup> aos titulares do órgão de administração das pessoas colectivas, bem como aos responsáveis pela direcção ou fiscalização de áreas de actividade em que seja praticada alguma contra-ordenação, quando conhecendo ou devendo conhecer a prática da infracção, não adoptem as medidas adequadas para lhe pôr termo imediatamente<sup>138</sup>.

Realça-se neste preceito que o órgão de administração das pessoas colectivas, ou os responsáveis pela direcção ou fiscalização de determinadas áreas de actividade não

---

<sup>133</sup> Diferentemente do que ocorre no RGCO em que a disposição legal é a mesma ( ou seja não há aplicação da lei mais favorável se a decisão for já definitiva ou transitada em julgado ) mas para situações em que o arguido tenha já sido condenado por decisão definitiva ou transitada em julgado **e executada**.

<sup>134</sup> Doutrinalmente definidas “como organizações constituídas por um agrupamento de pessoas ou por um complexo patrimonial (massa de bens), tendo em vista a prossecução dum interesse comum determinado, e às quais a ordem jurídica atribui a qualidade de sujeitos de direito, isto é, reconhece como centros autónomos de relações jurídicas” MANUEL DE ANDRADE. Teoria Geral da Relação Jurídica, Coimbra, Coimbra Editora, 1960, Vol I, p.45.

<sup>135</sup> De acordo com a alteração introduzida pela Lei 89/2009, de 31 de Agosto.

<sup>136</sup> Artigo 8º nº2 da LQCA.

<sup>137</sup> Embora prevendo para estes casos a aplicação da sanção prevista para o autor especialmente atenuada.

<sup>138</sup> Conforme N.º3 do art.º 8º da LQCA. Na realidade não se trata na verdade de um preceito inovador, na medida em que o Regime Jurídico das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeira, prevê disposição semelhante no seu art.º 226 n.º2).

têm obrigatoriamente de conhecer a prática da infracção, basta para tanto que no desempenho das suas funções tivessem obrigação de a dever conhecer. Resta acrescentar neste ponto que essa responsabilidade pode ser afastada se essas pessoas fizerem prova de que adoptaram as medidas adequadas para por termo imediatamente à prática da infracção<sup>139</sup>, independentemente de o terem ou não conseguido. Da mesma forma a responsabilidade das pessoas colectivas relativas a infracções praticadas, “*em seu nome ou por sua conta*”, pelos titulares dos seus órgãos sociais, mandatários, representantes ou trabalhadores, pode ser afastada se esta fizer prova de que cumpriu todos os deveres a que estava obrigada, não tendo mesmo assim conseguido impedir a prática da infracção<sup>140</sup>.

Uma outra diferença apresentada pela LQCA em relação ao RGCO prende-se com a imputação subjectiva da infracção, sendo que a LQCA passa por regra a prever a imputação a título de dolo e negligência, ao passo que o RGCO prevê a punição pela prática de infracções por dolo, deixando a punibilidade a título de negligência dependente da especial previsão nos termos da lei. Enquanto todas as contra-ordenações ambientais passam a ser puníveis sejam elas praticadas com dolo ou negligência, no caso das contra-ordenações reguladas pelo RGCO são punidas as praticadas “com dolo ou, nos casos especialmente previstos na lei, com negligência”<sup>141</sup>. Atente-se ainda ao nº3 do art.º 8º da LQCA, o qual vem reforçar a punibilidade das infracções ambientais praticadas com negligência.

Os critérios subjacentes à fixação da coima constituem-se outra das “novidades” introduzido pelo novo regime jurídico. Estabelecidos no art.º 20º da LQCA, os critérios que devem ser tidos em consideração pela entidade administrativa em sede de fixação da coima, concretamente na fixação do seu valor, apresentam-se neste novo regime “dilatados” em relação ao regime “tradicional” ou geral, assumindo particular relevância, pela novidade introduzida, especialmente os enunciados no seu “curioso” número 3.

Estabelece então esse artigo:

---

<sup>139</sup> Conforme artigo 8º nº 3 *in fine* da LQCA.

<sup>140</sup> Conforme artigo 8º nº4 da LQCA, na versão introduzida pela Lei 89/2009, de 31 de Agosto, que veio corrigir um lapso da versão original. Na versão original o nº 4 referia “Cessa o disposto no número anterior se a pessoa colectiva provar...”, quando o número anterior (nº3) não falava de pessoas colectivas antes sim o nº 2.

<sup>141</sup> Conforme art.º 8º nº 1 do RGCO.

## Artigo 20º

### Sanção Aplicável

1. A determinação da coima e das sanções acessórias faz-se em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa do agente, da sua situação económica e dos benefícios obtidos com a prática do facto.
2. Na determinação da sanção aplicável são ainda tomadas em conta a conduta anterior e posterior do agente e as exigências de prevenção.
3. São ainda atendíveis a coação, a falsidade, as falsas declarações, simulação ou outro meio fraudulento utilizado pelo agente, bem como a existência de actos de ocultação ou dissimulação tendentes a dificultar a descoberta da infracção.

Da análise efectuada a este concreto preceito logo saltam à vista duas questões. A primeira relacionada com a eventual prática de factos que podem integrar ilícitos penais, como seja a falsificação e a coação. A segunda relativamente à “exigência” de colaboração do arguido relativamente à investigação desenvolvida pela administração.

Tal como refere LEONES DANTAS<sup>142</sup>, a interpretação desta norma deve ocorrer em termos muito hábeis, não podendo a administração perante uma situação de comprovada verificação de falsificação, coação ou qualquer outro facto passível de preenchimento de um qualquer tipo legal de crime, abstrair-se do dever de denúncia que sobre ela recai<sup>143</sup>, sob o pretexto de que tal facto será punido através do agravamento da coima da contra-ordenação investigada.

Na mesma linha tende a ser analisada a parte final do mesmo preceito, na medida em que não pode ser exigido ao arguido que colabore com a administração na descoberta da prática da infracção, por violação do princípio da presunção da inocência. Poderá quando muito optar-se por valorar a colaboração do arguido em sentido positivo na determinação da pena, actuando como circunstância atenuante e nunca o contrário

---

<sup>142</sup> A.LEONES DANTAS, Notas à lei das contra-ordenações ... p 109.

<sup>143</sup> Nos termos dos artigos 38º, 39 e 40º do RGCO.

como agravante. Ou seja “premiar” quem colabora, nunca agravar a punição de quem não colabora ou dificulta a investigação<sup>144</sup>.

Avançando na análise proposta às principais alterações introduzidas pela LQCA, de acordo com a enumeração transcrita da exposição de motivos da primeira versão da LQCA, uma das novidades prometidas prendia-se com a classificação das contra-ordenações.

A experiência colhida noutros regimes contra-ordenacionais sectoriais levaram o legislador a optar pelo escalonamento das diversas infracções ambientais em três distintos níveis de gravidade; contra-ordenações leves, graves e muito graves.

Esta opção pela classificação das contra-ordenações em três níveis permite uma harmonização desejável quer ao nível do estabelecimento dos limites abstractos dos montantes das coimas quer permitindo em muitos casos uma harmonização do regime processual e substantivo aplicável a cada tipo de contra-ordenação<sup>145</sup>. Desta forma, criando três tipos de contra-ordenações graduadas de diferentes gravidades de acordo com os parâmetros definidos pelo legislador, permite-se definir critérios rígidos de classificação das infracções produzidas, neste caso, ao meio ambiente, sendo garantida, à partida, uma uniformidade de valoração do bem jurídico protegido por cada previsão contra-ordenacional, evitando indesejáveis discricionariedades derivadas de diferentes sensibilidades que tantas vezes ocorrem mesmo dentro de uma mesma autoridade administrativa e da qual resultam ou podem resultar diferenças injustificáveis de classificação de um mesmo tipo de contra-ordenação.

É portanto, no nosso ver, de aplaudir a opção tomada neste âmbito, pois permite criar um regime mais harmonioso e menos subjectivo capaz de facilitar a sua aplicação prática.

Assume igualmente relevância a facilidade com que esta opção permite proceder de uma assentada a alterações de uma infinidade de contra-ordenações, por maior que seja a sua dispersão pelos textos legislativos. A classificação de contra-ordenações

---

<sup>144</sup> Este preceito introduzido pelo número 3 do art.º 20º é inspirado em preceitos idênticos vigentes no Código de Valores Mobiliários, concretamente na alínea c) do nº2 do seu art.º 405º e nas disposições do Código de Trabalho.

<sup>145</sup> Como por exemplo a possibilidade de aplicação do processo sumaríssimo às contra-ordenações leves nos termos do art.º 56º da LQCA.

leves, graves e muito graves, permite que sempre que o legislador entenda dever alterar, como de resto já ocorreu<sup>146</sup>, o valor mínimo e máximo das contra-ordenações ambientais<sup>147</sup>, através da alteração de um único artigo de um único diploma procede à alteração de todas as contra-ordenações ambientais existentes.

Este novo regime vem igualmente introduzir uma circunstância agravante na determinação da medida da sanção, a reincidência, com a elevação dos montantes dos limites mínimos e máximos das respectivas coimas. Para tal, a LQCA, considera reincidente todo aquele que praticar uma contra ordenação dolosa muito grave ou grave depois de ter sido condenado pela prática de uma outra qualquer infracção (nº1 do artigo 26º), ou aquele que praticar uma qualquer infracção (dolosa ou negligente), depois de ter sido condenado por uma infracção muito graves (igualmente dolosa ou negligente) ou uma infracção grave praticada a título de dolo. Como todos os casos de previsão de reincidência também aqui é definido um espaço temporal no qual terão de ocorrer as circunstâncias classificadoras da reincidência. Assim para que determinado agente seja considerado reincidente o prazo que deve mediar entre as infracções, ou como bem aponta A. LEONES DANTAS, “entre a condenação pela primeira e a prática da segunda”<sup>148</sup> é igual ao prazo de prescrição da primeira infracção<sup>149</sup>.

Esta opção de punibilidade da reincidência é criticável não tanto pela sua aplicação no âmbito do Direito de Mera Ordenação Social, mas sobretudo pelo facto de, ao abrigo do actual regime das contra-ordenações ambientais, a reincidência aproveitar tanto as contra-ordenações praticadas a título de dolo, como as praticadas a título de negligência<sup>150</sup>.

Em sentido contrário, ou seja em sentido de redução do montante da coima a última alteração do regime da LQCA vem introduzir este novo conceito através do seu

<sup>146</sup> Através da Lei 89/2009, uma das alterações introduzidas na LQCA foi precisamente a diminuição dos montantes mínimos das coimas, tendo em conta que os anteriores, por demasiado elevados, se encontravam desajustados da realidade económica nacional.

<sup>147</sup> Ou no caso em apreço a tipologia das sanções acessória, que na actual redacção da LQCA apenas podem ser aplicadas às contra-ordenações graves e muito graves, conforme artigo 30º.

<sup>148</sup> A. LEONES DANTAS. Notas à lei das contra-ordenações ... p 113 e seg.

<sup>149</sup> Em nosso entender este prazo de prescrição no caso da primeira contra-ordenações ser graves ou muito graves é de cinco anos, enquanto que para os casos em que a primeira contra-ordenações seja leve o prazo de prescrição é reduzido a três anos, conforme números 1 e 2 do artigo 40º da LQCA. Posição contrária assume NUNO SALAZAR CASANOVA e CLÁUDIO MONTEIRO. Comentários à lei..., p65.

<sup>150</sup> A forma como se encontram redigidos os números 1 e 2 do artigo 26º evidencia claramente essa possibilidade.



artigo 49º-A. Obviamente que esta redução não pode ocorrer em todo o tempo e em todos os casos, impondo o legislador como condições de aplicabilidade dessa redução as seguintes:

1º- A infracção praticada seja punível com contra-ordenação leve ou grave, ficando desde logo afastadas as infracções classificadas como contra-ordenações muito graves;

2º- O arguido deve requerer o pagamento da coima no prazo de quinze dias úteis após a notificação<sup>151</sup>.

3º- Cumulativamente com o pedido, o arguido deve demonstrar que cessou a conduta ilícita, por acção ou omissão, objecto da contra-ordenação ou contra - ordenações cuja prática lhe foi imputada;

4º- O arguido não pode ser reincidente.

A motivação apresentada pelo legislador para a introdução deste novo preceito, de redução do montante da coima, não se nos afigura como a que estará realmente na sua introdução neste novo regime<sup>152</sup>. Refere-se na exposição de motivos que “ é aditado um preceito que institui a possibilidade de o infractor que não seja reincidente e que de imediato reconheça a infracção que cometeu, cessando a conduta ilícita que motivou a aplicação da coima, poder obter uma redução da coima aplicável. Deste modo, visa-se que o infractor primário que reconheça ter praticado a contra-ordenação diligencie no sentido de remover as causas da infracção por sua iniciativa, demonstrando com esta sua conduta claro arrependimento do qual resulta uma atenuação especial da coima”<sup>153</sup>. Pois a nós não colhe tal afirmação, inclinando-nos antes para considerar que esta redução especial da coima serve principalmente para reduzir significativamente o número de processos contra-ordenacionais existentes na administração, processos esses que como veremos ao longo deste trabalho nem sempre conseguem chegar ao fim com o resultado

<sup>151</sup> N.º 1 do art.º 49º da LQCA: “o auto de notícia, depois de confirmado pela autoridade administrativa e antes de ser tomada a decisão final, é notificado ao infractor conjuntamente com todos os elementos necessários para que este fique a conhecer a totalidade dos aspectos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito, para, no prazo de 15 dias úteis, se pronunciar por escrito sobre o que se lhe oferecer por conveniente”.

<sup>152</sup> Pois que já fora empregue em outros regimes anteriores.

<sup>153</sup> Verifica-se aqui um novo erro de “linguagem”. Uma das condições exigidas ao arguido para que lhe possa ser aplicada a medida de redução da coima, prende-se com o facto de ele não ser reincidente, o que não implica que seja obrigatoriamente “primário”, ao contrário do que é dado a entender neste trecho da exposição de motivos.



que legalmente lhe era exigido. Em segundo, com esta medida pretende-se evitar a interposição dos sempre indesejáveis recursos judiciais<sup>154</sup> que contribuem diariamente para obstruir ainda mais os já atravancados tribunais portugueses.

Ainda no âmbito das novidades processuais, a LQCA introduz um inovador prazo para realização da instrução, que deverá ficar completa no prazo máximo de 180 dias contados a partir da data de distribuição ao respectivo instrutor<sup>155</sup>. Esta medida embora seja de aplaudir, levanta-nos sérias dúvidas de exequibilidade. Dúvidas essas que se adensam com as conclusões do presente estudo.

Relativamente à competência instrutória dos processos contra-ordenacionais o novo regime vem estabelecer igualmente uma competência genérica para a instauração e decisão dos procedimentos de contra-ordenação ambiental. Estabelece o artigo 71º da LQCA.

#### Artigo 71.º

##### **Competência genérica do Inspector -Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território**

1 — Sem prejuízo da competência atribuída por lei a qualquer autoridade administrativa para a instauração e decisão dos processos de contra -ordenação, o inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território é sempre competente para os mesmos efeitos relativamente àqueles processos.

2 — O inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território é ainda competente para a instauração e decisão de processos de contra -ordenação cujo ilícito ainda que de âmbito mais amplo, enquadre componentes ambientais.

3 — O ministro responsável pela área do ambiente pode determinar, sempre que o interesse público o justifique, que a Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território avoque os processos de contra -ordenação ambiental que se encontrem em curso em quaisquer serviços do ministério em causa.

---

<sup>154</sup> Reforçada esta nossa ideia com a introdução da derrogação de um princípio tradicional da legislação nacional, a *reformatio in pejus* que abordaremos de seguida.

<sup>155</sup> Que poderá ser alargado em mais 120 dias por decisão da autoridade administrativa, sob proposta do instrutor (nº 3 do artº 48º da LQCA).

4 — A avocação prevista no número anterior implica a transferência do processo para a Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território para efeitos de instrução e decisão, sem prejuízo do dever de cooperação que continua a incidir sobre o serviço inicialmente competente.

O inspector-geral do Ambiente passa por força deste dispositivo legal a dispor de competência para “a instauração e decisão dos procedimentos de contra-ordenação ambiental, mesmo quando o ilícito seja de âmbito mais amplo, desde que enquadre componentes ambientais, bem como a possibilidade de avocação por esta entidade dos procedimentos da competência de qualquer outro órgão do Ministério em que se integra”<sup>156</sup>. Uma vez mais nos assaltam dúvidas quanto à exequibilidade desta disposição. Se em termos teóricos se aplaude a congregação das competências instrutórias numa única entidade, na medida em que pode ser sinónimo de uma uniformidade de tratamento e de aplicação de critérios na aplicação das normas ambientais, em termos práticos, como veremos, parece-nos que a IGAOT se encontra já com as suas capacidades instrutórias esgotadas.

Finalmente resta-nos abordar uma outra alteração que não só contraria o disposto no RGCO<sup>157</sup>, mas que de certa forma contraria toda a tradição jurídica nacional, construída ao longo dos tempos no direito nacional. Referimo-nos ao incompreensível afastamento da proibição de *reformatio in pejus*<sup>158</sup>.

A tradição legislativa portuguesa desde à longa data que incorporou a figura da proibição, em matéria penal de *reformatio in pejus*, desde logo perfeitamente enquadra-se legalmente pelo CPP, que no seu artigo 409º refere peremptoriamente que o tribunal de recurso não pode modificar as sanções recorridas em prejuízo de qualquer dos arguidos<sup>159</sup>.

<sup>156</sup> VASCO PEREIRA DA SILVA – Breve nota sobre o Direito sancionatório do ambiente...p 290.

<sup>157</sup> Concretamente no seu artigo 72º-A, aditado pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de Setembro que dispõe o seguinte:

“ 1 - Impugnada a decisão da autoridade administrativa ou interposto recurso da decisão judicial somente pelo arguido, ou no seu exclusivo interesse, não pode a sanção aplicada ser modificada em prejuízo de qualquer dos arguidos, ainda que não recorrentes.

2 - O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de agravamento do montante da coima, se a situação económica e financeira do arguido tiver entretanto melhorado de forma sensível”.

<sup>158</sup> Como possível tradução: “reformatar a sentença para pior”.

<sup>159</sup> Para JORGE FIGUEIREDO DIAS, “a proibição representa não apenas uma consequência do princípio da acusação, mas um autêntico reforço de toda a estrutura acusatória do processo penal”, citado por

Tal como no processo penal a proibição da *reformatio in pejus*, encontra-se igualmente presente no RGCO, que de forma idêntica dispõe no seu artigo 72-A que “não pode a sanção aplicada ser modificada em prejuízo de qualquer dos arguidos, ainda que não recorrentes”, quando haja recurso da decisão judicial ou impugnação da decisão da autoridade administrativa, interpostos apenas pelo arguido ou no seu exclusivo interesse.

Ora relativamente a esta questão a nova LQCA vem afastar essa proibição, assumindo ou permitindo que a decisão recorrida possa ser agravada em sede de decisão desse recurso. Na LQCA não existe a anterior garantia dada ao arguido de que em caso de recurso a decisão contra ele proferida não poderia sofrer qualquer agravamento.

Apesar de toda a fundamentação legal que possa ser utilizada na defesa da *reformatio in pejus*, a alteração introduzida pela Lei 50/2006, afastando a sua proibição em recurso das decisões em matéria ambiental, vem em nosso ver, contribuir para uma diminuição da utilização dessa figura de defesa dos interesses dos arguidos, principalmente dos “pequenos” arguidos, aqueles que praticando infracções de pequena leva vêm a administração, de forma desproporcional e completamente desfasada da realidade social e económica, aplicar coimas de montantes consideráveis fruto de alguma falta de “sensatez” dos seus agentes punitivos. O afastamento da proibição da *reformatio in pejus* e consequentemente da garantia inicialmente atribuída de que a sanção não seria agravada, vai contribuir para que, por receio, haja uma redução significativa no número de recursos apresentados.

### **6.3. A Defesa do Ambiente através do DL 147/2008 de 29 de Julho – Regime de prevenção e reparação do dano ecológico.**

A questão de saber, perante um determinado caso concreto de “dano causado à integridade de um bem ambiental natural”<sup>160</sup>, quem será o responsável pela perda causada, ou seja, pelos prejuízos ambientais resultantes desse dano, foi sendo tema de discussão entre os que com estas questões se preocupam.

Durante muito tempo<sup>161</sup>, o dano causado ao meio ambiente, no capítulo da responsabilização do autor<sup>162</sup>, era visto essencialmente como “o dano causado às pessoas e às coisas”<sup>163</sup>, o que levava a que perante esse *estado da arte*, o problema da reparação se limitava ao dano causado a determinada pessoa, afectada nos seus bens jurídicos, fossem eles patrimoniais, no caso de as lesões ocorrerem nos seus bens materiais, ou no seu bem jurídico de personalidade, no caso de as lesões ocorrerem na sua pessoa, causando-lhe por exemplo uma doença.

Desta forma, sendo poucos aqueles que, utilizando os instrumentos legais colocados à sua disposição neste âmbito, se socorriam dos tribunais para verem ressarcidos os prejuízos causados, resultava que em grande número de vezes os autores de danos ao ambiente não eram responsabilizados pelo seu comportamento, para além da eventual coima aplicada por desrespeito a uma qualquer norma contra-ordenacional. Mas mais gravoso era o facto de, por suposição, um determinado comportamento que embora tivesse causado danos ambientais elevados, não causasse directamente prejuízos ou violações na esfera jurídica de uma qualquer pessoa, pudesse passar sem que o seu autor

---

<sup>160</sup> Noção dada a dano ecológico por CARLA AMADO GOMES, no texto A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO ECOLÓGICO - Reflexões preliminares sobre o novo regime instituído pelo DL 147/2008, de 29 de Julho, Setembro 2008, p 2, que serviu de suporte à intervenção da autora nas Jornadas de Direito do Ambiente que tiveram lugar na Faculdade de Direito de Lisboa, no dia 15 de Outubro de 2008, subordinadas ao tema *O que há de novo no Direito do Ambiente?*, patrocinadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

<sup>161</sup> Concretamente, no caso português, até à publicação do Decreto-lei 147/2008, de 29 de Julho.

<sup>162</sup> Falamos aqui na responsabilidade imputada ao autor do dano para além da eventual aplicação de medida sancionatória contra-ordenacional, na medida em que a produção de um dano subentende, na generalidade das situações, uma prévia violação de uma norma legal, por regra do regime de mera ordenação social.

<sup>163</sup> Primeira frase do preâmbulo do Decreto-Lei 148/2008, que estabelece pela primeira vez no ordenamento jurídico português um regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais.

viesse a ser punido e responsabilizado pelos danos causados, por mais graves que fossem<sup>164</sup>.

Assim, grosso modo, se por hipótese uma indústria contribuísse para a contaminação de um determinado curso de água, sem que daí directamente resultassem danos para a saúde ou bens materiais de uma qualquer pessoa, a responsabilidade do autor ficaria reduzida a nada, pois não causara dano a qualquer pessoa ou *coisa de alguém*<sup>165</sup>.

Este desígnio perspectivou uma mudança a partir da Convenção de Lugano<sup>166</sup>, onde se *terá iniciado o movimento de autonomização do dano ecológico*, no entanto com a sua não entrada em vigor, essa separação viria a ser adiada<sup>167</sup> até, no caso dos países pertencentes à união Europeia, à publicação da Directiva 35/2004/CE, transposta para o ordenamento jurídico português através do Decreto-Lei 147/2008, de 29 de Julho<sup>168</sup>.

Essa Directiva procura fundamentalmente preencher a lacuna existente, relativamente aos danos causados directamente ao ambiente e que não podiam ser enquadráveis no existente regime de responsabilização regido pelos princípios gerais da responsabilidade civil<sup>169</sup>, autonomizando dessa forma o dano ecológico, face ao dano ambiental<sup>170</sup>.

---

<sup>164</sup> Uma vez que inicialmente as disposições do Código Civil destinadas à responsabilidade civil (artigo 83º) exigem que tenha ocorrido uma violação de direitos, ao mesmo tempo que nos termos do mesmo diploma (artigo 202º nº2) os elementos componentes do meio ambiente são insusceptíveis de apropriação individual e por conseguinte não podem ser objecto de direitos privados.

<sup>165</sup> Na realidade o curso de água, sendo um bem de todos não é propriedade de ninguém.

<sup>166</sup> Convenção sobre a Responsabilidade Civil pelos Danos Resultantes de Actividades Perigosas para o Ambiente, assinada por Portugal em 1997. Convenção aberta à assinatura dos estados membros do Conselho da Europa, dos estados não membros que participaram na sua elaboração e da Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia), previa uma clara autonomização do dano ecológico face à lesão pessoal, no entanto nunca chegou a entrar em vigor por não terem sido depositadas as (3)três, sublinhe-se bem, ratificações necessárias. O que por si só é demonstrativo da “vontade” dos Estados participantes.

<sup>167</sup> Sobre as soluções que foram sendo encontrada/adaptadas para conseguir de alguma forma responsabilizar civilmente os autores de danos ecológico, ver LEITÃO, Luís Manuel Teles Menezes – A responsabilidade civil por danos causados ao ambiente. Em: GOMES, Carla Amado; ANTUNES, Tiago. Actas do Colóquio - a responsabilidade civil por dano ambiental, Lisboa: Edição do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, p21-41. 2010.p 21.

<sup>168</sup> Apesar do prazo limite para a transposição ter terminado em Abril de 2007.

<sup>169</sup> CARLA AMADO GOMES. A responsabilidade civil .... p.7.

<sup>170</sup> Veja-se sobre os principais objectivos desta directiva a exposição apresentada por CARLA AMADO GOMES. A responsabilidade civil.. p.7 e segs, ressaltando-se a proibição de entrega de quantias pecuniárias a particulares, na medida em que a sua existência pretende acima de tudo garantir que o ambiente fique o mais próximo possível daquilo que era antes do dano, seja por reconstituição natural, seja através da adopção de medidas de reparação.

Tal como nos diz o preâmbulo da lei que vem protagonizar a mudança paradigmática desta visão<sup>171</sup>, “durante muitos anos a problemática da responsabilidade ambiental foi considerada na perspectiva do dano causado às pessoas e às coisas. O problema central consistia na reparação dos danos subsequentes às perturbações ambientais — ou seja, dos danos sofridos por determinada pessoa nos seus bens jurídicos da personalidade ou nos seus bens patrimoniais como consequência da contaminação do ambiente”.

Esta realidade era fruto de um concurso de equívocos<sup>172</sup>, pois se por um lado a própria Constituição da República, não faz uma distinção clara e inequívoca das duas realidades<sup>173</sup>, a Lei de Bases do Ambiente apresenta-nos uma perspectiva de dano ambiental personalizada no indivíduo<sup>174</sup>. Acresce a estas duas posições a Lei da participação procedimental e da acção popular<sup>175</sup>, utilizada para ressarcimento dos danos causados, e que reduz o regime de indemnização aos designados interesses individuais homogéneos<sup>176</sup>.

Esta conjuntura conduzia-nos a uma situação de deficit de execução do Direito do ambiente<sup>177</sup>, porquanto proliferavam as situações de incumprimento generalizado das normas jurídico-ambientais<sup>178</sup>.

Consciente desta realidade e porque “a progressiva consolidação do Estado de direito ambiental determina a autonomização de um novo conceito de danos causados à natureza em si, ao património natural e aos fundamentos naturais da vida”<sup>179</sup> a directiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, vem estabelecer um novo regime de responsabilidade por dano ecológico, procurando colmatar a lacuna existente e que resultava na reparação do dano apenas nos casos em que ele resultava

---

<sup>171</sup> Decreto-Lei 147/2008, de 29 de Julho.

<sup>172</sup> CARLA AMADO GOMES. A responsabilidade civil.. p. 4 e 5.

<sup>173</sup> Concretamente o artigo 52º nº 3 da CRP.

<sup>174</sup> Conforme o seu artigo 40º nº 4 e 5.

<sup>175</sup> Lei 83/95, de 31 de Agosto.

<sup>176</sup> cfr. o artigo 22º nº 2.

<sup>177</sup> Espelhados neste pequeno trecho do preâmbulo da Directiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, e que está na origem do regime Nacional; “*Existem hoje na Comunidade muitos sítios contaminados que suscitam riscos significativos para a saúde, e a perda da biodiversidade acelerou-se acentuadamente durante as últimas décadas. A falta de acção poderá resultar no acréscimo da contaminação e da perda da biodiversidade no futuro. Prevenir e reparar, tanto quanto possível, os danos ambientais contribui para concretizar os objectivos e princípios da política de ambiente da Comunidade...*”.

<sup>178</sup> Cfr. CUNHAL SENDIM. Responsabilidade civil por ... p.14.

<sup>179</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei 147/2008, de 29 de Julho.

numa lesão efectiva de interesses individuais - o que na generalidade dos casos podia não acontecer, ou melhor não acontecia<sup>180</sup>.

A directiva 2004/35/CE, estabelecendo regras básicas quanto à forma de responsabilização por dano ecológico, deixa alguma margem de manobra aos estados membros para que possam eles próprios adaptar o regime às suas necessidades e realidades.

Desta forma procede-se finalmente à autonomização do dano ecológico, o que por si só constitui um passo basilar na afirmação do Direito do Ambiente.

Lembremos no entanto, que este “novo” regime é aplicado exclusivamente aos danos ecológicos<sup>181</sup>, deixando de parte a responsabilidade por danos patrimoniais e pessoais, ainda que ambientais, cuja protecção permanece na alçada da responsabilidade civil “tradicional”.

Privilegiando a reconstituição natural, sempre que tal seja possível, à indemnização pelo dano causado, o Decreto-Lei 147/2008, de 29 de Julho, estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, transpondo para a ordem jurídica nacional, mais de quatro anos depois da sua publicação, a Directiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, que aprovou o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais<sup>182</sup>.

Tal como preconizado no seu artigo 2º o RPRDE aplica-se aos danos ecológicos, bem como às ameaças iminentes desses danos, ou seja sempre que estejamos perante a iminência da ocorrência de um dano ambiental, o regime é aplicável, chamando-se assim à coação outro princípio caracterizador e estruturante do Direito do Ambiente - o princípio da prevenção, baseado na necessidade de prevenir a ocorrência de acidentes

---

<sup>180</sup> E mesmo nos casos do dano ambiental provocar uma lesão de interesses individuais estaria igualmente dependente do seu legítimo titular exercer a competente acção inibitória contra o agente lesante e ainda assim apenas relativamente à reconstituição do estado inicial individual, nunca na reposição total, ou análoga, do bem colectivo.

<sup>181</sup> A este respeito veja-se a posição de CARLA AMADO GOMES, A responsabilidade civil.. p 11 notas 35 e 36.

<sup>182</sup> Daí resulta a sigla RPRDE utilizado por CARLA AMADO GOMES (e que também nós faremos uso) no texto “De que falamos quando falamos de dano ambiental? Direito, mentiras e crítica, que constitui a versão longa da intervenção da autora no Colóquio subordinado ao tema Responsabilidade civil por dano ambiental, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2009.



que a acontecerem implicariam danos de tal forma graves que em muitos casos poderiam tornar-se irreversíveis<sup>183</sup>.

Neste ponto torna-se necessário referir que o legislador português protagonizou aquilo a que tínhamos já feito referência, ou seja, introduziu um alargamento no âmbito de aplicação do diploma.

Conforme foi por nós referido, a Directiva permite aos Estados Membros alargar alguns dos âmbitos do regime por ela definidos e no caso português isso veio a acontecer logo no âmbito de aplicação do diploma, no que ao “espaço territorial” diz respeito. Enquanto a Directiva classifica como “espaço territorial” de aplicação os espaços definidos pela Rede Natura 2000<sup>184</sup>, o legislador português entendeu alargar o “espaço territorial” de aplicação do regime (RPRDE), considerando que constituiu danos ecológico, o dano causado às espécies e habitats protegidos por todo o ordenamento jurídico nacional<sup>185</sup>. Deste modo, com a redacção dada pelo regime nacional, ficam protegidas não apenas as Zonas de Rede Natura 2000, como todas as zonas abrangidas por um dos vários instrumentos de protecção do Sistema Nacional de áreas Protegidas, no âmbito do Decreto-Lei 142/2008, de 24 de Julho.

Apesar de ser de aplaudir o alargamento preconizado pelo legislador português, a nós parece-nos ainda demasiado restritivo, pois limitando a aplicação do presente regime a danos causados, grosso modo, em áreas protegidas, ficamos com a convicção que a maioria, ou pelo menos grande número de situações de danos ecológicos produzidos, ocorrendo fora destas áreas, ficarão desprotegidos, apesar dos impactos negativos que podem produzir no meio ambiente. Efectivamente ao aplicar este regime apenas a zonas protegidas que serão à partida zonas onde a instalação de actividades industriais é por demais controlada e nalguns casos mesmo proibida, ficaram de fora os danos causados em zonas onde na realidade se encontram sediadas as actividades mais perigosas e que apesar de não serem consideradas como zonas protegidas, o impacto ambiental produzido justificaria uma intervenção no âmbito deste diploma.

---

<sup>183</sup> Tendo em conta a fragilidades de alguns dos bens que aqui se pretendem proteger.

<sup>184</sup> CARLA AMADO GOMES. Actas do Colóquio - a responsabilidade civil ...p 161.

<sup>185</sup> Considera-se para efeitos deste diploma dano ambiental, todo o dano causado às *espécies e habitats de flora e fauna protegidos*, nos termos da lei, Conforme definições constantes no Artº 11º nº1, alínea e) i) e alínea g) do RPRDE.



Melhor seria em nosso entender que a responsabilização por dano ecológico pudesse ser accionada sempre que ocorresse um dano ecológico significativo, independentemente do local dessa mesma ocorrência.

Ainda no que ao âmbito de aplicação diz respeito debruçemo-nos, ainda que de forma despretensiosa, sobre quais devem ser os “bens susceptíveis de sofrer alterações significativas do seu estado-dever que são objecto de selecção pelo legislador”, ou seja determinar quais os bens naturais protegidos pelo novo regime.

O RPRDE aborda esta questão essencialmente no seu artigo 11º ao estabelecer a definição de danos ambientais em três subespécies: Danos causados aos habitats e às espécies de flora e de fauna protegidos nos termos da legislação nacional; Danos causados à água; Danos causados ao solo. Desta feita o legislador não foi além do preconizado pela directiva<sup>186</sup>, apesar de também neste aspecto a Directiva permitir a extensão do regime a outros bens naturais.

Uma leitura atenta destas definições permitem-nos concluir<sup>187</sup> que na realidade os bens naturais protegidos pelo RPRDE são apenas a água e as espécies protegidas nos termos do quadro legal nacional. A forma como nos é apresentado pelo artigo 11º o dano ao solo não nos permite caracterizá-lo como um bem ecológico “puro”, pois a previsão legal estatui que do dano causado ao solo resulte um “risco significativo para a saúde humana”. Ou seja, se uma qualquer actividade industrial conduzir à contaminação de um solo englobado numa qualquer zona protegida, mas dessa contaminação não resultar risco significativo para a vida humana, não estaremos perante uma situação passível de aplicação do RPRDE.

No âmbito da responsabilidade dos agentes, o RPRDE, estabelece regimes distintos para a responsabilidade objectiva e subjectiva.

Assim, considera que são objectivamente responsáveis pelos danos causados aos direitos e interesses alheios os operadores das actividades relacionadas no seu Anexo III, independentemente da existência na base causal do dano, por parte do operador, de

---

<sup>186</sup> Além de ter alargado a aplicação a todas as zonas protegidas e consequentemente, ou melhor presumivelmente, a um maior número de habitats e espécies de flora e fauna.

<sup>187</sup> Na mesma linha de pensamento de CARLA MADO GOMES. Direito Administrativo do Ambiente. Em Otero, Paulo; Gonçalves, Pedro. - Tratado de Direito Administrativo Especial - Vol I. Coimbra: Almedina, 2009. p 245.

uma conduta dolosa ou culposa. Ou seja pelo simples facto de determinado operador decidir levar a cabo uma determinada actividade<sup>188</sup> responsabiliza-o pela produção dos danos ambientais que dessa actividade possam resultar, independentemente de tais danos se verificarem com dolo ou culpa. Prevendo-se aqui uma série de actividades cuja existência, pese seja autorizada e necessária<sup>189</sup>, assume à partida um potencial criador de dano ecológico real, pelo que a sua responsabilização é imediata, logo que verificado o nexo causal entre a actividade e o dano ecológico produzido.

Quanto à responsabilidade subjectiva, o RPRDE, preconiza a responsabilização de todos aqueles que com dolo ou mera culpa, ofenderem direitos ou interesses alheios por via da lesão de um componente ambiental, ficando por essa via obrigados à reparação dos danos resultantes dessa ofensa, independentemente da actividade desenvolvida.

Comecemos por referir que o RPRDE se apresenta não apenas como um importante instrumento de reparação/compensação por dano ecológico<sup>190</sup>, mas representa, como veremos ao longo desta exposição, igualmente um importante papel no âmbito preventivo, introduzindo inclusivamente nalguns aspectos, novas formas de prevenção, anteriormente inexistentes<sup>191</sup> e que possibilitam (espera-se) uma redução significativa da ocorrência de incidentes com danos ecológicos.

Assim e embora seja no capítulo da reparação que o RPRDE assume um papel crucial e inovador, a realidade é que este regime apresenta-se como mais do que uma medida de reparação dos danos ecológicos já ocorridos<sup>192</sup>, assumindo igualmente um importante papel preventivo, quer através da própria previsão da reparação<sup>193</sup>, quer fun-

---

<sup>188</sup> Incluída no Anexo III do RPRDE.

<sup>189</sup> Pelo menos em alguns casos a necessidade da existência destas actividades é evidente.

<sup>190</sup> “Por outras palavras, não é no capítulo da prevenção que o RPRDE verdadeiramente inova, pois essa dimensão já se encontra coberta pelos diplomas sectoriais e pelo regime sancionatório...Na reparação/compensação é que reside o seu forte” CARLA AMADO GOMES, A responsabilidade Civil..., p. 16.

<sup>191</sup> Como sejam as medidas preventivas previstas no artigo 14º.

<sup>192</sup> Conforme CARLA AMADO GOMES, A responsabilidade civil..., p 16.

<sup>193</sup> Que poderá adquirir neste aspecto a “tradicional” função de Prevenção Geral ou Especial, lembrando aos operadores quais as consequências possíveis em caso de verificação de dano ecológico, o que por si só, tendo em conta os custos que lhe poderão estar subjacentes, pode funcionar como estímulo ao reforço das medidas de segurança e melhoramento das condições de funcionamento.

damentalmente através da possibilidade de actuação preventiva<sup>194</sup> aquando da verificação da iminência desse dano, recorde-se o âmbito de aplicação do RPRDE<sup>195</sup>.

Esta dupla vertente assume especial importância tendo em conta que muitas das actividades - principalmente industriais - embora necessárias à sociedade moderna, cuja evolução obriga a um desenvolvimento tecnológico nunca antes visto - constituem por si só, pelo facto de existirem, um risco para o meio ambiente, em muitos casos, sem existir ainda uma concreta medida da perigosidade que efectivamente representam. Daí que todos os factores contributivos para a redução do risco de acidente com danos ecológicos irreversíveis, devem ser tidos em consideração.

No seu artigo 14º o RPRDE apresenta-nos as medidas preventivas que face “a uma ameaça iminente<sup>196</sup> de danos ambientais o operador responsável deve adoptar, imediata e independentemente de notificação, requerimento ou acto administrativo prévio...”<sup>197</sup>. Mas é ainda exigido ao operador que, no âmbito do dever de informação, faça chegar ao conhecimento da administração, obrigatória e imediatamente, informação<sup>198</sup> sobre “todos os aspectos relacionados com a existência de ameaça iminente de danos ambientais verificada, das medidas de prevenção adoptadas e do sucesso dessas medidas da prevenção do dano”<sup>199</sup> encontrando-se assim uma solução concertada na prevenção do dano.

<sup>194</sup> Que como veremos pode ser imposta ao operador ou à administração.

<sup>195</sup> Conforme artigo 2º nº1 “O presente Decreto-lei aplica-se aos danos ambientais, bem como às ameaças iminentes desses danos”.

<sup>196</sup> Entenda-se aqui a verificação da ameaça iminente, nos termos do artigo 11º, nº1 b) do RPRDE, como a probabilidade suficiente para a verificação do dano num futuro próximo, que segundo CARLA AMADO GOMES, não deve ser entendido numa vertente estritamente temporal, mas igualmente circunstancial. Ou seja não é necessário que o dano esteja temporalmente prestes a ocorrer, num prazo de dias ou horas, mas é suficiente a constatação da existência de pressupostos que permitam com razoável verosimilhança e probabilidade prever com um razoável grau de certeza, a ocorrência desse dano. A Responsabilidade Civil..., p16.

<sup>197</sup> Prevê-se aqui a obrigatoriedade de tomada de medidas tendentes a evitar ou reduzir os danos, a assumir pelo operador, antes de qualquer intervenção de qualquer entidade pública com responsabilidades nessa matéria. Essas medidas devem ser tomadas tendo em conta os critérios definidos no Anexo V do RPRDE.

<sup>198</sup> Essa exigência prende-se com o facto de ser assegurado que as medidas preventivas tomadas são as aconselhadas, segundo os critérios do Anexo V, à concretização do dano, considerando que o operador económico tenderá a tomar as medidas preventivas sempre sob o chapéu da contenção das despesas excessivas, exigindo-se da autoridade administrativa a exigência da tomada das medidas correctivas necessárias à contenção do dano.

<sup>199</sup> Cfr nº 4 do artigo 14º RPRDE.

Relativamente às medidas de reparação, o artigo 16º do RPRDE, prevê que as mesmas possam ser adoptadas por duas vias, sendo a primeira por iniciativa do operador, que nos termos do nº1 do artigo 16º dispõe de um prazo de 10 dias decorridos sobre a ocorrência do dano para apresentar à autoridade uma proposta de medidas de reparação do dano causado, e a segunda por iniciativa da administração que em face da inércia ou minguagem do operador se vê obrigada a intervir e depois de decorrido um processo de audição de todos os interessados impor a tomada de medidas reparadoras ao operador<sup>200</sup>.

Apesar da obrigação de tomada de medidas, sejam elas preventivas ou de reparação, como bem se compreende, ser da responsabilidade do operador, sob atenta vigilância da entidade administrativa, esta pode sempre que se encontrem preenchidos determinados pressupostos<sup>201</sup>, substituir-se ao operador e tomar ela própria por sua conta a adopção de medidas de prevenção ou reparação, podendo posteriormente determinar os montantes dos custos das medidas adoptadas e o responsável pelo seu pagamento, a título de regresso.

O não cumprimento das obrigações definidas neste diploma, nomeadamente as de prevenção, informação e reparação é classificado, nos termos do artigo 26º do RPRDE como uma infracção ambiental, punida pela LQCA.

Pese o regime agora aprovado ter como princípio basilar norteador de toda a sua estrutura o princípio do poluidor-pagador<sup>202</sup>, o legislador nacional consagrou uma situação de exclusão da obrigação de pagamento dos custos das medidas de prevenção ou reparação adoptadas. Vejamos então em que circunstâncias o operador pode ser “dispensado” da obrigação do pagamento dos custos ocorridos<sup>203</sup> com a tomada de medidas preventivas reparadoras, ou outras, em consequência da produção de danos ecológicos.

---

<sup>200</sup> Em caso de ocorrência de circunstância que exijam uma extrema urgência de actuação e implementação de medidas de prevenção ou reparadoras, a entidade competente pode, nos termos do artigo 17º nº2 prescindir de todos esses procedimentos de consulta.

<sup>201</sup> Designadamente os previstos no artigo 17º nº1. A saber : O operador não cumprir com as suas obrigações; não ser possível identificar o operador; O operador não ser obrigado a suportar os custos, nos termos do RPRDE.

<sup>202</sup> Conforme referência feita tanto no preâmbulo do decreto-lei (RPRDE) como na Directiva (2004/35/CE).

<sup>203</sup> Esta possibilidade está igualmente prevista na Directiva 2004/35/CE.

Tal como previsto na directiva de suporte, o legislador português fez uso<sup>204</sup> da possibilidade conferida para dispensa ao operador do custear das operações de reparação de danos ecológicos. De facto, no artigo 20º do RPRDE, o legislador estabelece uma série de situações que isentam o operador das despesas de prevenção e reparação.

Assim, ficam excluídos do pagamento das medidas de prevenção ou de reparação os operadores que mostrem que o dano ou ameaça foi causado por terceiro e que ocorreu mesmo após a tomada das medidas de segurança adequadas<sup>205</sup>.

Ficam igualmente excluídos os danos resultantes do cumprimento de uma ordem ou instrução emanadas de uma autoridade pública que não seja uma ordem ou instrução resultante de uma emissão ou incidente causado pela actividade do operador<sup>206</sup>.

Em ambos os casos, embora seja imposto ao operador a tomada das medidas exigidas, atribui-lhe o gozo do direito de regresso sobre o terceiro responsável ou sobre a entidade administrativa de onde tenha emanado a ordem ou instrução<sup>207</sup>.

Finalmente, é excluída igualmente a obrigatoriedade de pagamento dos custos de prevenção ou reparação, por dano ocorrido, primeiro sem que haja da sua parte dolo ou negligência<sup>208</sup> e segundo que esse dano resulte como consequência do “normal” funcionamento de uma actividade especialmente perigosa listada no Anexo III, ou de uma outra qualquer actividade não conotada como actividade de risco, e como tal não considerada susceptível de causar dano ecológico, de acordo com o estado actual do conhecimento científico e técnico, habitualmente designado por “risco de desenvolvimento” decorrente da sociedade de risco em que actualmente vivemos<sup>209</sup>.

Nestes casos ao operador é exigido que faça prova da verificação dos pressupostos que o isentam do respectivo pagamento dos custos das medidas de prevenção ou reparação.

<sup>204</sup> E abuso.

<sup>205</sup> Alínea a) do nº1 do Artigo 20º do RPRDE.

<sup>206</sup> Alínea b) do nº1 do Artigo 20º do RPRDE.

<sup>207</sup> Nº 2 do artigo 20º do RPRDE.

<sup>208</sup> E por consequência no âmbito da responsabilidade Objectiva (artº 12º RPRDE).

<sup>209</sup> ALEXANDRA ARAGÃO. O Princípio do Poluidor pagador como princípio nuclear da responsabilidade ambiental no direito europeu. Actas do colóquio – A responsabilidade civil...p 119.

Se relativamente ao primeiro grupo de isenções não se levantam problemas de maior, em relação ao segundo grupo podem surgir diferentes entendimentos considerando que a solução preconizada, apesar de continuar a defender na íntegra os interesses ecológicos e de protecção ambiental<sup>210</sup>, pode ser encarado como ofensivo dos interesses do Estado, na medida em que recairá sobre ele, mormente sobre o Fundo de Intervenção Ambiental, o ónus do suporte das custas de prevenção e reparação nestes casos. Nesta linha compreendemos, sem resistência, a posição de CARLA AMADO GOMES, quanto à obrigação de suporte das medidas preventivas ou reparadoras resultantes de dano causado por actividade cujo funcionamento normal tem danos ou riscos associados que devem ser suportados pelo operador que dessa actividade retira o lucro e não pela comunidade. No entanto compreende-se que a existência dessas actividades “perigosas” se fique a dever em parte à satisfação de necessidades da própria comunidade<sup>211</sup>, sendo-lhe exigido níveis de controlo superiores às restantes actividades<sup>212</sup>, pelo que em caso da ocorrência de dano que não resulte claramente do incumprimento das medidas impostas ao seu funcionamento, os custos das medidas de prevenção ou reparação não lhes devam ser impostas.

Finalmente, abordemos a exclusão da aplicação do dever de reposição em sede de processo contra-ordenacional.

A norma preconizada pelo seu artº 30º, nº1, estabelece que “ a efectivação de responsabilidade nos termos do capítulo III (responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais) do presente decreto-lei prejudica o dever de reposição resultante de qualquer processo contra-ordenacional, relativamente aos mesmos factos que lhes estejam na origem.”

---

<sup>210</sup> Uma vez que independentemente de quem é responsável pelo pagamento das medidas o importante em termos ambientais é que elas sejam adoptadas.

<sup>211</sup> Motivo pelo qual se justifica a autorização de funcionamento, caso contrário, caso não sejam necessárias à comunidade deve ser equacionada a sua existência. A título de exemplo poderemos apontar a questão da construção de uma central nuclear em Portugal, que continua na ordem do dia, mas cujos riscos potenciais, apesar das medidas restritivas de funcionamento, são considerados demasiado grandes para a satisfação da necessidade da comunidade que daí iria resultar.

<sup>212</sup> Medidas essas que segundo os conhecimentos científicos existentes são consideradas suficientes para garantir a não ocorrência de danos. O que por si só acarreta para os operadores um acréscimo significativo de despesas de funcionamento não exigido a outros.

Pretende-se<sup>213</sup> com esta norma estabelecer um certo grau de hierarquização entre as normas a aplicar, ou seja, define o legislador que caso seja determinada a responsabilização de um determinado operador por dano ecológico, nos termos do Capítulo III do RPRDE, num eventual procedimento contra-ordenacional existente pelos mesmos factos, a aplicação da medida acessória de reposição da situação anterior à infracção, se mostra desadequada, na medida em que um diploma específico sobre a matéria de responsabilização por dano ecológico, “já tratou desse mesmo assunto”.

Deste modo evita-se a duplicação da imposição de sanções ao operador no sentido da reparação do dano provocado<sup>214</sup>, a ocorrência de imposições contraditórias, supletivas ou desnecessárias, ou mesmo situações onde nos termos da responsabilidade civil por dano ecológico o operador fosse isentado do pagamento dos custos das medidas de reparação, mas nos termos da LQCA esse mesmo operador, pelos mesmos factos, fosse condenado a adoptar essas mesmas medidas de reparação<sup>215</sup>.

Convém reforçar a ideia de que esta disposição não pretende determinar a anulação de um procedimento relativamente ao outro<sup>216</sup>, podendo mesmo os elementos probatórios produzidos em sede de um processo serem aproveitados no âmbito do outro, a pedido de qualquer das partes (conforme nº 3 do artigo 30º do RPRDE).

Refira-se, no entanto, que a previsão do RPRDE não revoga em definitivo a eventual aplicação em sede LQCA da sanção acessória de reposição da situação anterior à prática da infracção, prevista na alínea j) do nº1 do artigo 30º<sup>217</sup>, na medida em que esta sobreposição apenas vigora em infracções que produzam dano ecológico no âmbito do RPRDE, pois nas situações onde o dano é causado fora do âmbito de aplicação do RPRDE, não se verifica logicamente a possibilidade de aplicação do seu artº 30º.

---

<sup>213</sup> Presumimos.

<sup>214</sup> Ou nas palavras de CARLA AMADO GOMES, “neutraliza o eventual desdobramento de deveres de reparação que pode resultar da existência de dois procedimentos instruídos por entidades diferentes”. *Direito Administrativo do Ambiente* ... p 249.

<sup>215</sup> O que resultaria em duas decisões contraditórias relativamente à mesma situação. O que ocorreria por regra, quando pelo RPRDE o operador “tivesse condições” para ser excluído do pagamento das custas das medidas de reparação, mas em termos de procedimento contra-ordenacional não se encontrando prevista essa isenção, a entidade administrativa poderia, caso o entendesse aplicar a sanção acessória de reposição da situação anterior.

<sup>216</sup> Isso mesmo nos é “garantido” pela disposição constante no nº 2 do artigo 30º do RPRDE, que prevê a ocorrência em separado dos dois tipos de processos, um contra-ordenacional outro por reparação do dano ambiental.

<sup>217</sup> “Imposição das medidas que se mostrem adequadas à prevenção de danos ambientais, à reposição da situação anterior à infracção e à minimização dos efeitos decorrentes da mesma”.



## Parte III – A eficácia das entidades de controlo formal

### 7. O Controlo Formal Contra-ordenacional

A defesa legal do meio ambiente é prosseguida no ordenamento jurídico português, como vimos anteriormente, através do Direito Penal - no qual são tipificados dois tipos de crimes ambientais - e através do Direito de Mera Ordenação Social - o qual dedica à protecção do ambiente uma infinidade de diplomas.

A utilização do Direito Penal na defesa do ambiente assume<sup>218</sup> hodiernamente um valor residual<sup>219</sup> face ao papel desempenhado pelo Direito de Mera Ordenação Social, pois “a tutela sancionatória do ambiente, na nossa ordem jurídica, é realizada preferencialmente pela via contra-ordenacional, a ela cabendo a esmagadora maioria dos tipos sancionatórios de violações de bens ambientais”<sup>220</sup>. Isto mesmo seria de esperar tendo em consideração que a tutela contra-ordenacional “oferece mecanismos ideais relativamente a condutas anti-ambientais não anti-humanas ou só remotamente perigosas para os bens jurídicos pessoais ou sociais”<sup>221</sup>.

São efectivamente numerosas as previsões de infracções contidas na diversificada legislação avulsa que, de acordo com a definição emanada da LQCA<sup>222</sup>, podem ser consideradas como contra-ordenações ambientais, podendo mesmo afirmar-se que se

---

<sup>218</sup> Ainda assim.

<sup>219</sup> Em termos punitivos, sendo que a intervenção penal assume neste âmbito particular importância, quer doutrinal quer em termos efectivos (numéricos), no controlo jurisdicional das decisões administrativas, atingindo em alguns casos valores consideráveis.

<sup>220</sup> VASCO PEREIRA DA SILVA, Breves notas sobre direito sancionatório do ambiente... p 285.

<sup>221</sup> MARIA FERNANDA PALMA, Direito Penal do Ambiente – Uma primeira abordagem, Direito do Ambiente, Lisboa: INA, 1994.p 438.

<sup>222</sup> Artº 2º nº 2 “Constitui contra -ordenação ambiental todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação de disposições legais e regulamentares relativas ao ambiente que consagrem direitos ou imponham deveres, para o qual se comine uma coima”.

Artº 2º nº3 “Para efeitos do número anterior, considera -se como legislação e regulamentação ambiental toda a que diga respeito às componentes ambientais naturais e humanas, tal como enumeradas na Lei de Bases do Ambiente”.



revela tarefa ingrata, por extremamente difícil, enumerar todas as infracções ambientais previstas no ordenamento jurídico<sup>223</sup>.

O controlo formal das infracções ambientais encontra-se igualmente disperso por uma diversidade de entidades que exercem o poder de autoridade de controlo formal, o que num trabalho desta natureza representa sempre uma dificuldade acrescida.

O objectivo traçado inicialmente durante o planeamento do presente trabalho consistia na realização de um trabalho de investigação que conseguisse aferir o grau de eficácia das diversas entidades de controlo formal responsáveis pelo processamento das infracções ambientais. Nesse catálogo de entidades de controlo formal pretendíamos incluir o maior número possível de autoridades administrativas<sup>224</sup> responsáveis pelo processamento das contra-ordenações ambientais, bem como as entidades judiciais – Ministério Público e Tribunais - enquanto entidades de controlo formal penal.

Precocemente deparámo-nos com uma grave dificuldade de obtenção, em tempo útil<sup>225</sup>, de dados relacionados com a intervenção penal na área da protecção do ambiente, dificuldades essas originadas fundamentalmente com a inexistência de tratamento estatístico oficial diferenciado relativamente aos crimes ambientais.

Por esse motivo, reformulámos as nossas intenções orientando o nosso trabalho para o estudo do grau de eficácia demonstrado pelas diversas entidades de controlo formal contra-ordenacional em matéria ambiental na esperança de ver exequível essa nossa pretensão.

Mas também aqui nos apercebemos que estávamos perante uma nova dificuldade - conseguir com exactidão balizar o universo das contra-ordenações ambientais, nomeadamente devido ao facto, já referido anteriormente, da excessiva abrangência protagonizada pela definição de contra-ordenação ambiental fornecida pela LQCA.

---

<sup>223</sup> A Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território apresenta no seu sítio da internet uma compilação de diploma respeitantes às áreas de actividade de controlo e inspecção das actividades com incidência ambiental e do sistema contra-ordenacional, a qual contempla mais de 300 diplomas legais entre Leis, Decretos-lei, Portarias e Despachos, disponível em: <http://www.igaot.pt/reflegis/reflegisd>.

<sup>224</sup> Por nós igualmente designadas por entidade de controlo formal contra-ordenacional

<sup>225</sup> Ou até mesmo de possibilidade de obtenção.

A forma como se encontram distribuídas as competências de processamento das contra-ordenações ambientais levou-nos a estabelecer limites quantitativos<sup>226</sup>, balizando a análise às competências atribuídas neste âmbito aos serviços e órgãos dependentes do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território (MAOT).

Efectivamente o MAOT apresenta-se como o principal interlocutor em matéria de processamento de contra-ordenações, dispondo na sua orgânica de diversos departamentos responsáveis por essa tarefa.

Deixámos por conseguinte de fora algumas autoridades administrativas cuja participação no processamento de contra-ordenações se revela residual em comparação com o MAOT e cuja classificação de contra-ordenações onde exercem poderes de processamento assumem carácter de contra-ordenação ambiental apenas graças à definição mais ampla possibilitada pela LQCA. Ficaram pois excluídas desta análise as infracções praticadas no âmbito de intervenção do Ministério da Agricultura, nomeadamente no âmbito das competências das Direcções Regionais de Agricultura, da Autoridade Florestal Nacional e do Ministério da Economia, nomeadamente no âmbito das competências das Direcções Regionais de Economia, entre outros.

Optámos por fazer pender o nosso trabalho para a análise do desempenho das entidades de controlo formal contra-ordenacional enquadradas no Ministério do Ambiente, pelo facto de serem elas que maioritariamente são responsáveis pelo processamento das contra-ordenações ambientais.

Estabelecidas que estavam as entidades a estudar, restava-nos encontrar um período temporal que não fosse excessivamente longo de forma a não constituir ele próprio um obstáculo à realização do estudo, mas que ao mesmo tempo permitisse retirar algumas conclusões sustentadas. Nesse pressuposto apontámos um hiato temporal de 5 anos, de 2005 a 2009.

Seguiu-se, na nossa caminhada, a consulta às entidades “seleccionadas” no sentido de obter os dados necessários. Foi efectuado uma primeira abordagem escrita, na

---

<sup>226</sup> Espera-se que não qualitativos.

qual eram explanados os motivos do nosso contacto e solicitados os dados considerados necessários à prossecução do nosso objectivo. Foram estes os dados solicitados:

- Número de autos de notícia relacionados com infracções ao ambiente, recebidos pelos serviços (se possível distribuídos pelas diversas entidades autuantes – SEPNA/GNR; PSP; Próprio serviço, outros)
- Número de autos que deram origem a processos contra-ordenacionais. Caso não tenham todos dado origem a processo contra-ordenacional, indicação do motivo - erro na elaboração, legislação revogada, etc.
- Resultado dos processos contra-ordenacionais – aplicação de coima, aplicação de admoestação, arquivamento (neste caso, se possível o motivo do arquivamento), ainda a decorrer, etc.

Podemos afirmar que de uma primeira vez as respostas foram deveras desencorajadoras, pois apenas uma entidade respondeu prontamente à nossa solicitação e mesmo assim não fornecendo a totalidade dos dados solicitados.

Esta inércia das entidades administrativas levou-nos a, por diversas vezes, efectuar insistências para cedência de dados, tendo inclusivamente nalguns casos recorrido ao contacto pessoal com as chefias.

A muito custo fomos recebendo alguns dados que, pese o facto de não corresponderem às expectativas e solicitações, permitiam-nos avançar no nosso estudo e chegar às conclusões delineadas inicialmente.

Conseguimos ao fim de algum tempo compilar uma série de dados que nos permitiam continuar o nosso caminho, no entanto gostaríamos de aqui registar alguns pontos que nos parecem desde logo importantes e que de alguma forma complementam o nosso estudo.

Em primeiro lugar registamos da parte de algumas entidades uma incompreensível resistência à cedência dos dados solicitados. Incompreensível na medida em que estes estudos pretendem acima de tudo contribuir para um melhor desempenho da

“máquina” administrativa responsável pelo processamento das contra-ordenações, efectuando um estudo que na maioria das vezes essas entidades não realizam por indisponibilidade de tempo e de recursos humanos.

Em segundo registamos igualmente a inexistência de uma política uniforme de tratamento estatístico desta problemática, isto apesar das entidades estudadas pertencerem ao mesmo ministério e de o processamento de contra-ordenações dever merecer da parte dos seus responsáveis uma atenção privilegiada, na medida em que desempenha uma função importante na protecção do ambiente e além disso constituir uma importante fonte de receitas, nomeadamente para o FIA<sup>227</sup>. Efectivamente a ideia inicialmente transmitida de desorganização existente no registo destes dados apresentasse-nos como um abandono de uma importante tarefa do Estado na protecção do ambiente. É incompreensível que as diversas entidades analisadas não disponham de uma informação detalhada sobre o “andamento” dos processos contra-ordenacionais, das dificuldades de processamento ou mesmo das suas conclusões, ou que dispendo dessa informação não a transmitam quando solicitado.

Mais grave foi verificar que algumas entidades pura e simplesmente ignoraram os nossos pedidos, optando por nunca responder ao solicitado.

Deparámo-nos pois com aquilo que consideramos desde já, no mínimo, como um desrespeito para com todos aqueles que pretendem efectuar trabalho de investigação. A inexistência dos dados solicitados, nos moldes pretendidos poderá ser resultante dos mais variados motivos, agora a opção por ignorar a solicitação efectuada demonstra cima de tudo, como se disse, uma falta de respeito por quem pretende efectuar um trabalho sério. Seria impensável esta situação ocorrer na instituição que servimos.

A heterogeneidade dos dados obtidos dificultou sobremaneira o seu tratamento estatístico, pois não existindo da parte das diversas entidades uma recolha uniforme de dados, o seu tratamento revelou-se extremamente difícil, na medida em que não foi possível manter um fio condutor de análise.

---

<sup>227</sup> O qual como vimos anteriormente é financiado por parte dos valores obtidos nas contra-ordenações ambientais.

Se por um lado existiram entidades que nos forneceram dados relativos, por exemplo, ao resultado das impugnações judiciária, outras apenas nos forneceram o número total de impugnações judiciárias interpostas pelos arguidos, tendo outras pura e simplesmente nada referido relativamente a esta figura processual. Por esse facto a análise dos dados das diversas entidades não seguiu, como se disse, um fio condutor uniforme em todas as análises efectuadas, tendo-se optado por esmiuçar ao máximo os dados de cada entidade, mesmo correndo o risco de analisar diferentes pressupostos em cada uma delas.

Apresentamos de seguida as entidades que se mostraram colaborantes e responderam ao nosso desafio, bem como a análise dos dados que foi possível apurar tendo em conta a resposta recebida de cada uma<sup>228</sup>.

---

<sup>228</sup> Optamos por fazer a apresentação dos dados recebidos deixando de fazer qualquer referência às entidades que não responderam ao desafio ou que respondendo o fizeram de uma maneira tão incipiente que não foi possível fazer a sua apresentação.

## 8. O Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território<sup>229</sup> – MAOT

Na lição do Professor FREITAS DO AMARAL<sup>230</sup>, os ministérios são os departamentos da administração central do Estado, dirigidos pelos ministros respectivos, e que podem ser agrupados em categorias<sup>231</sup>, consoante os objectivos que prosseguem.

O MAOT<sup>232</sup> é presentemente o órgão da Administração Central do Estado com maior relevância na defesa do meio ambiente. Pese o facto de outros ministérios disporem de competência em matérias abrangidas pela definição do que deve ser entendido como infracção ambiental, no âmbito da LQCA, o MAOT assume preponderante papel na defesa do meio ambiente<sup>233</sup> dispondo na sua orgânica de grande número de organismos que tutelam maioritariamente a defesa do ambiente na sua generalidade e na amplitude dos seus componentes naturais como elencados na LBA, ou seja, o ar, a água, o solo vivo e o subsolo, a flora e a fauna.

O MAOT é assim o departamento governamental cuja missão compreende a definição, execução e coordenação das políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e desenvolvimento regional, numa perspectiva de desenvolvimento sus-

---

<sup>229</sup> O MAOTDR com a constituição do XVIII Governo constitucional passou a ter a designação de Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT), pese o facto de em termos legislativos permanecer a designação anterior.

<sup>230</sup> Curso de Direito Administrativo... p 256 e segs, onde o autor expõe a evolução histórica da composição do Governo em Portugal, desde os tempos da Monarquia.

<sup>231</sup> FREITAS DO AMARAL estabelece cinco categorias na classificação dos ministérios: Ministérios Políticos (nos quais se englobam os Min. responsáveis pelas áreas da Administração Interna, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros); Ministérios Militares (nos quais se engloba o Min. da Defesa Nacional); Ministérios Económicos (nos quais se englobam os Min. responsáveis pelas áreas da Economia, das Finanças e da Agricultura); Ministérios Sociais (nos quais se englobam os Min. responsáveis pelas áreas da Educação, da Cultura, Emprego, da Saúde, do Trabalho, Segurança social, do Desporto, Ciência e Juventude) e os Ministérios Técnicos (nos quais se englobam os Min. responsáveis pelas áreas das Obras Públicas, da Habitação, do Urbanismo, do Ambiente, dos Transportes e das Comunicações). Curso de Direito Administrativo....p 271 e 272.

<sup>232</sup> Apesar da protecção do Ambiente encontrar consagração constitucional logo desde a primeira versão da Constituição (1976), o Ministério do Ambiente, enquanto ministério autónomo, apenas surge no XII Governo Constitucional que tomou posse a 31 de Outubro de 1991, na sequência das eleições de 6 de Outubro, tendo sido o Prof Carlos Alberto Diogo Soares Borrego o primeiro titular do cargo de Ministro do Ambiente (1991-1993).

<sup>233</sup> Motivo pelo qual neste nosso trabalho apenas levaremos em conta a análise do papel desempenhado pelos organismos dependentes do MAOT, na qualidade de autoridade de controlo formal.

tentável e de coesão territorial, incluindo a coordenação da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável<sup>234</sup>.

Na prossecução da sua missão, ao MAOT são atribuídas as seguintes funções<sup>235</sup>:

*a)* Promover os programas, projectos, medidas e acções que visem assegurar a preservação do património natural, o bom estado e funcionamento dos ecossistemas, a manutenção e fomento da biodiversidade, da conservação da natureza e da protecção e valorização da paisagem;

*b)* Garantir a existência de sistemas de monitorização e avaliação, bem como assegurar a divulgação pública da informação sobre o estado do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento das regiões;

*c)* Promover o envolvimento nacional na resolução dos problemas de ambiente de interesse internacional e assegurar a aplicação de convenções e acordos internacionais, bem como da legislação e das políticas da União Europeia, representar o Estado Português nos organismos e comités internacionais e promover a cooperação técnica internacional nas áreas tuteladas;

*d)* Planear e gerir de forma integrada os recursos hídricos nacionais e assegurar a protecção do domínio hídrico, garantir a existência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água em níveis apropriados, designadamente para consumo humano, de drenagem de águas residuais e de controlo da poluição no meio hídrico;

*e)* Promover uma política sustentável de gestão de resíduos através do apoio, dinamização, acompanhamento e monitorização de soluções de prevenção, reutilização e valorização e, subsidiariamente, de tratamento e eliminação e promover uma política de recuperação e de valorização dos solos e outros locais contaminados, em articulação com outras entidades públicas com competência neste domínio;

---

<sup>234</sup> Conforme artigo 1º do Decreto-Lei 207/2006 de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Territorial a qual introduz algumas alterações significativas nomeadamente ao nível do ambiente: Reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza agora refundado com a componente da Biodiversidade; Criação das Administrações de Região Hidrográfica e ainda a fusão do Instituto do Ambiente e do Instituto dos Resíduos na Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

<sup>235</sup> Conforme artigo 2º do Decreto-Lei 207/2006, de 27 de Outubro.

*f)* Promover e coordenar o desenvolvimento das políticas, programas e acções de controlo e de redução das emissões de gases com efeito de estufa, incentivando ainda o envolvimento nacional no mercado de carbono e no desenvolvimento de mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto;

*g)* Promover uma política de gestão da qualidade do ar e conceber e pôr em execução medidas de prevenção e controlo do ruído, visando a protecção da saúde pública e a qualidade de vida das populações;

*h)* Impulsionar a melhoria do desempenho ambiental dos agentes económicos e promover acções de prevenção, identificação e avaliação sistemática dos impactos da actividade humana sobre o ambiente, dos riscos naturais e induzidos por actividades antropogénicas, bem como assegurar a prevenção e o controlo integrado da poluição e promover a educação ambiental como veículo estratégico da formação e sensibilização dos cidadãos;

*i)* Garantir a adequada aplicação das leis e de outros instrumentos de política ambiental, nomeadamente por via de auditorias ambientais e de controlo e de acções de inspecção e fiscalização;

*j)* Definir a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional e garantir a sua execução e avaliação;

*l)* Definir a política de ordenamento do território e urbanismo e garantir a sua execução e avaliação, com destaque para o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e assegurar a articulação com as políticas sectoriais com incidência na organização do território;

*m)* Definir, executar e avaliar a política social de habitação e estimular e apoiar a gestão, conservação e reabilitação do património habitacional, bem como definir a política de cidades e garantir a sua execução e avaliação;



*n)* Coordenar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação Geográfica e o Sistema Nacional de Informação Territorial, assegurar as funções de Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo e de Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana e coordenar a execução da política nacional de informação geográfica de base nos domínios da geodesia, cartografia e cadastro predial;

*o)* Promover uma política de desenvolvimento regional, económica e socialmente sustentável, orientada para o reforço da competitividade e da coesão dos territórios e suportada em processos de planeamento estratégico com o envolvimento de agentes económicos e sociais, públicos e privados;

*p)* Coordenar a elaboração e a negociação com as instâncias comunitárias dos documentos de programação necessários à aplicação da política de coesão da União Europeia em Portugal, incluindo os processos de avaliação e monitorização estratégica da mesma e implementar mecanismos que permitam assegurar transparência, rigor, eficácia e eficiência na utilização dos fundos comunitários com finalidade estrutural;

*q)* Assegurar a gestão nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, planear e gerir a participação de Portugal nos programas de cooperação territorial da União Europeia e participar nos órgãos de direcção política dos Programas Operacionais do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III) e do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), nos termos fixados na legislação relevante;

*r)* Definir a estratégia de aplicação e colaborar na gestão dos fundos nacionais e comunitários afectos às políticas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional e participar nos processos de avaliação do seu contributo, numa óptica de coesão nacional e de sustentabilidade do País.

Para a prossecução das suas atribuições o MAOT integra na sua estrutura uma diversidade de serviços e órgãos, nomeadamente:

- Serviços integrados na administração directa do Estado<sup>236</sup>.
- Organismos integrados na administração indirecta do Estado<sup>237</sup>.
- Órgãos consultivos.
- Entidades integradas no sector empresarial do Estado<sup>238</sup>.
- Outras estruturas.

Considerando o objecto do presente trabalho abordaremos apenas os serviços que de alguma forma detêm competência de autoridade administrativa na instrução de processos contra-ordenacionais pela prática de contra-ordenações ambientais.

Assim, nesse âmbito figuram na estrutura do Ministério do Ambiente, integrando a administração directa do Estado, os seguintes serviços:

- A Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território
- A Agência Portuguesa do Ambiente;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Relativamente a serviços existentes na estrutura do MAOT<sup>239</sup> integrados na administração indirecta do Estado, temos os seguintes:

- O Instituto da Água, I. P;
- O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P;
- A Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P;
- A Administração de Região Hidrográfica do Centro, I. P;

<sup>236</sup> Sobre o que se deve entender por Administração Directa do Estado e quais as suas principais características ver DIOGO FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo....p 219 e segs

<sup>237</sup> Sobre o que se deve entender por Administração Directa do Estado ver DIOGO FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo....p 331 e segs.

<sup>238</sup> Sobre o que se deve entender por Sector Empresarial do Estado ver DIOGO FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo ....p 361 e segs.

<sup>239</sup> Detendo competências de autoridade administrativa na instrução de processos contra-ordenacionais pela prática de contra-ordenações ambientais.

- A Administração de Região Hidrográfica do Tejo, I. P;
- A Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I. P;
- A Administração de Região Hidrográfica do Algarve, I. P.

Considerando que, pelos motivos já explanados, não nos foi possível obter dados de todas estas entidades, faremos de seguida uma caracterização e análise ao desempenho de cada um destes serviços, no âmbito do processamento das contra-ordenações ambientais, tendo por base os dados disponibilizados, como faremos referência em lugar próprio.

Fazemos aqui um pequeno parêntese para um esclarecimento que pensamos poder ser útil:

1. Foram solicitados dados à APA<sup>240</sup>, tendo esta entidade informado que após a última reestruturação dos serviços as competências exercidas na área de processamento contra-ordenacional haviam sido transferidas para a IGAOT, motivo pelo qual não dispunha dos dados solicitados.
2. Às ARH's não foi feita a solicitação de dados, tendo em conta que a sua criação ocorreu apenas em 2007 tendo-se seguido um período de instalação, pelo que a maioria terá começado a “funcionar plenamente” apenas no ano de 2009.
3. A CCDDR-LVT enviou apenas o número total de processos abertos e concluídos, indicando que por dificuldades informáticas não era possível, por agora, fornecer outro tipo de dados.
4. O Instituto da Água informou que não dispunha dos dados solicitados, disponibilizando, de qualquer modo, a consulta de todos os processos já transitados em julgado. Essa consulta não chegou a ser efectuada considerando que seria uma tarefa demasiado demorada e acima de tudo pouco produtora pois apenas poderiam ser consultados os processos já encerrados.

---

<sup>240</sup> Inclusivamente na esperança de conseguir dados sobre a actividade desenvolvida pelos institutos que lhe deram origem - Instituto dos resíduos e Instituto do ambiente.

### **8.1. A Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território;**

A Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT) foi criada pelo Decreto-Lei nº 230/97 de 30 de Agosto, com a designação de Inspeção-Geral do Ambiente (IGA), enquanto serviço de inspecção do Ministério do Ambiente.

Em 1999 vê publicada a sua primeira lei orgânica através do Decreto-Lei nº 549/99, de 14 de Dezembro, na qual lhe é atribuída a missão de, como entidade inspetiva, garantir o cumprimento das normas jurídicas com incidência ambiental e da legalidade administrativa, no âmbito dos serviços dependentes do Ministério do Ambiente.

Com o XV Governo constitucional é criado um novo ministério que, a par das políticas de defesa do ambiente e do ordenamento do território, não descarta as diferentes dimensões das nossas cidades, ou, mais latamente, da nossa organização territorial multinuclear<sup>241</sup>, ministério esse que passa a ter a designação de Ministério das Cidades do Ordenamento do Território e do Ambiente (MCOTA), no qual a IGA mantém a função primordial de, enquanto serviço central de inspecção, garantir por parte de entidades públicas e privadas o cumprimento das normas jurídicas nas áreas do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza<sup>242</sup>.

Em 2005, com a constituição do XVI Governo constitucional, o ministério responsável pela área do Ambiente passa a designar-se por Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território mantendo a IGA as mesmas funções inspetivas, agora alargadas à área do ordenamento do território, motivo pelo qual passa a designar-se Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, absorvendo as competências da extinta Inspeção Geral do Ordenamento do Território.

A actual Lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-lei nº 276-B/2007, de 31 de Julho, a qual confere à IGAOT as seguintes atribuições<sup>243</sup>:

---

<sup>241</sup> Conforme preâmbulo do Decreto Lei nº 97/2003 de 7 de Maio (Lei orgânica do MCOTA).

<sup>242</sup> Conforme nº1 do artº 13º do Decreto Lei nº 97/2003 de 7 de Maio.

<sup>243</sup> Nº 2 do artº 3º do Decreto-Lei nº 276-B/2007 de 31 de Julho.

a) Realizar inspecções, inquéritos, sindicâncias e averiguações sumárias a quaisquer órgãos, serviços, organismos e empresas da área de actuação do MAOT, de forma a garantir o cumprimento das leis, regulamentos, contratos, directivas e instruções ministeriais;

b) Auditar os sistemas e procedimentos de controlo interno dos serviços e organismos da área de actuação do MAOT, ou sujeitos à tutela do respectivo ministro, no quadro das responsabilidades cometidas ao Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado pela Lei de Enquadramento Orçamental;

c) Controlar a aplicação eficaz, eficiente e económica dos dinheiros públicos de acordo com os objectivos definidos pelo Governo e avaliar os resultados obtidos em função dos meios disponíveis;

d) Exercer o controlo técnico sobre todos os serviços e organismos do MAOT, ou sujeitos à tutela do respectivo ministro;

e) Garantir a avaliação e o controlo contínuos sobre os níveis de acção e desempenho de cada organismo, recomendando alterações e melhorias e acompanhando a sua introdução;

f) Assegurar a obtenção e o fornecimento de indicadores de desempenho dos serviços relevantes para as restantes funções de suporte;

g) Avaliar a qualidade dos sistemas de informação de gestão, incluindo os indicadores de desempenho;

h) Assegurar a divulgação dos resultados da actividade operacional de inspecção e colaborar no cumprimento de medidas adequadas e na proposta de medidas tendentes à eliminação das deficiências e irregularidades encontradas;

i) Garantir a declaração pública da credibilidade e ou fiabilidade dos mecanismos de gestão financeira dos organismos, com base nas verificações e análises de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites;

j) Inspeccionar a execução de projectos financiados pelo MAOT a entidades públicas e privadas;

l) Assegurar a realização de acções de inspecção com vista à verificação do cumprimento de normas legais e regulamentares em matérias de incidência ambiental, em estabelecimentos, locais ou actividades a elas sujeitos;

m) Emitir pareceres científicos e técnicos e recomendações aos responsáveis por estabelecimentos, locais ou actividades com incidência ambiental;

n) Exercer funções próprias de órgão de polícia criminal relativamente aos crimes que se relacionem com o cumprimento da sua missão em matérias de incidência ambiental, sem prejuízo das atribuições de outras entidades;

o) Impor, no âmbito das acções previstas na alínea l), medidas preventivas que previnam, corrijam ou eliminem situações de perigo grave para a saúde, segurança das pessoas e bens e ambiente;

p) Efectuar as operações necessárias para a gestão do cadastro nacional das contra-ordenações ambientais;

q) Instaurar, instruir e decidir processos de contra-ordenação ambiental, relativamente às infracções de que tome conhecimento, nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, bem como nos demais casos previstos na lei;

r) Proceder a acções de inspecção no âmbito do MAOT e junto de entidades integradas noutros departamentos governamentais, de forma a acompanhar e avaliar o cumprimento da legalidade no âmbito do ambiente e do ordenamento do território;

s) Desenvolver a acção disciplinar em serviços e organismos do MAOT, ou sujeitos à tutela do respectivo ministro, quando tal competência lhe seja cometida;

t) Assegurar o tratamento e análise das exposições recebidas, nos casos em que as entidades fiscalizadoras competentes para o efeito ou os serviços desconcentrados do MAOT não exerçam ou exerçam de modo deficiente as competências que lhes estão cometidas, bem como quando não se trate de conflitos essencialmente privados;

u) Promover a divulgação das normas em vigor, assegurando a realização das acções de comunicação adequadas;

v) Assegurar a elaboração de estudos, informações e pareceres sobre matérias de incidência ambiental ou de ordenamento do território, assim como participar na elaboração de diplomas legais, sempre que para tal for solicitada;

x) Estabelecer relações de cooperação, designadamente celebrando protocolos com organismos similares de outros países ou com organizações internacionais, bem como com organismos nacionais;

z) Coordenar a representação nacional na rede europeia de inspecções ambientais (IMPEL – European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law).

A IGAOT apresenta-se assim como o principal órgão de inspecção no seio do MAOT e ao qual está atribuída a instauração, instrução e decisão dos processos de contra-ordenação ambiental, relativamente às infracções de que tome conhecimento, nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, ficando apenas essas mesmas competências atribuídas a outras entidades em casos muito específicos, pontualmente definidos.

### **8.1.1. Apresentação dos dados de processamento de contra-ordenações efectuado pela IGAOT.<sup>244</sup>**

Solicitados os dados referentes ao processamento das contra-ordenações em que exerce competências de autoridade administrativa competente para instauração e decisão dos respectivos procedimentos contra-ordenacionais, a IGAOT remeteu a obtenção de tais dados para os seus relatórios anuais de actividades disponibilizados no seu sítio oficial da Internet<sup>245</sup>, com a indicação de que o tratamento estatístico por si efectuado não ia de encontro ao pedido por nós efectuado.

Consultados os relatórios de actividade oficiais da IGAOT disponibilizados no seu sítio oficial na Internet, conforme nos foi indicado, deparámo-nos desde logo com alguns problemas que nos limitaram as pretensões iniciais, nomeadamente:

- Os dados disponibilizados nos relatórios de actividade, na análise efectuada às contra-ordenações e concretamente em relação ao seu processamento e resultados dessa actividade, não dispunham de muita da informação requerida.

- No relatório referente à actividade desenvolvida pela IGAOT durante o ano de 2008 não é feita qualquer referência à actividade desenvolvida na área de processamento das contra-ordenações. Esta ausência é de estranhar pois além de não manter a apresentação efectuada nos anos relatórios dos anos anteriores, “deixa de fora” uma importante actividade desempenhada por aquele organismo.

- Apesar da consulta do Site oficial se ter estendido até ao limite temporal admissível, considerando os prazos de entrega do presente trabalho, não se encontrou disponível o relatório de actividades referente ao ano de 2009<sup>246</sup>.

Por esse motivo, e na esperança de que a IGAOT nos pudesse fornecer esses dados, efectuámos novo contacto com a IGAOT, no sentido de solicitar a disponibilização dos dados referentes aos anos de 2008 e 2009. No entanto em resposta ao solicitado a IGAOT limitou-se a referir que os dados disponíveis referentes ao ano de 2008 eram os constantes no relatório de actividade publicado, pelo que não seria possível a cedên-

---

<sup>244</sup> Serão apresentadas no Apêndice I ao presente trabalho, as páginas dos relatórios de actividades nas quais se baseiam os dados apresentados.

<sup>245</sup> Concretamente em: <http://www.igaot.pt/apresentacao/instrumentos-de-gestao/relatorio-de-actividades/>

<sup>246</sup> Refira-se que a procura de dados decorreu até à segunda semana de Dezembro de 2010.



cia de outro tipo de dados que não os publicados. Em relação aos dados referentes ao ano de 2009, informou-nos essa entidade que os mesmos estariam reflectidos no relatório referente à actividade desenvolvida durante o ano de 2009, o qual aguardava ainda homologação do responsável máximo do serviço<sup>247</sup>.

Mentalizados que não seriam fornecidos quaisquer dados além dos publicados nos relatórios de actividades dos anos de 2005, 2006 e 2007, avançámos com o seu tratamento estatístico, na esperança de que os mesmos nos permitiriam retirar, mesmo assim, algumas conclusões.

Durante os três anos em análise o número de processos contra-ordenacionais a serem “tratados” pela IGAOT atingiu um impressionante número de 14758, o que representa uma média anual de 4919 autos, ou ainda qualquer coisa como 13,6 autos lavrados diariamente, transmitindo desde logo uma ideia da dificuldade de processamento que este número poderá provocar.

Uma primeira análise permite-nos concluir que anualmente a IGAOT não tem capacidade de processar todos os autos que são lavrados em matéria da sua competência de processamento, fazendo com que anualmente transite para o ano seguinte a instrução de um número cada vez maior de processos de contra-ordenação. Esta realidade, conforme se pode facilmente depreender, faz com que nos anos seguintes aos novos autos de contra-ordenação lavrados se vão juntar aqueles que, lavrados do ano anterior, não foram ainda alvo de encerramento.

A Tabela seguinte apresenta-nos um espelho dessa análise.

---

<sup>247</sup> Apesar de terem já passado mais de 11 (onze) meses sobre o final do período a que o relatório fará referência.

**Tabela nº 1** – Processos instaurados, encerrados e pendentes para ano seguinte (2005 a 2007/IGAOT).

| Ano   | Nº de processos instaurados | Nº de Processos Encerrados | Nº de processos Pendentes para o ano seguinte |
|-------|-----------------------------|----------------------------|---|
| 2005  | 4110                        | 2551 <sup>248</sup>        | 1559  |
| 2006  | 4490                        | 2550                       | 1940  |
| 2007  | 6158                        | 2685                       | 3473  |
| Total | 14758                       | 7786                       | 6972  |

Dos 4110 processos a decorrer em 2005, 2796 correspondem a autos instaurados em 2005 e 1314 correspondem a processos transitados de 2004, o que analisado em simultâneo com o número de processos que em 2005 ficaram pendentes para 2006 permite concluir que existiu um aumento do número de processos pendentes em 2005 relativamente ao número existente em 2004. Ou seja de 2004 para 2005 ficaram pendentes 1314 processos de contra-ordenação, enquanto de 2005 para 2006 esse valor passou a ser de 1559, o que representa um aumento de 245 autos (mais 18,6%).

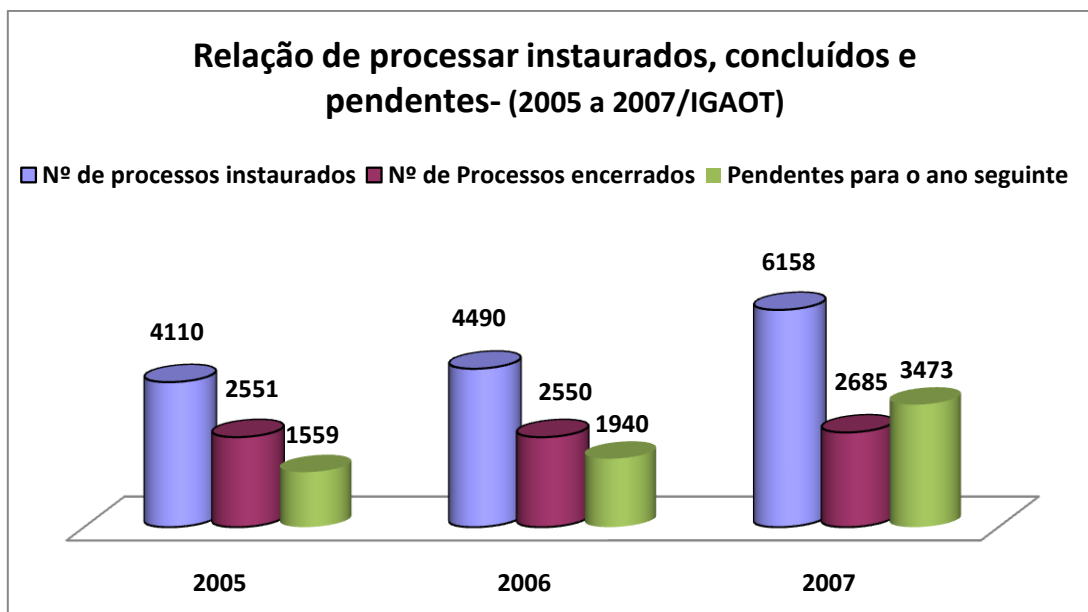
Relativamente ao ano de 2006 os 4490 processos correspondem a 2931 processos iniciados em 2006 e 1559 transitados de 2005. Também neste ano se verifica um aumento relativamente aos processos pendentes do ano anterior e os que ficaram pendentes para o ano seguinte. Relembrando em 2005 ficaram pendentes para 2006 1559 autos, enquanto em 2006 ficaram pendentes para 2007 1940, o que corresponde a um acréscimo de 25%.

No ano de 2007 verificámos que dos 6158 processos instaurados 1940 correspondem a processos transitados do ano anterior, enquanto 4218 correspondem a infracções detectadas nesse ano. Constatamos igualmente que o número de processos que ficam pendentes para instrução no ano seguinte atingiram o impressionante número de 3473, ou seja verificou-se um acréscimo de processos pendentes de 79%.

<sup>248</sup> Neste ano um total de 20 (vinte) autos foram objecto de arquivamento sem aplicação de sanção.

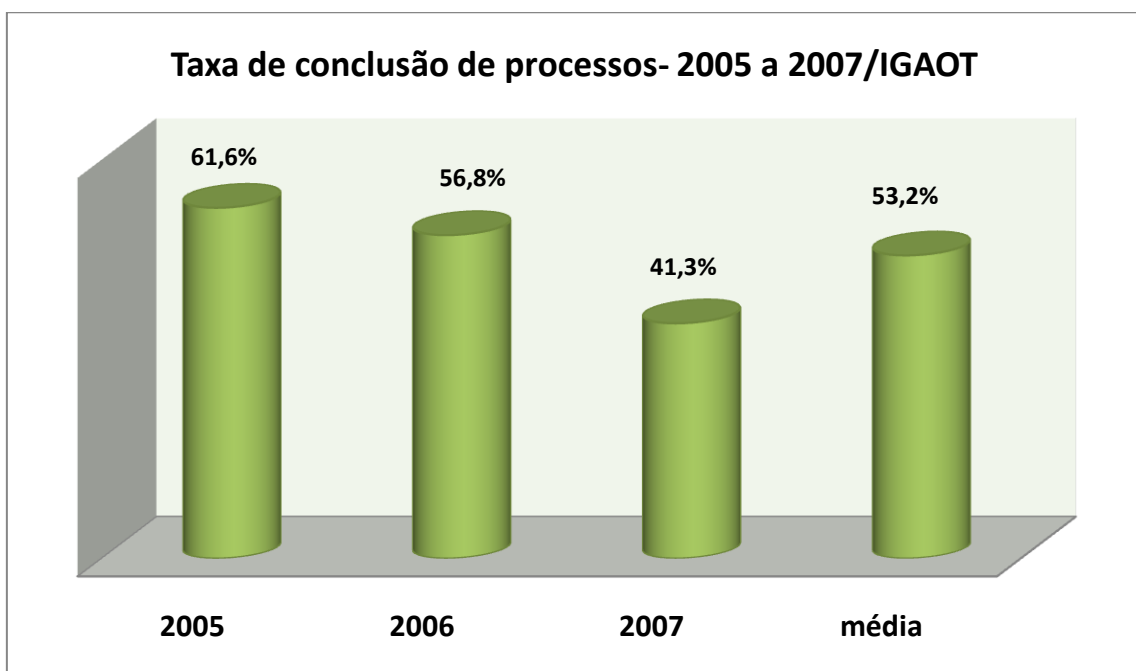
Graficamente obtemos a seguinte representação.

**Gráfico nº1** – Representação gráfica da relação de processos instaurados, concluídos e pendentes (2005 a 2007/IGAOT).



Verificamos que existe uma diferença crescente entre o número de processos instaurados e o número de processos concluídos, o que se reflecte na prática numa taxa conclusão de processos em níveis preocupantemente baixos compreendidos entre os 43,6% e os 61,6 %. Por esse facto anualmente existiu um decréscimo na taxa de conclusão fruto, ao que tudo indica, do aumento dos números de processos pendentes e à capacidade de processamento demonstrada. Objectivamente, dos dados analisados poderemos retirar que a IGAOT dispõe de um limite quantificado de capacidade de processamento de autos que se situará entre os 2500 e 2700 autos anuais, pelo que sendo o número de autos anuais a tratar consideravelmente superiores, tal implicará necessariamente um arrastar do processamento dos autos pelos anos seguintes à prática da infracção, protelando a análise dos mesmos e demora na reacção administrativa à infracção praticada e consequente aumento do risco de prescrição.

**Gráfico nº2** – Taxa de conclusão de processos de contra-ordenação. (2005 a 2007/IGAOT)



Podemos afirmar com elevado grau de segurança que, pelos dados disponíveis, a capacidade de processamento desta entidade encontra-se por demais esgotada, o que se verifica pela constante descida dos níveis de conclusão de processos visível na análise do gráfico supra. A cada ano que passa vão aumentando os processos que ficam pendentes para o ano seguinte<sup>249</sup>, o que a longo prazo resultará inevitavelmente num congestionamento dos serviços jurídicos e consequente prescrição de processos.

Debrucemo-nos então nos resultados dos procedimentos contra-ordenacionais.

<sup>249</sup> Apesar de se ter verificado um aumento do número total de processos elaborados.

**Tabela nº2** – Relação entre decisões condenatórias e pagamento de coima sem interposição de recurso judicial (2005 a 2007/IGAOT).

| Ano   | Decisões condenatórias | Com pagamento da coima sem recurso judicial | Percentualmente | Remetido a tribunal para execução da coima |
|-------|------------------------|---|-----------------|--|
| 2005  | 2531                   | 1073  | 42,4%           | 255  |
| 2006  | 2550                   | 1343  | 52,7%           | 203  |
| 2007  | 2685                   | 1683  | 62,7%           | 402  |
| Total | 7766                   | 4099  | 52,7%           | 860  |

Relativamente aos processos cujas decisões finais resultam na aplicação de coimas aos arguidos (decisão condenatória) existe uma percentagem considerável que não é “voluntariamente” paga pelos mesmos.

Nos anos em análise 52,7% das decisões condenatórias foram alvo de interposição de recurso judicial. Por esse motivo, considerando o elevado volume de impugnações judiciais interpostas importa verificar até que ponto os tribunais confirmam ou não as decisões proferidas em sede contra-ordenacional, averiguando desse modo a consonância das decisões administrativas com as decisões judiciais.

Esta será uma boa forma de verificar a eficácia das decisões da IGAOT enquanto entidades de controlo formal que exerce competências em matéria contra-ordenacional, uma vez que as decisões destas entidades estão sempre sujeitas a controlo jurisdicional por parte dos tribunais, que se assumem como o último garante dos direitos dos arguidos, mesmo em processos de contra-ordenação.

Na tabela seguinte expomos os resultados das impugnações judiciais interpostas sobre as decisões condenatórias.

**Tabela nº3 – Recursos judiciais interpostos e seus resultados. (2005 a 2007/IGAOT)**

| <b>Ano</b>          | <b>Recursos Decididos</b> | <b>Decidido com Absolução</b> |              | <b>Decidido com Alteração da Coima</b> |              | <b>Decidido com Confirmação da decisão da IGAOT</b> |              | <b>Recursos recusados / Rejeitados</b> |             |
|---------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------|--|--------------|---|--------------|--|-------------|
| 2005                | 301                       | 152                           | 50,5%        | 72                                     | 23,9%        | 75  | 24,9%        | 2                                      | 0,7%        |
| 2006                | 274                       | 112                           | 40,8%        | 117                                    | 42,7%        | 39  | 14,2%        | 6                                      | 2,2%        |
| 2007                | 732                       | 352                           | 48,1%        | 221                                    | 30,2%        | 150   | 20,5%        | 9                                      | 1,2%        |
| <b>Totais/Média</b> | <b>1307</b>               | <b>616</b>                    | <b>46,5%</b> | <b>410</b>                             | <b>32,2%</b> | <b>264</b>  | <b>19,9%</b> | <b>17</b>                              | <b>1,4%</b> |

A tabela apresentada merece-nos uma análise cuidada, podendo dela retirar-se uma série de conclusões interessantes.

Verificamos desde logo que existe uma percentagem preocupante de decisões judiciais contrárias às decisões das IGAOT, ou dito de outra forma, são poucas as decisões da IGAOT que são confirmadas na íntegra pelos tribunais. Dos 1307 recursos decididos em apenas 264 foi mantida na íntegra a decisão da IGAOT, o que representa uma percentagem de cerca de 20%, donde se extrai que 80% das decisões administrativas proferidas pela IGAOT são alteradas quando submetidas a apreciação judicial.

Mais preocupante é o facto de, em média, 46% das decisões da IGAOT serem mesmo revogadas resultando na absolvição do arguido, quando analisadas pelo tribunal, o que representa uma média bastante elevada, tendo mesmo esta percentagem alcançado os 50,5% dos casos analisados em 2005.

Uma outra preocupação que gostaríamos de aqui registar prende-se com a baixa taxa de decisões judiciais proferidas pelos tribunais de recurso das decisões condenatórias da IGAOT. Um problema crescente que impede a rápida resolução dos processos instruídos, deixando passar uma ideia de ineficácia do conjunto do sistema punitivo do Estado que poderá criar um sentimento de impunidade, principalmente naqueles que com alguma frequência prevaricam. Este problema deverá merecer das entidades res-

ponsáveis atenção especial, pois caminha-se seriamente para uma situação de rotura. A facilidade de recurso aos tribunais, a qual pode ser feita directamente pelo arguido, pagando uma taxa de justiça na generalidade dos casos de montante significativamente inferior ao valor da coima, leva a que a utilização desta figura processual venha aumentando anualmente. Logicamente que o acesso ao controlo judicial deve fazer parte do processo contra-ordenacional, no entanto é necessário criar condições para que o exercício desse legítimo direito não “emperre” a máquina sancionatória passando a ser encarado como uma mera diligência dilatória.

**Tabela nº 4 - Impugnações judiciais interpostas e decididas (2005 a 2007/IGAOT)**

|               | <b>Interpostos</b> | <b>Pendentes ano anterior</b> | <b>Total em análise</b> | <b>Decididos</b> | <b>Pendentes ano seguinte</b> |
|---------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------|------------------|-------------------------------|
| <b>2005</b>   | <b>617</b>         | <b>437</b>                    | <b>1054</b>             | <b>301</b>       | <b>753</b>                    |
| <b>2006</b>   | <b>675</b>         | <b>753</b>                    | <b>1428</b>             | <b>274</b>       | <b>1154</b>                   |
| <b>2007</b>   | <b>1165</b>        | <b>1154</b>                   | <b>2319</b>             | <b>732</b>       | <b>1587</b>                   |
| <b>Totais</b> | <b>2457</b>        |                               |                         | <b>1307</b>      |                               |

A tabela antecedente permite verificar que o recurso ao controlo judicial nas decisões proferidas pela IGAOT tem vindo a registar um aumento significativo, mais do que duplicando entre o ano de 2005 e 2007<sup>250</sup>. Este aumento de impugnações judiciais poderá estar relacionado com o aumento dos montantes das coimas que, como se sabe, com a publicação da LQCA assumiram valores verdadeiramente elevados<sup>251</sup>.

Uma outra conclusão a retirar da tabela apresentada prende-se com o reconhecimento da incapacidade dos tribunais em dar uma resposta aos recursos interpostos, fazendo com que de ano para ano, também aqui, se vão acumulando os processos sem decisão, mantendo-se os níveis de apreciação em cerca de 53 % do total de recursos existentes, isto apesar de no ano de 2007 se ter verificado um aumento significativo dos recursos analisados.

<sup>250</sup> Sendo de lamentar, uma vez mais, a ausência de dados relativamente aos últimos anos.

<sup>251</sup> O que aliás mereceu da parte do legislador um reparo e esteve na origem da primeira alteração a esse regime.

Feita a análise aos dados fornecidos resta-nos fazer referência ao que consideramos serem imprecisões ou mesmo incorrecções existentes nos relatórios e para as quais não obtivemos qualquer resposta por parte da IGAOT.

No Relatório de 2007<sup>252</sup> é referido que “o número de processos de contra-ordenação instaurados em 2007 foi de 4218, tendo havido um aumento percentual de 44% em relação ao ano anterior. Adicionando os processos instaurados em 2007 aos 5526 transitados de 2006 atingiu-se um total de 9744 processos de contra-ordenação”.

No entanto da consulta aos dados fornecidos para o ano de 2006 são apresentados como ficando pendentes para o ano seguinte “apenas” 1947. Refere o relatório de 2006<sup>253</sup> que “o número de processos transitados para 2007 teve um ligeiro aumento em relação do ano de 2006, já que passou dos 1559 transitados para 2006, para 1940 transitados para 2007”.

Existe consequentemente um erro cuja origem não se percebe, no entanto em termos do trabalho por nós realizado foram considerados os dados do relatório de 2006 ou seja considerámos que de 2006 para 2007 ficaram pendentes 1940 processos<sup>254</sup>.

Uma outra incorrecção detectada prende-se com os dados apresentados referentes às decisões finais dos processos contra-ordenacionais e suas consequências, as quais expomos na tabela seguinte.

---

<sup>252</sup> Página 49.

<sup>253</sup> Página 43.

<sup>254</sup> Não fazia sentido considerar como valores correctos os apresentados no relatório de 2007 pois o total de processos registados em 2006 são substancialmente inferiores aos processos considerados pendentes para o ano seguinte pelo relatório de 2007.



**Tabela nº 5 - Decisões dos autos de contra-ordenação e suas consequências.  
(2005 a 2007/IGAOT)**

| Ano   | Decisões condenatórias | Com pagamento da coima sem recurso judicial | Remetido a tribunal para execução da coima | Total Pagas e executadas | Recursos judiciais | Total de decisões pagas, executadas ou recorridas |
|-------|------------------------|---|--|--------------------------|--------------------|---|
| 2005  | 2531                   | 1073  | 255  | 1328                     | 617                | 1945  |
| 2006  | 2550                   | 1343  | 203  | 1546                     | 675                | 2221  |
| 2007  | 2685                   | 1683  | 402  | 2085                     | 1165               | 3250  |
| Total | 7766                   | 4099  | 860  | 4959                     | 2457               | 7416  |

De acordo com os dados apresentados em 2005 foram proferidas 2531 decisões condenatórias. Dessas 1073 foram voluntariamente pagas pelos arguidos, 255 foram enviadas a tribunal pela IGAOT para execução da sentença proferida em processo de contra-ordenação e sobre 617 foram apresentados recursos judiciais, o que perfaz um total de 1945 decisões, ficando por conhecer o “estado” das restantes 586 decisões condenatórias.

A mesma leitura pode ser realizada para os anos seguintes, sendo que no ano de 2007, aparecem registados mais resultados das decisões condenatórias do que o total existente.

## **8.2. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)**

O aparecimento das CCDR é associado originariamente à criação, em 1953, dos Planos de Fomento. Estes planos criam estruturas da administração central com competências em matéria de planeamento e coordenação regional, introduzindo no sistema político nacional importantes variáveis de planeamento financeiro e territorial de que Portugal era na altura deficitário.

Em 1969 com a publicação do Decreto 48905 de 11 de Março conjuntamente com o Decreto 49364 de 8 de Novembro, foi efectuada uma divisão territorial de Portugal Continental, criando dessa forma 4 Regiões de Planeamento (Norte, Centro, Lisboa e Sul). Para a gestão de cada uma destas regiões foi criada a respectiva Comissão Consultiva Regional<sup>255</sup>, sendo desta forma criada uma estrutura regional responsável pelo planeamento e coordenação intersectorial.

Com a revolução de Abril, estas comissões passam a depender do Ministério da Administração Interna (MAI), com a consequente alteração funcional e orgânica.

No ano de 1977, a lei orgânica do Ministério da Administração Interna (MAI), aprovada pelo Decreto-Lei nº 342/77, de 19 de Agosto, cria as Comissões Técnicas Regionais que absorvem as Comissões Consultivas Regionais e que passam a constituir-se como órgãos de apoio técnico às autarquias locais, o que origina uma rotura com as atribuições anteriores de planeamento regional e de coordenação intersectorial regional. Estas funções de apoio técnico ao poder local estão na base da criação das primeiras Comissões de Coordenação Regional que ocorre em finais desse mesmo ano.

Durante os anos subsequentes, nomeadamente até meados da década de 90, as Comissões de Coordenação Regional, desenvolvem a sua actividade fortalecendo e consolidando a sua intervenção, alargando o âmbito de actuação a novas áreas como sejam o ambiente e o ordenamento do território. As CCR foram entretanto distribuídas por

---

<sup>255</sup> Também designada por Comissão Regional de Planeamento.

cinco regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve)<sup>256</sup>, passando a funcionar como órgãos desconcentrados da Administração Central.

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia veio atribuir às CCR a função de gestão de parcelas significativas dos fundos comunitários destinados às respectivas regiões onde se inseriam.

Assiste-se entre a segunda metade da década de 90 e início do novo milénio, a uma interrupção no trajecto ascendente que vinha sendo cometido às CCR, originado por um esvaziar de competências nas diversas áreas de intervenção, verificando-se a perda de competências na área do Ordenamento do Território que se transfere para as Direcções Regionais de Ambiente e do Ordenamento do Território, criadas no ano 2000.

Com a integração das CCR no Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, ocorrida nos anos de 2002/03, nelas renascem algumas antigas competências, nomeadamente nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território, passando as CCR a protagonizar um importante papel no desenvolvimento regional.

Com a publicação do Decreto-Lei 104/2003 de 23 de Maio, as CCR e as Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território são extintas e unificadas nas actuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), mantendo-se na dependência do MCOTA, orgânica que se conservou até aos dias de hoje, apenas com alteração da designação do ministério, que pelas designações de Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional(MAOTDR) e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território(MAOT)<sup>257</sup>.

Finalmente em 2007<sup>258</sup>, no âmbito de mais uma reforma protagonizada em quase toda a administração pública, são criadas autonomamente as Autoridades de Região Hidrográfica (ARH), que ficam com as competências até aí atribuídas às CCDR, no âmbito da gestão dos recursos hídricos.

As CCDR constituem-se assim como organismos desconcentrados do MAOT, dotados de autonomia financeira e administrativa, tendo por missão “executar as políti-

---

<sup>256</sup>Distribuição que ainda hoje se mantém.

<sup>257</sup> Esta última em consequência da constituição do XVIII Governo constitucional .

<sup>258</sup> Decreto-Lei n° 208/2007, de 29 de Maio.

cas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações”<sup>259</sup>.

As CCDDR prosseguem, no âmbito das circunscrições territoriais respectivas, as seguintes atribuições<sup>260</sup>:

*a)* Contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais e a elaboração de programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;

*b)* Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente, de conservação da natureza, de ordenamento do território e de cidades, articulando-se, para o efeito, com os outros serviços do MAOT e pessoas colectivas públicas tuteladas por aquele ministério;

*c)* Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial e assegurar a sua articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

*d)* Coordenar os serviços desconcentrados de âmbito regional, no domínio do planeamento, do ordenamento do território, da coordenação estratégica e do desenvolvimento económico, social e ambiental;

*e)* Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão que lhes estiverem confiadas, no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal.

*f)* Dinamizar a cooperação inter-regional e transfronteiriça e assegurar a articulação entre instituições da administração directa do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o refor-

---

<sup>259</sup> Conforme estabelecido na sua Lei orgânica.

<sup>260</sup> De acordo com o n.º 2 do Artigo 2.º do Decreto-Lei 134/2007, de 27 de Abril.

ço da sua competitividade interna e externa com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local;

g) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, em articulação com a Direcção-Geral das Autarquias Locais.

As áreas geográficas de actuação de cada CCDR encontram-se previstas nas suas Leis de criação e são estabelecidas, grosso modo, de acordo com a circunscrição territorial de Nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente, conforme estabelecida no Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 317/99, de 11 de Agosto.

### 8.2.1. Apresentação dos dados de processamento das contra-ordenações efectuado pela CCDR- Centro.

Solicitados os dados à CCDR-C, nos mesmos moldes que efectuado às restantes entidades, inicialmente não se obteve qualquer resposta, pelo que foi necessário proceder ao contacto pessoal de forma a conseguir obter alguns dos dados necessários.

Inicialmente fomos informados que não existia nenhuma estatística oficial onde nos pudéssemos basear, no entanto posteriormente viria a ser disponibilizada informação não tratada que nos permitiu retirar algumas conclusões. Refira-se no entanto que os dados disponibilizados apenas são referentes aos anos de 2007 a 2009, e dispunham de muito pouca informação<sup>261</sup>.

Uma primeira conclusão a retirar prende-se com o facto de estarmos perante realidades completamente diferentes em relação à entidade estudada anteriormente<sup>262</sup>.

A compilação dos dados fornecidos permitem-nos apresentá-los sob a seguinte forma.

**Tabela nº 6 - Resultados das decisões dos autos (2007-2009/CCDR-C)**

| ANO          | Arquivados | Anulados  | Em Execução | Impugnação Judicial | Transferido Outra entidade | Sem decisão final | Total       |
|--------------|------------|-----------|-------------|---------------------|----------------------------|-------------------|-------------|
| 2007         | 212        | 4         | 20          | 15                  | 0                          | 3                 | 254         |
| 2008         | 317        | 3         | 27          | 31                  | 13                         | 43                | 434         |
| 2009         | 240        | 5         | 18          | 14                  | 0                          | 63                | 340         |
| <b>TOTAL</b> | <b>769</b> | <b>12</b> | <b>65</b>   | <b>60</b>           | <b>13</b>                  | <b>109</b>        | <b>1028</b> |

<sup>261</sup> Para uma melhor compreensão do tipo de dados recebidos, faremos a sua publicação no Apêndice II ao presente trabalho sob a forma de digitalização, uma vez que os dados foram assim fornecidos.

<sup>262</sup> Justificado tanto pela área territorial de competência como a tipologia das competências.

Os valores apresentados na coluna “Arquivados” fazem referência a todos os processos encerrados, seja com aplicação de coima e respectivo pagamento seja com arquivamento sem condenação, não sendo possível fazer a destrição de situações.

Analisando as decisões resultantes do procedimento contra-ordenacionais, verificamos que cerca de 10% das autuações processadas nos anos em análise encontram-se ainda sem decisão final. Relativamente ao ano de 2007 apenas 3 das 254 contra-ordenações ainda se encontram sem decisão final, enquanto das 434 contra-ordenações processadas em 2008 são apenas 43 as que ainda não se encontram com o processo terminado. No que respeita a 2009 das 340 processadas encontram-se ainda em fase de processamento 63.

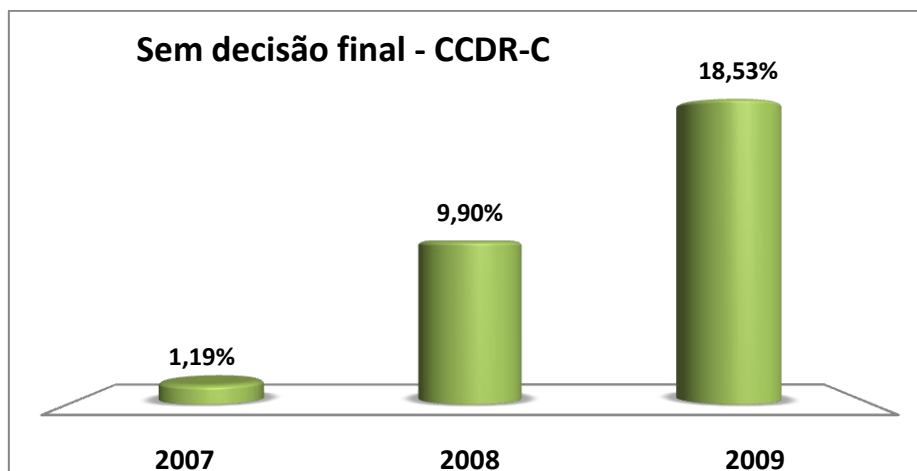
Por este facto podemos considerar que o desempenho demonstrado neste campo se apresenta com valores bastante satisfatórios, sendo que na sua grande maioria as contra-ordenações foram processadas e encontram-se já com a situação definitiva, em termos de processo contra-ordenacional estabelecida, sendo que os valores percentuais daquelas cujo processo ainda se encontra a decorrer se revelam meramente residuais considerando a data de ocorrência da infracção participada. Assim, em relação aos processos iniciados no ano de 2007, apenas 1,19 % se encontram ainda abertos por parte da CCDDR-C, enquanto em relação aos processos referentes a 2008 e 2009 esses valores sobem para 9,9 % e 18,53% respectivamente.

Pese o facto da percentagem de autos ainda sem decisão por parte da entidade administrativa ter aumentado nos dois últimos anos, tal não assume particular motivo de preocupação uma vez que se referem a infracções praticadas há 2 e 1 anos respectivamente, pelo que ainda se encontram dentro do prazo legal para processamento estabelecido pelo artº 40º<sup>263</sup> da LQCA.

---

<sup>263</sup> Que estabelece os prazos de prescrição de 5 anos, para o procedimento pelas contra -ordenações graves e muito graves e de 3 anos para as contra-ordenações leves, sem prejuízo das causas de interrupção e suspensão previstas no regime geral.

**Gráfico nº 3 - Processos ainda sem decisão final (2007-2009/CCDR-C)**



Relativamente aos processos decididos, conforme podemos observar na tabela seguinte, verificamos que na esmagadora maioria dos processos em que foi aplicada coima as mesmas terão sido pagas pelos arguidos pois existe apenas uma pequena percentagem de recursos à figura da impugnação e execução judicial.

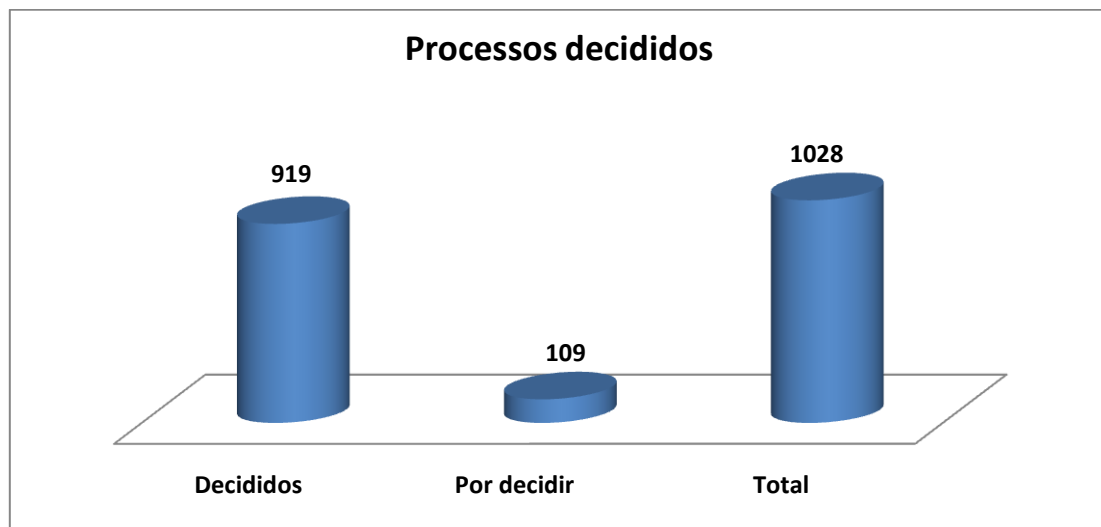
Encontram-se igualmente em número reduzidos os autos anulados pela entidade administrativa (1,4%) no universo dos processos decididos, apesar de não ser possível determinar o motivo de tal arquivamento.

**Tabela nº 7 - Processos decididos (2007-2009/CCDR-C)**

| ANO          | Arquivados | Anulados  | Em Execução | Impugnação Judicial |               |                  |                      |
|--------------|------------|-----------|-------------|---------------------|---------------|------------------|----------------------|
|              |            |           |             | Absolvição          | Redução Coima | Manutenção Coima | Sem decisão judicial |
| 2007         | 212        | 4         | 20          | 7                   | 1             | 5                | 2                    |
| 2008         | 317        | 3         | 27          | 15                  | 4             | 6                | 6                    |
| 2009         | 240        | 5         | 18          | 5                   | 2             | 0                | 7                    |
| <b>TOTAL</b> | <b>769</b> | <b>12</b> | <b>65</b>   | <b>27</b>           | <b>7</b>      | <b>11</b>        | <b>15</b>            |



**Gráfico nº 4 - Processos decididos (2007-2009/CCDR-C)**



Tal como ocorreu na análise dos dados da IGAOT, também relativamente à CCDR-C se verifica que devem ser encarados com alguma preocupação os resultados obtidos nas decisões judiciais referentes aos autos cujos arguidos optam por recorrer à impugnação judicial.

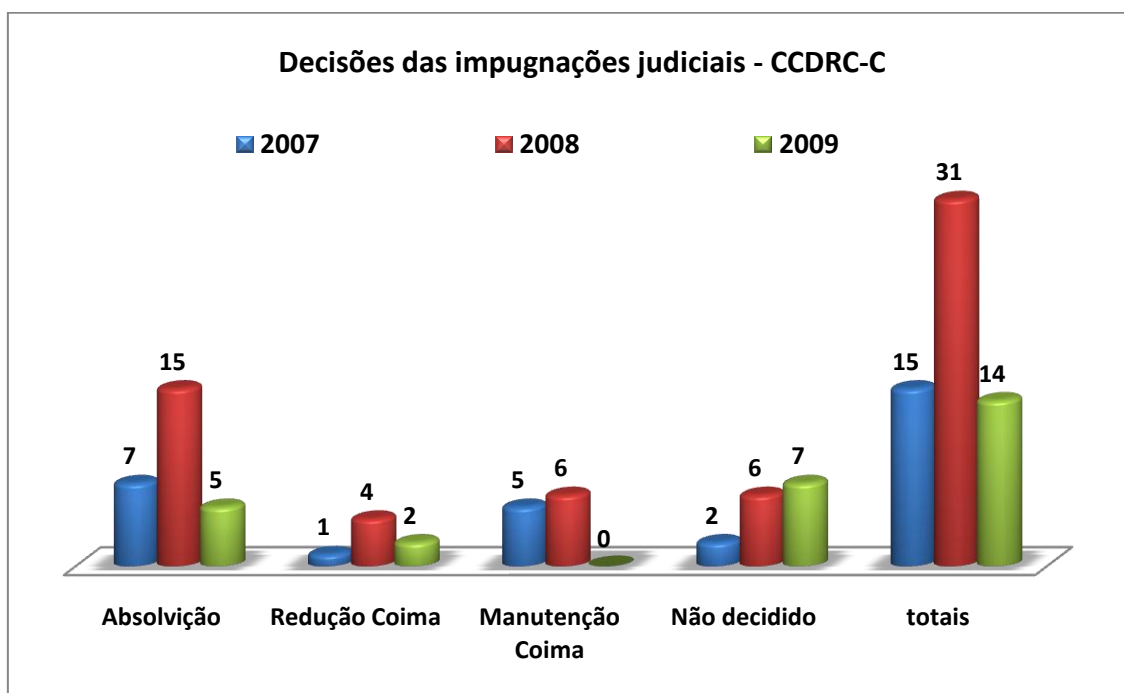
Apesar do reduzido número de impugnações judiciais apresentadas em recurso das decisões da CCDR-C<sup>264</sup>, das sentenças conhecidas verifica-se que em 60% dos casos o arguido foi absolvido, sendo consequentemente revogada a decisão proferida em sede de processo contra-ordenacional, o que representa uma percentagem bastante significativa e que deve ser encarada de forma séria pelos órgãos competentes da CCDR-C. Por outro lado em apenas 24,4% dos casos foi mantida a coima aplicada pela entidade administrativa. Ou seja, em cerca de 75,6% dos casos já analisados pelos tribunais sobreveio alteração da decisão da entidade administrativa proferida em “primeira instância”- seja ela o arquivamento (que acontece em 60% dos casos) ou a redução da coima (que acontece em 15,6% dos casos).

Este valor deve ser tido em conta considerando que se estes valores forem extrapolados para a totalidade dos autos processados, ficamos com a ideia que as decisões tomada em sede de processo contra-ordenacional se encontram maioritariamente desa-

<sup>264</sup> Num total de 1028 processos contabilizamos apenas 60 impugnações judiciais.

justadas<sup>265</sup>, o que deverá merecer da parte das entidades competentes uma análise aprofundada do motivo dessas alterações.

**Gráfico nº 5 - Decisões das Impugnações judiciais (2007-2009/CCDR-C)**



No que concerne aos processos ainda não encerrados (pendentes), a análise dos dados permite-nos concluir que 109 aguardam ainda decisão administrativa, enquanto 15 aguardam decisão da impugnação judicial interposta pelos arguidos, totalizando 124 autos onde efectivamente ainda não há uma decisão definitiva. Pendentes continuam igualmente 65 processos resultantes do ainda não pagamento dos valores das coimas aplicadas, encontrando-se por esse motivo em fase de execução judicial.

<sup>265</sup> Considerando que não foi possível determinar os motivos que estiveram na base da decisão judicial de alteração do montante das coimas ou mesmo da absolvição dos arguidos, torna-se difícil determinar o motivo desta discrepância entre as decisões administrativas e as decisões judiciais. Fica no entanto a certeza de que neste caso, como em outros já vistos anteriormente e a abordar de seguida, as decisões dos tribunais proferidas no seguimento de impugnações judiciais por aplicação de coimas são maioritariamente diferentes das decisões administrativas, chegando mesmo em grande número dos casos a ser contrárias a essas decisões.

**Tabela nº 8 - Processos pendentes (2007-2009/CCDR-C)**

| ANO   | Sem decisão | Execução da coima | Imp Judicial Não decidida |
|-------|-------------|-------------------|---------------------------|
| 2007  | 3           | 20                | 2                         |
| 2008  | 43          | 27                | 6                         |
| 2009  | 63          | 18                | 7                         |
| TOTAL | 109         | 65                | 15                        |

Os dados fornecidos não permitem outro tipo de conclusões, pelo que, em termos gerais, podemos afirmar que a CCDDR-C apresenta uma boa eficácia no processamento das contra-ordenações para as quais exerce funções de autoridade administrativa, na medida em que, nos anos em análise, dos 1028 processos registados, apenas 109 continuam dependentes de uma decisão administrativa, o que em termos percentuais representa 10,6 % de processos ainda não decididos (sendo que em 2007 esse valor é de 1,1%, em 2008 é de 9,9% e em 2009 sobe para 18,5%), ou seja podemos afirmar que a eficácia de conclusão de processos da CCDDR-C é de 89,4%.

No entanto, uma vez mais se refere que das decisões sobre as quais resultaram, por parte dos arguidos, contestação judicial em 75,6% dos casos a decisão da CCDDR-C foi alterada, tendo-se verificado que em 60% dos casos ocorreu a absolvição do arguido, o que representa sem dúvida uma percentagem demasiado alta e por isso merecedora de melhor acompanhamento.

### **8.2.2. Apresentação dos dados de processamento das contra-ordenações efectuado pela CCDR- Algarve.**

A análise dos dados disponibilizados pela CCDR-Algarve permite-nos verificar uma vez mais uma diferença do volume de autos a processar, apesar dos dados fornecidos pela CCDR-Algarve se reportarem aos últimos 5 anos, enquanto, por exemplo, os dados referentes à actividade da CCDR-C serem relativos aos últimos 3 anos. Esta diferença deve-se em parte ao facto da CCDR-Algarve dispor de uma área territorial de intervenção substancialmente inferior à das restantes.

Do número total de autos de notícia elaborado nos 5 anos em análise, apenas 5 deles não deram lugar à abertura de processo contra-ordenacional, sendo liminarmente arquivados. No entanto considerando que mesmo os autos liminarmente arquivados mereceram por parte da CCDR-Algarve uma análise procedimental, tal implica que a taxa de processamento dos autos se situe nos 100%.

**Tabela nº 9 – Processamento de autos lavrados (2005-2009/CCDR-Algarve)**

| <b>ANO</b>   | <b>Autos de Notícia</b> | <b>Arquivados</b> | <b>Proc. Co Abertos</b> |
|--------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| <b>2005</b>  | <b>228</b>              | <b>0</b>          | <b>228</b>              |
| <b>2006</b>  | <b>197</b>              | <b>0</b>          | <b>197</b>              |
| <b>2007</b>  | <b>174</b>              | <b>2</b>          | <b>172</b>              |
| <b>2008</b>  | <b>112</b>              | <b>2</b>          | <b>110</b>              |
| <b>2009</b>  | <b>56</b>               | <b>1</b>          | <b>55</b>               |
| <b>Total</b> | <b>767</b>              | <b>5</b>          | <b>762</b>              |

Apesar da taxa de processamento de autos ser máxima, tal não implica que o desempenho nos restantes campos de apreciação seja igualmente elevado. Efectivamente, se por um lado a CCDR-Algarve procede à análise inicial de todos os dados dando início aos consequentes processos contra-ordenacionais, por outro denota sérias dificuldades na sua conclusão, conforme pode ser facilmente sustentado com a análise dos processos que entretanto já prescreveram.

Dos processos contra-ordenacionais abertos (762), apenas 5,9% (45) foram até ao momento encerrados com conclusão da instrução, o que revela uma baixíssima taxa de eficácia neste âmbito. Em contrapartida os processos encerrados por prescrição (106) representam mais do que três vezes o valor dos processos encerrados por conclusão da instrução, valores esclarecedores da (in)capacidade demonstrada pela CCDR-Algarve. Esta elevada taxa de prescrições traduz necessariamente uma ineficácia de processamento.

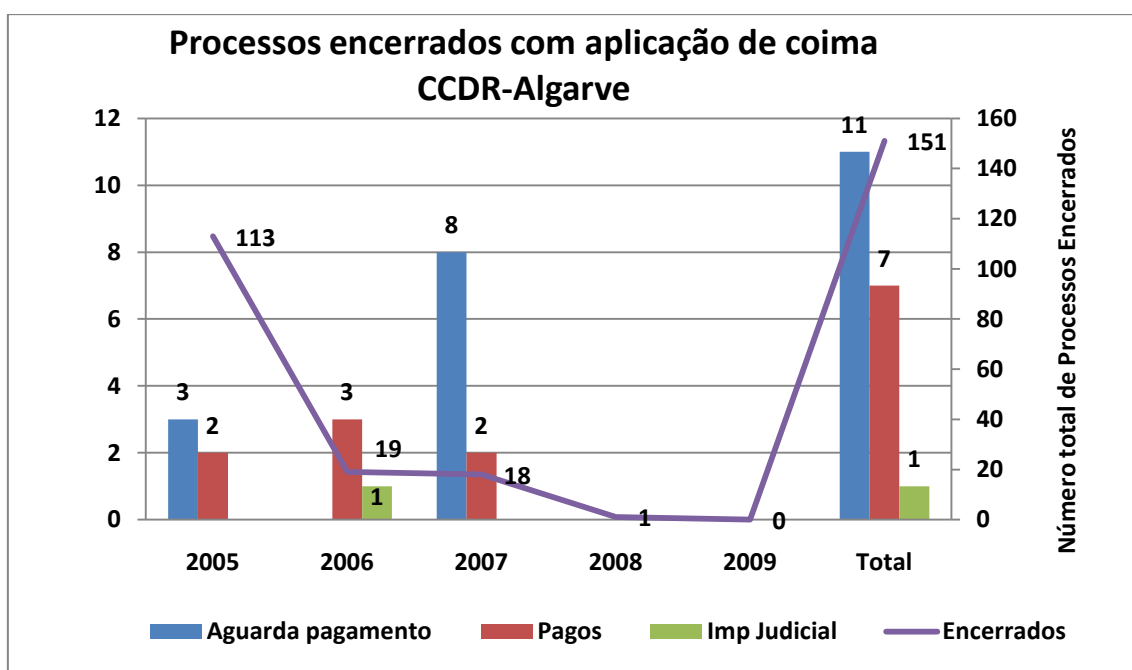
**Tabela nº10 - Resultados dos processos contra-ordenacionais (2005-2009/CCDR-Algarve)**

| ANO   | Proc. Co Abertos | P/ Notificar | Proc. Co c/ Instrução Concluída |                                 |       |          | Prescritos |
|-------|------------------|--------------|---------------------------------|---------------------------------|-------|----------|------------|
|       |                  |              | Arquivados                      | Processo com aplicação de coima |       |          |            |
|       |                  |              |                                 | Aguarda pagamento               | Pagos | Tribunal |            |
| 2005  | 228              | 50           | 21                              | 3                               | 2     | 0        | 87         |
| 2006  | 197              | 0            | 2                               | 0                               | 3     | 1        | 13         |
| 2007  | 172              | 78           | 2                               | 8                               | 2     | 0        | 6          |
| 2008  | 110              | 57           | 1                               | 0                               | 0     | 0        | 0          |
| 2009  | 55               | 18           | 0                               | 0                               | 0     | 0        | 0          |
| Total | 762              | 203          | 26                              | 11                              | 7     | 1        | 106        |

Verifica-se igualmente, da análise do quadro supra, que existe um atraso considerável na generalidade dos processos abertos, uma vez que existem ainda bastantes processos pendentes por notificações, alguns deles referentes ao “longínquo” ano de 2005.

Da mesma forma os dados apresentados traduzem uma taxa de processos com aplicação de coimas bastante reduzida considerando que nos últimos 5 anos dos 151 processos encerrados em apenas 19 deles foram aplicadas coimas e destes em apenas 7 processos as coimas foram efectivamente pagas.

**Gráfico nº 6 - Processos encerrados com aplicação de coima (2005-2007/CCDR-Algarve)**



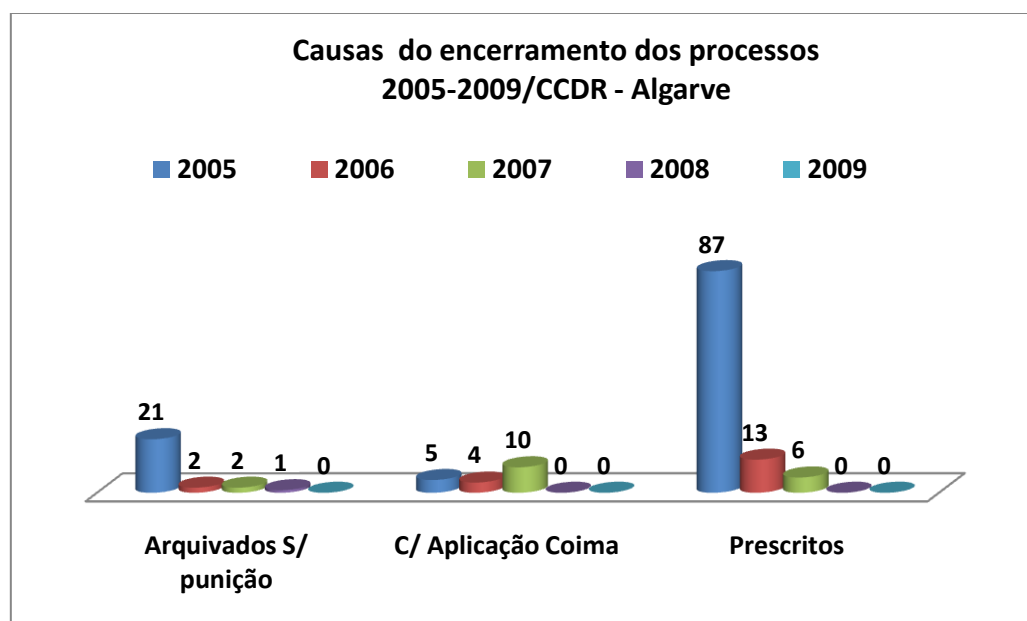
O gráfico acima apresentado pretende representar uma perspectiva dos resultados obtidos com os processos nos quais foram efectivamente aplicadas coimas.

Dos processos referentes ao ano de 2005 foram encerrados 113, sendo que em apenas 5 deles foram aplicadas coimas. Apesar do número de aplicação de coimas ser bastante baixo, as coimas efectivamente pagas dizem respeito a apenas 2 processos. Dos processos referentes ao ano de 2006 encontram-se já encerrados 19, sendo que em ape-

nas 4 foram aplicadas coimas, das quais 3 foram pagas e contra outra foi interposta impugnação judicial. Relativamente aos processos referentes ao ano de 2007, dos 18 processos já encerrados 10 foram-no com aplicação de coimas, mas em apenas 2 deles as mesmas já foram pagas, aguardando-se o pagamento das restantes 8. No que diz respeito aos processos por contra-ordenações praticadas em 2008 e 2009, até ao momento ainda não foram concluídos nenhuns processos com aplicação de coima, sendo que apenas relativamente ao ano 2008 foi já encerrado um processo, com arquivamento.

Resulta da análise efectuada uma baixa aplicação de coimas nos processos encerrados, devendo-se fundamentalmente o encerramento não à conclusão propriamente dita do procedimento contra-ordenacional, mas sim à prescrição do processamento. Conforme representado no gráfico seguinte dos processos encerrados nos anos em estudo a esmagadora maioria ficou a dever-se à sua prescrição, o que representa sempre para a administração uma clara demonstração de ineficácia no tratamento dos processos de contra-ordenacional.

**Gráfico nº 7 - Causas do encerramento dos processos (2005-2009/CCDR – Algarve)**



Podemos concluir que de uma forma geral o desempenho da CCDR-Algarve no processamento dos autos de contra-ordenação situa-se nos mais baixos índices de eficácia em relação a todas as entidades estudadas, nomeadamente em termos da sua conclu-

são, sendo que dos 767 processos abertos nos últimos 5 anos apenas 19 foram concluídos com punição dos arguidos, ao passo que dos 151 processos concluídos, 106 deles foram arquivados por terem prescrito os prazos de elaboração dos respectivos processos, o que representa uma taxa de prescrição de cerca de 70,2%<sup>266</sup>.

---

<sup>266</sup> Em relação ao total dos processos encerrados.



### 8.3. O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB, I.P.), constituiu-se como um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira, remontando as suas origens ao ano de 1975 e à criação do Serviço Nacional de Parques, Reserva e Património Paisagístico (SNPRPP), na dependência da Secretaria de Estado do Ambiente que vigorava no seio do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente<sup>267</sup>.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 193/93, de 24 de Maio, é criado o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), na dependência do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, designação que manteve até à publicação do Decreto-Lei nº 136/2007, de 7 de Abril, na qual passa a adoptar a componente da Biodiversidade sendo renomeado em Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Estatutariamente o ICNB, I.P. tem como missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão das áreas protegidas, visando a valorização e o reconhecimento público do património natural, missão essa que realiza através das suas diferentes unidades orgânicas.

As suas principais atribuições são<sup>268</sup>:

- a) Exercer as funções de autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade;
- b) Assegurar a preservação da conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão sustentável de espécies e habitats naturais da flora e da fauna selvagens, promovendo a elaboração e implementação de planos, programas e acções, nomeadamente nos domínios da inventariação, da monitorização, da fiscalização e dos sistemas de informação;
- c) Propor a criação de áreas classificadas, terrestres e marinhas, e assegurar a gestão das que são de interesse nacional e colaborar na gestão das que são de âmbito regional ou

---

<sup>267</sup> Decreto-Lei 550/75, de 30 de Setembro.

<sup>268</sup> N.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 136/2007 de 27 de Abril – Lei orgânica do ICNB, I.P..

local, nomeadamente através da elaboração, avaliação e revisão de planos de ordenamento e de gestão das áreas protegidas e da orla costeira;

d) Promover a articulação e a integração dos objectivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais, visando a valorização económica e social do património natural como factor estruturante de diferentes sectores da actividade económica, designadamente através de parcerias, com especial incidência no turismo de natureza;

e) Promover a aplicação da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) e a concepção e gestão do Programa Nacional de Conservação da Natureza;

f) Promover e desenvolver a informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade, com vista a criar uma consciência colectiva da importância dos valores naturais;

g) Assegurar, em cooperação com as entidades competentes, o acompanhamento das questões, a transposição e o cumprimento do direito internacional e comunitário em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade.

A área de actuação do ICNB, I.P. em termos de competências de Autoridade Administrativa no processamento de contra-ordenações baseia-se fundamentalmente em matérias relacionadas com infracções praticadas nas áreas protegidas e sobre espécies de fauna ou flora protegidas, definida nos diversos diplomas legais que incidem sobre esses assuntos.

### 8.3.1. Apresentação dos dados de processamento das contra-ordenações efectuadas pelo ICNB, I.P.

Da análise dos dados referentes aos autos de contra-ordenação processados pelo ICNB, I.P. no uso da competência de entidade administrativa responsável pelo processamento das contra-ordenações constata-se claramente a dificuldade sentida por esta entidade no fornecimento de dados trabalhados estatisticamente.

Pese a boa vontade demonstrada pela responsável pelo gabinete jurídico do ICNB, I.P. os dados disponibilizados referentes aos anos em estudo revelaram-se extremamente confusos e pouco perceptíveis<sup>269</sup> para que se pudesse proceder ao seu tratamento e estudo sem correr o risco de cometimento de erros interpretativos.

De qualquer forma entendemos ser preferível efectuar um esforço acrescido que nos permitisse efectuar uma apresentação dos dados obtidos conducente à obtenção das conclusões mínimas necessárias ao estudo que nos propusemos realizar.

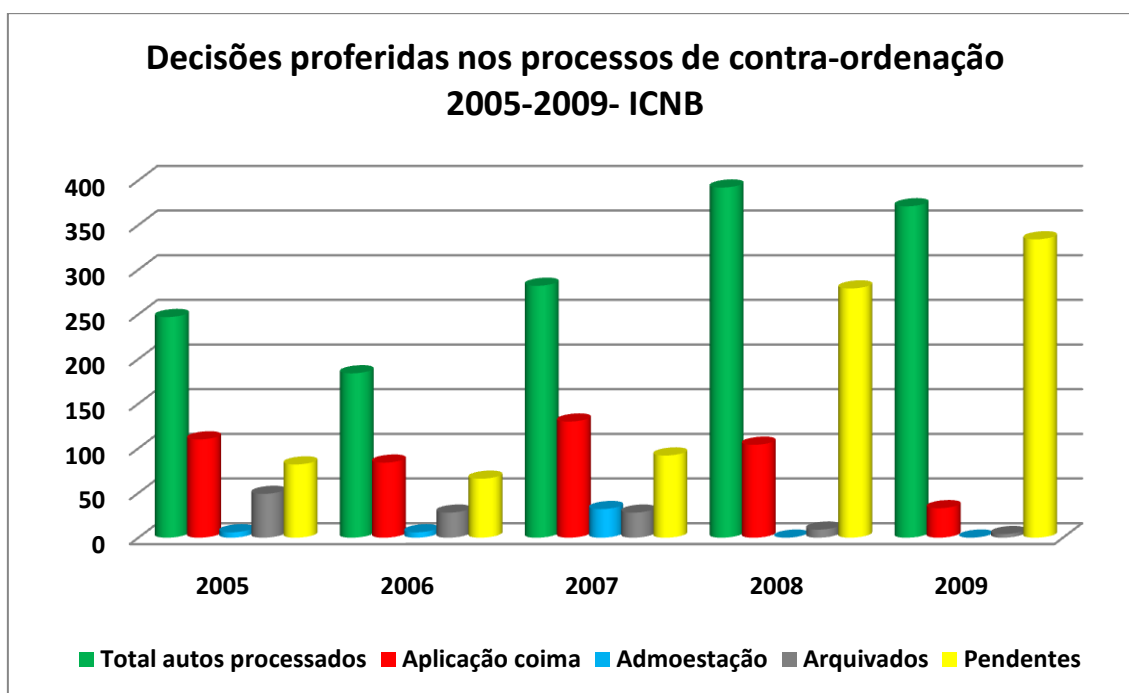
Assim apresentamos em primeiro lugar uma tabela onde expomos o resumo quantitativo dos processos instaurados e suas principais decisões finais.

**Tabela nº 11 – Decisões proferidas nos processos de contra-ordenação (2005-2009/ICNB)**

|                                | 2005       | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | TOTAIS      |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| <b>Total autos processados</b> | <b>247</b> | <b>184</b> | <b>282</b> | <b>392</b> | <b>371</b> | <b>1476</b> |
| <b>Aplicação coima</b>         | <b>110</b> | <b>84</b>  | <b>130</b> | <b>104</b> | <b>33</b>  | <b>461</b>  |
| <b>Admoestação</b>             | <b>6</b>   | <b>6</b>   | <b>32</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>44</b>   |
| <b>Arquivados</b>              | <b>49</b>  | <b>28</b>  | <b>28</b>  | <b>9</b>   | <b>4</b>   | <b>118</b>  |
| <b>Pendentes</b>               | <b>82</b>  | <b>66</b>  | <b>92</b>  | <b>279</b> | <b>334</b> | <b>853</b>  |

<sup>269</sup> O que nos levou a optar por fazer a sua apresentação em Apêndice IV ao presente trabalho, possibilitando desse modo a percepção da dificuldade apresentada e para que deles sejam retiradas as ilações necessárias a um eventual complemento de informação.

**Gráfico nº 8 - Decisões proferidas nos processos de contra-ordenação (2005-2009/ICNB, I.P.)**



Como se retira dos dados apresentados, no ano de 2005 o ICNB, I.P. instaurou 247 autos de contra-ordenação, tendo concluído a instrução com aplicação de coima em 110 casos, o que representa um total de 44,5%. A estes processos somam-se 6 encerrados com admoestação e 49 arquivados sem aplicação de qualquer sanção ao arguido, o que representa que dos 247 processos inicialmente instaurados foram concluídos 165.

Uma primeira conclusão permite-nos afirmar que dos processos instaurados 67% deles foram encerrados sendo que a percentagem de aplicação de coimas se situa numa percentagem semelhante ou seja 66,7% dos processos encerrados resultaram em aplicação de coima ao arguido.

Verifica-se, no entanto, que se encontram por concluir 82 processos referentes ao ano de 2005, o que significa que cerca de 33 % dos processos instaurados continuam a decorrer.

Feita uma primeira abordagem direccionada para a determinação das decisões finais dos processos de contra-ordenação elaborados pelo ICNB, I.P. no ano de 2005 veremos de seguida o desfecho final dos processos que finalizaram com aplicação de uma coima<sup>270</sup>.

**Tabela nº 12 - Situação dos autos onde foi aplicada coima (2005-ICNB, I.P.)**

| 2005                    |            |
|-------------------------|------------|
| Impugnação judicial     | 2          |
| Coima paga              | 18         |
| Execução                | 2          |
| Notificação da decisão  | 7          |
| Prescrito sem pagamento | 3          |
| Sem indicação do estado | 78         |
| <b>Total</b>            | <b>110</b> |

Analizados os processos onde foram aplicadas coimas, concluímos que em 2005 dos 110 processos encerrados com aplicação de coima, em apenas 18 existe registo da coima ter sido efectivamente paga, o que representa pouco mais de 16% do total. Por outro lado a percentagem de processos que se mantêm em aberto apesar de na fase de instrução ter sido aplicada uma coima ascendem a 78 o que representa cerca de 70% do total dos processos.

Do exposto retira-se que apesar de 110 processos de contra-ordenação terem sido concluídos com aplicação de coima, a esmagadora maioria ainda não foi paga, apesar de estarmos a analisar os registos dos autos lavrados por infracções praticadas em 2005<sup>271</sup>.

Dos 247 processos iniciados no ano de 2005 pelo ICNB, I.P., apenas 44,5% (110) resultaram na aplicação de uma coima, mas desses em apenas 18 a coima foi efec-

<sup>270</sup> A obtenção destes dados resultou de um trabalho desenvolvido tendo por base os dados fornecidos e após análise individualizada de cada registo.

<sup>271</sup> Ou seja cerca de 4 anos após a detecção da infracção. O que pode representar a prescrição da coima.

tivamente paga, o que representa pouco mais de 16%, em relação à totalidade de processos em que foi aplicada coima em 2005.

Relativamente ao ano 2006, concluímos que a situação é em tudo semelhante ao ano anterior, pois dos 184 processos instaurados cerca de 35% permanecem em instrução, tendo sido concluídos com aplicação de coima cerca de 45% do total de processos instruídos. Em termos gerais cerca de 66% dos processos iniciados encontram-se já encerrados.

No que diz respeito aos processos onde foram aplicadas coimas os dados fornecidos permitem-nos elaborar a seguinte tabela.

**Tabela nº 13 - Situação dos autos onde foi aplicada coima (2006-ICNB, I.P.)**

| 2006                    |           |
|-------------------------|-----------|
| Impugnação judicial     | 4         |
| Coima paga              | 23        |
| Execução                | 4         |
| Notificação da decisão  | 21        |
| Prescrito sem pagamento | 2         |
| Sem indicação do estado | 28        |
| Outras situações        | 2         |
| <b>Total</b>            | <b>84</b> |

Em 2006, como vimos foram instaurados 184 processos pelo ICNB, I.P., tendo 84 deles terminado com a aplicação de uma coima. Analisados os dados relacionados com os processos onde foi aplicada uma coima concluímos que em apenas 23 a coima foi paga, o que representa cerca de 27% das coimas aplicadas. Desse modo o número de processos que se mantêm em aberto, apesar de na fase de decisão ter sido aplicada uma coima, ascende a 61 o que representa cerca de 70% do total dos processos onde a decisão final correspondeu à aplicação de uma coima.

Conclui-se neste âmbito que apesar dos processos de contra-ordenação terem sido concluídos com aplicação de uma coima uma vez mais a esmagadora maioria delas ainda não foi paga. Verifica-se igualmente que continuam a prescrever processos após aplicação de coima aos arguidos, tendo ocorrido 2 casos em 2006 e 3 em 2005<sup>272</sup>, o que representa para a entidade administrativa uma incapacidade de acção resolutive<sup>273</sup>.

**Tabela nº 14 - Situação dos autos onde foi aplicada coima (2007/ICNB, I.P.)**

| 2007                    |            |
|-------------------------|------------|
| Impugnação judicial     | 1          |
| Coima paga              | 60         |
| Execução                | 5          |
| Notificação da decisão  | 12         |
| Sem indicação do estado | 50         |
| Outras situações        | 2          |
| <b>Total</b>            | <b>130</b> |

Das infracções contra-ordenacionais participadas no ano de 2007 ao ICNB, I.P. (282), verificamos que 130 (46%) delas foram já concluídas com proposta de aplicação de uma coima, sendo que dessas 60 já se encontram pagas. Assim, na realidade dos 282 autos de contra-ordenação processados, apenas 60 deram origem ao efectivo pagamento de uma coima (cerca de 21% do total dos autos processados). Dos restantes processos 1 (um) deu origem a impugnação judicial ainda não decidida, 5 (cinco) deram origem a processos de execução da coima aplicada e 63 deram origem a outras situações, nomeadamente realização de novas diligências, diligências adicionais, notificações, entre outras.

<sup>272</sup> Neste caso já assumidamente registado, pois em nossa opinião muitas mais terão já prescrito.

<sup>273</sup> Ou seja, apesar de ter concluído o processo de contra-ordenação com uma condenação efectiva do arguido (aplicação de uma coima), por motivos não apontados não foi capaz de fazer a cobrança do valor da coima aplicada, tendo deixado decorrer o prazo de prescrição.

Podemos observar que em 2010, passados cerca de 3 anos sobre a elaboração dos autos de contra-ordenação cuja competência de processamento está incumbida ao ICNB, I.P., cerca de 57% continuam ainda sem estar concluídos<sup>274</sup>.

**Tabela nº 15 - Situação dos autos onde foi aplicada coima (2008/ICNB, I.P.)**

| 2008                                      |            |
|---|------------|
| Impugnação judicial                       | 14         |
| Coima paga                                | 63         |
| Execução                                  | 5          |
| Notificação da decisão/outras diligências | 18         |
| Sem indicação do estado                   | 1          |
| Outras situações                          | 3          |
| <b>Total</b>                              | <b>104</b> |

Analisando o desempenho do processamento das contra-ordenações no ano de 2008, verifica-se uma diminuição na relação entre o número de processos iniciados e o número de processos encerrados, ficando-se estes últimos pela baixa cifra dos 28,8%. Considerando que os dados anteriormente tratados faziam referência a autos lavrados em 2005, 2006 e 2007 é compreensível que o número de autos ainda pendentes se apresente agora com valores mais elevados. De qualquer forma parece-nos que este cenário representa um claro deficit de capacidade de processamento do ICNB, I.P..

Para esta realidade contribui igualmente o fraco desempenho dos tribunais que continuam a não dar resposta em tempo útil às solicitações das entidades administrativas, nomeadamente em relação às solicitações judicial situando em 14 as impugnações judiciais interpostas e em 5 as solicitações de execução de coima ainda “não resolvidas”.

<sup>274</sup> 70 deles resultantes da aplicação de coimas mas ainda não pagos aos quais acrescem 92 que se encontram ainda com diligencias pendentes.



**Tabela nº 16 - Situação dos autos onde foi aplicada coima (2009/ICNB, I.P.)**

| 2009   |           |
|--|-----------|
| <b>Coima paga</b>                                | <b>19</b> |
| <b>Notificação da decisão/outras diligências</b> | <b>14</b> |
| <b>Total</b>                                     | <b>33</b> |

A análise do ano de 2009 revela-nos que dos 371 autos de contra-ordenação contabilizados, apenas 37 (10%) foram concluídos dando lugar à aplicação de coimas em 33 deles enquanto 4 foram arquivados. Neste caso verifica-se que dos 33 autos concluídos com aplicação de uma coima, em 19 (57%) deles as coimas já foram pagas, mantendo-se os restantes 14 dependentes de notificações ou realização de outras diligências.

**Tabela nº 17 – Resumo da situação dos autos onde foi aplicada coima (2005 a 2009/ICNB, I.P.)**

|                                | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | Totais |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|--------|
| <b>Impugnação judicial</b>     | 2    | 4    | 1    | 14   | 0    | 21     |
| <b>Coima paga</b>              | 18   | 23   | 60   | 63   | 19   | 183    |
| <b>Execução</b>                | 2    | 4    | 5    | 5    | 0    | 16     |
| <b>Notificação da decisão</b>  | 7    | 21   | 12   | 18   | 14   | 72     |
| <b>Prescrito sem pagamento</b> | 3    | 2    | 0    | 0    | 0    | 5      |
| <b>Sem indicação do estado</b> | 78   | 28   | 50   | 1    | 0    | 157    |
| <b>Outras situações</b>        | 0    | 2    | 2    | 3    | 0    | 7      |
| <b>Totais</b>                  | 110  | 84   | 130  | 104  | 33   | 461    |

## Parte IV – Conclusão

### 9. Conclusão

Eis-nos chegados à etapa final do caminho delineado quando decidimos embarcar nesta viagem de procura de conhecimento numa área que nos é bastante estimada.

Sabendo que muitas das vezes é nas conclusões finais que o leitor foca a sua primeira atenção na leitura de um trabalho desta natureza, o qual à partida é sempre encarado de modo pouco simpático, cumpre-nos criar nestas linhas interesse suficiente de modo a despertar o desejo de leitura do trabalho no seu conjunto.

As dúvidas constantemente levantadas ao papel efectivamente desempenhado pelas entidades com competência de processamento de contra-ordenações ambientais, levou-nos a lançar mão à realização do presente estudo, na esperança de conseguir esclarecer o efectivo estado da protecção do ambiente, desenvolvido pelas entidades competentes.

Obviamente que o caminho a percorrer seria por demais diversificado, tendo sido necessário, além de cientificamente recomendado, delimitar convenientemente o trilho a percorrer.

Como referido anteriormente contingências diversas levaram-nos a estabelecer como objectivo final a determinação da eficácia das entidades responsáveis pelo controlo formal das contra-ordenações ambientais. Ou seja determinar até que ponto as entidades responsáveis pelo processamento das contra-ordenações ambientais conseguem ser eficazes no desempenho dessa sua função.

Para que exista uma efectiva protecção do ambiente torna-se hoje fundamental a consagração de um regime jurídico convenientemente alicerçado e consolidado que forneça os instrumentos necessários a quem tem de exercer uma função fiscalizadora.

Neste âmbito efectuámos no primeiro capítulo uma análise à defesa do ambiente na sua vertente legal, abordando as leis existentes e que contribuem de forma significativa para que se possam exigir determinados tipos de comportamentos, ou melhor, para que se possa impedir a realização de determinados comportamentos negativos para o ambiente.

Designámos esse capítulo por Protecção Legal do Ambiente e subdividimos a sua análise em três partes, a Protecção Constitucional do Ambiente, a Protecção Penal do Ambiente e a Protecção Contra-ordenacional do Ambiente.

Relativamente à Protecção Constitucional do Ambiente vimos que Portugal foi dos primeiros países a consagrar constitucionalmente a protecção do ambiente e que o fez numa dupla perspectiva, enquanto direito fundamental dos cidadãos e enquanto tarefa do estado. Se relativamente à perspectiva da consagração do direito ao ambiente como tarefa do Estado existe na doutrina nacional um consenso generalizado, já relativamente à perspectiva do direito ao ambiente como direito fundamental de todos os cidadãos a questão não é tão unânime, existindo autores que defendem que o direito ao ambiente não se constitui como um direito fundamental independente, na medida que não apresenta uma realidade diversa da esfera de direitos pessoais de cada indivíduo. Torna-se por conseguinte necessário a clarificação do direito ao ambiente enquanto direito fundamental do cidadão isolado de qualquer um dos outros direitos pessoais, merecendo o ambiente protecção constitucional pelo que representa e não apenas porque a sua violação constitui simultaneamente violação de um outro direito pessoal.

Quanto à protecção penal do ambiente concluímos que durante um longo período de tempo a protecção do ambiente era atribuída ao direito de mera ordenação social e ao direito penal secundário, situação que se alterou com a revisão do código penal ocorrida em 1995, na sequência da qual foram pela primeira vez introduzidos no CP crimes verdadeiramente ambientais, designados como “crimes ambientais puros”. São assim criados 2 tipos legais de crimes ambientais, o crime contra a natureza e o crime de poluição. É ainda apontado por parte da doutrina como crime ambiental, o crime de poluição com perigo comum, classificado como uma agravação do crime de poluição. No entanto aqui acompanhamos o sector da doutrina que defende que este não será um crime ambiental puro, pois a protecção por si determinada é não para com o ambiente mas para com a vida, a integridade física ou os bens patrimoniais.

A protecção legal do ambiente é igualmente prosseguida por uma vertente contra-ordenacional, sendo esta a que no nosso regime jurídico desempenha um papel preponderante. Efectivamente a protecção do ambiente continua hoje a ser preferencialmente desenvolvida pelo direito de mera ordenação social.

A importância atribuída ao direito de mera ordenação social na protecção do ambiente é reconhecida, entre outras formas, pela necessidade sentida na criação de um regime jurídico procedimental próprio e autónomo, tendo em conta as suas características e necessidades. Aprovado pela Lei nº 50/2006, de 29 de Agosto a designada Lei-quadro das Contra-Ordenações Ambientais (LQCA) vem criar um regime próprio para as contra-ordenações ambientais que até então eram processadas recorrendo-se ao estabelecido no Regime Geral das Contra-Ordenações (RGCO) e surge fundamentalmente da inadequação deste regime às necessidades específicas das contra-ordenações ambientais. Este regime, apresentando-se como um novo instrumento disciplinador, estabelece as regras segundo as quais se deve basear a tramitação dos processos contra-ordenacionais ambientais, introduzindo algumas alterações (evoluções) em relação ao tradicional RGCO das quais se destacam: Classificação das contra-ordenações em 3 níveis (leves, graves e muito graves); Estabelecimento preciso da responsabilidade das pessoas colectivas; Criação de medidas cautelares adequadas às infracções ambientais praticadas; Criação de um cadastro nacional de infractores e Criação do Fundo de Intervenção Ambiental.

Mas se por um lado este novo regime adequa a tramitação à realidade das infracções ambientais introduz igualmente algumas medidas menos compreensíveis, das quais se destaca a revogação incompreensível do princípio da proibição do *reformatio in pejus*.

Ainda no âmbito da protecção contra-ordenacional do ambiente abordámos um diploma que constitui uma autêntica revolução na protecção do ambiente, e que vem finalmente criar um Regime de Prevenção e Reparação do Dano Ecológico(RPRDE), colmatando uma lacuna existente relativamente à reparação do dano causado ao meio ambiente. A figura do dano encontrava-se até aqui refém do Código Civil, único diploma que contemplava a atribuição de responsabilidade civil por dano causado a outrem. No entanto o regime jurídico do CC mostrava-se desajustado às necessidades resultantes desta nova forma de dano. A criação de um regime próprio pretende fundamentalmente autonomizar o dano ecológico, constituindo-se como passo basilar na afirmação do Direito do Ambiente. Além de desempenhar uma importante tarefa na reparação do dano causado ao ambiente, este novo regime pretende igualmente constituir-se como um

instrumento preventivo criando medidas capazes, espera-se, de prevenir a eclosão de danos ambientais. O tempo dirá sobre a sua efectiva necessidade e adequabilidade.

Após a abordagem ao actual Estado da protecção legal do ambiente, seguimos viagem e entrámos na abordagem ao desempenho demonstrado pelas entidades com competências de controlo formal.

Como referido anteriormente, as dificuldades relativas à aquisição de dados relacionados com o processamento de infracções ambientais obrigou-nos a delimitar, mais do que inicialmente pretendíamos, as entidades a estudar. Decidimos pois estudar apenas as entidades com competências administrativas no processamento de contra-ordenações inseridas no Ministério do Ambiente Ordenamento do Território (MAOT). No entanto a ausência de resposta de algumas entidades que pretendíamos estudar levou a que no final não fosse feita uma análise tão abrangente como desejávamos. Pese este facto entendemos avançar com os dados disponibilizados e concluir o trabalho a que nos havíamos proposto.

Partimos então para a recolha de dados referentes ao processamento das contra-ordenações ambientais, deparando-nos desde logo com um grave e limitador problema - a completa ausência de tratamento estatístico destes dados por parte da generalidade das entidades consultadas. Este facto estará por ventura na base da ausência inicial de respostas ao pedido formulado para cedência de dados.

Após alguns contactos de insistência conseguimos obter uma série de dados que, apesar de não responderem às nossas pretensões iniciais impossibilitando desde logo a realização do trabalho tal como inicialmente delineado, permitiram-nos avançar e concluir minimamente o estudo pretendido.

Orientámos o nosso estudo pela procura de resposta à pergunta de partida que aqui relembramos:

**Qual o índice de eficácia demonstrado pelas diversas instâncias de controlo formal na instrução dos processos contra-ordenacionais pela prática de infracções ambientais?**

Na esperança de obtermos resposta à questão formulada, elencámos a tipologia de dados que deveríamos recolher das entidades a estudar que nos permitissem responder à pergunta de partida.

Perante a constatação de que nenhuma das entidades seleccionadas respondeu de acordo com o solicitado por simplesmente não serem detentoras de todas essas informações, desde cedo percebemos que estavam parcialmente comprometidos os objectivos traçados para o nosso estudo.

Assim da análise dos dados disponibilizados e na procura de responder à questão inicialmente delineada, apresentamos de seguida as conclusões retiradas nesse âmbito:

Relativamente à Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, concluímos o seguinte:

- I. Apenas pudemos estudar os dados referentes aos anos de 2005 a 2007, por serem os únicos que aquela entidade disponibilizou. Os dados foram obtidos através dos relatórios de actividade publicados no sítio da Internet daquela entidade.

Apesar de se encontrarem disponíveis os relatórios referentes à actividade desenvolvida nos anos de 2005 a 2008, apenas os três primeiros apresentam alguns dados referentes a processos de contra-ordenação. Lamentavelmente o relatório de actividades de 2008 não apresenta dados relativamente a essa matéria e o relatório de actividades de 2009 ainda “não está aprovado”. As restantes tentativas efectuadas junto da IGAOT no sentido de ver fornecidos os dados de 2008 e 2009 nada acrescentaram.

- II. Dos 14 758 processos iniciados, apenas 7786 foram alvo de decisão final, o que representa uma taxa de eficácia de conclusão do procedimento a rondar os 53%, sendo de assinalar que no ano de 2007 dos 6158 processos instaurados apenas 43,6% foram concluídos.

Em nosso entender este valor apresenta-se demasiado baixo demonstrando uma clara incapacidade instalada para a resolução de todos os

processos instaurados, o que resulta no aumento anualmente verificado do número de processos que vai ficando pendente para o ano seguinte e que culminará necessariamente na rotura do sistema originando a prescrição de milhares de processos<sup>275</sup>.

Esta situação acarreta uma maior preocupação na medida em que estamos perante a principal entidade com responsabilidades no processamento de contra-ordenações ambientais.

III. Da análise às decisões condenatórias verifica-se que das 7766 decisões que aplicaram uma coima apenas 52,7 % delas foram efectivamente cumpridas, o que representa em nosso entender uma taxa de pagamento de coimas igualmente reduzida.

IV. Um outro dado que deve merecer particular atenção refere-se aos resultados das impugnações judiciais interpostas em relação a decisões condenatórias proferidas pela IGAOT.

Nos anos em análise das 1307 impugnações judiciais decididas, cerca de 46,5 % resultaram em absolvição dos arguidos, enquanto 32,2% resultaram numa alteração do montante da coima (em princípio redução), o que perfaz um total de 78,7% de decisões da IGAOT alteradas em sede judicial, traduzindo claramente um índice de eficácia extremamente baixo. Acresce referir que das decisões condenatórias proferidas pela IGAOT 31% acabam por ver interposto recurso judicial.

Relativamente à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, concluímos o seguinte:

I. Os dados fornecidos apenas dizem respeito aos anos de 2007 a 2009, e proporcionam muito pouca informação.

---

<sup>275</sup> Apesar de a LQCA ter vindo a estabelecer novas regras de prescrição em relação ao RGCO.

II. Constatámos que estamos perante realidades completamente diferentes quando comparamos os dados fornecidos pela CCDR-C com o número de autos a processar pela IGAOT.

Nos três anos de dados fornecidos pela CCDR-C o total dos autos é cerca de  $\frac{1}{4}$  do valor de autos a processar pela IGAOT relativamente ao ano em que teve menos autos para processar (2005).

III. No que se refere à conclusão de processos verifica-se que dos processos abertos relativamente a infracções praticadas em 2007 apenas 1,1% continuam por encerrar, enquanto relativamente a 2008 e 2009 a percentagem é de 9,9% e 18,5% respectivamente, o que em termos globais representa uma percentagem de conclusão de processos a rondar os 89,4%.

IV. Uma outra conclusão susceptível de se retirar dos dados fornecidos resulta da análise das decisões proferidas em sede de recurso judicial. Também aqui o índice de absolvições e redução de coima apresenta valores preocupantes.

Dos 45 recursos judiciais decididos 27 resultaram em absolvição dos arguidos (60%) enquanto 7 resultaram em redução da coima (15,5%). Implicam estes dados que das decisões condenatórias proferidas pela CCDR-C sujeitas a controlo judicial 75,5% delas são alteradas para benefício do arguido.

Relativamente à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, verificámos que:

I. Os dados fornecidos pela CCDR-Algarve permitem uma vez mais constatar a diferença de realidades existente entre as diversas entidades estudadas. Se a diferença existente entre a CCDR-C e a IGAOT era considerável, essa diferença é agora ainda maior, pois nos cinco anos em análise a CCDR-Algarve teve para processar cerca de 300 autos a menos do que a CCDR-C em apenas três anos.

II. Na análise aos processos encerrados, verificamos que do total de processos encerrados 70% foram-no por prescrição do procedimento, o



que representa uma taxa demasiado elevada tendo em conta até o baixo número de processos movimentados.

- III. Consequentemente a taxa de aplicação de coimas em processos encerrados é extremamente baixa. Dos processos encerrados (151) apenas 19 terminaram com decisão condenatória e desses apenas 7 resultaram num efectivo pagamento de coima.
- IV. A CCDDR-Algarve foi a única entidade a apresentar como justificação dos baixos índices verificados o facto de, desde o ano de 2007, dispor de “um único jurista para prestar apoio jurídico a todas as autarquias locais do Algarve, preparação de respostas em contencioso administrativo e instrução de todos os processos de contra-ordenação da competência destes Serviços, e que por limitações orçamentais e atendendo às actuais imposições legais, não tem sido possível, proceder às contratações necessárias para suprir esta carência de recursos humanos”.

Relativamente ao Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade concluímos o seguinte:

- I. Os dados fornecidos fazem referência aos anos em estudo (2005 a 2009) e consideram apenas os processos elaborados pelo gabinete jurídico dos serviços centrais do ICNB, I.P., deixando de fora os processos elaborados pelos serviços regionais.
- II. Dos processos abertos durante os anos de 2005 a 2009, 58% continuam sem estarem concluídos, o que representa uma baixa taxa de conclusão de processos, pese uma percentagem considerável de processos ainda abertos (cerca de 72%) respeitarem a autos lavrados sobre infracções praticadas em 2008 e 2009.
- III. Da análise dos processos concluídos com aplicação de decisão condenatória (e consequente aplicação de coima ao arguido), verifica-se que em apenas 39,7% dos casos a coima já foi efectivamente paga, sendo de registar a baixa percentagem de impugnações judiciais registada, cerca de 4,6%.

- IV. Verifica-se que nos anos de 2005 e 2006 ocorreram respectivamente 3 e 2 casos de prescrição da coima, o que traduz necessariamente uma dificuldade por parte da entidade administrativa em conseguir impor as suas decisões processuais.

Feita a análise conclusiva a todos os dados processados pensamos estar agora em condições de responder à pergunta de partida.

***Qual o índice de eficácia demonstrado pelas diversas instâncias de controlo formal na instrução dos processos contra-ordenacionais pela prática de infracções ambientais?***

A resposta a esta questão não pode ser efectuada de uma forma simples, na medida em que existem diversas vertentes de determinação da eficácia das entidades de controlo formal. Daí que seja necessário, até para dar uma efectiva imagem da realidade, apresentar índices de eficácia em diversos parâmetros, consoante as possibilidades fornecidas pelos dados disponibilizados.

Optámos assim por criar três vertentes de análise da eficácia das entidades de controlo formal. Uma relacionada com a eficácia na conclusão dos processos de contra-ordenação, através da qual se pretende medir a taxa de conclusão dos processos instaurados medindo a capacidade de processamento das entidades face às solicitações requeridas. Outra vertente relacionada com a eficácia das decisões tomadas em processo contra-ordenacional, ou seja aferir a taxa de cumprimento das decisões condenatórias das entidades administrativas. E uma terceira vertente considerando a eficácia das decisões condenatórias quando submetidas a controlo judicial.

Relativamente à primeira podemos afirmar que a taxa de conclusão das diversas entidades se encontra em níveis de eficácia que se desejariam mais elevados. Assim a IGAOT detém uma eficácia média de conclusão de processos que ronda os 53%, a CCDR-C apresenta uma eficácia que ronda os 89%, a CCDR-Algarve apresenta uma eficácia de conclusão de 6%<sup>276</sup> e o ICNB, I.P. apresenta uma eficácia de conclusão

<sup>276</sup> A taxa de conclusão situa-se nos 20% mas 14% são resultantes de prescrições.

média de 42%. Daqui resulta que em termos médios dos processos instaurados pelas entidades analisadas 47,5% foram concluídos, o que representa uma eficácia abaixo dos níveis desejáveis.

Relativamente à eficácia das decisões condenatórias das entidades analisadas, os resultados apontam para valores ainda mais baixos. A IGAOT apresenta neste capítulo uma taxa de eficácia de 52,7%, a CCDR-Algarve apresenta uma taxa de eficácia de 37%, enquanto o ICNB, I.P. apresenta nesta vertente uma taxa de eficácia de 39,7%. Desta forma podemos afirmar que em termos médios a taxa de eficácia das decisões condenatórias se situa nos 43%<sup>277</sup>.

Vejamos finalmente qual a taxa de eficácia das decisões condenatórias quando submetidas a controlo judicial. Para a determinação deste parâmetro utilizámos os dados relativos aos resultados conhecidos das impugnações judiciais já decididas, considerando que a taxa de eficácia é obtida pela percentagem de confirmações das decisões condenatórias em sede judicial. Segundo estes pressupostos a IGAOT apresenta uma taxa de eficácia das decisões condenatórias quando submetidas a controlo judicial de 21,3%, tendo a CCDR-C um valor na ordem dos 24,5%<sup>278</sup>.

---

<sup>277</sup> Deve ser tido em conta que nesta média apenas entram os dados da IGAOT, CCDR-Algarve e ICNB, por indisponibilidade de informação da CCDR-C.

<sup>278</sup> Lamentavelmente apenas a IGAOT e a CCDR-C forneceram dados conducentes à obtenção desta informação, relativamente ao ICNB e à CCDR-Algarve não foi possível determinar a taxa de eficácia das decisões condenatórias quando submetidas a controlo judicial, por indisponibilidade de dados, podendo no entanto acrescentar que são residuais as impugnações judiciais interpostas às decisões proferidas por estas entidades.

## 10. Considerações Finais

Apresentadas que estão as conclusões que retirámos do estudo efectuado, parece-nos ajustado procedermos a algumas considerações finais que possam, quem sabe, contribuir para a solução de alguns dos problemas detectados.

Começamos por considerar incompreensível que em plena “era digital” as entidades com responsabilidade em áreas tão importantes como o processamento de contra-ordenações ambientais efectuem um controlo dessa actividade utilizando algumas técnicas tão rudimentares como a tradicional “conta de merceeiro”. Por esse facto parece-nos adequado que o Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Ordenamento do Território, como entidade politicamente responsável, em primeira linha, pela defesa do ambiente, tome medidas no sentido de implementar um sistema capaz de eficazmente controlar toda a actividade processual. Esta medida apresenta-se ainda mais sensata quando a LQCA obriga à criação de um cadastro nacional de infractores, o qual irá carecer de um sistema de suporte capaz de registar as infracções praticadas e punidas.

Incompreensível nos parece igualmente que as próprias entidades agora analisadas não sintam necessidade de manter um registo, permanentemente actualizado, com todo o tipo de informações que possibilite melhorar o desempenho de todos os intervenientes neste processo. Não se compreende que não existam alguns registos como sejam: motivos que levam a entidade judiciária a absolver um arguido punido em sede contra-ordenacional; motivo que leva ao arquivamento dos processos contra-ordenacional sem aplicação de coima; motivo que leva à prescrição do processo contra-ordenacional, entre outros.

A quem, depois de nós, decidir estudar a mesma questão, sugere-se que opte por prever a realização do mesmo num espaço temporal mais alargado<sup>279</sup> que permita antecipadamente solicitar às entidades analisadas a recolha dos dados necessários a uma posterior análise, permitindo desse modo aprofundar o estudo no sentido de poder determinar algumas das causas dos resultados obtidos.

---

<sup>279</sup> Talvez para um nível de formação superior.

Finalmente e considerando os resultados obtidos, terminamos o presente trabalho da forma como praticamente o iniciámos com uma questão que eventualmente servirá de pergunta de partida para um novo estudo.

*Será de equacionar a reformulação da forma como é efectuado o controlo formal das infracções ambientais contra-ordenacionais?*

## 11.Referências bibliográficas

### Bibliografia consultada

AMARAL, Diogo Freitas do - Apresentação, Direito do Ambiente. Lisboa: INA, 1994.

AMARAL, Diogo Freitas do - Curso de Direito Administrativo - VOL I. 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

BRAVO, Jorge dos Reis – Tutela Penal dos Interesses Difusos. A relevância criminal na protecção do ambiente, do consumo e do património cultural. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

CANOTILHO, J.S. Gomes (coordenador) – Introdução ao Direito do Ambiente. Coimbra: Universidade Aberta, 1998.

CANOTILHO, J.S. Gomes, MOREIRA, Vital - Constituição da República Portuguesa Anotada - 4ª Edição revista - VOL I. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

CASANOVA, Nuno S., MONTEIRO, Cláudio - Comentário à lei-quadro das contra-ordenações, disponível em: [http://www.uria.com/esp/actualidad\\_juridica/n16/art04.pdf](http://www.uria.com/esp/actualidad_juridica/n16/art04.pdf).

COLAÇO, Antunes - A Tutela dos Interesses Difusos em Direito Administrativo: Para uma Legitimação Procedimental. Coimbra: Almedina, 1989

DANTAS, A. Leones - Notas à lei das contra-ordenações ambientais. Lisboa: Revista do Ministério Público nº 116, ano 29. p87-119, 2009.

DANTAS, António Leones - A Poluição no código penal português, Intervenção nas Jornadas Hispano-Lusas sobre legislação penal ambiental, organizadas pela Consejería Urbanismo, Turismo y Medio Ambiente de la Junta de Extremadura, nos dias 22 a 24 de Maio de 1996, em Cáceres.

DIAS, Augusto Silva - Ramos emergentes do direito penal relacionados com a protecção do futuro - (Ambiente, Consumo e Genética Humana) Lisboa: Coimbra Editora, 2007.

DIAS, Jorge Figueiredo - Sobre o papel do direito penal na protecção do ambiente. Revista de Direito e Economia, Ano 4, nº1, Janeiro/Junho 1978.

DIAS, José Eduardo Figueiredo - Direito Constitucional e Administrativo - 2ª Edição. Coimbra: Cadernos CEDOUA – Almedina, 2007.

FERNANDES, A. Joaquim - Regime geral das contra-ordenações – notas práticas. 2ª Edição. Lisboa: Ediforum, 2002.

GARCIA, Maria Glória F. P. D. – O lugar do Direito na Protecção do Ambiente. Coimbra: Almedina, 2007.

GOMES, Carla Amado - A responsabilidade civil por dano ecológico - Reflexões preliminares sobre o novo regime instituído pelo DL 147/2008. Jornadas de Direito do Ambiente. Faculdade de Direito de Lisboa, 2008.

GOMES, Carla Amado - Constituição e Ambiente. Errância e simbolismo. Artigo escrito para assinalar a passagem de 30 anos sobre a entrada em vigor da Constituição de 1976 e disponível em:  
<http://icjp.pt/system/files/papers/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Ambiente.pdf>.

GOMES, Carla Amado - De que falamos quando falamos de dano ambiental? Direito, mentiras e crítica. Em: GOMES, Carla Amado; ANTUNES, Tiago. Actas do Colóquio - a responsabilidade civil por dano ambiental, Lisboa: Edição do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, p 153-171. 2010.

GOMES, Carla Amado - Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente. Coimbra: Coimbra Editora. 2007.

GOMES, Carla Amado - Textos dispersos de Direito do Ambiente - VOL II. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Lisboa, 2008.

GOMES, Carla Amado – Direito Administrativo do Ambiente. Em: OTERO, Paulo; Gonçalves, Pedro (editores) - Tratado de Direito Administrativo Especial - VOL I. p159-279. Coimbra: Almedina, 2009.

GONÇALVES, Manuel Maia - Código Penal Português - Anotado e Comentado. 18ª Edição. Coimbra: Almedina, 2007.

GOUVEIA, Jorge Bacelar - Manual de direito constitucional - VOL I. Coimbra: Almedina, 2005.

LÉOST, Raymond - Les sanctions administratives dans le domaine de la nature / Revue juridique de l'environnement, Limoges, n.spécial.Número subordinado ao tema: "Biodiversité et évolution du droit de la protection de la nature: réflexion prospective", 2008.

LOUREIRO, Flávia Novera - A legitimação do direito penal do ambiente enquanto tutela de bens jurídicos colectivos – subsídio para o estudo da figura da acumulação. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Criminais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007.

LEITÃO, Luís Manuel Teles Menezes – A responsabilidade civil por danos causados ao ambiente. Em: GOMES, Carla Amado; ANTUNES, Tiago. Actas do Colóquio - a responsabilidade civil por dano ambiental, Lisboa: Edição do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, p21-41. 2010.

LUMBRALES, Nuno - Sobre o conceito material de contra-ordenação. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.

MAGALHÃES, Paulo – Condomínio da terra: das alterações climáticas a uma nova concepção jurídica do planeta. Coimbra: Almedina, 2007.

MIRANDA, Jorge - Manual de Direito Constitucional, VOL IV, 3ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui - Constituição Portuguesa anotada. tomo I. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

MOURA, José M. Souto de - Crimes Ambientais. Intervenção proferida no Seminário organizado pelo CEJ sobre a revisão penal de 2007. Lisboa, 2007.

MOUTINHO, José Lobo - Direito das Contra-ordenações, Ensinar e Investigar. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

NESPOR, Stefano, Le sanzione ambientali : considerazioni introduttive. Rivista giuridica dell'ambiente, Milano, ano 23, nº1, Janeiro-Febrero de 2008.

NEVES, António Luís dos Santos - Interesses difusos. Disponível em [http://www.pgr.pt/portugues/grupo\\_soltas/pub/difusos/9/protec\\_ambiente.html](http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/pub/difusos/9/protec_ambiente.html).

PALMA, Maria Fernanda – Acerca do estado actual do Direito Penal do Ambiente, in O Direito, ano 136º (2004), I, p.77 a 87.

PALMA, Maria Fernanda - Direito Penal do Ambiente – Uma primeira abordagem. Lisboa: INA, 1994.

PINHEIRO, A. Sousa; FERNANDES, M. Brito - Comentário à IV revisão constitucional. Lisboa: AAFDL, 1999.

PRATES, Marcelo M, A punição administrativa entre a sanção contra-ordenacional e a sanção administrativa. Braga: Cadernos de justiça administrativa nº68, Mar.-Abr, 2008.

REIS, Rômulo Resende - A responsabilidade das pessoas jurídicas e a lei dos crimes ambientais, disponível em: <http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/direito> - opção (00275).

RIBEIRO, Vinício - Código de Processo Penal - Notas e Comentários. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.



RODRIGUES, José Cunha – Lugares do direito. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

SENDIM, José de Sousa Cunhal - A responsabilidade Civil por danos ecológico. Coimbra: Cadernos CEDOUA. Almedina. 1998.

SILVA, Vasco Pereira da - Verde cor do Direito. Lições de Direito do Ambiente. Coimbra: Almedina, 2001.

SILVA, Vasco Pereira da - Breves notas sobre direito sancionatório do ambiente, Em: PALMA, M. Fernanda; DIAS, A. Silva; MENDES, P. Sousa – Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras. P 271-296. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato - Regressar à Terra, Consciência Ecológica e Política de Ambiente. Lisboa: Edições Fim de Século, 1999.

**Web Pages consultadas<sup>280</sup>**

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/>

<http://www.igaot.pt/>

<http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/index.php>

<http://www.dre.pt/>

<http://www.google.pt/>

<http://www.trp.pt/jurisprudenciatematica.html>

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8bb1af30d7b47dac80256bd500389479?OpenDocument&Highlight=0,0141396>

[http://huespedes.cica.es/aliens/gimadus/14-15/04\\_articulo%20de%20tiago%20antunes.htm](http://huespedes.cica.es/aliens/gimadus/14-15/04_articulo%20de%20tiago%20antunes.htm)

<http://icjp.pt/system/files/papers/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Ambiente.pdf>

[http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdralg/files/File/upload//CCDR\\_Algarve/](http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdralg/files/File/upload//CCDR_Algarve/)

[Planos\\_e\\_Relatorios\\_de\\_Actividades/Relatorio\\_Actividades\\_2008\\_anexos.pdf](#)

[http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/direito - opção \(00275\)](http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/direito - opção (00275))

<http://www.igaot.pt/apresentacao/instrumentos-de-gestao/relatorio-de-actividades>

<http://www.igaot.pt/reflegis/reflegisd/>

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=20921>

---

<sup>280</sup> Todos os links foram consultados pela última vez em 10 de Dezembro de 2010

[http://www.pgr.pt/portugues/grupo\\_soltas/pub/difusos/9/protec\\_ambiente.htm](http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/pub/difusos/9/protec_ambiente.htm)

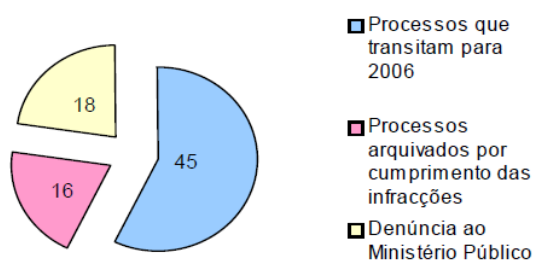
[http://www.uria.com/esp/actualidad\\_juridica/n16/art04.pdf](http://www.uria.com/esp/actualidad_juridica/n16/art04.pdf)

## 12.APÊNDICES

### APÊNDICE I – Dados disponibilizados pela IGAOT<sup>281</sup>

Ano de 2005

**Sequência de Advertência Art. 279º do Código Penal  
(Mandado) Total - 79**

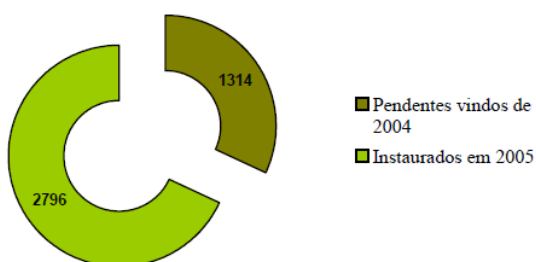


#### Processos de Contra-Ordenação

No que respeita aos processos de contra-ordenação, constata-se que atingiram um total de 4110, resultantes da soma dos 2796 instaurados em 2005 com os 1314 transitados de 2004 (nota 3).

#### Processos de Contra-Ordenação

Total 4110



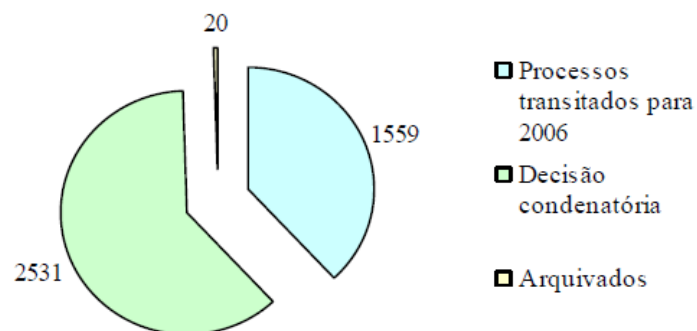
(3) O Relatório de Actividades de 2004, apresenta um erro na página 25 referente ao número apresentado do processos de contra-ordenação, que transitam para 2005, onde se lê "Transitam para o ano seguinte 607 processos de contra-ordenação" devia-se ler "lê "Transitam para o ano seguinte 1314 processos de contra-ordenação"

<sup>281</sup> Apresentam-se as cópias das paginas dos Relatórios onde são apresentados os dados utilizados. Os Relatórios de Actividades completos encontra-se disponíveis em : <http://www.igaot.pt/apresentacao/instrumentos-de-gestao/relatorio-de-actividades/>

**Ano de 2005**

Destes, 2531 foram objecto de decisão condenatória, 20 foram arquivados, transitando para o ano de 2006, 1559 processos de contra-ordenação.

**Seqüência dos Processos de Contra-Ordenação**



A IGAOT definiu como um dos seus objectivos primordiais a diminuição do tempo de pendência dos processos, sendo que nestes últimos anos, esse objectivo tem sido cumprido.

O elevado número de decisões condenatórias, que corresponde a 62% dos processos de contra-ordenação em instrução, permite concluir que várias centenas de processos instaurados em 2005 foram decididos, contribuindo assim para a diminuição do tempo de pendência.

Todavia, o número de processos transitados para 2006 teve um ligeiro aumento em relação do ano de 2005, já que passou dos 1314 transitados para 2005, para 1559 transitados para 2006. Este incremento é um inequívoco reflexo do acréscimo de processos de contra-ordenação.

Comparando com os anos anteriores obtém-se um quadro síntese revelador de um significativo aumento dos actos inspectivos tradicionais, particularmente evidenciados no

**Ano de 2005**

aprofundamento dos actos inspectivos, o qual se traduz no número crescente de detecção de infracções, no crescimento dos processos de contra-ordenação instaurados, bem como no aumento das decisões finais.

As averiguações ambientais revelam uma continua tendência para o crescimento, decorrente da apresentação de um número crescente de solicitações à IGAOT, quer no âmbito da linha SOS Ambiente 24, quer no âmbito das queixas escritas recebidas. Este número só revela, no entanto, as situações que originam um processo autónomo desta natureza, porém, outras houve relativamente às quais a IGAOT solicita a intervenção de outras entidades competentes.

Neste quadro síntese não estão contempladas as notificações postais (1598), que consubstanciam, também, um tipo de intervenção inspectiva.

**QUADRO SÍNTESE**

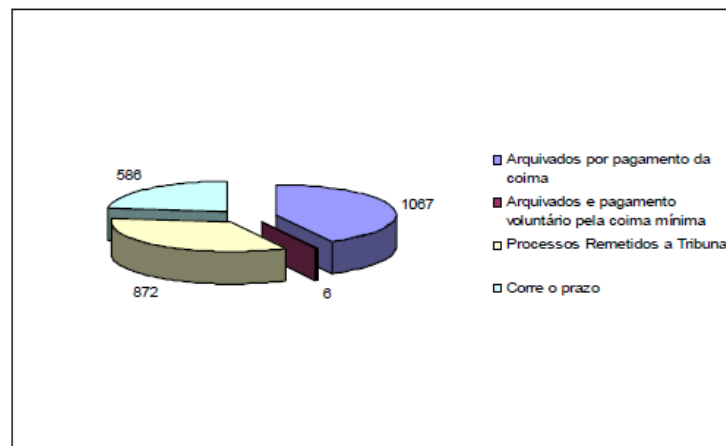
|   | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|
| Inspeções realizadas                        | 1114 | 1282 | 1093 | 846  | 1142 | 1672 | 2316 |
| Processos de Contra-ordenação - Instaurados | 227  | 278  | 555  | 635  | 1313 | 2150 | 2796 |
| Processos de Contra-ordenação - Concluídos  | 170  | 249  | 328  | 305  | 1134 | 1767 | 2531 |
| Processos de Averiguação                    | 5    | 42   | 97   | 175  | 239  | 176  | 191  |
| Advertências                                |      | 19   | 506  | 495  | 173  | 97   | 0    |
| Mandados                                    | 47   | 6    | 21   | 16   | 23   | 46   | 34   |

**Ano de 2005****c) Actividade contenciosa**

Quanto à fase contenciosa, cumpre advertir que os números a seguir apresentados, traduzem um maior distanciamento relativamente ao momento do acto inspectivo, não obstante o crescimento das decisões dos processos de contra-ordenação já reflectirem várias centenas de inspecções realizadas no próprio ano de 2005.

**Decisões**

| <b><i>Decisões condenatórias</i></b>                         | <b><i>2531</i></b> |
|--|--------------------|
| <i>Arquivados por pagamento da coima</i>                     | 1067               |
| <i>Arquivados por pagamento voluntário pela coima mínima</i> | 6                  |
| <i>Processos Remetidos a Tribunal</i>                        | 872                |
| <i>a) para apreciação de recurso (artigo 62º)</i>            | 617                |
| <i>b) para execução da coima aplicada (artigo 89º)</i>       | 255                |
| <i>Corre o prazo</i>   | 586                |



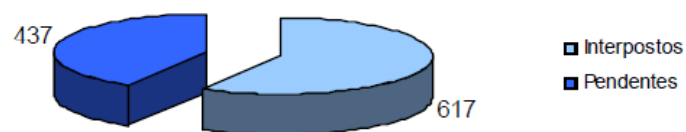
## Ano de 2005

Durante o ano de 2005 foram interpostos 617 recursos das decisões proferidas nos processos de contra-ordenação, a que importa somar 437 transitados do ano anterior, perfazendo um total de 1054 recursos de impugnação das decisões proferidas no âmbito dos processos de contra-ordenação. Destes, os tribunais decidiram 301, encontrando-se pendentes 753 recursos.

### Recursos

| <b>Recursos</b>  |             |
|--|-------------|
| <i>Pendentes em 31/12/2004</i>                         | 437         |
| <i>Interpostos entre 01/01 a 31/12/2005</i>            | 617         |
| <b>Total</b>   | <b>1054</b> |
| <br><i>Recursos decididos entre 01/01 a 31/12/2005</i> | <b>301</b>  |
| <i>Com revogação da decisão impugnada (Absolvição)</i> | 152         |
| <i>Com alteração das coimas</i>                        | 72          |
| <i>Com confirmação da decisão</i>                      | 75          |
| <i>Recusa de Recurso e Rejeitados</i>                  | 2           |
| <br><b>Recursos pendentes em 31/12/2005</b>            | <b>753</b>  |

### Impugnação das Decisões





## Ano de 2005

Dos 301 recursos decididos pelos tribunais, verifica-se que foram revogadas 152 decisões, alteradas as coimas em 72, confirmadas 75 decisões e rejeitadas 2 impugnações.

### Recursos decididos em tribunal



Além dos recursos, importa referir que foram enviados 255 processos para tribunal, tendo em vista a execução da coima aplicada.

#### d) Linha SOS Ambiente 24

Com a entrada em funcionamento, em 2002, da Linha SOS Ambiente, foi esta Inspeção-Geral incumbida do encaminhamento dos pedidos de informação, reclamações, queixas e denúncias de agressões e crimes ambientais.

As chamadas telefónicas da Linha SOS Ambiente 24, recebidas durante os dias úteis entre as 9h e as 18h são atendidas por esta Inspeção-Geral, sendo reencaminhadas as que são recebidas entre as 18h e as 9h, e fins de semana e feriados para os Serviços Centrais do SEPNA/GNR.

No ano de 2002 foi registado um total de 957 pedidos de intervenção, número que decresceu em 2003 para 547 e em 2004 para 509.

## Ano de 2006

### Processos de reclamação / averiguação

Decorrente da apresentação de um número crescente de solicitações à IGAOT as averiguações ambientais têm vindo a revelar uma contínua tendência para o crescimento.

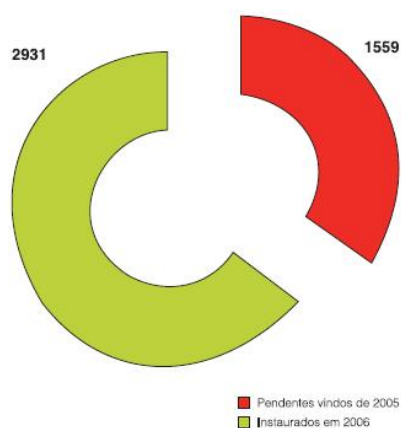
Os processos de reclamação / averiguação tiveram uma subida de 191 em 2005 para 233 em 2006, o que representa um aumento de 22%.

### Processos de contra-ordenação

O número de processos de contra-ordenação instaurados em 2006 foi de 2931, tendo havido um aumento percentual de 5% em relação ao ano anterior.

Adicionando os processos instaurados em 2006 aos 1559 transitados de 2005, atingiu-se um total de 4490 processos de contra-ordenação.

Gráfico 15 – Processos de Contra-Ordenação  
Total 4490



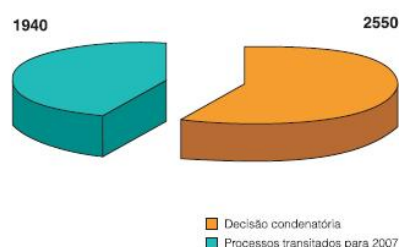
## Ano de 2006



INSPECÇÃO-GERAL DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Destes, 2550 foram objecto de decisão condenatória, transitando para o ano de 2007, 1940 processos de contra-ordenação.

Gráfico 16 – Sequência dos Processos de Contra-Ordenação



A IGAOT definiu como um dos seus objectivos primordiais a diminuição do tempo de pendência dos processos, sendo que nestes últimos anos, esse objectivo tem sido cumprido.

O elevado número de decisões condenatórias, que corresponde a 57% dos processos de contra-ordenação em instrução, permite concluir que várias centenas de processos instaurados em 2006 foram decididos, contribuindo assim para a diminuição do tempo de pendência.

No entanto, o número de processos transitados para 2007 teve um ligeiro aumento em relação do ano de 2006, já que passou dos 1559 transitados para 2006, para 1940 transitados para 2007.

Na tabela síntese, não estão contempladas as notificações postais (4460), que consubstanciam, também, um tipo de intervenção inspectiva.



## Ano 2006

Tabela 6 – Tabela síntese

| Anos   | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Total de inspecções realizadas</b>                                    | 1114 | 1282 | 1093 | 846  | 1142 | 1672 | 2316 | 2346 |
| <b>Inspecções a instalações PCIP</b>                                     | –    | 202  | 172  | 197  | 153  | 131  | 157  | 317  |
| <b>Inspecções a instalações SEVESO</b>                                   | –    | –    | –    | –    | 34   | 25   | 41   | 48   |
| <b>Processos de Contra-ordenação Instaurados</b>                         | 227  | 278  | 555  | 635  | 1313 | 2150 | 2796 | 2931 |
| <b>Processos de Contra-ordenação Concluídos</b>                          | 170  | 249  | 328  | 305  | 1134 | 1767 | 2531 | 2550 |
| <b>Processos de Reclamação/Averiguação <sup>[5]</sup></b>                | 5    | 42   | 97   | 175  | 239  | 176  | 191  | 233  |
| <b>Processos de Advertência administrativa / Oficinas de advertência</b> | –    | 19   | 506  | 495  | 173  | 97   | 63   | 219  |
| <b>Mandados/Processos de Advertência</b>                                 | 47   | 6    | 21   | 16   | 23   | 46   | 34   | 28   |

## g) Actividade contenciosa

Quanto à fase contenciosa, cumpre advertir que os números a seguir apresentados, traduzem um maior distanciamento relativamente ao momento do acto inspectivo, não

obstante o crescimento das decisões dos processos de contra-ordenação já reflectirem algumas centenas de inspecções realizadas no próprio ano de 2006.

Tabela 7 – Decisões

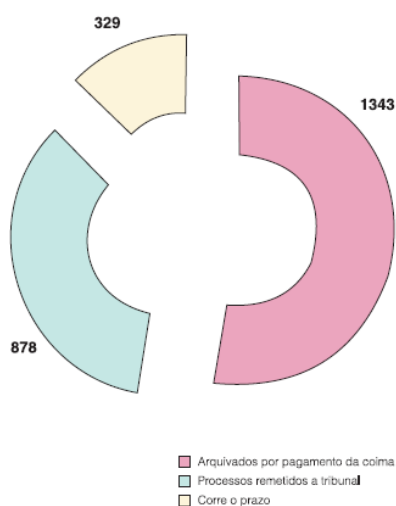
|  |      |
|--|------|
| <i>Decisões condenatórias</i>                          | 2550 |
| <i>Arquivados por pagamento da coima</i>               | 1343 |
| <i>Processos Remetidos a Tribunal</i>                  | 878  |
| <i>a) para apreciação de recurso (artigo 62º)</i>      | 675  |
| <i>b) para execução da coima aplicada (artigo 89º)</i> | 203  |
| <i>Corre o prazo</i>                                   | 329  |

[5] A partir de 2006, os processos de averiguação ambiental passaram a ter o nome de processos de reclamação

## Ano 2006



Gráfico 17 – Decisões do ano de 2006



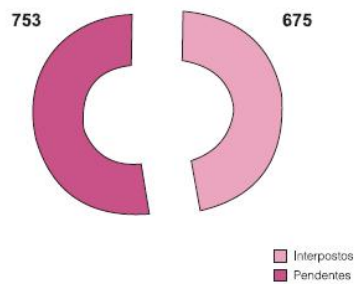
Durante o ano de 2006 foram remetidos a tribunal, para apreciação de recurso (artº 62º) 675 das decisões proferidas nos processos de contra-ordenação, a que importa somar 753 transitados do ano anterior, perfazendo um total de 1428 recursos de impugnação das decisões proferidas no âmbito dos processos de contra-ordenação. Destes, os tribunais decidiram 274, encontrando-se pendentes 1154 recursos.

Tabela 8 – Recursos

| RECURSOS   |             |
|--|-------------|
| Pendentes em 31/12/2005                            | 753         |
| Interpostos entre 01/01 a 31/12/2006               | 675         |
| <b>Total</b>                                       | <b>1428</b> |
| <b>Recursos decididos entre 01/01 a 31/12/2006</b> | <b>274</b>  |
| Com revogação da decisão impugnada (Absolução)     | 112         |
| Confirmação da decisão com alteração da coima      | 117         |
| Confirmação integral da decisão                    | 39          |
| Recusa de Recurso e Rejeitados                     | 6           |
| <b>Recursos pendentes em 31/12/2006</b>            | <b>1154</b> |

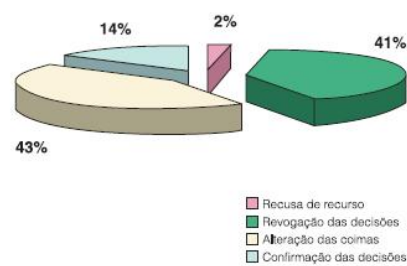
Ano 2006

Gráfico 18 – Impugnação das decisões



Dos 274 recursos decididos pelos tribunais, verifica-se que 112 decisões foram revogadas, 117 decisões foram confirmadas tendo havido alteração da coima, em 39 decisões houve confirmação integral da coima e 6 impugnações foram rejeitadas.

Gráfico 19 – Recursos decididos em tribunal



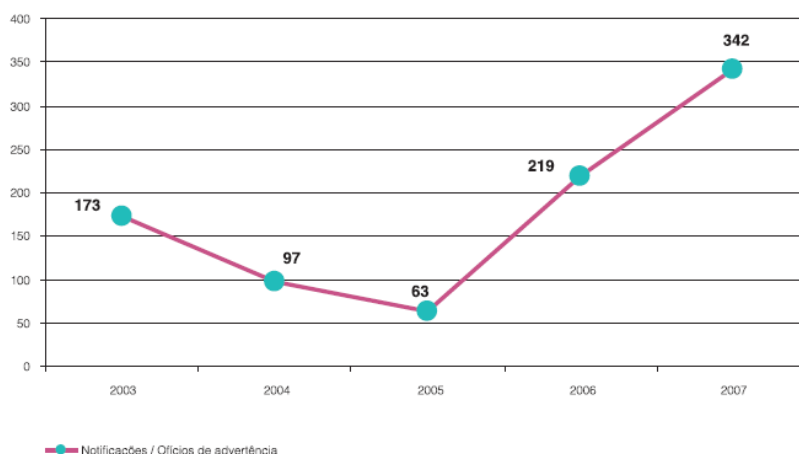
Além dos recursos, importa referir que foram enviados 203 processos para tribunal, tendo em vista a execução da coima aplicada.



## Ano 2007



Gráfico 14 – Evolução em termos quantitativos das notificações /ofícios de advertência



## Processos de reclamação / averiguação

Decorrente da apresentação de numerosas solicitações de intervenção /reclamações, foram abertos 217 processos de reclamação/averiguação relacionados com aspectos ambientais e de ordenamento do território que se enquadravam nas competências directas da IGAOT.

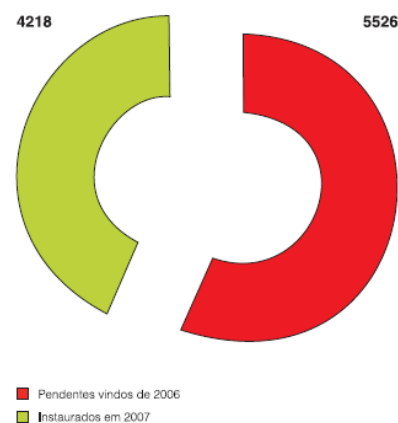
Destes, foram arquivados 145, tendo transitado 72 para o ano de 2008.

## Processos de contra-ordenação

O número de processos de contra-ordenação instaurados em 2007 foi de 4218, tendo havido um aumento percentual de 44% em relação ao ano anterior.

Adicionando os processos instaurados em 2007 aos 5526 transitados de 2006 atingiu-se um total de 9744 processos de contra-ordenação.

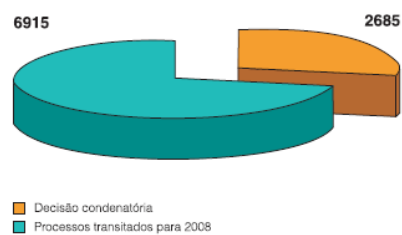
Gráfico 15 – Processos de contra-ordenação – Total - 9744



## Ano 2007

Destes, 2685 foram objecto de decisão condenatória, transitando 6915 processos de contra-ordenação para o ano de 2008.

Gráfico 16 – Processos de contra-ordenação



Na tabela síntese, do balanço da actividade inspetiva e processual, não estão contempladas as notificações postais (1123), que consubstanciam, também, um tipo de intervenção inspetiva.

Tabela 7 – Tabela síntese

| Anos   | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Total de inspeções realizadas                                    | 1282 | 1093 | 846  | 1142 | 1672 | 2316 | 2346 | 2103 |
| Inspeções a instalações PCIP                                     | 202  | 172  | 197  | 153  | 131  | 157  | 317  | 134  |
| Inspeções a instalações SEVESO                                   | –    | –    | –    | 34   | 25   | 41   | 48   | 14   |
| Processos de contra-ordenação instaurados                        | 278  | 555  | 635  | 1313 | 2150 | 2796 | 2931 | 4218 |
| Processos de contra-ordenação concluídos                         | 249  | 328  | 305  | 1134 | 1767 | 2531 | 2550 | 2685 |
| Processos de reclamação/averiguação                              | 42   | 97   | 175  | 239  | 176  | 191  | 233  | 217  |
| Processos de advertência administrativa / Ofícios de advertência | 19   | 506  | 495  | 173  | 97   | 63   | 219  | 342  |
| Mandados / Processos de advertência                              | 6    | 21   | 16   | 23   | 46   | 34   | 28   | 45   |



## Ano 2007



## 1.8. Actividade contenciosa

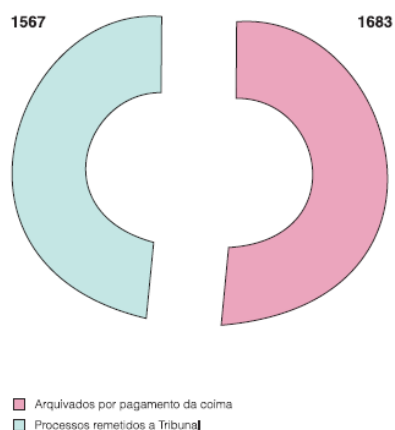
Relativamente à fase contenciosa, cumpre referir que os números a seguir apresentados, traduzem um maior distanciamento relativamente ao momento do acto inspectivo,

não obstante o número das decisões dos processos de contra-ordenação já reflectirem algumas centenas de inspecções realizadas no próprio ano de 2007.

Tabela 8 – Decisões

|  |      |
|--|------|
| <i>Decisões condenatórias</i>                          | 2685 |
| <i>Arquivados</i>                                      | 1683 |
| <i>Processos Remetidos a Tribunal</i>                  | 1567 |
| <i>a) para apreciação de recurso (artigo 62º)</i>      | 1165 |
| <i>b) para execução da coima aplicada (artigo 89º)</i> | 402  |

Gráfico 17 – Decisões do ano de 2007



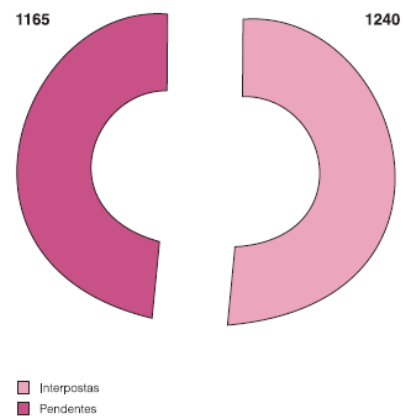
Durante o ano de 2007 foram remetidos a tribunal, para apreciação do recurso 1165 das decisões proferidas nos processos de contra-ordenação, a que importa somar 1154 transitados do ano anterior, perfazendo um total de 2319 recursos de impugnação das decisões proferidas no âmbito dos processos de contra-ordenação. Destes, os tribunais decidiram 732. Além dos recursos, importa referir que foram enviados 402 processos para tribunal tendo em vista a execução da coima aplicada. Encontram-se pendentes 1673 recursos.

Ano 2007

Tabela 9 – Recursos

| RECURSOS   |             |
|--|-------------|
| Pendentes em 31/12/2006                            | 1240        |
| Interpostos entre 01/01 a 31/12/2007               | 1165        |
| <b>Total</b>                                       | <b>2405</b> |
| <b>Recursos decididos entre 01/01 a 31/12/2007</b> | <b>732</b>  |
| Com revogação da decisão impugnada (Absolvição)    | 352         |
| Confirmação da decisão com alteração da coima      | 221         |
| Confirmação integral da decisão                    | 150         |
| Recusa de Recurso e Rejeitados                     | 9           |
| <b>Recursos pendentes em 31/12/2007</b>            | <b>1673</b> |

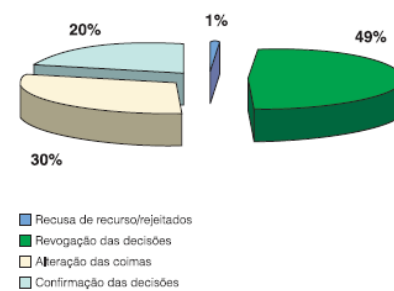
Gráfico 18 – Impugnação das decisões



Dos 732 recursos decididos pelos tribunais, verifica-se que em 150 houve confirmação integral da coima, em 221 verificou-se alteração da coima, 352 foram absolvidos e 9 impugnações foram rejeitadas.

Além dos recursos, importa referir que foram enviados 402 processos para tribunal, tendo em vista a execução da coima aplicada.

Gráfico 19 – Recursos decididos em tribunal



APÊNDICE II – Dados disponibilizados pela CCDR-C<sup>282</sup>

| Proc/Instr | Nome | 1ª not | Dec | Rec   | Observações.    |
|------------|------|--------|-----|-------|-----------------|
| 1 MAN      |      | GNR    | 11  |       | ARQUIVADO       |
| 2 ADL      |      | DSR    | 2   |       | ARQUIVADO       |
| 3 JCN      |      | DSR    | 5   |       | ARQUIVADO       |
| 4 MAN      |      | DSF    | 15  |       | ARQUIVADO       |
| 5 MAN      |      | GNR    | 7   |       | ARQUIVADO       |
| 6 MAN      |      | GNR    | 8   |       | ARQUIVADO       |
| 7 MLS      |      | GNR    | 1   |       | ARQUIVADO       |
| 8 RMS      |      | GNR    | 12  | REN   | IMP/manteve     |
| 9 MAN      |      | GNR    | 18  |       | ARQUIVADO       |
| 10 ADL     |      | GNR    | 77  |       | ARQUIVADO       |
| 11 JCN     |      | GNR    | 3   |       | ARQUIVADO       |
| 12 ADL     |      | GNR    | 39  |       | ARQUIVADO       |
| 13 MLS     |      | GNR    | 4   |       | ARQUIVADO       |
| 14 MLS     |      | GNR    | 14  |       | IMP/admoestação |
| 15 MAN     |      | GNR    | 9   |       | ARQUIVADO       |
| 16 MLS     |      | GNR    | 114 |       | ARQUIVADO       |
| 17 RMS     |      | GNR    | 13  |       | ARQUIVADO       |
| 18 MLS     |      | GNR    | 38  |       | IMP/s resposta  |
| 19 ADL     |      | GNR    | 59  | Gases | IMP/manteve     |
| 20 MLS     |      | GNR    | 98  |       | ARQUIVADO       |
| 21 RMS     |      | GNR    | 92  |       | IMP/Red Coima   |
| 22 RMS     |      | GNR    | 93  |       | ARQUIVADO       |
| 23 MLS     |      | GNR    | 43  |       | EXECUÇÃO        |
| 24 MMB     |      | GNR    | 10  |       | ARQUIVADO       |
| 25 ADL     |      | DSR    | 6   |       | ARQUIVADO       |
| 26 MLS     |      | DLPA   | 26  |       | IMP/manteve     |
| 27 MAN     |      | DSF    | 47  |       | ARQUIVADO       |
| 28 MAN     |      | GNR    | 17  |       | ARQUIVADO       |
| 29 MAN     |      | GNR    | 83  |       | ARQUIVADO       |
| 30 MLS     |      | GNR    | 19  |       | ARQUIVADO       |
| 31 MAN     |      | GNR    | 49  |       | ARQUIVADO       |
| 32 MAN     |      | DSR    | 25  |       | ARQUIVADO       |
| 33 ADL     |      | GNR    | 24  |       | ARQUIVADO       |
| 34 ADL     |      | GNR    | 34  |       | ARQUIVADO       |
| 35 MAN     |      | GNR    |     |       |                 |
| 36 MAN     |      | GNR    | 29  |       | ARQUIVADO       |
| 37 MAN     |      | GNR    | 46  |       | ARQUIVADO       |
| 38 MLS     |      | DSR    | 106 |       | EXECUÇÃO        |
| 39 JCN     |      | DSR    | 16  |       | ARQUIVADO       |
| 40 ADL     |      | GNR    | 22  |       | ARQUIVADO       |

SEM PROCESSO

74-114-115-116-122-138

2007

<sup>282</sup> Foram ocultados os nomes dos arguidos.

| Proc/Instr | Nome | 1º Not | Dec.   | Rec | Observações.  |
|------------|------|--------|--------|-----|---------------|
| 41 ADL     |      | GNR    | 30     |     | ARQUIVADO     |
| 42 ADL     |      | DSR    | 21     |     | ARQUIVADO     |
| 43 ADL     |      | GNR    | 20     |     | ARQUIVADO     |
| 44 MAN     |      | GNR    | 101    |     | ARQUIVADO     |
| 45 MLS     |      | GNR    | 33     |     | ARQUIVADO     |
| 46 MLS     |      | GNR    | 17-08  |     | ARQUIVADO     |
| 47 MLS     |      | DSR    | 141    |     | EXECUÇÃO      |
| 48 MLS     |      | GNR    | 31     |     | ARQUIVADO     |
| 49 MLS     |      | GNR    |        |     | ARQUIVADO     |
| 50 MLS     |      | DLPA   | 146    |     | ARQUIVADO     |
| 51 MLS     |      | DLPA   | 35     |     | ARQUIVADO     |
| 52 MLS     |      | DLPA   | 176-08 |     | ARQUIVADO     |
| 53 MLS     |      | DLPA   | 176-08 |     | ARQUIVADO     |
| 54 ADL     |      | GNR    | 40     |     | ARQUIVADO     |
| 55 ADL     |      | DSR    | 41     |     | ARQUIVADO     |
| 56 MLS     |      | GNR    | 12-08  |     | ARQUIVADO     |
| 57 MLS     |      | GNR    | 36     |     | ARQUIVADO     |
| 58 ADL     |      | GNR    | 37     |     | ARQUIVADO     |
| 59 MAN     |      | DSR    | 32     |     | ARQUIVADO     |
| 60 MAN     |      | DSR    | 21-08  |     | ARQUIVADO     |
| 61 MAN     |      | GNR    | 44     |     | ARQUIVADO     |
| 62 MAN     |      | GNR    | 45     |     | ARQUIVADO     |
| 63 MAN     |      | DSR    | 76     |     | IMP/absolvido |
| 64 MAN     |      | GNR    | 57     |     | ARQUIVADO     |
| 65 ADL     |      | GNR    | 70     |     | EXECUÇÃO      |
| 66 MLS     |      | GNR    | 56     |     | ARQUIVADO     |
| 67 MLS     |      | DSR    | 68     |     | ARQUIVADO     |
| 68 ADL     |      | DSR    | 53     |     | ARQUIVADO     |
| 69 MAN     |      | DSR    | 60     |     |               |
| 70 MLS     |      | GNR    | 82     |     | ARQUIVADO     |
| 71 MLS     |      | DSR    | 61     |     | ARQUIVADO     |
| 72 MLS     |      | GNR    | 64     |     | ARQUIVADO     |
| 73 ADL     |      | GNR    | 42     |     | ARQUIVADO     |
| 74 MLS     |      | CNA    | 31-08  |     | ARQUIVADO     |
| 75 MAN     |      | DSR    | 57-08  |     | ARQUIVADO     |
| 76 ADL     |      | DSR    | 55     |     | ARQUIVADO     |
| 77 MLS     |      | GNR    | 65     |     | ARQUIVADO     |
| 78 MAN     |      | GNR    | 119    |     | ARQUIVADO     |
| 79 MLS     |      | DSR    | 75     |     | ARQUIVADO     |
| 80 MAN     |      | GNR    | 69     |     | ARQUIVADO     |

| Proc/Instr     | Nome | 1ª Not | Decisão    | Rec | Observações.  |
|----------------|------|--------|------------|-----|---------------|
| <b>81</b> ADL  |      | DSR    | <b>127</b> |     | IMP/manteve   |
| <b>82</b> MLS  |      | GNR    | <b>97</b>  |     | IMP/absolvido |
| <b>83</b> MLS  |      | GNR    | <b>72</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>84</b> ADL  |      | DSR    | <b>136</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>85</b> MLS  |      | GNR    | <b>66</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>86</b> MAN  |      | GNR    | <b>78</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>87</b> MAN  |      | GNR    | <b>79</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>88</b> MAN  |      | DSR    | <b>137</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>89</b> MAN  |      | GNR    | <b>81</b>  |     | EXECUÇÃO      |
| <b>90</b> MAN  |      | GNR    | <b>145</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>91</b> MAN  |      | GNR    | <b>86</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>92</b> MLS  |      | GNR    | <b>56</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>93</b> MAN  |      | GNR    | <b>99</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>94</b> MAN  |      | GNR    | <b>48</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>95</b> ADL  |      | GNR    | <b>71</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>96</b> ADL  |      | GNR    | <b>103</b> |     | IMP/absolvido |
| <b>97</b> MAN  |      | DSF    |            |     |               |
| <b>98</b> ADL  |      | GNR    | <b>2</b>   |     | ARQUIVADO     |
| <b>99</b> MLS  |      | GNR    | <b>91</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>100</b> ADL |      | DSR    | <b>67</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>101</b> ADL |      | DSR    | <b>58</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>102</b> MLS |      | DSR    | <b>62</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>103</b> ADL |      | DSR    | <b>54</b>  |     | EXECUÇÃO      |
| <b>104</b> MAN |      | DSR    | <b>57</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>105</b> MAN |      | DRRF   | <b>52</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>106</b> MAN |      | DSR    | <b>51</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>107</b> MAN |      | DSR    | <b>87</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>108</b> MAN |      | DSR    | <b>50</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>109</b> MAN |      | DLPA   |            |     | IMP/absolvido |
| <b>110</b> MAN |      | DSR    | <b>162</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>111</b> MAN |      | DSR    | <b>90</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>112</b> MLS |      | GNR    | <b>63</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>113</b> MAN |      | GNR    | <b>264</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>114</b> MAN |      | DSR    | <b>105</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>115</b> MAN |      | GNR    | <b>126</b> |     | EXECUÇÃO      |
| <b>116</b> MAN |      | GNR    | <b>73</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>117</b> MLS |      | GNR    | <b>124</b> |     | ARQUIVADO     |
| <b>118</b> ADL |      | DSR    | <b>94</b>  |     | ARQUIVADO     |
| <b>119</b>     |      |        |            |     | ANULADO       |
| <b>120</b> MAN |      | GNR    | <b>121</b> |     | ARQUIVADO     |

| Proc/Instr     | Nome | 1ºNot       | Decisão       | Rec | Observações.   |
|----------------|------|-------------|---------------|-----|----------------|
| <b>121</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>149</b>    |     | EXECUÇÃO       |
| <b>122</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>129</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>123</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>80</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>124</b> MAN |      | <b>CMI</b>  | <b>65-08</b>  |     | ARQUIVADO      |
| <b>125</b> MAN |      | <b>GNR</b>  | <b>316</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>126</b> MLS |      | <b>DSR</b>  | <b>84</b>     |     | EXECUÇÃO       |
| <b>127</b> MAN |      | <b>DSR</b>  | <b>88</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>128</b> MAN |      | <b>DSF</b>  | <b>132</b>    |     | IMP/Revog Dec. |
| <b>129</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>95</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>130</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>89</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>131</b> MAN |      | <b>GNR</b>  | <b>104</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>132</b> MAN |      | <b>GNR</b>  | <b>120</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>133</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>112</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>134</b> ADL |      | <b>ICN</b>  | <b>16-08</b>  |     | ARQUIVADO      |
| <b>135</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>100</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>136</b> MAN |      | <b>GNR</b>  | <b>85</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>137</b> ADL |      | <b>GNR</b>  | <b>135</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>138</b> ADL |      | <b>DSR</b>  | <b>107</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>139</b> ADL |      | <b>DSR</b>  | <b>20</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>140</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>96</b>     |     | ARQUIVADO      |
| <b>141</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>109</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>142</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>150</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>143</b> MLS |      |             |               |     | ANULADO        |
| <b>144</b> MAN |      | <b>GNR</b>  | <b>6-08</b>   |     | ARQUIVADO      |
| <b>145</b> MAN |      | <b>GNR</b>  | <b>113</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>146</b> MAN |      | <b>DSR</b>  | <b>128</b>    |     | EXECUÇÃO       |
| <b>147</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>102</b>    |     | EXECUÇÃO       |
| <b>148</b>     |      |             |               |     | ANULADO        |
| <b>149</b> ADL |      | <b>CMI</b>  | <b>110</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>150</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>147</b>    |     | EXECUÇÃO       |
| <b>151</b> ADL |      | <b>GNR</b>  | <b>138</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>152</b> ADL |      | <b>GNR</b>  | <b>130</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>153</b> ADL |      | <b>PNSA</b> | <b>3 -08</b>  |     | ARQUIVADO      |
| <b>154</b> ADL |      | <b>GNR</b>  | <b>8 -08</b>  |     | IMP/Manteve    |
| <b>155</b> MLS |      | <b>CMA</b>  | <b>33 -08</b> |     | ARQUIVADO      |
| <b>156</b> MLS |      | <b>CMA</b>  | <b>8-08</b>   |     | ARQUIVADO      |
| <b>157</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>108</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>158</b> MLS |      | <b>GNR</b>  | <b>131</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>159</b> ADL |      | <b>GNR</b>  | <b>117</b>    |     | ARQUIVADO      |
| <b>160</b> ADL |      | <b>GNR</b>  | <b>111</b>    |     | ARQUIVADO      |

| Proc/Instr       | Nome | 1º Not     | Decisão       | Rec    | Observações. |
|------------------|------|------------|---------------|--------|--------------|
| <b>161</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>22-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>162</b> MAN   |      | <b>DSR</b> | <b>88-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>163</b> ADL   |      | <b>DSR</b> | <b>125</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>164</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>118</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>165</b> MLS   |      | <b>DSR</b> | <b>151</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>166</b> ADL   |      | <b>ICN</b> | <b>26-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>167</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>28-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>168</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>44-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>169</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>133</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>170</b> MAN   |      | <b>DSR</b> | <b>160</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>171</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>44-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>172</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>15-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>173</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>7-08</b>   |        | ARQUIVADO    |
| <b>174</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>139</b>    |        | EXECUÇÃO     |
| <b>175</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>29-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>176</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>249</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>177</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>142</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>CC178</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>143</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>179</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>153</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>180</b> ADL   |      | <b>GNR</b> |               | custas | ARQUIVADO    |
| <b>181</b> ADL   |      | <b>DSR</b> | <b>42-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>182</b> ADL   |      | <b>DSR</b> | <b>32-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>183</b> MAN   |      | <b>DSR</b> | <b>148</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>184</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>157</b>    |        | EXECUÇÃO     |
| <b>185</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>144</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>186</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>134</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>187</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>5-08</b>   |        | ARQUIVADO    |
| <b>188</b> ADL   |      | <b>DSR</b> | <b>303</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>189</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>154</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>190</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>1-08</b>   |        | EXECUÇÃO     |
| <b>191</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>43-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>192</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>45-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>193</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>46-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>194</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>48-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>195</b> ADL   |      | <b>GNR</b> | <b>140</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>196</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>25-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>197</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>9-08</b>   |        | ARQUIVADO    |
| <b>198</b> MLS   |      | <b>GNR</b> | <b>122-08</b> |        | ARQUIVADO    |
| <b>199</b> MAN   |      | <b>DSF</b> | <b>225</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>200</b> MAN   |      | <b>GNR</b> | <b>152</b>    |        | ARQUIVADO    |

| Proc/Instr     | Nome | 1º Not | Decisão       | Rec    | Observações. |
|----------------|------|--------|---------------|--------|--------------|
| <b>201</b> MLS |      | DSF    | <b>24-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>202</b> MAN |      | GNR    | <b>71</b>     |        | EXECUÇÃO     |
| <b>203</b> MAN |      | GNR    | <b>155</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>204</b> MAN |      | GNR    | <b>136</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>205</b> ADL |      | GNR    | <b>52-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>206</b> ADL |      | DSR    | <b>59-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>207</b> ADL |      | DSR    | <b>57-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>208</b> ADL |      | GNR    | <b>60</b>     |        | ARQUIVADO    |
| <b>209</b> ADL |      | GNR    | <b>64-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>210</b> MLS |      | GNR    | <b>39-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>211</b> MLS |      | GNR    | <b>19-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>212</b> MLS |      | GNR    | <b>49</b>     |        | ARQUIVADO    |
| <b>213</b> ADL |      | GNR    | <b>164-08</b> |        | ARQUIVADO    |
| <b>214</b> MAN |      | GNR    | <b>59-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>215</b> MLS |      | GNR    | <b>158</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>216</b> MLS |      | GNR    | <b>50-08</b>  | custas | ARQUIVADO    |
| <b>217</b> MAN |      | DSR    | <b>27-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>218</b> MAN |      | GNR    | <b>159</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>219</b> MAN |      | GNR    | <b>41-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>220</b> MLS |      | GNR    | <b>13-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>221</b> MLS |      | GNR    | <b>34</b>     |        | EXECUÇÃO     |
| <b>222</b> MLS |      | DSF    | <b>23-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>223</b> MLS |      | DSF    | <b>17-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>224</b> MLS |      | GNR    | <b>161</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>225</b> MAN |      | GNR    | <b>4-08</b>   |        | ARQUIVADO    |
| <b>226</b> MAN |      | GNR    | <b>144-08</b> |        | ARQUIVADO    |
| <b>227</b> MAN |      | PSP    | <b>47-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>228</b> MAN |      | DSR    | <b>222</b>    |        | .IMP/Admoest |
| <b>229</b> MLS |      | GNR    |               |        | ARQUIVADO    |
| <b>230</b>     |      |        |               |        | ANULADO      |
| <b>231</b> MLS |      | GNR    | <b>51</b>     |        | EXECUÇÃO     |
| <b>232</b> MAN |      | DSR    | <b>85-08</b>  |        | IMPUGNAÇÃO   |
| <b>233</b> MAN |      | DSR    | <b>10-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>234</b> MAN |      | DSF    | <b>30-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>235</b> ADL |      | GNR    | <b>84-08</b>  |        | ARQUIVADO    |
| <b>236</b> ADL |      | GNR    | <b>66</b>     |        | EXECUÇÃO     |
| <b>237</b> ADL |      | GNR    | <b>66</b>     |        | ARQUIVADO    |
| <b>238</b> ADL |      | GNR    | <b>129-08</b> |        | ARQUIVADO    |
| <b>239</b> ADL |      | GNR    | <b>136</b>    |        | ARQUIVADO    |
| <b>240</b> ADL |      | GNR    | <b>68</b>     |        | ARQUIVADO    |



| Proc/Instr     | Nome | 1ª Not     | Decisão       | Rec | Observações. |
|----------------|------|------------|---------------|-----|--------------|
| <b>241</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>14-08</b>  |     | ARQUIVADO    |
| <b>242</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>76-08</b>  |     | ARQUIVADO    |
| <b>243</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>35</b>     |     | EXECUÇÃO     |
| <b>244</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>229</b>    |     | ARQUIVADO    |
| <b>245</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>126</b>    |     | ARQUIVADO    |
| <b>246</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>83</b>     |     | ARQUIVADO    |
| <b>247</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>78-08</b>  |     | ARQUIVADO    |
| <b>248</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>142-08</b> |     | ARQUIVADO    |
| <b>249</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>82-08</b>  |     | ARQUIVADO    |
| <b>250</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>72-08</b>  |     | ARQUIVADO    |
| <b>251</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>80-08</b>  |     | ARQUIVADO    |
| <b>252</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>119</b>    |     | ARQUIVADO    |
| <b>253</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>125-08</b> |     | ARQUIVADO    |
| <b>254</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>83</b>     |     | ARQUIVADO    |

| Proc/Instr | Nome | Origem | Dec | Rec       | Observações. |          |
|------------|------|--------|-----|-----------|--------------|----------|
| 1 MAN      |      | GNR    | 61  | Resíduos  | ARQUIVADO    |          |
| 2 MLS      |      | GNR    | 54  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 3 ADL      |      | GNR    | 55  | REN       | ARQUIVADO    |          |
| 4 ADL      |      | GNR    | 87  | C.Natur   | ARQUIVADO    |          |
| 5 ADL      |      | GNR    | 138 | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 6 ADL      |      | GNR    | 93  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 7 MLS      |      | GNR    | 113 | Queima    | EXECUÇÃO     |          |
| 8 MAN      |      | GNR    | 282 | Acumul    | ARQUIVADO    |          |
| 9 MAN      |      | GNR    | 127 | Acumul    | ARQUIVADO    |          |
| 10 MAN     |      | GNR    | 58  | Acumul    | ARQUIVADO    |          |
| 11 ADL     |      | GNR    | 96  | C.Natur   | ARQUIVADO    |          |
| 12 MAN     |      | DSF    | 132 | REN       | ARQUIVADO    |          |
| 13 MAN     |      | GNR    | 194 | VLE       | ARQUIVADO    |          |
| 14 MLS     |      | GNR    | 77  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 15 MLS     |      | GNR    | 114 | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 16 MLS     |      | GNR    | 73  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 17 MLS     |      | GNR    | 161 | VLE       | Impugnação   | Revogada |
| 18 MLS     |      | GNR    | 161 | VLE       | Impugnação   | Revogada |
| 19 MLS     |      | GNR    | 94  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 20 MAN     |      | GNR    | 124 | C.Natur   | ARQUIVADO    |          |
| 21 MAN     |      | GNR    | 344 | C.Natur   | ARQUIVADO    |          |
| 22 MAN     |      | GNR    | 123 |           | Impugnação   | Manteve  |
| 23 MLS     |      | GNR    | 62  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 24 MLS     |      | GNR    | 102 | Queima    | EXECUÇÃO     |          |
| 25 MAN     |      | GNR    | 115 | Pedreiras | ARQUIVADO    |          |
| 26 MLS     |      | GNR    | 115 | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 27 MLS     |      | GNR    | 107 | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 28 MAN     |      | DSF    | 101 | REN       | Impugnação   |          |
| 29 MAN     |      | DSF    | 99  | REN       | ARQUIVADO    |          |
| 30 ADL     |      | GNR    | 281 | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 31 MLS     |      | GNR    | 95  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 32 MLS     |      | GNR    | 112 | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 33 MLS     |      | GNR    | 128 | REN       | ARQUIVADO    |          |
| 34 ADL     |      | GNR    | 98  | VLE       | ARQUIVADO    |          |
| 35 ADL     |      | DSF    | 139 | REN       | ARQUIVADO    |          |
| 36 MAN     |      | PSP    |     | Resíduos  | I G A O T.   |          |
| 37 MLS     |      | GNR    | 91  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 38 MAN     |      | GNR    | 89  | Queima    | ARQUIVADO    |          |
| 39 ADL     |      | GNR    | 116 | C.Natur   | ARQUIVADO    |          |
| 40 MAN     |      | GNR    | 116 | Queima    | ARQUIVADO    |          |

2008

| Proc/Instr    | Nome | 1º not     | Dec        | Rec     | Observações. |
|---------------|------|------------|------------|---------|--------------|
| <b>41</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>69</b>  | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>42</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>79</b>  | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>43</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>146</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>44</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>118</b> | REN     | EXECUÇÃO     |
| <b>45</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>45</b>  | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>46</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>110</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>47</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>92</b>  | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>48</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>100</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>49</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>133</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>50</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>50</b>  | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>51</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>148</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>52</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>111</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>53</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>197</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>54</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>92</b>  | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>55</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>106</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>56</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>135</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>57</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>199</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>58</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>141</b> | VLE     | ARQUIVADO    |
| <b>59</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>143</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>60</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>103</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>61</b>     |      | ----       | -----      |         | -----        |
| <b>62</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>120</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>63</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>86</b>  | Actumul | ARQUIVADO    |
| <b>64</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>97</b>  | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>65</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>105</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>66</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>288</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>67</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>104</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>68</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>155</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>69</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>147</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>70</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>150</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>71</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>152</b> | VLE     | ARQUIVADO    |
| <b>72</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>121</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>73</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>109</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>74</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>160</b> | E.Gas   | ARQUIVADO    |
| <b>75</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>159</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>76</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>228</b> | Queima  | ARQUIVADO    |
| <b>77</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>173</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>78</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>177</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>79</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>175</b> | REN     | ARQUIVADO    |
| <b>80</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>171</b> | REN     | EXECUÇÃO     |

| Proc/Instr | Nome | 1.º not | Dec | Rec      | Observações. |           |
|------------|------|---------|-----|----------|--------------|-----------|
| 81 MLS     |      | GNR     | 149 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 82 MLS     |      | GNR     | 140 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 83 MLS     |      | GNR     | 157 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 84 MLS     |      | GNR     | 151 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 85 ARM     |      | DSF     | 204 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 86 ARM     |      | DSF     | 202 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 87 ARM     |      | DSF     | 201 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 88 ADL     |      | DSF     | 218 | REN      | Impugnação   | Manteve   |
| 89 ADL     |      | DSF     | 180 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 90 ADL     |      | DSF     | 181 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 91 MAN     |      | DSF     | 182 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 92 MAN     |      | DSF     | 231 | Resíduos | ARQUIVADO    |           |
| 93 MAN     |      | GNR     | 131 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 94 MAN     |      | GNR     | 134 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 95 MAN     |      | DSF     | 158 | Resíduos | EXECUÇÃO     |           |
| 96 MAN     |      | DSF     | 158 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 97 MAN     |      | DSF     | 179 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 98 ADL     |      | DSF     | 183 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 99 ADL     |      | GNR     | 163 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 100 ADL    |      | DSF     | 162 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 101 MLS    |      | GNR     | 178 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 102 MLS    |      | GNR     | 154 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 103 MAN    |      | GNR     | 174 | Queima   | IMPUGNAÇÃO   | Redução   |
| 104 MAN    |      | GNR     | 168 | Queima   | EXECUÇÃO     |           |
| 105 ADL    |      | DSF     | 292 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 106 MAN    |      | DSF     | 267 | REN      | IMPUGNAÇÃO   | Absolvido |
| 107 ADL    |      | GNR     | 265 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 108 MAN    |      | GNR     | 166 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 109 MLS    |      | GNR     | 153 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 110 MAN    |      | DSF     | 207 | Resíduos | EXECUÇÃO     |           |
| 111 MAN    |      | DSF     | 192 | Resíduos | ARQUIVADO    |           |
| 112 MAN    |      | DSF     | 219 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 113 MAN    |      | GNR     | 189 | Queima   | ARQUIVADO    |           |
| 114 ADL    |      | DSF     | 247 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 115 ADL    |      | GNR     | 196 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 116 MLS    |      | DSF     | 169 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 117 MLS    |      | GNR     | 213 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 118 MAN    |      | DSF     | 230 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 119 ADL    |      | DSF     | 210 | REN      | ARQUIVADO    |           |
| 120 MAN    |      | DSF     |     | REN      |              |           |

| Proc/Instr     | Nome | 1º not     | Dec        | Rec         | Observações: |           |
|----------------|------|------------|------------|-------------|--------------|-----------|
| <b>121</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>190</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>122</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>167</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>123</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>263</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>124</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>204</b> | Emis. Gas   | ARQUIVADO    |           |
| <b>125</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>211</b> | Publicidade | IMPUGNAÇÃO   | Absolvido |
| <b>126</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>234</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>127</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>205</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>128</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>195</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>129</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>188</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>130</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>216</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>131</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>217</b> | Emis. Gas   | EXECUÇÃO     |           |
| <b>132</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>244</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>133</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>217</b> | Publicidade | ARQUIVADO    |           |
| <b>134</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>235</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>135</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>208</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>136</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>165</b> | REN         | IMPUGNAÇÃO   | Manteve   |
| <b>137</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>206</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>138</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>215</b> | Queima      | EXECUÇÃO     |           |
| <b>139</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>203</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>140</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>214</b> | Publicidade | ARQUIVADO    |           |
| <b>141</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>191</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>142</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>253</b> | Resíduos    | ARQUIVADO    |           |
| <b>143</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>232</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>144</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>237</b> | REN         | Sanção Acess |           |
| <b>145</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>224</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>146</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>236</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>147</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>374</b> | REN         | EXECUÇÃO     |           |
| <b>148</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>R4</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>149</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>238</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>150</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>218</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>151</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>193</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>152</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>198</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>153</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>227</b> |             | ARQUIVADO    |           |
| <b>154</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>255</b> | REN         | IMPUGNAÇÃO   |           |
| <b>155</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>R7</b>  |             | IGAOT        |           |
| <b>156</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>252</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>157</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>209</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>158</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>200</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>159</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>233</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>160</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>245</b> | Resíduos    | IMPUGNAÇÃO   |           |

| Proc/Instr     | Nome | 1º not     | Dec        | Rec         | Observações. |           |
|----------------|------|------------|------------|-------------|--------------|-----------|
| <b>161</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>226</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>162</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>246</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>163</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>262</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>164</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>318</b> | Resíduos    | Impugnação   | Redução   |
| <b>165</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>243</b> | Queima      | Impugnação   |           |
| <b>166</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>244</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>167</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>283</b> | Em. Gás.    | ARQUIVADO    |           |
| <b>168</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>R2</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>169</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>R1</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>170</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>R5</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>171</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>R6</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>172</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>R8</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>173</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>R3</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>174</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>R9</b>  | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>175</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>R12</b> | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>176</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>R10</b> | VFV         | IGAOT        |           |
| <b>177</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>221</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>178</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>261</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>179</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>254</b> | Publicidade | Impugnação   | Absolvido |
| <b>180</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>306</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>181</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>241</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>182</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>256</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>183</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>268</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>184</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>357</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>185</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>306</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>186</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>272</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>187</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>303</b> | Publicidade |              |           |
| <b>188</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>303</b> | Publicidade |              |           |
| <b>189</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>291</b> | Resíduos    | ARQUIVADO    |           |
| <b>190</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>275</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>191</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>266</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>192</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>275</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>193</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>240</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>194</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>276</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>195</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>271</b> | Resíduos    | Impugnação   | Absolvido |
| <b>196</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>277</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>197</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>277</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>198</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>270</b> | REN         | ARQUIVADO    |           |
| <b>199</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>259</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |
| <b>200</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>286</b> | Queima      | ARQUIVADO    |           |

| Proc/Instr     | Nome | 1ª not | Dec        | Rec      | Observ.    |          |
|----------------|------|--------|------------|----------|------------|----------|
| <b>201</b> ADL |      | DSF    | <b>309</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>202</b> MAN |      | DSF    | <b>269</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>203</b> MLS |      | GNR    | <b>308</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>204</b> MLS |      | GNR    | <b>300</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>205</b> ADL |      | DSF    | <b>280</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>206</b> ADL |      | DSF    | <b>52</b>  | REN      | Impugnação | Absolv.  |
| <b>207</b> ADL |      | DSF    | <b>260</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>208</b> ADL |      | GNR    | <b>287</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>209</b> MAN |      | GNR    | <b>295</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>210</b> MAN |      | GNR    | <b>273</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>211</b> MAN |      | GNR    | <b>284</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>212</b> MAN |      | GNR    |            | Queima   |            |          |
| <b>213</b> MLS |      | GNR    | <b>251</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>214</b> MLS |      | GNR    | <b>258</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>215</b> MLS |      | GNR    | <b>274</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>216</b> ADL |      | DSF    | <b>293</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>217</b> MLS |      | GNR    | <b>297</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>218</b> MLS |      | GNR    | <b>302</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>219</b> ADL |      | GNR    | <b>301</b> | Em.Gas   | ARQUIVADO  |          |
| <b>220</b> ADL |      | GNR    | <b>296</b> |          | ARQUIVADO  |          |
| <b>221</b> MLS |      | GNR    | <b>351</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>222</b> MAN |      | DSF    | <b>290</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>223</b> MLS |      | DSF    | <b>307</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>224</b> MAN |      | DSF    | <b>312</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>225</b> ADL |      | DSF    | <b>326</b> | REN      | Impugnação |          |
| <b>226</b> ADL |      | DSF    | <b>327</b> | Resíduos | Impugnação | Abslvido |
| <b>227</b> ADL |      | DSF    | <b>328</b> | Resíduos | Impugnação | Abslvido |
| <b>228</b> ADL |      | DSF    | <b>329</b> | Resíduos | Impugnação | Manteve  |
| <b>229</b> MAN |      | GNR    | <b>311</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>230</b> MAN |      | GNR    | <b>313</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>231</b> MAN |      | GNR    | <b>298</b> | Queima   | ARQUIVADO  |          |
| <b>232</b> MLS |      | GNR    | <b>382</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>233</b> MLS |      | GNR    | <b>329</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>234</b> MLS |      | GNR    | <b>304</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>235</b> MLS |      | GNR    | <b>325</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>236</b> MLS |      | GNR    | <b>305</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>237</b> MAN |      | GNR    | <b>310</b> | REN      | ARQUIVADO  |          |
| <b>238</b> MAN |      | DSF    |            | VFV      | Decisão    |          |
| <b>239</b> MAN |      | DSF    | <b>R11</b> | VFV      | IGAOT      |          |
| <b>240</b> MAN |      | DSF    |            | VFV      | Decisão    |          |

| Proc/Instr     | Nome | I <sup>a</sup> not | Dec         | Rec        | Observ.    |           |
|----------------|------|--------------------|-------------|------------|------------|-----------|
| <b>241</b> MAN |      | <b>GNR</b>         | <b>343</b>  | <b>REN</b> | Impugnação | Absolvido |
| <b>242</b> MAN |      | <b>DSF</b>         | <b>334</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>243</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>323</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>244</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>315</b>  | C. Nat     | ARQUIVADO  |           |
| <b>245</b> MAN |      | <b>GNR</b>         | <b>347</b>  | Pedreiras  | ARQUIVADO  |           |
| <b>246</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>322</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>247</b> MLS |      | <b>GNR</b>         | <b>319</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>248</b> MLS |      | <b>GNR</b>         | <b>320</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>249</b> MLS |      | <b>GNR</b>         | <b>314</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>250</b> MLS |      | <b>GNR</b>         | <b>338</b>  | VLE        | ARQUIVADO  |           |
| <b>251</b> MAN |      | <b>DSF</b>         | <b>335A</b> | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>252</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>333</b>  | Queima     | EXECUÇÃO   |           |
| <b>253</b> ADL |      | <b>DSF</b>         | <b>1</b>    | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>254</b> MLS |      | <b>GNR</b>         | <b>337</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>255</b> MLS |      | <b>DSF</b>         |             | VFV        |            |           |
| <b>256</b> MLS |      | <b>DSF</b>         |             | VFV        |            |           |
| <b>257</b> MLS |      | <b>DSF</b>         |             | VFV        |            |           |
| <b>258</b> MLS |      | <b>DSF</b>         |             | VFV        |            |           |
| <b>259</b> MLS |      | <b>DSF</b>         |             | VFV        |            |           |
| <b>260</b> MAN |      | <b>GNR</b>         | <b>331</b>  | VLE        | ARQUIVADO  |           |
| <b>261</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>330</b>  | VLE        | ARQUIVADO  |           |
| <b>262</b> MAN |      | <b>DSF</b>         |             |            |            |           |
| <b>263</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>361</b>  | Queima     | EXECUÇÃO   |           |
| <b>264</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>385</b>  | C. Natur   | ARQUIVADO  |           |
| <b>265</b> MLS |      | <b>DSF</b>         | <b>341</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>266</b> MLS |      | <b>GNR</b>         | <b>340</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>267</b> ADL |      | <b>DSF</b>         | <b>332</b>  | Resíduos   | ARQUIVADO  |           |
| <b>268</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>365</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>269</b> ADL |      | <b>DSF</b>         | <b>363</b>  | <b>REN</b> | Impugnação | Custas    |
| <b>270</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>336</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>271</b> MAN |      | <b>DSF</b>         | <b>420</b>  | Resíduos   | Impugnação | Manteve   |
| <b>272</b> MAN |      | <b>DSF</b>         | <b>354</b>  | C. Natur   | ARQUIVADO  |           |
| <b>273</b> MAN |      | <b>DSF</b>         | <b>67</b>   | Solventes  | Impugnação |           |
| <b>274</b> MAN |      | <b>DSF</b>         | <b>352</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>275</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>366</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>276</b> ADL |      | <b>DSF</b>         |             | <b>REN</b> | Impugnação | Absolvido |
| <b>277</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>349</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>278</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>387</b>  | Queima     | ARQUIVADO  |           |
| <b>279</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>370</b>  | <b>REN</b> | ARQUIVADO  |           |
| <b>280</b> ADL |      | <b>GNR</b>         | <b>388</b>  | Resíduos   | Impugnação | Absolvido |



| Proc/Instr     | Nome | 1º not | Dec        | Rec      | Observações.    |
|----------------|------|--------|------------|----------|-----------------|
| <b>281</b> ADL |      | GNR    | <b>14</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>282</b> MAN |      | GNR    | <b>348</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>283</b> MAN |      | GNR    | <b>342</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>284</b> MAN |      | GNR    |            | Qual Ar  |                 |
| <b>285</b> MAN |      | GNR    |            | REN      |                 |
| <b>286</b> ADL |      | GNR    | <b>367</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>287</b> ADL |      | DSF    | <b>390</b> | Resíduos | ARQUIVADO       |
| <b>288</b> ADL |      | GNR    | <b>371</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>289</b> ADL |      | GNR    | <b>378</b> | VLE      | ARQUIVADO       |
| <b>290</b> ADL |      | DSF    | <b>47</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>291</b> MLS |      | GNR    | <b>355</b> | Em. Gas  | ARQUIVADO       |
| <b>292</b> MLS |      | GNR    | <b>350</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>293</b> MAN |      | DSF    | <b>345</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>294</b> ADL |      | DSF    | <b>377</b> | Resíduos | <b>EXECUÇÃO</b> |
| <b>295</b> MLS |      | GNR    | <b>353</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>296</b> MLS |      | GNR    | <b>373</b> | Queima   | <b>EXECUÇÃO</b> |
| <b>297</b> MLS |      | GNR    | <b>368</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>298</b> MLS |      | GNR    | <b>375</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>299</b> MLS |      | GNR    | <b>376</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>300</b> MLS |      | GNR    | <b>358</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>301</b> MLS |      | GNR    | <b>346</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>302</b> MAN |      | GNR    | <b>381</b> | Queima   | <b>EXECUÇÃO</b> |
| <b>303</b> MAN |      | DSF    | <b>359</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>304</b> MLS |      | GNR    | <b>364</b> | Em. Gas  | ARQUIVADO       |
| <b>305</b> MAN |      | DSF    | <b>33</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>306</b> MAN |      | GNR    | <b>45</b>  | Em. Gas  | ARQUIVADO       |
| <b>307</b> MLS |      | GNR    | <b>369</b> | Em. Gas  | ARQUIVADO       |
| <b>308</b> MLS |      | DSF    | <b>22</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>309</b> MAN |      | DSF    | <b>409</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>310</b> MAN |      | GNR    | <b>310</b> | REN      |                 |
| <b>311</b> MLS |      | DSF    | <b>379</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>312</b> MLS |      | GNR    | <b>53</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>313</b> MAN |      | GNR    | <b>386</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>314</b> MAN |      | DSF    |            | VFV      |                 |
| <b>315</b> MLS |      | GNR    | <b>372</b> | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>316</b> MLS |      | GNR    | <b>384</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>317</b> ADL |      | DSF    | <b>55</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>318</b> ADL |      | DSF    | <b>40</b>  | REN      | ARQUIVADO       |
| <b>319</b> ADL |      | GNR    | <b>413</b> | Queima   | ARQUIVADO       |
| <b>320</b> ADL |      | GNR    | <b>397</b> | Queima   | ARQUIVADO       |

| Proc/Instr     | Nome | 1º not     | Dec        | Rec            | Observações. |        |
|----------------|------|------------|------------|----------------|--------------|--------|
| <b>321</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>43</b>  | <b>REN</b>     | ARQUIVADO    |        |
| <b>322</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>407</b> | Queima         | EXECUÇÃO     |        |
| <b>323</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>411</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>324</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>401</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>325</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>400</b> | E. Gaso        | ARQUIVADO    |        |
| <b>326</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>61</b>  | Pedreiras      | ARQUIVADO    |        |
| <b>327</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>49</b>  | <b>REN</b>     | ARQUIVADO    |        |
| <b>328</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>6</b>   | <b>REN</b>     | ARQUIVADO    |        |
| <b>329</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>3</b>   | <b>REN</b>     | EXECUÇÃO     |        |
| <b>330</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>394</b> | Queima         | EXECUÇÃO     |        |
| <b>331</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>406</b> | Resíduos       | EXECUÇÃO     |        |
| <b>332</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>382</b> | <b>REN</b>     | ARQUIVADO    |        |
| <b>333</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>43</b>  | <b>REN+VFV</b> | ARQUIVADO    |        |
| <b>334</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>403</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>335</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>TRI</b> |                | ARQUIVADO    |        |
| <b>336</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>TRI</b> |                | ARQUIVADO    |        |
| <b>337</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>TRI</b> |                | ARQUIVADO    |        |
| <b>338</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>69</b>  | Em. Gasosas    | ARQUIVADO    |        |
| <b>339</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>R1</b>  | VFV            | ARQUIVADO    |        |
| <b>340</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>389</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>341</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>389</b> | Pedreiras      | ARQUIVADO    |        |
| <b>342</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>50</b>  | Baterias       | ARQUIVADO    |        |
| <b>343</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            |                |              |        |
| <b>344</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>25</b>  | <b>REN</b>     | ARQUIVADO    |        |
| <b>345</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>391</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>346</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>37</b>  | <b>REN</b>     | IMPUGNAÇÃO   | Absolv |
| <b>347</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>410</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>348</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>412</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>349</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>402</b> | Cons. Natur    | ARQUIVADO    |        |
| <b>350</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>17</b>  | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>351</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>404</b> | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>352</b> MLS |      | <b>PSP</b> | <b>393</b> | Resíduos       | ARQUIVADO    |        |
| <b>353</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>122</b> | VFV            | IGAOT        |        |
| <b>354</b> ADL |      | <b>DSF</b> |            |                |              |        |
| <b>355</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>20</b>  | Queima         | ARQUIVADO    |        |
| <b>356</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            |                |              |        |
| <b>357</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>39</b>  | Pedreiras      |              |        |
| <b>358</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>39</b>  | <b>REN</b>     |              |        |
| <b>359</b> MLS |      | <b>DSF</b> |            | VFV            |              |        |
| <b>360</b> MLS |      | <b>DSF</b> |            | VFV            |              |        |

| Proc/Instr     | Nome | 1º not     | Dec        | Rec         | Observações.    |           |
|----------------|------|------------|------------|-------------|-----------------|-----------|
| <b>361</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | <b>VFV</b>  |                 |           |
| <b>362</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>405</b> | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>363</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>392</b> | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>364</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>396</b> | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>365</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>408</b> | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>366</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>395</b> | C. Nat.     | ARQUIVADO       |           |
| <b>367</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>398</b> | C. Nat.     | ARQUIVADO       |           |
| <b>368</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>19</b>  | C. Nat.     | ARQUIVADO       |           |
| <b>369</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>36</b>  | <b>REN</b>  | ARQUIVADO       |           |
| <b>370</b> MLS |      | <b>DSF</b> |            | <b>VFV</b>  |                 |           |
| <b>371</b> MLS |      |            |            |             | ANULADO         |           |
| <b>372</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | <b>VFV</b>  |                 |           |
| <b>373</b> MAN |      | <b>ARH</b> |            | <b>REN</b>  | ARQUIVADO       |           |
| <b>374</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | Resíduos    | Notif. Pessoal  |           |
| <b>375</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>60</b>  | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>376</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>418</b> | Queima      | <b>EXECUÇÃO</b> |           |
| <b>377</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>16</b>  | Queima      | <b>EXECUÇÃO</b> |           |
| <b>378</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>29</b>  | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>379</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>78</b>  | <b>REN</b>  | ARQUIVADO       |           |
| <b>380</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>39</b>  | Lamas       |                 |           |
| <b>381</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>31</b>  | Publicidade |                 |           |
| <b>382</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | <b>VFV</b>  |                 |           |
| <b>383</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>414</b> | Resíduos    | Impugnação      | Manteve   |
| <b>384</b> MAN |      | <b>GNR</b> |            |             |                 |           |
| <b>385</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>12</b>  | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>386</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>414</b> | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>387</b> MLS |      | <b>GNR</b> |            | <b>REN</b>  | ARQUIVADO       |           |
| <b>388</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>35</b>  | Em Gases    | ARQUIVADO       |           |
| <b>389</b> ADL |      | <b>DSF</b> | <b>54</b>  | <b>REN</b>  | <b>EXECUÇÃO</b> |           |
| <b>390</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>23</b>  | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>391</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>2</b>   | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>392</b> ADL |      | <b>DSF</b> |            | Insolvente  | Minist. Público |           |
| <b>393</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>28</b>  | Queima      | <b>EXECUÇÃO</b> |           |
| <b>394</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>18</b>  | Queima      | ARQUIVADO       |           |
| <b>395</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>78</b>  | <b>REN</b>  | ARQUIVADO       |           |
| <b>396</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>89</b>  | <b>REN</b>  | ARQUIVADO       |           |
| <b>397</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>103</b> | <b>REN</b>  | Impugnação      | Absolvido |
| <b>398</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            |             |                 |           |
| <b>399</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>421</b> | Queima      | ARQUIVADO       |           |

| Proc/Instr     | Nome | 1º not     | Dec        | Rec    | Observ.    |             |
|----------------|------|------------|------------|--------|------------|-------------|
| <b>400</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>415</b> | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>401</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>38</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>402</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>24</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>403</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>9</b>   | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>404</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>26</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>405</b> ADL |      | <b>GNR</b> | <b>58</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>406</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>417</b> | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>407</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>419</b> | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>408</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>88</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>409</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>21</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>410</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>68</b>  | VLE    | IMPUGNAÇÃO | Admoestação |
| <b>411</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | VFV    |            |             |
| <b>412</b> MLS |      | <b>DSF</b> |            | VFV    |            |             |
| <b>413</b> MAN |      | <b>DSF</b> | <b>77</b>  | REN    | IMPUGNAÇÃO | Redução     |
| <b>414</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            |        | EXECUÇÃO   |             |
| <b>415</b> MAN |      |            | <b>VFV</b> |        | ANULADO    |             |
| <b>416</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>10</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>417</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>8</b>   | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>418</b> MAN |      | <b>GNR</b> |            |        |            |             |
| <b>419</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>27</b>  | Queima | EXECUÇÃO   |             |
| <b>420</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>80</b>  |        | ARQUIVADO  |             |
| <b>421</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>34</b>  | REN    | EXECUÇÃO   |             |
| <b>422</b> MLS |      | <b>DSF</b> | <b>13</b>  | REN    | ARQUIVADO  |             |
| <b>423</b> MLS |      | <b>GNR</b> | <b>4</b>   | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>424</b> MLS |      | <b>DSF</b> |            | VFV    |            |             |
| <b>425</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>34</b>  | REN    | ARQUIVADO  |             |
| <b>426</b> MLS |      | <b>DSF</b> |            | VFV    |            |             |
| <b>427</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | VFV    |            |             |
| <b>428</b> MAN |      | <b>DSF</b> |            | VFV    |            |             |
| <b>429</b> MAN |      |            | <b>7</b>   | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>430</b> MLS |      |            |            |        |            |             |
| <b>431</b> MAN |      | <b>GNR</b> |            | Queima | EXECUÇÃO   |             |
| <b>432</b> ADL |      |            |            |        |            |             |
| <b>433</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>11</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
| <b>434</b> MAN |      | <b>GNR</b> | <b>15</b>  | Queima | ARQUIVADO  |             |
|                |      |            |            |        |            |             |

| Proc/Instr    | Nome | Tipo      | Origem   | Dec        | Observações. |
|---------------|------|-----------|----------|------------|--------------|
| <b>1</b> MLS  |      | Queima    | GNR      | <b>81</b>  | Arquivado    |
| <b>2</b> MLS  |      | Queima    | GNR      | <b>79</b>  | Arquivado    |
| <b>3</b> MLS  |      | Queima    | GNR      | <b>84</b>  | Arquivado    |
| <b>4</b> ADL  |      | E.Gasosas | GNR      | <b>76</b>  | Arquivado    |
| <b>5</b> MAN  |      | Queima    | GNR      | <b>56</b>  | Arquivado    |
| <b>6</b> MLS  |      | Queima    | GNR      | <b>71</b>  | Arquivado    |
| <b>7</b> ADL  |      | Queima    | GNR      | <b>66</b>  | EXECUÇÃO     |
| <b>8</b> ---  |      | -----     | -----    | -----      | -----        |
| <b>9</b> ADL  |      | Queima    | GNR      | <b>240</b> | Arquivado    |
| <b>10</b> ADL |      | REN       | DSR      | <b>105</b> | Arquivado    |
| <b>11</b> MLS |      | Queima    | GNR      | <b>72</b>  | Arquivado    |
| <b>12</b> MAN |      | REN       | DSR      |            |              |
| <b>13</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>197</b> | Arquivado    |
| <b>14</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>57</b>  | Arquivado    |
| <b>15</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>59</b>  | Arquivado    |
| <b>16</b> ADL |      | REN       | CMAnsião | <b>125</b> | Arquivado    |
| <b>17</b> MLS |      | Queima    | GNR      | <b>83</b>  | Arquivado    |
| <b>18</b> ADL |      | Queima    | GNR      | <b>63</b>  | Arquivado    |
| <b>19</b> ADL |      | Queima    | GNR      | <b>110</b> | EXECUÇÃO     |
| <b>20</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>108</b> | Arquivado    |
| <b>21</b> MAN |      | REN       | GNR      | <b>112</b> | Arquivado    |
| <b>22</b> MAN |      | REN       | GNR      | <b>177</b> | Arquivado    |
| <b>23</b> MAN |      | VFV       | DSR      |            |              |
| <b>24</b> ADL |      | REN       | DSR      | <b>214</b> | Arquivado    |
| <b>25</b> ADL |      | REN       | DSR      |            |              |
| <b>26</b> MLS |      | Queima    | GNR      | <b>129</b> | Arquivado    |
| <b>27</b> MLS |      | VFV       | DSR      |            |              |
| <b>28</b> MLS |      | VFV       | DSR      |            |              |
| <b>29</b> ADL |      | Queima    | GNR      | <b>65</b>  | Arquivado    |
| <b>30</b> ADL |      | Queima    | GNR      | <b>194</b> | Arquivado    |
| <b>31</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>99</b>  | Arquivado    |
| <b>32</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>62</b>  | Arquivado    |
| <b>33</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>87</b>  | Arquivado    |
| <b>34</b> MLS |      | VLE       | GNR      | <b>87</b>  | Arquivado    |
| <b>35</b> MLS |      | Queima    | GNR      | <b>74</b>  |              |
| <b>36</b> MLS |      | Queima    | GNR      | <b>75</b>  | Arquivado    |
| <b>37</b> MAN |      | Queima    | GNR      | <b>100</b> | Arquivado    |
| <b>38</b> MAN |      | Public    | GNR      | <b>141</b> | Arquivado    |
| <b>39</b> ADL |      | Queima    | GNR      | <b>64</b>  | Arquivado    |
| <b>40</b> ADL |      | Queima    | GNR      | <b>141</b> | Arquivado    |

2009

| Proc/Instr    | Nome | Tipo        | Origem   | Dec        | Observações. |           |
|---------------|------|-------------|----------|------------|--------------|-----------|
| <b>41</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>144</b> | EXECUÇÃO     |           |
| <b>42</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>85</b>  | Arquivado    |           |
| <b>43</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>151</b> | Arquivado    |           |
| <b>44</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>136</b> | Arquivado    |           |
| <b>45</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>137</b> | EXECUÇÃO     |           |
| <b>46</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>86</b>  | Arquivado    |           |
| <b>47</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>91</b>  | Arquivado    |           |
| <b>48</b> MLS |      | REN/R Nat   | DSR Av   |            |              |           |
| <b>49</b> MLS |      | VFV         | DSR CB   |            |              |           |
| <b>50</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>107</b> | IMPUGNAÇÃO   | Absolvido |
| <b>51</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>98</b>  | Arquivado    |           |
| <b>52</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>187</b> | Arquivado    |           |
| <b>53</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>238</b> | Arquivado    |           |
| <b>54</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>143</b> | Arquivado    |           |
| <b>55</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>153</b> | Arquivado    |           |
| <b>56</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>166</b> | Arquivado    |           |
| <b>57</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>154</b> | Arquivado    |           |
| <b>58</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>142</b> | Arquivado    |           |
| <b>59</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>155</b> | Arquivado    |           |
| <b>60</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>152</b> | EXECUÇÃO     |           |
| <b>61</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>139</b> | Arquivado    |           |
| <b>62</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>124</b> | Arquivado    |           |
| <b>63</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>70</b>  | Arquivado    |           |
| <b>64</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>147</b> | Arquivado    |           |
| <b>65</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>220</b> | Arquivado    |           |
| <b>66</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>102</b> | Arquivado    |           |
| <b>67</b> MAN |      | Consv Nat   | DSF      |            |              |           |
| <b>68</b> MAN |      | VFV+Res     | DSR Leir |            |              |           |
| <b>69</b> ADL |      | REN         | GNR      | <b>203</b> | Arquivado    |           |
| <b>70</b> ADL |      | REN         | GNR      | <b>274</b> | Arquivado    |           |
| <b>71</b> ADL |      | Publicidade | GNR      | <b>305</b> | IMPUGNAÇÃO   | Retirou   |
| <b>72</b> ADL |      | Publicidade | DSF      | <b>123</b> | Arquivado    |           |
| <b>73</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>111</b> | Arquivado    |           |
| <b>74</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>145</b> | Arquivado    |           |
| <b>75</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>82</b>  | Arquivado    |           |
| <b>76</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>117</b> | Arquivado    |           |
| <b>77</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>96</b>  | Arquivado    |           |
| <b>78</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>146</b> | Arquivado    |           |
| <b>79</b> ADL |      | RESIDUOS    | DSRViscu | <b>127</b> | EXECUÇÃO     |           |
| <b>80</b> MAN |      | Publicidade | DSF      | <b>159</b> | Arquivado    |           |

| Proc/Instr     | Nome | Tipo         | Origem     | Dec        | Observações.    |
|----------------|------|--------------|------------|------------|-----------------|
| <b>81</b> MLS  |      | Queima       | GNR        | <b>126</b> | Arquivado       |
| <b>82</b> MAN  |      | VFV          | GNR        |            |                 |
| <b>83</b> MAN  |      | VFV          | DSR-Visou  |            |                 |
| <b>84</b> MLS  |      | VLE          | GNR        | <b>90</b>  | Arquivado       |
| <b>85</b> MAN  |      | VLE          | GNR        | <b>95</b>  | Arquivado       |
| <b>86</b> ADL  |      | Queima       | GNR        | <b>113</b> | Arquivado       |
| <b>87</b> MLS  |      | Queima       | GNR        | <b>92</b>  | Arquivado       |
| <b>88</b> ADL  |      | REN          | GNR        | <b>284</b> | Arquivado       |
| <b>89</b> MAN  |      | REN          | GNR        | <b>192</b> | Arquivado       |
| <b>90</b> MLS  |      | REN          | DSR-Visou  | <b>106</b> |                 |
| <b>91</b> MAN  |      | Queima       | GNR        | <b>133</b> |                 |
| <b>92</b> ADL  |      | Queima       | GNR        | <b>162</b> | Arquivado       |
| <b>93</b> MLS  |      | Queima       | GNR        | <b>97</b>  | Pag Fraccionado |
| <b>94</b> MLS  |      | Queima       | GNR        | <b>118</b> | Arquivado       |
| <b>95</b> MLS  |      | Queima       | GNR        | <b>101</b> | EXECUÇÃO        |
| <b>96</b> ADL  |      | Publicidade  | DSF        | <b>120</b> | Arquivado       |
| <b>97</b> ADL  |      | Publicidade  | DSF        | <b>186</b> | Arquivado       |
| <b>98</b> ADL  |      | Publicidade  | DSF        | <b>183</b> | Arquivado       |
| <b>99</b> ADL  |      | Publicidade  | DSF        | <b>150</b> | Arquivado       |
| <b>100</b> ADL |      | Publicidade  | DSF        | <b>189</b> | Arquivado       |
| <b>101</b> MLS |      | REN          | GNR        | <b>176</b> | Arquivado       |
| <b>102</b> MLS |      | REN          | GNR        | <b>104</b> | Arquivado       |
| <b>103</b> MLS |      | REN          | GNR        |            |                 |
| <b>104</b> MLS |      | VFV          | DSRCBranco |            |                 |
| <b>105</b> MLS |      | VLE          | GNR        | <b>93</b>  | Arquivado       |
| <b>106</b> ADL |      | INC ORD      | DSF        | <b>191</b> | Arquivado       |
| <b>107</b> ADL |      | Queima       | GNR        | <b>116</b> | Arquivado       |
| <b>108</b> ADL |      | Queima       | GNR        | <b>257</b> | Arquivado       |
| <b>109</b> MAN |      | Publicidade  | DSF        | <b>138</b> | EXECUÇÃO        |
| <b>110</b> MAN |      | Publicidade  | DSF        | <b>140</b> | Arquivado       |
| <b>111</b> MAN |      | Publicidade  | DSF        | <b>148</b> | EXECUÇÃO        |
| <b>112</b> MAN |      | Publicidade  | DSF        | <b>161</b> | Arquivado       |
| <b>113</b> ADL |      | Prot. Natur. | GNR        | <b>131</b> | Arquivado       |
| <b>114</b> MLS |      | Queima       | GNR        | <b>122</b> | Arquivado       |
| <b>115</b> MLS |      | Queima       | GNR        | <b>120</b> | EXECUÇÃO        |
| <b>116</b> ADL |      | Queima       | GNR        | <b>114</b> | Arquivado       |
| <b>117</b> ADL |      | VLE          | GNR        | <b>135</b> | Arquivado       |
| <b>118</b> ADL |      | Queima       | GNR        | <b>149</b> | Arquivado       |
| <b>119</b> ADL |      | Queima       | GNR        | s/DEC      | Arquivado       |
| <b>120</b> ADL |      | Queima       | GNR        | <b>134</b> | Arquivado       |

| Proc/Instr     | Nome | Tipo           | Origem   | Dec        | Observações. |
|----------------|------|----------------|----------|------------|--------------|
| <b>121</b> —   |      |                |          |            |              |
| <b>122</b> MAN |      | Queima         | GNR      |            |              |
| <b>123</b> MAN |      | Queima         | GNR      | <b>313</b> | Arquivado    |
| <b>124</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>167</b> | Arquivado    |
| <b>125</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>168</b> | Arquivado    |
| <b>126</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>254</b> | Arquivado    |
| <b>127</b> MLS |      | Queima         | GNR      |            | ANULADO 176  |
| <b>128</b> MAN |      | Queima         | GNR      | <b>115</b> | Arquivado    |
| <b>129</b> MAN |      | Queima         | GNR      | <b>109</b> | Arquivado    |
| <b>130</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>224</b> | Arquivado    |
| <b>131</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>121</b> |              |
| <b>132</b> MAN |      | Resíduos       | DSR-CB   | <b>209</b> | Arquivado    |
| <b>133</b> MLS |      | REN            | DSR-CB   | <b>179</b> | IMPUGNAÇÃO   |
| <b>134</b> MAN |      | Queima         | GNR      | <b>119</b> | Arquivado    |
| <b>135</b> MAN |      | Publicidade    | DSF      | <b>223</b> | Arquivado    |
| <b>136</b> MAN |      | Publicidade    | DSF      | <b>156</b> | EXECUÇÃO     |
| <b>137</b> MAN |      | Publicidade    | DSF      | <b>205</b> | Arquivado    |
| <b>138</b> MAN |      | Resíduos       | DSR-Visa | <b>184</b> | Arquivado    |
| <b>139</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>193</b> | Arquivado    |
| <b>140</b> MAN |      | Incumpriment   | DSF      |            |              |
| <b>141</b> MAN |      | VLE            | GNR      | <b>216</b> | Arquivado    |
| <b>142</b> MLS |      | VFV+Resid      | DSR-CB   | <b>275</b> | Arquivado    |
| <b>143</b> MAN |      | VFV+Resid.     | DSR-CB   | <b>197</b> | Arquivado    |
| <b>144</b> ADL |      | Queima         | GNR      | <b>158</b> |              |
| <b>145</b> MLS |      | Queima         | GNR      | <b>173</b> | Arquivado    |
| <b>146</b> MAN |      | Queima         | GNR      | <b>182</b> | Arquivado    |
| <b>147</b> MAN |      | Publicidade    | GNR      | <b>132</b> | Arquivado    |
| <b>148</b> ADL |      | VFV            | DSR-CB   |            |              |
| <b>149</b> ADL |      | Resíduos       | DSR-CB   | <b>169</b> | Arquivado    |
| <b>150</b> ADL |      | Resíduos+Óleos | DSR-CB   | <b>218</b> | Arquivado    |
| <b>151</b> ADL |      | VLE            | GNR      | <b>160</b> | EXECUÇÃO     |
| <b>152</b> ADL |      | VFV+Resid      | DSR-CB   | <b>160</b> |              |
| <b>153</b> ADL |      | Queima         | GNR      | <b>178</b> | Arquivado    |
| <b>154</b> ADL |      | Queima         | GNR      | S/D        | Arquivado    |
| <b>155</b> MAN |      | Publicidade    | GNR      | <b>230</b> | Arquivado    |
| <b>156</b> MAN |      | Publicidade    | GNR      | <b>163</b> | Arquivado    |
| <b>157</b> MLS |      | VLE            | GNR      | <b>219</b> | Arquivado    |
| <b>158</b> MLS |      | VLE            | GNR      | <b>196</b> | Arquivado    |
| <b>159</b> MLS |      | REN            | GNR      | <b>208</b> | Arquivado    |
| <b>160</b> MAN |      | Publicidade    | GNR      | <b>231</b> | Arquivado    |



| Proc/Instr     | Nome | Tipo           | Origem             | Dec            | Observações. |     |
|----------------|------|----------------|--------------------|----------------|--------------|-----|
| <b>161</b> ADL |      | VFV+Resid      | <i>DSR-Leiria</i>  | <b>172</b>     | IMPUGNAÇÃO   |     |
| <b>162</b> MAN |      | Resíduos       | <i>DSR-Leiria</i>  | <b>185</b>     | EXECUÇÃO     |     |
| <b>163</b> ADL |      | REN (Ant)      | GNR                | <b>121</b>     | Arquivado    |     |
| <b>164</b> MLS |      | Resíduos       | <i>DSR-C.Branc</i> |                |              |     |
| <b>165</b> ADL |      | Resíduos+REN   | <i>DSR-Aveiro</i>  | <b>164</b>     | Arquivado    |     |
| <b>166</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>293</b>     | Arquivado    |     |
| <b>167</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>222</b>     | Arquivado    |     |
| <b>168</b> MAN |      | VFF+Resíduos   | <i>DSR-Leiria</i>  |                |              |     |
| <b>169</b> MAN |      | Queima         | GNR                | <b>190</b>     | Arquivado    |     |
| <b>170</b> ADL |      | REN            | GNR                | <b>23</b>      | Arquivado    |     |
| <b>171</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>170</b>     | Arquivado    |     |
| <b>172</b> MLS |      | REN            | GNR                | <b>199</b>     | Arquivado    |     |
| <b>173</b> MLS |      | REN            | GNR                | <b>213</b>     | Arquivado    |     |
| <b>174</b> MAN |      | REN            | GNR                | <b>217</b>     | Arquivado    |     |
| <b>175</b> MAN |      | REN            | GNR                |                | IMPUGNAÇÃO   | Abs |
| <b>176</b> MAN |      | REN            | GNR                |                |              |     |
| <b>177</b> MLS |      | VFV            | <i>DSR-C.Bran</i>  |                |              |     |
| <b>178</b> MLS |      | Resíduos       | <i>DSR-C.Bran</i>  | <b>270/297</b> | Arquivado    |     |
| <b>179</b> ADL |      | E.Gasosas      | GNR                | <b>198</b>     | Arquivado    |     |
| <b>180</b> ADL |      | E.Gasosas      | GNR                | <b>175</b>     | Arquivado    |     |
| <b>181</b> ADL |      | VFV            | <i>DSR-Avelro</i>  |                |              |     |
| <b>182</b> MAN |      | Queima         | GNR                | <b>201</b>     | Arquivado    |     |
| <b>183</b> MAN |      | VLE            | <i>DSR-Viseu</i>   | <b>236</b>     | Arquivado    |     |
| <b>184</b> MAN |      | Resíduos       | <i>DSR-C.Bran</i>  | <b>212</b>     | EXECUÇÃO     |     |
| <b>185</b> MLS |      | REN            | <i>DSR-Guarda</i>  | <b>269</b>     |              |     |
| <b>186</b> MLS |      | REN            | GNR                | <b>188</b>     | Arquivado    |     |
| <b>187</b> MLS |      | REN            | GNR                | <b>204</b>     | Arquivado    |     |
| <b>188</b> MLS |      | VFV            | <i>DSR-C.Branc</i> |                | Arquivado    |     |
| <b>189</b> ADL |      | Cons. Natureza | GNR                | <b>195</b>     | Arquivado    |     |
| <b>190</b> ADL |      | Cons. Natureza | GNR                | <b>212</b>     | Arquivado    |     |
| <b>191</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>181</b>     | Arquivado    |     |
| <b>192</b> ADL |      | Resíduos       | <i>DSR-C.Bran</i>  | <b>261</b>     | Arquivado    |     |
| <b>193</b> ADL |      | VFF+Resíduos   | VFF+Resíduos       | <b>139</b>     |              |     |
| <b>194</b> MAN |      | REN            | GNR                | <b>272</b>     | Arquivado    |     |
| <b>195</b> MAN |      | REN            | GNR                | <b>151</b>     | IMPUGNAÇÃO   |     |
| <b>196</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>158</b>     | IMPUGNAÇÃO   | Ad  |
| <b>197</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>221</b>     | Arquivado    |     |
| <b>198</b> ADL |      | Queima         | GNR                | <b>215</b>     | Arquivado    |     |
| <b>199</b> MLS |      | REN            | GNR                | <b>206</b>     | Arquivado    |     |
| <b>200</b> MLS |      | REN            | GNR                | <b>207</b>     | Arquivado    |     |

| Proc/Instr     | Nome | Tipo        | Origem     | Dec         | Observações. |
|----------------|------|-------------|------------|-------------|--------------|
| <b>201</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>226</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>202</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>244</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>203</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>210</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>204</b>     |      | -----       | -----      |             | ANULADO      |
| <b>205</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>211</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>206</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>202</b>  | EXECUÇÃO     |
| <b>207</b> MAN |      | REN         | GNR        |             |              |
| <b>208</b> ADL |      | Queima      | GNR        | <b>235</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>209</b> ADL |      | VLE         | GNR        | <b>225</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>210</b> MAN |      | Resíduos    | GNR        | <b>251</b>  |              |
| <b>211</b> MAN |      | Queima      | GNR        | <b>235</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>212</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>228</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>213</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>241</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>214</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>227</b>  | Pagam. Frac. |
| <b>215</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>239</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>216</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>242</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>217</b> MAN |      | Queima      | GNR        | <b>233</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>218</b> MAN |      | Resíduos    | DSR-Leiri  | <b>304</b>  |              |
| <b>219</b> MAN |      | VLE         | GNR        | <b>248</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>220</b> ADL |      | REN         | GNR        | <b>229</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>221</b> ADL |      | Queima      | GNR        | <b>249</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>222</b> MAN |      | VFV         | DSR-Leiri  |             |              |
| <b>223</b> ADL |      | Cons. Nat   | GNR        | <b>252</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>224</b> ADL |      | Incump. Ord | <b>DSF</b> | <b>254</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>225</b> ADL |      | REN         | DSR-Guar   | <b>232</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>226</b> ADL |      | REN+VFV     | DSR-Leiri  |             |              |
| <b>227</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>234</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>228</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>253</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>229</b> ADL |      | Queima      | GNR        | <b>255</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>230</b> ADL |      | Queima      | GNR        | <b>250</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>231</b> MAN |      | Ruido       | <b>DSF</b> |             |              |
| <b>232</b> ADL |      | Incump Ord  | DSR-Avei   |             |              |
| <b>233</b> MLS |      | VFV+Resid   |            | <b>6 10</b> | ARQUIVADO    |
| <b>234</b> MLS |      | REN         | GNR        | <b>247</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>235</b> ADL |      | Resíduos    | DSR-C.Br   | <b>211</b>  |              |
| <b>236</b> ADL |      | VFV+Resid   | DSR-Leiri  | <b>246</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>237</b> MLS |      | VFV         | DSR-C.Br   | <b>8 10</b> | ARQUIVADO    |
| <b>238</b> ADL |      | Queima      | GNR        | <b>262</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>239</b> ADL |      | Queima      | GNR        | <b>291</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>240</b> ADL |      | Cons. Nat.  | GNR        | <b>246</b>  | ARQUIVADO    |

| Proc/Instr     | Nome | Tipo        | Origem   | Dec        | Observações.   |     |
|----------------|------|-------------|----------|------------|----------------|-----|
| <b>241</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>285</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>242</b> MAN |      | REN         | GNR      | <b>303</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>243</b> MLS |      | VFV         | DSR-Ave  |            |                |     |
| <b>244</b> MAN |      | REN         | DSR-Leir | <b>206</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>245</b> ADL |      | VFV         | DSF      |            |                |     |
| <b>246</b> MLS |      | REN         | GNR      |            |                |     |
| <b>247</b> ADL |      | Cons Nat    | GNR      | <b>259</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>248</b> MAN |      | VFV         | DSR-Leir |            |                |     |
| <b>249</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>263</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>250</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>267</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>251</b> MLS |      | VLE         | GNR      | <b>289</b> | Pagam. Frac.   |     |
| <b>252</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>265</b> | EXECUÇÃO       |     |
| <b>253</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>264</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>254</b> ADL |      | VFV+REN     | DSF      | <b>247</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>255</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>266</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>256</b> ADL |      | REN         | DSR-Ave  |            |                |     |
| <b>257</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>271</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>258</b> ADL |      | Queima      | GNR      |            | ANULADO        |     |
| <b>259</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>296</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>260</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>282</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>261</b> ADL |      | REN         | GNR      | <b>279</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>262</b> ADL |      | VFV         | PSP      |            |                |     |
| <b>263</b> ADL |      | Em. Gasosas | GNR      | <b>312</b> | Impugn/Manteve |     |
| <b>264</b> ADL |      | Inc Ordem   | DSF      | <b>295</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>265</b> MAN |      | Cons Nat    | GNR      |            |                |     |
| <b>266</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>280</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>267</b> ADL |      | Em. Gasosas | GNR      | <b>290</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>268</b> MAN |      | Cons Nat    | GNR      |            |                |     |
| <b>269</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>288</b> | IMPUGNAÇÃO     | Abs |
| <b>270</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>273</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>271</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>277</b> |                |     |
| <b>272</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>278</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>273</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>283</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>274</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>286</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>275</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>281</b> | ARQUIVADO      |     |
| <b>276</b> ADL |      | Inc Ordem   | DSF      | <b>2</b>   | IMPUGNAÇÃO     |     |
| <b>277</b> ADL |      | Inc Ordem   | DSR-Leir | <b>287</b> | EXECUÇÃO       |     |
| <b>278</b> MLS |      | VFV         | DSR-Av   | <b>294</b> | IMPUGNAÇÃO     |     |
| <b>279</b> MLS |      | VLE         | GNR      |            | IMPUGNAÇÃO     | Ad  |
| <b>280</b> MAN |      | Resíduos    | DSR-CB   |            |                |     |

| Proc/Instr     | Nome | Tipo        | Origem   | Dec                     | Observações. |
|----------------|------|-------------|----------|-------------------------|--------------|
| <b>281</b> MAN |      | Publicidade | GNR      | <b>139</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>282</b> MAN |      | REN         | GNR      |                         |              |
| <b>283</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>292</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>284</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>306</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>285</b> MAN |      | Pedreiras   | DSF      |                         |              |
| <b>286</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>310</b>              |              |
| <b>287</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>298</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>288</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>317</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>289</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>299</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>290</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>299</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>291</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>302</b>              |              |
| <b>292</b> ADL |      | VFV         | DSR Gua  |                         |              |
| <b>293</b> MAN |      | Resíduos    | DSR Leir |                         |              |
| <b>294</b> MAN |      | Resíduos    | DSR Leir | <b>253</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>295</b> MAN |      | REN         | GNR      | <b>126</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>296</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>307</b>              | Pagam Frac   |
| <b>297</b> MAN |      | Inc. Ordem  | DSF      |                         |              |
| <b>298</b> MAN |      | VFV         | DSF      |                         |              |
| <b>299</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>308</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>300</b> MAN |      | Resíduos    | DSF      |                         |              |
| <b>301</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>10</b> <sup>10</sup> | ARQUIVADO    |
| <b>302</b> ADL |      | Inc. Ordem  | DSR Leir | <b>321</b>              | IMPUGNAÇÃO   |
| <b>303</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>316</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>304</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>309</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>305</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>311</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>306</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>318</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>307</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>319</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>308</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>315</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>309</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>308</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>310</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>323</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>311</b> MAN |      | Inc. Ordem  | DSR Leir |                         |              |
| <b>312</b> ADL |      | Inc. Ordem  | DSR Leir | <b>9</b>                | EXECUÇÃO     |
| <b>313</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>21</b>               | ARQUIVADO    |
| <b>314</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>320</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>315</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>116</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>316</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>322</b>              | ARQUIVADO    |
| <b>317</b> ADL |      | Cons Nat    | GNR      | <b>11</b>               | ARQUIVADO    |
| <b>318</b> ADL |      | Cons Nat    | GNR      | <b>7</b> <sup>10</sup>  | ARQUIVADO    |
| <b>319</b> MAN |      | Inc. Ordem  | DSR Leir | <b>307</b>              |              |
| <b>320</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>4</b> <sup>10</sup>  | ARQUIVADO    |

| Proc/Instr     | Nome | Tipo        | Origem   | Dec        | Observações. |
|----------------|------|-------------|----------|------------|--------------|
| <b>321</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>13</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>322</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>327</b> | ARQUIVADO    |
| <b>323</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>329</b> | ARQUIVADO    |
| <b>324</b> MLS |      | REN         | DSF      |            |              |
| <b>325</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>2</b>   | ARQUIVADO    |
| <b>326</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>76</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>327</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>328</b> | ARQUIVADO    |
| <b>328</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>325</b> | ARQUIVADO    |
| <b>329</b> MLS |      | REN         | GNR      | <b>326</b> | ARQUIVADO    |
| <b>330</b> ADL |      | REN         | GNR      | <b>14</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>331</b> ADL |      | Publicidade | DSR-Leir | <b>5</b>   | ARQUIVADO    |
| <b>332</b> MAN |      | Publicidade | DSR-Leir |            |              |
| <b>333</b> ADL |      | VFV         | DSR-Leir |            |              |
| <b>334</b> ADL |      | Queima      | GNR      | <b>12</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>335</b> MLS |      | Queima      | GNR      | <b>324</b> | ARQUIVADO    |
| <b>336</b> MAN |      | Queima      | GNR      | <b>3</b>   | ARQUIVADO    |
| <b>337</b> MAN |      | REN         | GNR      | <b>28</b>  | ARQUIVADO    |
| <b>338</b> MAN |      | Resíduos    | DSR-Leir | <b>172</b> | IMPUGNAÇÃO   |
| <b>339</b> MAN |      | Ruído       | DSF      |            |              |
| <b>340</b> MAN |      | Pedreiras   | DSF      |            |              |
|                |      |             |          |            |              |

**APÊNDICE III – Dados disponibilizados pela CCDR-Algarve**

| ANO  | Autos de Notícia | Autos de Notícia Arquivados | Proc. Co Abertos | P/ Noti-<br>ficar | Concluídos | Prescritos | Proc. Co c/ Instrução Concluída |                      |       |          | Prescritos |
|------|------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|------------|------------|---------------------------------|----------------------|-------|----------|------------|
|      |                  |                             |                  |                   |            |            |                                 | Proc. C/ COIMA       |       |          |            |
|      |                  |                             |                  |                   |            |            | Arquivados                      | Aguarda<br>pagamento | Pagos | Tribunal |            |
| 2005 | 228              | 0                           | 228              | 50                | 26         | 87         | 21                              | 3                    | 2     | 0        | 87         |
| 2006 | 197              | 0                           | 197              | 0                 | 6          | 13         | 2                               | 0                    | 3     | 1        | 13         |
| 2007 | 174              | 2                           | 172              | 78                | 12         | 6          | 2                               | 8                    | 2     | 0        | 6          |
| 2008 | 112              | 2                           | 110              | 57                | 1          | 0          | 1                               | 0                    | 0     | 0        | 0          |
| 2009 | 56               | 1                           | 55               | 18                | 0          | 0          | 0                               | 0                    | 0     | 0        | 0          |

**APÊNDICE IV – Dados disponibilizados pelo ICNB<sup>283</sup>**

| ANO  | TIPO      | ASSUNTO | DATA AN    | DECISÃO   | FASE2  |
|------|-----------|---------|------------|---|--|
| 2005 | CITES     |         |            | arquivamento esp.P/<br>fav.Estado 22/02/2007              |  |
| 2005 | CAÇA      |         | 06-01-2005 |   | Decisão a Propor                               |
| 2005 | PNTI      |         | 07-02-2005 | € 2.500,00 + 51 - coima<br>única € 2750 - 2/2006-<br>PNTI | Pagamento em Presta-<br>ções (10)              |
| 2005 | PNVG      |         | 17-02-2005 | €4.000,00+102,00  | Notificação da decisão                         |
| 2005 | RNET      |         | 10-03-2005 | Arquivamento, duplicação<br>de processos                  | Findo (arquivar) dupli-<br>cação de processos) |
| 2005 | HABITATS  |         | 18-10-2005 | Arquivamento.   | Findo  |
| 2005 | CITES     |         |            | coima €75,00+25,00 9-9-<br>05                             |  |
| 2005 | CAÇA      |         | 06-01-2005 |   | Decisão a Propor                               |
| 2005 | PNVG      |         | 22-02-2005 | €4.086,38   | Findo  |
| 2005 | RUÍDO     |         | 17-08-2005 |   | Notificação                                    |
| 2005 | PEDREIRAS |         | 24-03-2005 |   | Notificação                                    |
| 2005 | RNET      |         | 09-09-2005 | €850,00+105,00  | Notificação da decisão                         |
| 2005 | HABITATS  |         |            |   | Decisão a Propor                               |
| 2005 | PNTI      |         | 26-06-2005 | €5.000,00+105,00  | Notificação da decisão                         |
| 2005 | CAÇA      |         | 06-01-2005 |   | Diligências Adicionais                         |
| 2005 | AVES      |         | 28-07-2004 |   | Decisão a Propor                               |
| 2005 | PNTI      |         | 02-05-2005 | Arquivamento - caso jul-<br>gado CCDR_Centro              | Findo  |
| 2005 | RNET      |         | 20-05-2005 |   | Notificação                                    |
| 2005 | PNVG      |         | 22-02-2005 |   | Decisão Proposta                               |
| 2005 | CITES     |         |            | coima €75,00+25,00<br>24/1/2006                           |  |
| 2005 | CAÇA      |         | 01-01-2005 |   | Findo  |

<sup>283</sup> Na coluna “Assunto” constava a descrição da infracção. Optámos por não apresentar o seu conteúdo por o mesmo não ser pertinente e a sua exclusão proporcionar uma melhor apresentação gráfica da tabela, facilitando a sua consulta/leitura.

## Apêndice IV

|      |          |            |   |                                  |
|------|----------|------------|---|----------------------------------|
| 2005 | AVES     | 06-06-2005 |   | Decisão a Propor                 |
| 2005 | PNTI     | 26-06-2005 |   | Notificação                      |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>24/1/06                 |                                  |
| 2005 | CAÇA     | 01-01-2005 |   | Decisão a Propor                 |
| 2005 | BERNA    | 28-03-2004 |   | Notificação                      |
| 2005 | AVES     | 07-06-2005 |   | Findo (arquivar nº<br>5/05-Aves) |
| 2005 | PNTI     | 26-06-2005 |   | Notificação                      |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>1271/2006               |                                  |
| 2005 | CAÇA     | 01-01-2005 |   | Decisão Proposta                 |
| 2005 | BERNA    | 28-04-2004 | € 700 + € 102                                 | Notificação da decisão           |
| 2005 | PNTI     | 26-06-2005 |   | Diligências Adicionais           |
| 2005 | PNDI     | 27-03-2005 | coima 1000,00 + 51,00<br>custas               | Findo                            |
| 2005 | AVES     | 13-04-2005 |   | Findo                            |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>12/1/2006               |                                  |
| 2005 | CAÇA     | 17-02-2005 |   | Diligências Adicionais           |
| 2005 | EXOTICAS | 20-05-2004 | €800,00+89,00                                 | Findo coima paga                 |
| 2005 | PNTI     | 26-06-2005 |   | Notificação                      |
| 2005 | AVES     | 03-07-2005 |   | Execução                         |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00 9-9-<br>05                 |                                  |
| 2005 | CITES    | 04-07-2005 | Arquivado por prescrição,<br>espécime perdido | Findo                            |
| 2005 | CAÇA     | 13-02-2005 | Arquivamento.                                 | Findo                            |
| 2005 | EXOTICAS | 18-05-2004 | Arquivado Absolvido 12-<br>08-09              | Findo                            |
| 2005 | PNTI     | 26-06-2005 |   | Notificação                      |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00 9-9-<br>05                 |                                  |
| 2005 | EXOTICAS | 17-05-2004 |   | Findo                            |



|      |          |            |  |                            |
|------|----------|------------|--|----------------------------|
| 2005 | PNTI     | 25-06-2005 |  | Decisão a Propor           |
| 2005 | CITES    |            | arquivado coima<br>€75,00+25,00 9-9-05       |                            |
| 2005 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>121/2006               |                            |
| 2005 | EXOTICAS | 06-05-2004 |  | Diligências Adicionais     |
| 2005 | CAÇA     | 08-06-2005 |  | Findo                      |
| 2005 | AVES     | 24-03-2005 |  | Findo(arquivado)           |
| 2005 | PNTI     | 13-10-2005 |  | Decisão a Propor           |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>12/1/2006              |                            |
| 2005 | CAÇA     | 12-05-2005 | Absolvição.                                  | Findo                      |
| 2005 | AVES     | 18-05-2005 |  | Findo(absolvição)          |
| 2005 | EXOTICAS | 05-04-2005 |  | Diligências Adicionais     |
| 2005 | CITES    |            | coima €74,82+25,18 9-9-05                    |                            |
| 2005 | EXOTICAS | 16-05-2005 | €500,00+105,00                               | Notificação da decisão     |
| 2005 | CITES    |            | Absolvição devolução de<br>objectos 5/8/2005 |                            |
| 2005 | PNSSM    |            | € 250,00 + custas € 19,20                    | Findo                      |
| 2005 | CITES    |            | não foi P/notificar o argui-<br>do 9/09/05   |                            |
| 2005 | BERNA    | 16-08-2004 | €250,00+102,00                               | Findo                      |
| 2005 | EXOTICAS | 05-07-2005 |  | Findo                      |
| 2005 | BERNA    | 16-08-2004 |  | Decisão a Propor           |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>9/3/2006               |                            |
| 2005 | BERNA    | 22-01-2005 |  | Notificação                |
| 2005 | CITES    |            | coima 75,00+25,00<br>12/1/2006               |                            |
| 2005 | BERNA    | 12-11-2004 | € 400 + custas € 133,50.                     | Execução de coima 18-11-09 |
| 2005 | DUNAS    | 04-08-2005 |  | Decisão a Propor           |
| 2005 | AVES     | 16-05-2005 | €500 + 133,50.                               | Findo (pago arquivar)      |

|      |          |            |   |                             |
|------|----------|------------|---|-----------------------------|
| 2005 | CITES    |            | coima 75,00+25,00                               | 9-9-05                      |
| 2005 | BERNA    | 12-01-2005 | €850,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (8) |
| 2005 | EXOTICAS | 21-10-2005 |   | Findo                       |
| 2005 | CITES    |            | coima e 75,00+25,00<br>9/3/2006                 |                             |
| 2005 | BERNA    | 26-09-2004 | € 900 + € 102                                   | Notificação da decisão      |
| 2005 | CITES    |            | não foi P/notificar o arguido<br>9/09/05        |                             |
| 2005 | BERNA    | 18-03-2005 |   | Notificação da decisão      |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00                              | 9-9-05                      |
| 2005 | CITES    |            | S/coima dev,peças arguido<br>9/3/06             |                             |
| 2005 | CITES    |            | S/coima dvo/peças arguido<br>9/3/06             |                             |
| 2005 | CITES    |            | S/coima arqv,obj,P,favor<br>estado 27/11/06     |                             |
| 2005 | cites    |            |   | Notificação                 |
| 2005 | CITES    |            | Arquiv.espécimes a favor<br>do Estado 6/7/2006  |                             |
| 2005 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>Esp.P7fav,Estado 2/2/2007 |                             |
| 2005 | BERNA    | 23-08-2005 |   | Notificação                 |
| 2005 | AVES     | 23-08-2005 | €124,70+102,00                                  | Findo arquivar              |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>10/7/2006                 |                             |
| 2005 | CITES    |            | coima €75.00+25.00 esp.<br>P/fav.Est.18/1/07    |                             |
| 2005 | AVES     | 23-05-2005 |   | Diligências Adicionais      |
| 2005 | BERNA    | 21-04-2005 | €800,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (8) |
| 2005 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>6/7/2006                  |                             |
| 2005 | BERNA    | 21-04-2005 |   | Decisão a Propor            |

|      |       |            |  |                                  |
|------|-------|------------|--|----------------------------------|
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25,00<br>27/11/06                             |                                  |
| 2005 | AVES  | 29-09-2005 | €300,00+102,00   | Findo (arquivado)                |
| 2005 | BERNA | 19-05-2005 | € 200,00+102,00  | Findo                            |
| 2005 | CITES |            | S/coima dvo/peças arguido<br>9/3/06                        |                                  |
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25,00<br>6/7/2006                             |                                  |
| 2005 | BERNA | 11-07-2005 |  | Findo                            |
| 2005 | CITES |            | não foi P/notificar o argui-<br>do 9/09/05                 |                                  |
| 2005 | BERNA | 06-09-2005 |  | Decisão a Propor                 |
| 2005 | CITES |            | Paradeiro desconhecido                                     |                                  |
| 2005 | AVES  | 23-03-2005 | € 600 + € 102.<br>€950,00+102,00                           | Pagamento em Presta-<br>ções (6) |
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25,00<br>6/7/2006                             | Findo                            |
| 2005 | CITES |            | arquiv.espécime favor<br>estado 6/7/2006                   |                                  |
| 2005 | BERNA | 23-09-2005 | € 1.200,00 + € 102   | Impugnação Judicial              |
| 2005 | CITES |            | custas €25,00 Admoesta-<br>ção Esp.P/fav,Esta<br>29/2/2007 |                                  |
| 2005 | BERNA | 15-10-2005 | € 400,00+102.00  | Findo                            |
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25,00<br>27/11/06                             |                                  |
| 2005 | CITES |            | S/coima dev/peças arguido<br>9/3/06                        |                                  |
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25.00<br>27/11/06                             |                                  |
| 2005 | CITES | 07-11-2004 | Arquivamento.  | Findo                            |
| 2005 | CITES |            |  |                                  |
| 2005 | CITES | 01-08-2004 |  | Execução                         |
| 2005 | CITES |            | coima €750.00+144.00<br>31.7.07 esp.P/fv.estado            |                                  |

|      |       |            |  |                             |
|------|-------|------------|--|-----------------------------|
| 2005 | CITES | 24-08-2004 | Arquivamento por prescrição.                               | Findo                       |
| 2005 | CITES |            |  |                             |
| 2005 | CITES | 18-08-2004 | Arquivamento. Perda de espécimes.                          | Findo                       |
| 2005 | CITES |            |  |                             |
| 2005 | CITES | 25-07-2004 |  | Findo prescrição 27-04-2007 |
| 2005 | CITES |            | coima €200,00+89,00<br>18/4/06                             |                             |
| 2005 | CITES | 17-07-2004 | €399,04+133,50 17/4/06                                     | Findo prescrição 27-04-2007 |
| 2005 | CITES |            | coima €399,04+133,50<br>17/4/06                            |                             |
| 2005 | CITES | 12-07-2004 |  | Findo                       |
| 2005 | CITES |            | coima €750.00+144.00<br>31.7.07 Esp,P/fav,Estado           |                             |
| 2005 | CITES | 26-06-2004 |  | Findo                       |
| 2005 | c     |            |  |                             |
| 2005 | CITES |            | Absolver arguida 7-5-07                                    |                             |
| 2005 | CITES | 02-07-2004 |  | Impugnação Judicial         |
| 2005 | CITES |            | coima €750.00+133,50<br>esp.P/fav.Estado 12/2/2007         |                             |
| 2005 | CITES |            | coima 125,00+25,00<br>10/7/2006                            |                             |
| 2005 | CITES |            | Admoestação<br>Esp.P/fav.Est.18/1/07                       |                             |
| 2005 | CITES |            | coima €75.00+25.00 san-<br>ção acesória P/F/Est.<br>8/2/07 |                             |
| 2005 | CITES |            | coima €125,00+25,00<br>10/7/2006                           |                             |
| 2005 | CITES |            |  |                             |
| 2005 | CITES |            |  |                             |
| 2005 | CITES |            | coima €300.00+35.00<br>18/12/06                            |                             |

|      |       |   |                             |
|------|-------|---|-----------------------------|
| 2005 | CITES | coima -€ 1000,00+89,00<br>2/11/2005             |                             |
| 2005 | CITES | S/coima<br>Apres/doc.Dev/peças<br>9/3/06        |                             |
| 2005 | CITES | coima €300,00+25,00<br>18/4/2006                |                             |
| 2005 | CITES | coima €175.00+25.00<br>Esp.P/fav.Est. 18/1/07   |                             |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>10/7/2006                 | Findo prescrição 01-09-2007 |
| 2005 | CITES | Paradeiro desconhecido                          |                             |
| 2005 | CITES | coima €175,00+25.00<br>27/11/06                 |                             |
| 2005 | CITES | coima €75.00+25.00<br>sp.P/fav.Est.18/1/07      |                             |
| 2005 | CITES | coima €75.00+25,00<br>Esp.P/fav,Estado 2/2/2007 |                             |
| 2005 | CITES | coima €125,00+25,00<br>10/7/2006                |                             |
| 2005 | CITES | coima 75.00+25,00<br>Esp.P/favor Estado 18/1/07 |                             |
| 2005 | CITES | coima €74,82+25,10<br>27/11/06                  |                             |
| 2005 | CITES | coima 75,00+25,00<br>Espé,P/fav.Estado 18/1/07  |                             |
| 2005 | CITES | coima €175,00+25,00<br>10/7/2006                |                             |
| 2005 | CITES | coima €74,82+25,18<br>espé,P.fav.Est,18/1/07    |                             |
| 2005 | CITES | S/coima arq,obj,P,favor<br>estado 27/11/06      |                             |
| 2005 | CITES | arquivado paredeiro des-<br>conhecido 10/7/2006 |                             |
| 2005 | CITES | 11-03-2005                                      | Decisão a Propor            |
| 2005 | CITES |   |                             |
| 2005 | CITES | 24-02-2005                                      | Decisão Proposta            |

|      |       |            |   |                        |
|------|-------|------------|---|------------------------|
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 22-02-2005 |   | Findo                  |
| 2005 | CITES |            | coima €74,82+89,00<br>18/4/2006                       |                        |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 21-06-2005 |   | Findo                  |
| 2005 | CITES |            | S/coima   |                        |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 18-04-2005 | Arquivamento  | Findo                  |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 06-04-2005 | € 750 + 133,50  | Notificação da decisão |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 12-05-2005 |   | Findo                  |
| 2005 | CITES |            | coima €850,00+89,00<br>17/4/06                        |                        |
| 2005 | CITES | 18-04-2005 |   | Diligências Adicionais |
| 2005 | CITES |            | arqcoima €750.00+133,50<br>esp.P/fav,estado 12/2/2007 |                        |
| 2005 | CITES | 08-05-2005 | Arquivamento por prescri-<br>ção.                     | Findo                  |
| 2005 | CITES |            | arquivado coima<br>€250,00+133,50 18/4/06             |                        |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 20-09-2005 |   | Notificação            |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 23-09-2005 | coima €500,00+102,00,<br>Obj Perdidos favor estado    | Impugnação Judicial    |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES |            |   |                        |
| 2005 | CITES | 26-04-2005 | Absolvido. Devolução de<br>Espécimes.                 | Findo                  |
| 2005 | CITES |            | Absolver o arguido<br>S/custas 31.7.07                |                        |

|      |       |            |  |       |
|------|-------|------------|--|-------|
| 2005 | CITES | 08-04-2005 | Arquivado - perda de espécimes.                          | Findo |
| 2005 | CITES | 09-09-2005 |  | Findo |
| 2005 | CITES |            | arquivado coima<br>€250,00+133,50 18/4/06                |       |
| 2005 | CITES | 22-09-2005 | €199,52+133,50   | Findo |
| 2005 | CITES |            | arquivado coima<br>€199,52+133,50 30/5/06                |       |
| 2005 | CITES | 11-01-2005 | coima €500,00+102,00,<br>Obj. Perd, favor Estado         | Findo |
| 2005 | CITES |            |  |       |
| 2005 | CITES |            | Arquivamento por Prescrição.                             | Findo |
| 2005 | CITES |            | Arquivado por prescrição.                                | Findo |
| 2005 | CITES |            | Admoestação custas<br>€35,00 2/2/2007                    |       |
| 2005 | CITES |            | coima €100.00+25.00<br>18/12/06                          |       |
| 2005 | CITES |            | S/coima Dev/animais<br>Apren. 9/3/06                     |       |
| 2005 | CITES |            | P/custas 35,00 dv,peça<br>arguida 6/7/2006               |       |
| 2005 | CITES |            | Admoestação Esp. P/fav,<br>Est. 18/1/07                  |       |
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25.00<br>27/11/06                           |       |
| 2005 | CITES |            | Paradeiro desconhecido                                   |       |
| 2005 | CITES |            | coima €75.00+25.00<br>27/11/06                           |       |
| 2005 | CITES |            | coima €74,82+25,18<br>27/11/06                           |       |
| 2005 | CITES |            | Admoestação custas<br>25,00€ esp,P/fav Estado<br>22/2/07 |       |
| 2005 | CITES |            | coima €74,82+25,18<br>27/11/06                           |       |
| 2005 | CITES |            | arquivado paradeiro des-                                 |       |

|      |       |   |
|------|-------|---|
|      |       | conhecido 10/7/2006                                   |
| 2005 | CITES | arquivado paradeiro desconhecido 10/7/2006            |
| 2005 | CITES | arquivado paradeiro desconhecido 10/7/2006            |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>27/11/06                        |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>27/11/06                        |
| 2005 | CITES | auto noticia ficou S/feito<br>18/11/05                |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>10/7/2006                       |
| 2005 | CITES | coima €75.00+25.00<br>27/11/06                        |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>10/7/2006                       |
| 2005 | CITES | custas €25,00 Admoestação Esp.P/fav,Estado<br>29/2/07 |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>27/11/06                        |
| 2005 | CITES | coima €75.00+25.00<br>27/11/06                        |
| 2005 | CITES | coima €75,00+25,00<br>10/7/2006                       |
| 2005 | CITES | Paradeiro desconhecido                                |
| 2005 | CITES | coima €74,82+25,00<br>Obj.Favor Estado<br>18/1/2007   |
| 2005 | CITES | coima €74,82+25,18<br>10/7/2006                       |
| 2005 | CITES | arquivamento esp.P/fav<br>Estado 22/2/07              |
| 2005 | CITES | coima €75.00+25.00<br>27/11/06                        |
| 2005 | CITES | coima €74,82+25.00<br>esp.P/Fav.Estado 22/1/07        |



|      |       |            |  |                        |
|------|-------|------------|--|------------------------|
| 2005 | CITES |            | coima €175.00+25,00<br>27/11/06                      |                        |
| 2005 | CITES | 08-06-2005 | S/coima N/custas<br>Obj.P/favor estado<br>10.12.07   | Findo                  |
| 2005 | CITES | 08-06-2005 |  | Findo                  |
| 2005 | CITES |            | suspenso. coima<br>€800,00+89,00 30/5/06             | Execução               |
| 2005 | CITES | 04-02-2005 | SUSPENSO   | Execução               |
| 2005 | CITES |            | coima €500,00+89,00<br>18/4/06                       | Findo                  |
| 2005 | CITES | 04-04-2005 |  | Notificação            |
| 2005 | CITES |            | coima €74.82+25.18.00<br>18/12/06                    |                        |
| 2005 | CITES |            | coima €75,00+25,00<br>espe.P/fav. Estado 22/1/07     |                        |
| 2005 | CITES |            | coima €450.00+90.00<br>P/em prestações 20/11/06      |                        |
| 2005 | CITES |            |  |                        |
| 2005 | CITES |            |  |                        |
| 2005 | CITES |            | coima €7.000,00+89,00<br>18/4/06                     |                        |
| 2005 | CITES | 14-06-2005 |  | Decisão a Propor       |
| 2005 | CITES |            | coima €75.00+25.00<br>Esp.P/favor Estado 25-1-<br>07 |                        |
| 2005 | CITES |            | coima €100,00+25,00<br>Esp,P/fav.Estado 25-1-07      |                        |
| 2005 | CITES |            | S/coima arquivamento<br>29-1-2007                    |                        |
| 2005 | CITES | 08-09-2005 | Absolvição, animal decla-<br>rado P/favor estado     | Findo (Absolvido)      |
| 2005 | CITES | 08-09-2005 |  | Diligências Adicionais |
| 2005 | CITES |            | Absolvido + perda.                                   | Decisão a Propor       |
| 2005 | CITES | 01-09-2005 |  | Diligências Adicionais |
| 2005 | CITES |            | coima €38,00+133,50                                  |                        |

|      |       |            |                                 |                             |
|------|-------|------------|---------------------------------|-----------------------------|
|      |       |            | 18/4/06                         |                             |
| 2005 | CITES | 29-08-2005 | Findo                           |                             |
| 2005 | CITES |            | coima €300.00+25.00<br>18/12/06 |                             |
| 2005 | CITES |            | coima €300,00+25,00 29-1-2007   |                             |
| 2005 | CITES | 03-11-2005 | coima €75.00+25.00<br>18/12/06  | Findo prescrição 10-01-2008 |

| ANO  | TIPO   | ASSUNTO | DATA AN    | DECISÃO  | FASE2                        |
|------|--------|---------|------------|--|------------------------------|
| 2006 | PNAR   |         | 16-12-2005 |  | Diligências Adicionais       |
| 2006 | CITES  |         | 19-12-2005 |  | Findo                        |
| 2006 | AVES   |         | 08-02-2006 |  | Impugnação Judicial          |
| 2006 | RNSM   |         | 17-03-2006 |  | Notificação                  |
| 2006 | AZ.SOB |         | 25-01-2006 |  | Pagamento em Prestações (10) |
| 2006 | PNVG   |         | 04-04-2005 | €2.500,00+105,00                                   | Notificação da decisão       |
| 2006 | PNTI   |         |            |  |                              |
| 2006 | pnar   |         | 13-06-2006 |  | Diligências Adicionais       |
| 2006 | AZ-SOB |         | 31-01-2006 | Arquivamento - Duplicação de processos c/ 01/2006- | Findo                        |
| 2006 | PNAR   |         |            |  |                              |
| 2006 | CITES  |         |            | coima €750.00+133.50 esp/P/fav.estado 12/2/2007    |                              |
| 2006 | BERNA  |         | 06-01-2006 | arq. Perda. Dos espécimes                          | Findo                        |
| 2006 | CITES  |         | 25-01-2006 | Arquivamento-falta de base                         | Findo (Arquivamento)         |
| 2006 | PNVG   |         | 07-06-2006 |  | Diligências Adicionais       |
| 2006 | RNSM   |         | 17-03-2006 |  | Decisão a Propor             |
| 2006 | PNTI   |         | 31-01-2006 | € 1250 + 51 - coima unitária c/ 1/2005-pnti € 2750 | Pagamento em Prestações (10) |
| 2006 | AVES   |         | 18-05-2005 |  | Decisão a Propor             |
| 2006 | PNAR   |         | 22-12-2005 |  | Findo (arquivado)            |
| 2006 | RNLSAS |         | 21-07-2006 | € 700,00+105,00                                    | Notificação da decisão       |
| 2006 | CITES  |         |            |  |                              |
| 2006 | RNLSAS |         | 22-07-2006 | €3.000,00+105,00                                   | Notificação da decisão       |
| 2006 | AVES-B |         | 06-11-2004 | €600,00+102,00                                     | Findo                        |
| 2006 | RNSM   |         | 09-05-2006 |  | Decisão a Propor             |
| 2006 | CITES  |         | 29-12-2005 | €300,00+105,00                                     | Notificação da decisão       |
| 2006 | PNAR   |         | 26-06-2006 | €2.000,00+105,00                                   | Notificação da decisão       |
| 2006 | Aves-A |         | 16-11-2005 | €250,00+144,00                                     | Notificação                  |

|      |          |            |   |                              |
|------|----------|------------|---|------------------------------|
| 2006 | CITES    |            |   |                              |
| 2006 | RNLSAS   | 15-07-2006 | €3.000,00+105,00                                | Notificação da decisão       |
| 2006 | BERNA    | 18-03-2006 | absolvição                                      | Notificação da decisão       |
| 2006 | RNSM     | 16-10-2006 |   | Notificação                  |
| 2006 | EXÓTICAS | 23-02-2005 | €700,00+102,00                                  | Notificação                  |
| 2006 | CITES    | 04-01-2006 |   | Findo                        |
| 2006 | AVES     | 02-12-2004 | € 400 + € 102                                   | Notificação da decisão       |
| 2006 | PNAR     | 11-06-2006 |   | Findo (arquivado)            |
| 2006 | CITES    |            | coima €750,00+133,50 esp,P/fav.Estado 12/2/2007 |                              |
| 2006 | RNLSAS   | 31-07-2006 | €200,00+105,00                                  | Notificação da decisão       |
| 2006 | CITES    | 18-11-2005 | €750,00+133,50                                  | Execução                     |
| 2006 | BERNA    | 18-01-2006 | € 1.250,00 + € 102,00                           | Pagamento em Prestações (10) |
| 2006 | Caça     | 29-03-2005 |   | Notificação                  |
| 2006 | Exoticas | 12-03-2006 | Arquivado                                       | Findo                        |
| 2006 | CITES    |            | coima €750.00+133,50 esp,P/fav,estado 12/2/2007 |                              |
| 2006 | PNAR     | 28-01-2006 |   | Findo (arquivado)            |
| 2006 | Caça     | 03-12-2005 |   | Decisão a Propor             |
| 2006 | Exóticas | 27-03-2006 |   | Notificação                  |
| 2006 | RNLSAS   | 11-07-2006 | € 400,00+105,00                                 | Notificação da decisão       |
| 2006 | CITES    |            |   |                              |
| 2006 | PNAR     | 28-01-2006 |   | Findo (arquivado)            |
| 2006 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>27/11/06                  |                              |
| 2006 | PNAR     | 06-02-2006 |   |                              |
| 2006 | PNAR     | 13-06-2006 |   | Decisão a Propor             |
| 2006 | EXOTICAS | 22-02-2006 | €800,00+102,00                                  | Notificação da decisão       |
| 2006 | EXÓTICAS | 22-02-2006 | €800,00+102,00                                  | Notificação da decisão       |
| 2006 | CITES    |            | coima €750.00+50.00 esp.P/fav,Estado 22/2/07    |                              |
| 2006 | Exoticas | 22-02-2006 |   | Notificação                  |
| 2006 | PNAR     | 03-03-2006 |   | Findo (arquivado)            |

|      |          |            |  |                             |
|------|----------|------------|--|-----------------------------|
| 2006 | PNAR     | 13-06-2007 |  | Diligências Adicionais      |
| 2006 | CITES    |            |  |                             |
| 2006 | 2006     |            |  |                             |
| 2006 | Caça     | 01-10-2006 | Proposta 4031 de 28-04. € 600 + € 51               | Findo                       |
| 2006 | pnar     | 13-06-2006 |  | Findo (arquivado)           |
| 2006 | CITES    |            | Admoestação Obj.P/favor Estado 2/2/2007            |                             |
| 2006 | Caça     | 01-10-2006 | € 600 + custas € 51,00Prop.4004/2009 coima         | Findo                       |
| 2006 | PNAR     |            |  | Diligências Adicionais      |
| 2006 | CITES    |            | coima €75.00+25.00 18/12/06                        |                             |
| 2006 | Caça     | 01-10-2006 | Proposta 4079 de 29-04-2009. €600 + € 51,00.       | Findo                       |
| 2006 | pnar     |            |  | Diligências Adicionais      |
| 2006 | CITES    |            | coima €75,00+25.00 21.5.07                         | Findo prescrição 25-05-2008 |
| 2006 | PNAR     | 13-06-2006 |  | Decisão a Propor            |
| 2006 | Caça     | 05-10-2006 | € 600 + € 51Proposta 4000 de 28-04-2009.           | Findo                       |
| 2006 | Exoticas | 22-06-2009 | €500,00+102,00                                     | Execução                    |
| 2006 | CITES    |            | coima €74,82+25,18 6.9.07                          |                             |
| 2006 | Caca     | 05-10-2006 | Proposta 3969 de 27-04-2009. €750,00 + € 51,00.    | Findo                       |
| 2006 | CITES    | 05-02-2006 | Admoestação Esp.P/fav.Estado Prop. 3825 de 23-04-9 | Impugnação Judicial         |
| 2006 | Caça     | 05-10-2006 | Proposta 3965 de 27-04-09. € 600 + € 51            | Execução                    |
| 2006 | CITES    |            | coima €75,00+25.00 Esp/P/Fav.Estado 21.5.07        |                             |
| 2006 | Caca     | 05-10-2006 | Proposta 4035 de 28-04-09. Coima € 600 + custas 51 | Findo                       |
| 2006 | CITES    |            | coima €100.00+25.00 Esp/P/Fav.do Estado            |                             |

|           |          |            |  |                         |
|-----------|----------|------------|--|-------------------------|
| 30.5.2007 |          |            |  |                         |
| 2006      | Caça     | 01-10-2006 | Proposta 3908 de 24-04. € 600 + € 51               | Findo                   |
| 2006      | Berna    | 06-04-2006 | €1.100,00+102,00                                   | Findo                   |
| 2006      | CITES    |            | coima €74,82+25.18 Esp/P/Fav.Estado 21.5.07        |                         |
| 2006      | caça     | 05-10-2006 | €102Proposta 3986 de 28-04-2009. € 600 + € 102     | SUSPENSO                |
| 2006      | BERNA    | 10-04-2006 | € 800 + € 102                                      | Findo                   |
| 2006      | CITES    |            | Admoestação custas €35,00 Esp.P/Fav,estado 29.9.07 |                         |
| 2006      | Berna    | 06-04-2006 | € 800,00+102,00                                    | Decisão Proposta        |
| 2006      | CITES    |            | S/coima  |                         |
| 2006      | Exóticas |            |  |                         |
| 2006      | Berna    | 06-04-2006 | € 1.000,00+102,00                                  | Findo                   |
| 2006      | CITES    |            | coima €75,00+25.00 Esp/P/Fav.Estado 21.5.07        |                         |
| 2006      | BERNA    | 10-03-2006 | € 1.100,00 + € 102,00                              | Notificação da decisão  |
| 2006      | CITES    |            |  |                         |
| 2006      | Cites    | 03-12-2004 |  | Notificação             |
| 2006      | CITES    |            |  |                         |
| 2006      | PNAR     | 28-04-2006 | €2.500,00+105,00                                   | Notificação da decisão  |
| 2006      | Cites    | 02-05-2006 |  | Notificação             |
| 2006      | CITES    |            | coima €500,00+96,00 esp.P/fvor estado 28,3,08      |                         |
| 2006      | Cites    | 25-03-2006 | Coima unitaria de € 2000 + 144. Pag. 20 prest.€100 | Pagamento em Prestações |
| 2006      | EXOTICAS | 04-05-2006 |  | Findo                   |
| 2006      | cites    | 30-03-2006 |  | Decisão a Propor        |
| 2006      | CITES    |            |  |                         |
| 2006      | CITES    | 30-03-2006 | Coima unitaria de € 2000 + 144. Pag. 20 prest.€100 | Pagamento em Prestações |
| 2006      | EXOTICAS | 04-08-2006 |  | Findo(arquivado)        |
| 2006      | CITES    |            | coima €450.00+48.00 Obj.P/favor estado 10.12.07    |                         |
| 2006      | CITES    | 10-03-2006 | € 700 + 102 + perda de                             | Impugnação Judicial     |

| espécimes |          |            |  |                              |
|-----------|----------|------------|--|------------------------------|
| 2006      | EXOTICAS | 21-05-2006 |  | Findo                        |
| 2006      | CITES    |            |  |                              |
| 2006      | EXOTICAS | 16-08-2006 | € 220,00+102,00                                    | Pagamento em Prestações (6)  |
| 2006      | CITES    |            | coima €75.00+25.00<br>18/12/06                     |                              |
| 2006      | PNAR     | 07-06-2006 |  |                              |
| 2006      | AVES     | 16-05-2006 | Arquivamento                                       | Arquivamento(Findo           |
| 2006      | BERNA    | 04-08-2006 | € 1000,00 + € 102,00                               | Pag. em Prestações (5)       |
| 2006      | EXOTICAS | 28-06-2005 | €250,00+24,00                                      | Execução                     |
| 2006      | PNRF     | 24-05-2006 | €7.500,00+192,00                                   | Notificação da decisão       |
| 2006      | CITES    |            | coima €75.00+25,00 Esp.P/fav.Estado                | 29/2/2007                    |
| 2006      | PNAR     | 07-06-2006 |  |                              |
| 2006      | Aves     | 30-05-2006 | €4.500,00+102,00                                   | Impugnação Judicial          |
| 2006      | CITES    |            | coima €75,00+25,00 Esp.P/favor estado              | 2/2/2007                     |
| 2006      | PNAR     | 05-06-2006 |  | Decisão a Propor             |
| 2006      | EXOTICAS | 21-06-2006 |  | Findo                        |
| 2006      | Exóticas | 21-05-2006 |  | Notificação                  |
| 2006      | AVES     | 28-01-2006 | €400,00+102,00                                     | Pagamento em Prestações (4)  |
| 2006      | CITES    |            |  |                              |
| 2006      | PNAR     | 09-06-2006 |  | Diligências Adicionais       |
| 2006      | AVES     | 28-01-2006 | € 600,00 + € 102,00                                | Pagamento em Prestações (6)  |
| 2006      | CITES    |            | coima €74.82+25.18 Esp/P/Fav.Estado                | 21.5.07                      |
| 2006      | AVES     | 30-03-2006 | Coima unitaria de € 2000 + 144. Pag. 20 prest.€100 | Pagamento em Prestações (20) |
| 2006      | CITES    |            | coima €74,82+25.18<br>Esp/P/Fav.Estado 21.5.07     | Findo                        |
| 2006      | PNAR     | 11-06-2006 |  | Diligências Adicionais       |
| 2006      | CITES    |            | coima 75,00+25,00<br>Esp/P/Fav.Estado 21,5,07      | Findo prescrição 03-06-2008  |

|      |       |            |  |                     |
|------|-------|------------|--|---------------------|
| 2006 | CITES |            | Admoestação custas €25,00 obj.P/F/estado 18.5.07 |                     |
| 2006 | PNAR  | 15-05-2006 |  |                     |
| 2006 | CITES |            | S/coima arquivar 18.5.2007                       |                     |
| 2006 | CITES | 30-09-2005 | € 299,28 PPM                                     | Findo (Arquivado)   |
| 2006 | CITES |            |  |                     |
| 2006 | CITES | 06-02-2004 |  | Findo               |
| 2006 | CITES |            |  |                     |
| 2006 | CITES | 10-10-2005 |  | Findo               |
| 2006 | CITES |            | S/coima arquivar dev esp,ao arguido 30.7.07      |                     |
| 2006 | PNAR  | 23-05-2006 |  | Decisão a Propor    |
| 2006 | CITES | 07-01-2006 | €1.000,00+102,00                                 | Decisão a Propor    |
| 2006 | CITES |            |  |                     |
| 2006 | CITES |            | coima €74,82+25,18 Obj.P/F/estado 18.5.2007      |                     |
| 2006 | CITES | 17-12-2005 | €1.100,00+102,00                                 | Impugnação Judicial |
| 2006 | AVES  | 04-04-2006 | €1.200,00+102,00                                 | Impugnação Judicial |
| 2006 | CITES |            | coima €74,82+25,18 Obj.P/F/Estado 18.5.2007      |                     |
| 2006 | AVES  | 17-08-2006 | €800,00+102,00                                   | Findo coima paga    |
| 2006 | CITES |            | Admoestação Obj.P/fav,estado 7.1.2008            | Findo               |
| 2006 | CITES |            | coima €75,00+25,00 Obj.P/F/Estado 18.5.2007      |                     |
| 2006 | CITES |            | S/coima Arquivar 18.5.2007                       |                     |
| 2006 | CITES |            | coima €75.00+25.00 Obj/P/F/Estado 18.5.2007      |                     |
| 2006 | CITES |            | Admoestação Obj.P/fav.Estado 7.1.2008            | Findo               |
| 2006 | CITES |            | coima €74.82+25.18 Obj.P/fav.estado 7.1.08       |                     |
| 2006 | CITES |            | coima €175.00+35, Esp.Perd,Fav,Estado 18.6.07    |                     |
| 2006 | CITES |            | coima 74,82+25,18 Obj P/F/Estado 18.5.2007       |                     |
| 2006 | CITES |            | coima €75,00+25.00 Obj.P/fav.estado 7.1.08       | Findo               |
| 2006 | CITES |            | custas €25.00 Esp.Perdidos Fav.Est. 18.6.2007    |                     |



|      |        |            |  |                                |
|------|--------|------------|--|--------------------------------|
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  | 15-09-2006 |  | Findo                          |
| 2006 | CITES  |            | coima 75.00+25.00 Esp.Perd.Fav.Est. 18.6-07    |                                |
| 2006 | CITES  | 08-07-2006 | €950,00+102,00                                 | Notificação da decisão         |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  | 14-03-2006 |  | Execução                       |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  | 16-03-2006 |  | Decisão a Propor               |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | cites  | 04-04-2006 |  | Findo                          |
| 2006 | CITES  |            | coima €750.00+144.00 31.7.07 Esp.P/ Fav Estado |                                |
| 2006 | CITES  | 17-04-2006 |  | Decisão Proposta               |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  |            | Arquivado por prescrição                       | Findo                          |
| 2006 | CITES  | 14-08-2006 |  | Decisão Proposta               |
| 2006 | CITES  |            | coima €750.00+144.00 31.7.07 Esp.P/Fav.Estado  |                                |
| 2006 | CITES  | 22-01-2006 | coima €1000,00+102,00<br>Obj.Perd.Fav,Estado   | Notificação da decisão<br>(12) |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  | 05-05-2006 |  | Findo                          |
| 2006 | CITES  | 23-08-2006 |  | Decisão a Propor               |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | CITES  | 07-07-2006 |  | Notificação                    |
| 2006 | CITES  |            |  |                                |
| 2006 | PNAR   | 09-11-2006 | €2.500,00+105,00                               | Notificação da decisão         |
| 2006 | Caça   | 05-10-2006 |  | Notificação                    |
| 2006 | PNAR   | 17-12-2006 |  | Diligências Adicionais         |
| 2006 | CCDR-N | 03-09-2006 |  | Execução                       |

| ANO  | TIPO                   | ASSUNTO | DATA AN    | DECISÃO   | FASE2                                 |
|------|------------------------|---------|------------|---|---------------------------------------|
| 2007 | RNET-A                 |         |            |   | Impugnação Judicial                   |
| 2007 | Aves                   |         | 27-10-2006 |   | Diligências Adicionais                |
| 2007 | RNET                   |         |            |   |                                       |
| 2007 | PNVG                   |         | 06-02-2006 | Absolvição - novo arguido.                            | Decisão a Propor                      |
| 2007 | RNSM                   |         | 23-11-2006 |   | Diligências Adicionais                |
| 2007 | CITES                  |         |            | S/coima não foi Possível<br>Not,arguido 27.9.07       |                                       |
| 2007 |                        |         |            | € 250,00 + € 25,00                                    | Findo                                 |
| 2007 | BERNA                  |         |            | total € 273,00  | Findo                                 |
| 2007 | PNVG                   |         | 07-02-2006 | € 249,39 (mínimo) - falta<br>restante.                | Decisão a Propor                      |
| 2007 | Aves                   |         | 23-10-2006 |   | Findo(notifiquei a<br>UACI 12-03-2010 |
| 2007 | CAÇA                   |         | 05-10-2006 | Proposta n.º 3994 de 28-<br>04-2009. € 600,00 + € 102 | Execução                              |
| 2007 | RNET                   |         |            |   | Impugnação Judicial                   |
| 2007 | CITES                  |         |            | coima única € 400.00<br>7.1.08                        | Findo                                 |
| 2007 | Exóticas               |         | 27-11-2009 | €169,22   | Findo                                 |
| 2007 | CAÇA                   |         | 21-10-2006 | PPM 500 + 51 = 551€                                   | Findo                                 |
| 2007 | RNET                   |         |            |   | Impugnação Judicial                   |
| 2007 | CITES                  |         |            | coima €400,00+25,00<br>Obj/P,fav,estado 6,9,07        |                                       |
| 2007 | Turismo de<br>Natureza |         | 04-11-2007 |   | Decisão a Propor                      |
| 2007 | BERNA                  |         |            | € 75,00 + € 25,00                                     | Findo                                 |
| 2007 | Dunas                  |         | 22-07-2007 | 249,40+32,00  | Findo (arquivado)                     |
| 2007 | CAÇA                   |         | 21-10-2006 | € 50,00 + € 48,00.                                    | Findo                                 |
| 2007 | PNAR                   |         | 07-02-2007 |   | Decisão a Propor                      |
| 2007 | CITES                  |         |            | S/coima   |                                       |
| 2007 | Caça                   |         | 02-11-2006 |   | Findo                                 |
| 2007 | Exoticas               |         | 26-01-2007 |   | Findo                                 |

|      |          |            |  |                              |
|------|----------|------------|--|------------------------------|
| 2007 | AVES     | 13-10-2007 |  | Notificação                  |
| 2007 | CITES    | 28-08-2006 | S/coima Propor-se arquivamento 6.9.07              | Findo                        |
| 2007 | CAÇA     | 02-03-2007 | Arquivamento - factos consubstanciam crime, não co | Findo                        |
| 2007 | Exóticas | 29-12-2006 |  | Findo                        |
| 2007 | AVES     | 09-10-2007 | €700,00+102,00                                     | Findo                        |
| 2007 | CITES    |            | coima €85,00+25,00<br>Obj/P, fav.estado 6.9.07     |                              |
| 2007 | Exóticas | 23-11-2006 |  | Findo                        |
| 2007 | AVES     | 22-10-2007 | €1.000,00+102,00                                   | Pagamento em Prestações(12)  |
| 2007 | CAÇA     | 02-03-2007 |  | Decisão a Propor             |
| 2007 | Aves     | 11-09-2007 | €1.000,00+102,00                                   | Pagamento em Prestações (12) |
| 2007 | CITES    |            | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07     |                              |
| 2007 | Caça     | 02-08-2007 | € 100,00+51,00                                     | Findo arquivar               |
| 2007 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>Obj/P.fav,estado 6,9,07      |                              |
| 2007 | BERNA    | 13-11-2006 |  | Notificação                  |
| 2007 | AVES     | 28-10-2007 | € 75,00 + € 24,00 bens perdidos a favor do Estado. | Findo                        |
| 2007 | CITES    |            | coima €90.00+25,00<br>Obj/P, fav,estado 6.9.07     |                              |
| 2007 | Berna    | 08-11-2006 |  | Notificação                  |
| 2007 | Aves     | 27-10-2007 | €125,00+24,00                                      | Execução de coima 18-11-09   |
| 2007 | CITES    |            | coima €85,00+25,00<br>Obj/P.fav,estado 6.9.07      |                              |
| 2007 | Berna    | 16-01-2007 | €249,39+102,00                                     | Notificação da decisão       |
| 2007 | PNAR     | 18-03-2007 | €500,00+105,00                                     | Decisão Proposta             |
| 2007 | CITES    |            | coima €1000,00+25,00<br>Obj/P. fav,estado 6.9.07   |                              |

|      |          |            |   |                              |
|------|----------|------------|---|------------------------------|
| 2007 | Aves     |            | € 375,00+48.00                                  |                              |
| 2007 | Berna    | 16-01-2007 |   | Notificação                  |
| 2007 | Berna    | 18-01-2008 | €800,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (8)  |
| 2007 | CITES    |            | coima €130,00+25,00<br>Obj/P, fav,estado 6.9.07 |                              |
| 2007 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>Obj/P,fav,estado 6.9.07   |                              |
| 2007 | Exóticas | 15-01-2007 | €600,00+105,00                                  | Notificação da decisão       |
| 2007 | PNAR     | 07-05-2007 |   | Notificação                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>8.11.07                   |                              |
| 2007 | BERNA    | 28-03-2007 |   | Notificação                  |
| 2007 | PNAR     | 15-05-2007 |   | Diligências Adicionais       |
| 2007 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>Obj/P,fav.estado 6.9.07   |                              |
| 2007 | BERNA    | 12-04-2007 | €600,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (10) |
| 2007 | CITES    |            | Pardeiro desconhecido<br>arquivar 7.1.2008      |                              |
| 2007 | Exóticas |            |   |                              |
| 2007 | BERNA    | 26-02-2007 |   | Notificação                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>Obj/P, fav,estado 6,9,07  |                              |
| 2007 | BERNA    | 12-03-2007 |   | Impugnação Judicial          |
| 2007 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>Obj/P. fav,estado 6.9.07  |                              |
| 2007 | BERNA    | 28-03-2007 | € 500 + € 102                                   | Pagamento em Prestações(5)   |
| 2007 | CITES    |            | coima €75,00+25,00<br>Obj/P. fav,estado 6.9.07  |                              |
| 2007 | CITES    |            | Admoestação custas<br>€35,00 8.11.07            |                              |
| 2007 | Exóticas |            |   |                              |
| 2007 | PNAR     | 21-08-2007 |   | Diligências Adicionais       |

|      |          |            |  |                              |
|------|----------|------------|--|------------------------------|
| 2007 | CITES    |            | coima €200,00+25,00<br>Obj./P, fav.estado 6.9.07 |                              |
| 2007 | PNAR     | 24-08-2007 |  | Diligências Adicionais       |
| 2007 | CITES    |            | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav.Estado           |                              |
| 2007 |          |            | € 150,00?  | Findo                        |
| 2007 | PNAR     | 14-09-2007 |  | Notificação                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €300,00+25,00<br>Obj/P.fav.estado 6.9.07   |                              |
| 2007 | PNAR     | 20-08-2007 |  | Diligências Adicionais       |
| 2007 | PNAR     | 21-09-2007 |  |                              |
| 2007 | CITES    |            | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07   |                              |
| 2007 | EXOTICAS | 01-02-2007 | € 500 + 50                                       | Findo 30.05.2008             |
| 2007 | Exóticas |            |  |                              |
| 2007 | PNAR     | 05-11-2007 |  | Decisão a Propor             |
| 2007 | BERNA    |            | € 74 + €102                                      | Pagamento em Prestações      |
| 2007 | CITES    |            | coima €950,00+25,00<br>Obj/P.fav,estado 6.9.07   |                              |
| 2007 | BERNA    | 29-04-2007 | € 249,40+24,00                                   | Findo                        |
| 2007 | PNAR     | 16-11-2007 |  | Diligências Adicionais       |
| 2007 | CITES    |            | Não foi possível notificar<br>arguido            |                              |
| 2007 | BERNA    | 10-07-2007 | €850,00+102,00                                   | Notificação da decisão       |
| 2007 | EXOTICAS | 05-04-2007 |  | Findo                        |
| 2007 | PNAR     | 16-11-2007 |  | Diligências Adicionais       |
| 2007 | CITES    |            | S/coima P:desconhecido<br>10.9.07                |                              |
| 2007 | PNAR     | 16-12-2007 |  | Decisão a Propor             |
| 2007 | CITES    | 13-12-2006 | coima €100,00+25,00<br>6.9.07                    | Findo coima paga<br>€115,00) |
| 2007 | PNAR     | 13-12-2007 |  | Decisão a Propor             |
| 2007 | EXOTICAS | 02-02-2007 | € 498,80 + € 24,00                               | Execução                     |

## Apêndice IV

|      |       |            |  |                             |
|------|-------|------------|--|-----------------------------|
| 2007 | BERNA | 04-09-2007 | 124,70+24,00   | Findo                       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+25,18<br>Ojt.P/fav.estado 6.9.07          |                             |
| 2007 | PNAR  | 13-12-2007 |  | Diligências Adicionais      |
| 2007 | Berna | 11-07-2007 | €249,40+24,00  | Pagamento em Prestações     |
| 2007 | CITES |            | coima €250.00+25.00<br>Obj/P. fav.estado 6.9.07        |                             |
| 2007 | Berna | 12-07-2007 | €375,00+24,00  | Pagamento em Prestações     |
| 2007 | CITES |            | Admoestação<br>Obj.P/fav,estado custas<br>24,00 7,1.08 | Findo                       |
| 2007 | Berna | 03-07-2007 | €350,00+102,00   | Pagamento em Prestações(5)  |
| 2007 | CITES |            | Não foi possível notificar<br>arguido                  |                             |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+25,18<br>Obj/P fav,estado 6.9.07          |                             |
| 2007 | CITES |            | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav,Estado 29.9.07         |                             |
| 2007 | CITES |            | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07         |                             |
| 2007 | BERNA | 12-07-2007 |  | Impugnação Judicial         |
| 2007 | CITES |            | S/coima devo,obj/aguido<br>arquivar 6.9.07             |                             |
| 2007 | Berna |            |  |                             |
| 2007 | CITES |            | S/coima  |                             |
| 2007 | BERNA | 14-09-2007 | € 800,00 + € 102,00.                                   | Pagamento em Prestações (8) |
| 2007 | CITES |            | coima e 74,82+25,18<br>Obj.P/favor Estadao<br>7.1.2008 | Findo                       |
| 2007 | Berna | 16-10-2007 |  | SUSPENSO                    |
| 2007 | CITES |            | Admoestação custas<br>€25,00 6.9.07                    |                             |
| 2007 | CITES | 29-09-2006 |  | Decisão a Propor            |

|      |          |            |   |                        |
|------|----------|------------|---|------------------------|
| 2007 | BERNA    | 13-11-2007 | 249,40 € + € 24,00                                      | Findo (arquivado)      |
| 2007 | CITES    |            |   |                        |
| 2007 | EXOTICAS | 30-10-2007 |   | Diligências Adicionais |
| 2007 | Cites    | 27-09-2006 |   | Findo                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €350.00+48.00<br>esp.P/favor estado<br>10.12.07   |                        |
| 2007 | Cites    | 16-09-2006 | € 700 + € 102   | Decisão Proposta       |
| 2007 | EXOTICAS | 16-11-2007 |   | Diligências Adicionais |
| 2007 | CITES    |            |   |                        |
| 2007 | CITES    | 06-10-2006 |   | Findo                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €48.00 S/custas<br>Obj,P/favor estado<br>10.12.07 | Findo                  |
| 2007 | Cites    | 17-10-2006 | € 150,00 suspenso, + cus-<br>tas € 102,00               | SUSPENSO               |
| 2007 | CITES    |            |   |                        |
| 2007 | Cites    | 29-09-2006 | € 350,00 + € 48,00.                                     | Findo                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €48,00 S/custas<br>Obj.P/favor estado<br>10.12.07 |                        |
| 2007 | Cites    | 01-12-2006 | € 350,00 + custas € 48,00                               | Findo                  |
| 2007 | CITES    |            | coima €350.00+48.00<br>Obj.P/favor estado<br>10.12.07   |                        |
| 2007 | Aves     | 02-09-2007 |   | Findo                  |
| 2007 | Cites    | 24-12-2006 | € 350,00 + € 102,00                                     | SUSPENSO               |
| 2007 | CITES    |            |   |                        |
| 2007 | CITES    |            | coima €74,82+25,18<br>Obj/P,fav.estado 6,9,07           |                        |
| 2007 | CITES    |            | S/coima N/custas A/tinha<br>licença 10.11.07            |                        |
| 2007 | CITES    |            | S7coima N/custas<br>dev.peças 18.3.08                   |                        |
| 2007 | CITES    |            | coima €75.00+25.00                                      |                        |

|      |       |            |  |       |
|------|-------|------------|--|-------|
|      |       |            | Esp.P/Fav.Estado 29.9.07                               |       |
| 2007 | CITES |            | S/coima Apresentou<br>doc,cites arquivar 6,9,07        |       |
| 2007 | CITES |            | Paradeiro desconhecido<br>arquivar 7.1.2008            |       |
| 2007 | CITES |            | coima €300.00+25,00<br>10.11.07                        | Findo |
| 2007 | CITES |            | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07         |       |
| 2007 | CITES |            | S/coima  |       |
| 2007 | CITES |            | coima € 75,00+25,00<br>Obj.P/favor Estado<br>7.1.2008  | Findo |
| 2007 | CITES |            | Adv,Arguida S/coima<br>Esp.P/Fav.estado 29.9.07        |       |
| 2007 | CITES |            | S/coima N/custas<br>dev.peças 18.3.08                  |       |
| 2007 | Cites |            |  |       |
| 2007 | CITES |            | coima € 100,00+25,00<br>Obj.P/favor Estado<br>7.1.2008 |       |
| 2007 | CITES |            | coima €75.00+25.00<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07         |       |
| 2007 | CITES |            | Paradeiro desconhecido<br>arquivar 7.1.2008            |       |
| 2007 | CITES |            | coima 225.00+25.00<br>Esp.P/Fav.estado 29.9.07         |       |
| 2007 | CITES |            | coima €75,00+25.00<br>10.11.07                         | Findo |
| 2007 | CITES |            | coima €75.00+25.00<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07         |       |
| 2007 | CITES | 10-03-2007 | coima €74.82+25.18<br>Esp.P/Fav,Estado 29,9,07         | Findo |
| 2007 | CITES |            | Advirta-se arguido<br>Dev.Objectos 7.1.08              |       |
| 2007 | CITES |            | coima €75.00+25.00<br>Esp.P/Fav.Estado 29.9.07         |       |



|      |       |            |   |                              |
|------|-------|------------|---|------------------------------|
| 2007 | CITES |            | S/coima                                       |                              |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+25,18 E/P favor Estado 15.11.07  | Findo                        |
| 2007 | CITES |            | coima €74.82+25.18 Esp.P/Fav.Estado 29.9.07   |                              |
| 2007 | CITES | 20-06-2007 | €1.000,00+12,00                               | Pagamento em Prestações (10) |
| 2007 | CITES | 23-03-2007 |   | Notificação                  |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 15-03-2007 |   | Impugnação Judicial          |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 22-03-2007 |   | Findo                        |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 27-02-2007 | €700,00+102,00                                | Pagamento em Prestações (7)  |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 28-03-2007 | € 900,00 + € 102,00                           | Notificação da decisão       |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES |            | € 100 + € 24,00                               | Findo                        |
| 2007 | CITES |            | coima €75.00+25.00 esp.P/favor estado 18.3.08 | Findo                        |
| 2007 | CITES | 27-02-2007 | €1.200,00+102,00                              | Execução de coima 17-11-2009 |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00 esp.P/favor estado 18.3.08 |                              |
| 2007 | Cites | 08-03-2007 | € 37,86                                       | Findo                        |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00 esp.P/favor estado 18.3.08 |                              |
| 2007 | CITES |            | coima €250.00+48,00 2-6-08                    |                              |
| 2007 | CITES |            | S/coima possuía doc.cites 18.3.08             |                              |
| 2007 | CITES |            | Absolvição e devolução do                     |                              |

|      |       | objecto    |   |       |
|------|-------|------------|---|-------|
| 2007 | CITES |            |   |       |
| 2007 | CITES |            |   |       |
| 2007 | CITES | 31-08-2007 | €700,00+51,00                                       | Findo |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08    | Findo |
| 2007 | CITES |            | coima € 74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08   | Findo |
| 2007 | CITES |            | Não foi possível notificar<br>arguido               |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado<br>18.3.08 |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08    |       |
| 2007 | CITES |            | coima €250,00+24,00 2-6-<br>08                      |       |
| 2007 | CITES |            | Não foi possível notificar<br>arguido               |       |
| 2007 | CITES |            | € 78,00 + € 24,00 - 102,82                          | Findo |
| 2007 | CITES |            | Não foi possível notificar<br>arguido               |       |
| 2007 | CITES |            | Não foi possível notificar o<br>arguido             |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08    | Findo |
| 2007 | CITES |            | coima €75,00+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08    |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08    | Findo |
| 2007 | CITES |            | Advirta-se o arguido<br>18.3.08                     |       |
| 2007 | CITES |            | Advirta-se o arguido<br>18.3.08                     |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08    | Findo |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00                                  | Findo |

|      |       |            |   |                            |
|------|-------|------------|---|----------------------------|
|      |       |            | esp.P/favor estado 18.3.08                        |                            |
| 2007 | CITES |            | Advirta-se o arguido<br>18.3.08                   | Findo                      |
| 2007 | CITES |            |   |                            |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  | Findo                      |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  | Findo                      |
| 2007 | Cites |            |   |                            |
| 2007 | CITES |            | coima €250.00+24.00<br>esp.P/favor estado 18.3.08 |                            |
| 2007 | CITES |            | Advirta-se o arguido<br>18.3.08                   |                            |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  | Findo                      |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  | Findo                      |
| 2007 | CITES |            |   |                            |
| 2007 | CITES | 05-10-2007 |   | Diligências Adicionais     |
| 2007 | CITES |            | S/coima.apresentação doc.                         |                            |
| 2007 | CITES | 01-10-2007 |   | Notificação                |
| 2007 | CITES |            |   |                            |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  |                            |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  | Findo                      |
| 2007 | CITES |            | Admoestação custas 25,00<br>18.3.08               | Findo                      |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>esp.P/favor estado 18.3.08  | Findo                      |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>18.3.08                     | Findo                      |
| 2007 | CITES |            | Não foi possível notificar<br>arguido             |                            |
| 2007 | CITES | 17-02-2007 | €1.000,00+102,00                                  | Execução de coima 18-11-09 |

|      |       |            |   |                              |
|------|-------|------------|---|------------------------------|
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 07-12-2006 |   | Findo                        |
| 2007 | CITES | 10-02-2007 | €900,00+102,00                                    | Notificação da decisão       |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 23-09-2006 |   | Findo                        |
| 2007 | CITES | 23-09-2006 | € 1000 + € 102 + perda espécimes.                 | Pagamento em Prestações (10) |
| 2007 | CITES | 01-10-2007 |   | Decisão a Propor             |
| 2007 | Cites | 23-09-2006 | coima €1000,00+102,00<br>Obj, Perd,Favor Estado   | Diligências Adicionais       |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 22-02-2007 | € 1.500 + € 102                                   | Notificação da decisão       |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 04-05-2007 | Absolução, animais e Obj,<br>Decl. Perd, F/estado | Findo                        |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 03-03-2007 | €1.200,00+102,00                                  | Decisão Proposta             |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 30-08-2007 |   | Execução de coima 18-11-09   |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 19-06-2007 |   | Decisão a Propor             |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 20-04-2007 | € 700 + € 102 + Perda.                            | Impugnação Judicial          |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 19-04-2007 |   | Findo                        |
| 2007 | CITES | 26-11-2006 | €800,00+102,00                                    | Notificação da decisão       |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 24-05-2007 |   | Decisão a Propor             |
| 2007 | CITES |            |   |                              |
| 2007 | CITES | 18-04-2007 |   | Notificação                  |

|      |       |            |   |       |
|------|-------|------------|---|-------|
| 2007 | CITES |            | coima €100,00+24,00<br>espe.P/favor estado<br>18.3.08 | Findo |
| 2007 | CITES | 31-07-2007 | € 74,82 + € 102,00 .                                  | Findo |
| 2007 | CITES |            |   |       |
| 2007 | CITES | 27-07-2007 | PPM € 75,00   | Findo |
| 2007 | CITES |            |   |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>Obj/P7favoe estado 2-6-<br>08   |       |
| 2007 | CITES |            | coima €125,00+24,00<br>Obj/P/favor estado 2-6-08      |       |
| 2007 | CITES |            | coima €300,00+24,00<br>Obj/P/favor estado 2-6-08      |       |
| 2007 | CITES |            | coima €74,82+24,00<br>Obj/P/favor estado 2-6-08       |       |
| 2007 | CITES | 30-11-2007 | 300.00+102,00   | Findo |
| 2007 | CITES |            |   |       |

| ANO  | TIPO     | ASSUNTO | DATA       | DECISÃO                                | FASE2                             |
|------|----------|---------|------------|--|-----------------------------------|
| 2008 | EXOTICAS |         | 23-12-2007 | €900,00+102,00                         | Findo coima paga                  |
| 2008 | CITES    |         | 08-01-2008 | € 250 + 102= 352,00 perda<br>especimes | Findo                             |
| 2008 | AVES     |         | 18-01-2008 | €1.200,00+102,00                       | Findo                             |
| 2008 | POOC     |         |            |  |                                   |
| 2008 | PNSC     |         |            |  |                                   |
| 2008 | PNSE     |         |            |  |                                   |
| 2008 | PNAR     |         | 05-01-2008 |  | Decisão a Propor                  |
| 2008 | PNSACV   |         | 07-04-2007 |  | Notificação                       |
| 2008 | PNSSM    |         | 27-06-2008 |  | Diligências Adicionais            |
| 2008 | RNDSJ    |         | 09-06-2008 |  | Diligências Adicionais            |
| 2008 | PNAR     |         | 05-01-2008 |  | Diligências Adicionais            |
| 2008 | RNET     |         | 16-07-2008 |  | Findo                             |
| 2008 | Habitats |         | 20-06-2008 |  | Notificação                       |
| 2008 | CITES    |         | 29-12-2007 | € 1.200 + € 102 = 1302,00              | Findo                             |
| 2008 | POOC     |         |            |  |                                   |
| 2008 | PNAR     |         |            |  |                                   |
| 2008 | PNSACV   |         | 31-08-2006 |  | Notificação                       |
| 2008 | EXOTICAS |         | 17-02-2008 |  | Notificação                       |
| 2008 | DUNAS    |         | 01-06-2008 |  | Findo                             |
| 2008 | RNES     |         | 27-06-2008 |  | Diligências Adicionais            |
| 2008 | PNSE     |         | 17-09-2008 | €6.000,00+102,00                       | Impugnação Judicial<br>13.01.2010 |
| 2008 | Berna    |         | 02-02-2008 | €500,00+102,00                         | Pagamento em Presta-<br>ções (10) |
| 2008 | PNSE     |         | 17-09-2008 |  | Diligências Adicionais            |
| 2008 | CITES    |         | 04-02-2008 |  | Execução de coima-<br>18-11-09    |
| 2008 | POOC     |         |            |  |                                   |
| 2008 | PNAR     |         |            |  |                                   |

|             |          |            |  |                             |
|-------------|----------|------------|--|-----------------------------|
| <b>2008</b> | PNAR     |            |  |                             |
| <b>2008</b> | BERNA    | 07-01-2008 | € 400,00 + € 102,00                                | Notificação da decisão      |
| <b>2008</b> | RNET     | 01-09-2008 |  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 07-04-2007 |  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | SOB-AZ   |            |  |                             |
| <b>2008</b> | CITES    | 24-12-2007 | €1.200,00+102,00                                   | Execução                    |
| <b>2008</b> | POOC     |            |  |                             |
| <b>2008</b> | Habitats |            |  |                             |
| <b>2008</b> | PNAR     |            |  |                             |
| <b>2008</b> | Sob-AZ   |            |  |                             |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 07-04-2007 |  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | AVES     | 29-02-2008 |  | Diligências Adicionais      |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 20-02-2008 | €1.000,00+102,00                                   | Pagamento em Prestações (5) |
| <b>2008</b> | Dunas    | 18-06-2008 | €150,00+51,00                                      | Findo                       |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 13-02-2008 | €700,00+102,00                                     | Findo                       |
| <b>2008</b> | BERNA    | 07-02-2008 | €300,00+102,00                                     | Pagamento em Prestações (6) |
| <b>2008</b> | CITES    | 20-12-2007 | € 1000,00 + € 102,00                               | Impugnação Judicial         |
| <b>2008</b> | POOC     |            |  |                             |
| <b>2008</b> | Habitats | 29-07-2008 |  | Diligências Adicionais      |
| <b>2008</b> | SOB-AZ   | 08-10-2008 |  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 07-04-2007 |  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | PNAR     |            |  |                             |
| <b>2008</b> | HABITATS | 25-07-2008 |  | Diligências Adicionais      |
| <b>2008</b> | CITES    | 21-12-2008 | € 1200 + 102 + perda                               | Findo (pago arquivar)       |
| <b>2008</b> | POOC     |            |  |                             |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 10-05-2007 |  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 26-03-2008 | €700,00+102,00                                     | Execução                    |
| <b>2008</b> | BERNA    | 03-12-2007 | Arquivamento por idade inferior a 16 anos e perda. | Findo                       |

|             |          |            |                                   |                            |
|-------------|----------|------------|-----------------------------------|----------------------------|
| <b>2008</b> | PNAR     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | RNSM     | 23-05-2008 | €14.000,00+102,00                 | Findo Arquivar             |
| <b>2008</b> | CITES    | 24-12-2007 |                                   | Diligências Prévias        |
| <b>2008</b> | Berna    |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 10-05-2007 |                                   | Notificação                |
| <b>2008</b> | PNAR     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | DGAC-CAA | 23-05-2008 | €14.000,00+102,00                 | Findo                      |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 30-04-2008 |                                   | Findo (arquivado)          |
| <b>2008</b> | RNET     |            |                                   | Impugnação Judicial        |
| <b>2008</b> | HABITATS | 12-08-2008 |                                   | Notificação                |
| <b>2008</b> | CITES    | 24-12-2007 | € 1200 + € 102 perda de espécimes | Impugnação Judicial        |
| <b>2008</b> | Habitats | 29-10-2008 |                                   | Diligências Adicionais     |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 10-05-2007 |                                   | Notificação                |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 08-04-2008 | € 1000 + € 102,00                 | Findo                      |
| <b>2008</b> | BERNA    | 27-12-2007 | € 400 + € 102                     | Findo (arquivado)          |
| <b>2008</b> | PNAR     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | EXÓTICAS | 25-03-2008 | €1.00,00+102,00                   | Notificação da decisão     |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 13-05-2008 |                                   | Diligências Adicionais     |
| <b>2008</b> | CITES    | 30-11-2007 | € 1200 + 102 + perda.             | Impugnação Judicial        |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 10-05-2007 |                                   | Notificação                |
| <b>2008</b> | AVES     | 06-05-2008 |                                   | Diligências Adicionais     |
| <b>2008</b> | PNAR     |            |                                   |                            |
| <b>2008</b> | CITES    | 25-03-2008 | €1.200,00+102,00                  | Diligências Adicionais (8) |
| <b>2008</b> | PNSSM    |            | €149,64+48,00                     | Findo arquivar             |
| <b>2008</b> | CITES-A  | 01-12-2007 | €1.200,00+102,00                  | Pagamento em Prestações(8) |



|             |          |            |   |                              |
|-------------|----------|------------|---|------------------------------|
| <b>2008</b> | POOC     |            |   |                              |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 13-04-2007 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | BERNA    | 04-01-2008 | € 24,00 suspensão de coima              | SUSPENSO                     |
| <b>2008</b> | DUNAS    | 24-12-2007 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | AVES     | 28-05-2008 |   | Diligências Adicionais       |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 25-03-2008 | €700,00+102,00                          | Findo                        |
| <b>2008</b> | Dunas    | 01-07-2008 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | CITES    | 12-12-2007 |   | Diligências Adicionais       |
| <b>2008</b> | AVES     | 06-06-2008 | Incompetência ICNB - remessa para CCDR. | Findo                        |
| <b>2008</b> | POOC     |            |   |                              |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 13-04-2007 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | Berna    | 18-01-2008 | €600,00+102,00                          | Pagamento em Prestações (10) |
| <b>2008</b> | Exóticas | 25-03-2008 | Arquivado processo duplicado            | Findo                        |
| <b>2008</b> | Dunas    | 17-07-2008 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | POOC     |            |   |                              |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 13-04-2007 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | Cites    | 09-12-2007 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | PNSSM    | 01-04-2008 |   | Diligências Adicionais       |
| <b>2008</b> | AVES     | 04-07-2008 | €800,00+102,00                          | Diligências Adicionais       |
| <b>2008</b> | Berna    | 18-01-2008 | €800,00+102,00                          | Pagamento em Prestações (8)  |
| <b>2008</b> | Exoticas | 25-03-2008 | €1.250,00+102,00                        | Pagamento em Prestações(6)   |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |   |                              |
| <b>2008</b> | POOC     |            |   |                              |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 13-04-2007 |   | Notificação                  |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 28-04-2008 | €1.000,00+102,00                        | Pagamento em Prestações(5)   |
| <b>2008</b> | Berna    | 03-02-2007 | €600,00+102,00                          | Pagamento em Presta-         |

|             |          |            |                                   | ções (10)                   |
|-------------|----------|------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 25-03-2008 | €700 + € 102                      | Pagamento em Prestações (5) |
| <b>2008</b> | Aves     | 22-08-2008 |                                   | Impugnação Judicial         |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 13-04-2007 |                                   | Notificação                 |
| <b>2008</b> | BERNA    | 07-03-2008 | € 48 SUSPENSO por 2 anos. € 500 + | SUSPENSO                    |
| <b>2008</b> | Cites    | 16-01-2008 | €1.200,00+102,00                  | Notificação                 |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 25-03-2008 | €1.250,00+102,00                  | Pagamento em Prestações(6)  |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | Aves     | 05-08-2008 |                                   | Decisão a Propor            |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 17-04-2007 |                                   | Notificação                 |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 04-08-2007 |                                   | Notificação                 |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 27-02-2008 | € 1.900,00+102,00                 | Findo                       |
| <b>2008</b> | BERNA    | 11-03-2008 | € 1.000 + € 102                   | Findo                       |
| <b>2008</b> | Cites    | 17-01-2008 |                                   | Notificação                 |
| <b>2008</b> | AVES     |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | BERNA    | 06-02-2008 | €1.000,00+102,00                  | Decisão a Propor            |
| <b>2008</b> | PNSACV   | 04-08-2007 |                                   | Notificação                 |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 19-06-2008 |                                   | Notificação                 |
| <b>2008</b> | Cites    | 14-01-2008 |                                   | Findo                       |
| <b>2008</b> | AVES     |            |                                   |                             |
| <b>2008</b> | EXOTICAS | 16-07-2008 |                                   | Notificação                 |

|      |          |            |  |                              |
|------|----------|------------|--|------------------------------|
| 2008 | Dunas    |            |  |                              |
| 2008 | POOC     |            |  |                              |
| 2008 | PNSACV   | 30-04-2007 |  | Notificação                  |
| 2008 | BERNA    | 28-11-2007 | €1.000,00+102,00                           | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008 | AVES     |            |  |                              |
| 2008 | Dunas    |            |  |                              |
| 2008 | AVES     | 05-09-2008 | €800,00+102,00                             | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008 | BERNA    | 21-04-2008 | €750,00+102,00                             | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008 | PNSACV   | 30-04-2007 |  | Notificação                  |
| 2008 | POOC     |            |  |                              |
| 2008 | Exóticas | 08-09-2008 |  | Findo                        |
| 2008 | EXÓTICAS |            |  |                              |
| 2008 | Berna    |            | Coima €349,40+32,00                        |                              |
| 2008 | Dunas    |            |  |                              |
| 2008 | AVES     | 19-09-2008 |  | Diligências Adicionais       |
| 2008 | Exóticas |            |  |                              |
| 2008 | PNSACV   | 08-07-2008 |  | Notificação                  |
| 2008 | POOC     |            |  |                              |
| 2008 | Cítes    | 29-01-2008 | €150,00+102,00                             | Findo Arquivar)              |
| 2008 | BERNA    | 17-06-2008 |  | Notificação                  |
| 2008 | Aves     |            |  |                              |
| 2008 | Dunas    |            |  |                              |
| 2008 | PNSACV   | 08-07-2008 |  | Notificação                  |
| 2008 | POOC     |            |  |                              |
| 2008 | CITES    | 10-01-2008 | € 1200 + 102 +perda de especimes.= 1302,00 | Findo (arquivado pago)       |
| 2008 | CITES    |            |  |                              |
| 2008 | Aves     |            |  |                              |

|             |        |            |                |                        |
|-------------|--------|------------|----------------|------------------------|
| <b>2008</b> | Dunas  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | PNSACV | 08-07-2008 |                | Notificação            |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | BERNA  | 02-07-2008 |                | Notificação            |
| <b>2008</b> | Aves   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | BERNA  | 23-06-2008 |                | Decisão a Propor       |
| <b>2008</b> | Aves   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | PNAR   | 25-03-2008 |                | Diligências Adicionais |
| <b>2008</b> | DUNAS  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | BERNA  | 21-06-2008 |                | Diligências Adicionais |
| <b>2008</b> | Aves   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | CITES  |            |                | Notificação            |
| <b>2008</b> | DUNAS  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | Berna  | 01-08-2008 |                | Decisão Proposta       |
| <b>2008</b> | Aves   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | BERNA  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | Aves   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | CITES  | 12-12-2007 | €500,00+102,00 | Findo coima paga       |
| <b>2008</b> | Aves   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | Berna  |            |                |                        |
| <b>2008</b> | POOC   |            |                |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS  |            |                |                        |

|      |       |            |   |                              |
|------|-------|------------|---|------------------------------|
| 2008 | Aves  |            |   |                              |
| 2008 | Berna |            |   |                              |
| 2008 | POOC  |            |   |                              |
| 2008 | DUNAS |            |   |                              |
| 2008 | Aves  | 02-11-2008 | €800,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008 | Berna |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 04-05-2007 | ARQUIVADO<br>PROPOSTA 50/08 - GJ<br>DE 14.07.08 | Findo                        |
| 2008 | POOC  |            |   |                              |
| 2008 | PNAR  | 21-05-2008 |   | Decisão a Propor             |
| 2008 | DUNAS |            |   |                              |
| 2008 | Berna | 19-09-2005 | €700,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (4)  |
| 2008 | Aves  |            |   | Decisão a Propor             |
| 2008 | CITES | 16-11-2007 |   | Notificação                  |
| 2008 | POOC  |            |   |                              |
| 2008 | DUNAS |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 04-01-2008 | coima€800,00+102,00 Obj<br>Perd, fav, Estado    | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008 | Aves  | 07-08-2008 | €124,70+102,00                                  | Pagamento em Prestações (3)  |
| 2008 | POOC  |            |   |                              |
| 2008 | DUNAS |            |   |                              |
| 2008 | Aves  | 05-09-2008 | €850,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (5)  |
| 2008 | POOC  |            |   |                              |
| 2008 | DUNAS |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 30-01-2008 |   | Notificação                  |
| 2008 | POOC  |            |   |                              |
| 2008 | DUNAS |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 07-02-2008 | € 800,00 + € 102,00                             | Pagamento em Prestações      |

| ções (16) |          |            |                                   |                              |
|-----------|----------|------------|-----------------------------------|------------------------------|
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 15-02-2008 | €300,00+102,00                    | Decisão a Propor             |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | Exóticas |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 19-01-2008 | € 1200 + € 102 + perda espécimes. | Impugnação Judicial          |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 11-03-2008 | €250,00+102,00                    | Findo                        |
| 2008      | CITES    | 11-03-2008 |                                   | Notificação                  |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 26-02-2008 | €500,00+102,00                    | Findo                        |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 01-03-2008 |                                   | Notificação                  |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 21-02-2008 | € 1500 + € 102                    | Decisão Proposta             |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | Cites    | 11-02-2008 | €1.800,00+102,00                  | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |
| 2008      | CITES    | 14-02-2008 |                                   | Notificação                  |
| 2008      | POOC     |            |                                   |                              |
| 2008      | DUNAS    |            |                                   |                              |

|             |          |            |                         |                        |
|-------------|----------|------------|-------------------------|------------------------|
| <b>2008</b> | CITES    | 01-03-2008 |                         | Decisão Proposta       |
| <b>2008</b> | Exóticas |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 17-02-2008 |                         | Diligências Adicionais |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 13-02-2008 | €900,00+102,00          | Impugnação Judicial    |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 16-03-2008 |                         | Notificação            |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 10-03-2008 |                         | Decisão a Propor       |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 13-03-2008 | €700,00+102,00          | Decisão Proposta       |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 08-03-2008 | €1.800,00+102,00        | Findo                  |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    | 10-09-2008 |                         | Notificação            |
| <b>2008</b> | CITES    | 19-03-2008 |                         | Findo (arquivado)      |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | DUNAS    | 19-07-2006 |                         | Notificação            |
| <b>2008</b> | CITES    | 21-03-2008 |                         | Notificação            |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | POOC     |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | Dunas    |            |                         |                        |
| <b>2008</b> | CITES    | 14-01-2008 | € 75,00. pagamento pelo | Findo                  |

| mínimo - |       |            |                  |                             |
|----------|-------|------------|------------------|-----------------------------|
| 2008     | CITES | 15-04-2008 | €900,00+102,00   | Impugnação Judicial         |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 18-02-2008 |                  | Notificação                 |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 18-04-2008 | €800,00+102,00   | Pagamento em 8, Prestações  |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 14-04-2008 |                  | Findo                       |
| 2008     | CITES | 22-03-2008 | €1.800,00+102,00 | Notificação da decisão      |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 12-04-2008 | €900,00+102,00   | Decisão a Propor            |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 06-04-2008 | €1.00,00+102,00  | Findo Coima paga (arquivar) |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 07-04-2008 |                  | Diligências Adicionais      |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 30-03-2008 | €900,00+102,00   | Findo                       |
| 2008     | POOC  |            |                  |                             |
| 2008     | Dunas |            |                  |                             |
| 2008     | CITES | 22-03-2008 | 1.200,00+102,00  | Pagamento em Presta-        |



| ções |       |            |   |                              |
|------|-------|------------|---|------------------------------|
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 30-03-2008 | €800,00+102,00                                    | Findo                        |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 26-03-2008 |   | Notificação                  |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 31-03-2008 | €400,00+102,00                                    | Impugnação Judicial          |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 30-03-2008 | €1.100,00+102,00                                  | Impugnação Judicial          |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 19-04-2008 |   | Notificação de testemunhas   |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 10-04-2008 |   | Decisão a Propor             |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 14-04-2008 | Absolvição arguido Francisco. Perda de espécimes. | Findo (arquivado )           |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 06-05-2008 | Arquivado por Despacho 19.09.08 - Inf.71/08 15.9  | Findo                        |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 18-01-2010 | € 1800 + € 102                                    | Pagamento em Prestações (10) |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 12-02-2008 | PPM: 74,82 + 51,00 = 125,82.                      | Decisão a Propor             |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 24-05-2008 |   | Decisão a Propor             |
| 2008 | Dunas |            |   |                              |
| 2008 | CITES | 07-06-2008 | € 1200 + 102 = 1302,00                            | Findo                        |

|             |           |            |   |                        |
|-------------|-----------|------------|---|------------------------|
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 20-06-2008 |   | Diligências Adicionais |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 29-04-2008 |   | Decisão a Propor       |
| <b>2008</b> | CITES     | 30-06-2008 | €800,00+102,00                                    | Execução               |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | POOC/PNRF | 21-08-2007 | €1.200,00+105,00                                  | Notificação da decisão |
| <b>2008</b> | CITES     | 15-04-2008 | € 700,00+102,00                                   | Findo arquivar         |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 28-07-2008 | € 1000 + € 102,00 + Perda de Espécimes            | Notificação da decisão |
| <b>2008</b> | Cites     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 22-11-2007 | €1.200,00+102,00                                  | Findo                  |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 04-01-2008 |   | Decisão a Propor       |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 24-05-2008 |   | Diligências Adicionais |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 19-01-2008 | Arquivamento - Duplicação Processos - 37/2008-CIT | Findo                  |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 28-07-2008 |   | Notificação            |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 18-02-2008 | €1.200,00+102,00                                  | Execução               |
| <b>2008</b> | Dunas     |            |   |                        |
| <b>2008</b> | CITES     | 10-05-2008 | Arquivado - espécie isenta. Devolução.            | Findo                  |
| <b>2008</b> | CITES     | 18-07-2008 | € 1200 + 102 + perda                              | Impugnação Judicial    |
| <b>2008</b> | CITES     | 13-07-2008 | Pagamento pelo mínimo - coima € 75,00.            | Findo                  |

## Apêndice IV

|             |       |            |   |                                    |
|-------------|-------|------------|---|------------------------------------|
| <b>2008</b> | Cites | 19-07-2008 | €1.200,00+102,00                                  | SUSPENSO                           |
| <b>2008</b> | CITES | 23-07-2008 | € 1200 + 102 + perda                              | Impugnação Judicial                |
| <b>2008</b> | CITES | 15-04-2008 | Arquivado. Duplicação de Processos.               | Findo                              |
| <b>2008</b> | CITES | 16-04-2008 |   | Notificação                        |
| <b>2008</b> | CITES | 12-08-2008 | €1.800,00+102,00                                  | Findo arquivar                     |
| <b>2008</b> | CITES | 01-08-2008 | € 299,28 + € 48,00. Suspensão da Coima por 2 anos | Notificação da decisão             |
| <b>2008</b> | CITES | 11-08-2008 | €1.100,00+102,00                                  | Findo (arquivado)                  |
| <b>2008</b> | CITES | 08-08-2008 |   | Notificação                        |
| <b>2008</b> | CITES | 04-08-2008 | €900,00+102,00                                    | Findo                              |
| <b>2008</b> | CITES | 24-08-2008 | €900,00+102,00                                    | Notificação da decisão             |
| <b>2008</b> | CITES | 24-07-2008 |   | Notificação                        |
| <b>2008</b> | CITES | 20-08-2008 | €1.000,00+102,00                                  | Pagamento em Prestações (10)       |
| <b>2008</b> | CITES | 02-08-2008 |   | Notificação                        |
| <b>2008</b> | Cites |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | Cites | 21-07-2008 | € 75,00. MP                                       | Findo                              |
| <b>2008</b> | Cites | 15-07-2008 | pagamento voluntario- € 75,00.                    | Findo                              |
| <b>2008</b> | Cites |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | CITES |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | CITES | 02-09-2008 | €900,00+102,00                                    | Decisão Proposta(nova notificação) |
| <b>2008</b> | CITES |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | CITES |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | CITES |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | Cites |            |   |                                    |
| <b>2008</b> | CITES | 30-07-2008 |   | Notificação                        |
| <b>2008</b> | Cites | 26-09-2008 | €900,00+102,00                                    | Decisão Proposta                   |

## Apêndice IV

|             |       |            |                  |                             |
|-------------|-------|------------|------------------|-----------------------------|
| <b>2008</b> | Cites | 12-10-2008 | €1.500,00+102,00 | Impugnação Judicial         |
| <b>2008</b> | Cites |            |                  |                             |
| <b>2008</b> | Cites | 01-09-2008 | €900,00+102,00   | Impugnação Judicial         |
| <b>2008</b> | CITES | 27-10-2008 | €500,00+102,00   | Impugnação Judicial         |
| <b>2008</b> | Cites | 01-11-2008 | €1000,00+102,00  | Findo arquivar              |
| <b>2008</b> | Cites | 01-11-2008 | €1.200,00+102,00 | Execução                    |
| <b>2008</b> | Cites | 07-11-2008 | €800,00+102,00   | Findo                       |
| <b>2008</b> | Cites | 19-11-2008 | €1.100,00+102,00 | Findo coima paga (arquivar) |
| <b>2008</b> | Cites | 01-11-2008 | € 800 + € 102.   | Pagamento em Prestações (8) |

| ANO  | TIPO          | ASSUNTO | DATA AN    | DECISÃO                            | FASE2                  |
|------|---------------|---------|------------|------------------------------------|------------------------|
| 2009 | Cites         |         | 14-12-2008 | €600,00+51,00                      | Findo                  |
| 2009 | PNAR/RNES     |         | 14-01-2009 |                                    | Notificação            |
| 2009 | Berna         |         |            |                                    |                        |
| 2009 | BERNA         |         | 11-03-2008 | €500,00+102.00                     | Findo                  |
| 2009 | SOB-AZ        |         | 02-02-2009 | € 74,82.ppm de uma infr.           | Findo                  |
| 2009 | PNSE          |         | 18-02-2009 |                                    | Diligências Adicionais |
| 2009 | RNET          |         | 04-08-2008 |                                    | Notificação            |
| 2009 | PNAR/RNES     |         | 10-02-2009 |                                    | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR/RNES     |         | 14-01-2009 |                                    | Decisão a Propor       |
| 2009 | RNSCMVRS<br>A |         | 05-12-2008 |                                    | Decisão a Propor       |
| 2009 | CAÇA          |         | 18-11-2008 |                                    | Notificação            |
| 2009 | EXOTICAS      |         | 06-12-2008 |                                    | Notificação            |
| 2009 | EXOTICAS      |         | 01-02-2009 |                                    | Decisão a Propor       |
| 2009 | EXOTICAS      |         | 06-02-2009 |                                    | Notificação            |
| 2009 | EXOTICAS      |         | 18-02-2009 |                                    | Decisão a Propor       |
| 2009 | EXOTICAS      |         |            |                                    |                        |
| 2009 | EXOTICAS      |         | 19-02-2009 |                                    | Notificação            |
| 2009 | EXOTICAS      |         | 21-10-2008 |                                    | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES         |         | 10-05-2008 |                                    | Notificação            |
| 2009 | CITES         |         | 24-05-2008 |                                    | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES         |         | 18-02-2009 | PPM € 75,00                        | Notificação            |
| 2009 | CITES         |         | 22-01-2009 | € 149,64- Pago pelo mínimo - total | Decisão Proposta       |
| 2009 | CITES         |         | 18-02-2009 |                                    | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES         |         | 09-02-2009 |                                    | Notificação            |
| 2009 | CITES         |         | 24-02-2009 | PPM € 74,82                        | Notificação            |
| 2009 | CITES         |         | 25-02-2009 |                                    | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES         |         | 17-03-2009 | PPM € 75,00                        | Findo                  |
| 2009 | CITES         |         | 20-03-2009 | PPM € 75,00.Perda de               | Findo                  |

| espécime a favor do ICNB. |          |            |            |                        |
|---------------------------|----------|------------|------------|------------------------|
| 2009                      | CITES    | 08-12-2008 |            | Notificação            |
| 2009                      | CITES    | 04-03-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | CITES    | 04-03-2009 |            | Decisão a Propor       |
| 2009                      | CITES    | 24-10-2008 |            | Notificação            |
| 2009                      | HABITATS | 08-01-2009 | 3990 + 102 | Notificação da decisão |
| 2009                      | EXOTICAS | 12-08-2008 |            | Notificação            |
| 2009                      | RNET     | 19-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | RNET     | 13-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | RNET     | 13-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | RNET     | 06-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | RNET     | 03-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | CAÇA     | 27-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | PNSSM    | 14-03-2009 |            | Decisão a Propor       |
| 2009                      | SOB-AZ   | 18-03-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | SOB-AZ   | 16-03-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | BERNA    | 23-03-2009 |            | Decisão a Propor       |
| 2009                      | EXOTICAS | 29-01-2009 |            | Decisão a Propor       |
| 2009                      | EXOTICAS | 29-01-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | Cites    | 12-01-2009 |            | Findo                  |
| 2009                      | Cites    | 12-01-2009 |            | Findo                  |
| 2009                      | DUNAS    | 14-11-2008 |            | Notificação            |
| 2009                      | DUNAS    | 13-11-2008 |            | Notificação            |
| 2009                      | DUNAS    | 11-11-2008 |            | Notificação            |
| 2009                      | BERNA    | 20-02-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | RNET     | 27-11-2008 |            | Decisão a Propor       |
| 2009                      | RNET     | 19-11-2008 |            | Decisão a Propor       |
| 2009                      | EXOTICAS | 20-01-2009 |            | Notificação            |
| 2009                      | PNAR     | 07-01-2009 |            | Diligências Adicionais |
| 2009                      | RNSCVRSA | 19-01-2009 |            | Diligências Adicionais |

## Apêndice IV

|      |                     |            |                               |                        |
|------|---------------------|------------|-------------------------------|------------------------|
| 2009 | APPSA               | 18-02-2009 |                               | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA               | 11-11-2008 |                               | Diligências Prévias    |
| 2009 | CITES               |            |                               |                        |
| 2009 | EXOTICAS            | 23-03-2009 |                               | Diligências Adicionais |
| 2009 | Berna               | 11-05-2009 |                               | Diligências Adicionais |
| 2009 | Cites               | 23-03-2009 |                               | Diligências Prévias    |
| 2009 | Berna               | 06-07-2008 |                               | Decisão a Propor       |
| 2009 | PNAR                | 16-04-2009 |                               | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA               | 02-05-2009 | € 124,70 + € 51,00            | Diligências Adicionais |
| 2009 | Berna               | 17-04-2009 |                               | Notificação            |
| 2009 | SOB-AZ              | 24-03-2009 | PPM 72,94.                    | Findo                  |
| 2009 | SOB-AZ              |            |                               |                        |
| 2009 | SOB-AZ              | 16-02-2009 | PPM 24,94 + 48,00 = 72,94     | Findo (pago arquivar)  |
| 2009 | PNSE                | 23-04-2009 |                               | Decisão a Propor       |
| 2009 | SOB-AZ              | 12-01-2009 |                               | Notificação            |
| 2009 | CAÇA                | 10-11-2008 | PPM €50 + € 51                | Notificação da decisão |
| 2009 | CAÇA                | 02-02-2009 | PPM 100 + 51 = 151€           | Findo                  |
| 2009 | CAÇA                | 26-02-2009 |                               | Notificação            |
| 2009 | SOB-AZ              | 17-02-2009 | PPM € 24,94 + € 48,00 = 72,94 | Findo                  |
| 2009 | CAÇA                | 09-02-2009 | PPM - 100 + 51 = 151€         | Findo                  |
| 2009 | Aves                | 10-05-2009 |                               | Diligências Adicionais |
| 2009 | Turismo da Natureza |            |                               |                        |
| 2009 | Exóticas            | 10-05-2009 |                               | Diligências Adicionais |
| 2009 | Exóticas            |            |                               |                        |
| 2009 | PNRF                | 02-04-2009 |                               | Notificação            |
| 2009 | PNRF                | 04-04-2009 |                               | Notificação            |
| 2009 | PNRF                | 23-04-2009 |                               | Notificação            |
| 2009 | PNRF                | 17-04-2009 |                               | Notificação            |

## Apêndice IV

|      |          |            |                         |                        |
|------|----------|------------|-------------------------|------------------------|
| 2009 | PNRF     | 17-04-2009 |                         | Notificação            |
| 2009 | PNRF     | 29-05-2009 |                         | Notificação            |
| 2009 | BERNA    | 17-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA    | 17-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA    | 17-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | Berna    | 17-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA    | 17-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES    | 14-03-2009 | PPM 74,82 + 51 - 125,82 | Diligências Adicionais |
| 2009 | Exóticas | 19-03-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | Berna    | 30-04-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | Habitats | 20-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | Berna    | 30-04-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | Berna    | 18-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 13-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 22-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 22-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 13-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSE     | 02-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES    | 24-05-2009 |                         | Findo (arquivado)      |
| 2009 | PNSE     | 29-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSE     | 29-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES    | 18-05-2009 | €125,82                 | Findo                  |
| 2009 | CITES    | 23-05-2009 | € 51,00+74,82           | Findo (arquivar) pago  |
| 2009 | DUNAS    | 25-06-2009 | €200,00+50,00           | Findo (arquivar)       |
| 2009 | DUNAS    | 25-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | DUNAS    | 25-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | DUNAS    | 10-06-2009 | €150,00+51,00           | Findo                  |
| 2009 | DUNAS    | 10-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | DUNAS    | 10-06-2009 |                         | Diligências Adicionais |
| 2009 | DUNAS    | 07-05-2009 |                         | Diligências Adicionais |



## Apêndice IV

|      |          |            |               |                             |
|------|----------|------------|---------------|-----------------------------|
| 2009 | CITES    | 27-05-2009 | Arquivado     | Findo                       |
| 2009 | CITES    | 16-06-2009 |               | Notificação                 |
| 2009 | CITES    | 10-02-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | CITES    | 25-11-2008 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | Cites    | 30-04-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | CAÇA     | 16-11-2008 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | BERNA    | 18-06-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | BERNA    | 17-05-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | BERNA    | 08-06-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | AVES     | 01-06-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | RNSCVRSA | 09-07-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | PNAR     | 19-06-2009 |               | Notificação                 |
| 2009 | PNAR     | 26-06-2009 |               | Notificação                 |
| 2009 | CAÇA     | 16-11-2008 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | BERNA    | 23-06-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | DUNAS    | 02-05-2009 |               | Diligências Prévias         |
| 2009 | CITES    | 06-07-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | CITES    | 05-07-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | CITES    | 10-07-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | CITES    | 09-07-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | CITES    | 13-07-2009 |               | Diligências Adicionais      |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 |               | Notificação                 |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 | €201,00       | Findo (Arquivar)            |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 | e50,00+51,00  | Decisão a Propor            |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 | €200.00+51.00 | Findo (arquivar)            |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 |               | Notificação                 |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 |               | Notificação                 |
| 2009 | DUNAS    | 04-07-2009 | €200.00+51,00 | Pagamento em Prestações (4) |
| 2009 | DUNAS    | 06-07-2009 |               | Notificação                 |

## Apêndice IV

|      |           |            |  |                              |
|------|-----------|------------|--|------------------------------|
| 2009 | DUNAS     | 06-07-2009 |  | Notificação                  |
| 2009 | CITES     | 21-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | BERNA     | 23-07-2009 |  | Notificação                  |
| 2009 | CITES     | 22-07-2009 |  | Notificação                  |
| 2009 | EXOTICAS  | 23-06-2009 | Arquivamento - falta base legal.       | Decisão Proposta (arquivado) |
| 2009 | PNSE      | 07-07-2009 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | RNET      | 24-07-2009 |  | Notificação                  |
| 2009 | PNAR/RNES | 18-06-2009 | 1551€ PPM c/ redução. Medida cautelar. | Diligências Adicionais       |
| 2009 | CITES     | 05-08-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | Exóticas  | 25-03-2008 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | CITES     | 04-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 01-08-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 01-08-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 27-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 28-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 28-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 29-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 29-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 31-07-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 02-08-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 02-08-2009 |  | Diligências Prévias          |
| 2009 | CITES     | 02-07-2007 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | PNAR      | 28-07-2009 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | PNAR      | 28-07-2009 |  | Notificação                  |
| 2009 | PNAR      | 28-07-2009 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | PPSA      | 18-02-2009 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | DUNAS     | 19-07-2009 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | CITES     | 20-08-2009 |  | Diligências Adicionais       |
| 2009 | PNSACV    |            |  |                              |

Página 228

2009 PNSACV

|             |            |            |               |                        |
|-------------|------------|------------|---------------|------------------------|
| <b>2009</b> | PNSACV     |            |               |                        |
| <b>2009</b> | PNSACV     |            |               |                        |
| <b>2009</b> | PNSACV     |            |               |                        |
| <b>2009</b> | PNSACV     |            |               |                        |
| <b>2009</b> | PNSACV     |            |               |                        |
| <b>2009</b> | DGAC-AA    | 16-07-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> |            | 20-05-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNSE       | 25-07-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNSE       | 28-07-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 11-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 10-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | BERNA      | 13-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | DGAC-Norte | 08-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PPAFCC     | 17-08-2009 | €400,00+51,00 | Findo arquivar         |
| <b>2009</b> | PNRF       | 14-07-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNRF       | 02-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 19-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 09-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNAR       | 08-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNAR       | 22-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNTI       | 21-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNRF       | 19-07-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNRF       | 11-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PPAFCC     | 04-09-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 26-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 01-09-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | CITES      | 25-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | BERNA      | 29-08-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNAR       | 23-06-2009 |               | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNAR       | 25-08-2009 |               | Diligências Adicionais |

## Apêndice IV

|      |          |            |                        |
|------|----------|------------|------------------------|
| 2009 | PNAR     | 08-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 25-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 09-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 03-09-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNAR     | 13-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | CITES    | 27-06-2009 | Notificação            |
| 2009 | Habitats | 25-08-2008 | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA    | 02-09-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | BERNA    | 08-09-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-10-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-10-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 22-08-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 20-07-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 26-07-2009 | Diligências Adicionais |
| 2009 | PNSACV   | 26-07-2009 | Diligências Adicionais |

## Apêndice IV

|      |        |            |                                   |
|------|--------|------------|-----------------------------------|
| 2009 | PNSACV | 26-07-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 26-07-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 11-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 22-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 22-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 22-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 18-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 18-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 18-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 18-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 18-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 12-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 12-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 12-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNSACV | 26-07-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | CITES  | 15-09-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | BERNA  | 19-09-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | BERNA  | 17-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Berna  | 17-09-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Berna  | 16-09-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Berna  | 02-10-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNRF   | 02-08-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | PNRF   | 16-09-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Cites  | 23-09-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Cites  | 24-09-2009 | Notificação a UACI,<br>17-02-2010 |
| 2009 | Berna  | 09-10-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Berna  | 16-10-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Berna  | 28-10-2009 | Diligências Adicionais            |
| 2009 | Berna  | 29-10-2009 | Diligências Adicionais            |

## Apêndice IV

|             |                      |            |                        |
|-------------|----------------------|------------|------------------------|
| <b>2009</b> | Cites                | 18-10-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cetáceos             | 15-07-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cites                | 27-10-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Turismo-<br>Natureza | 24-08-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna                | 01-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | Berna                | 23-10-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | berna                | 07-11-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cites                | 01-11-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna                | 12-11-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna                | 10-11-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna                | 01-11-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Exoticas             |            |                        |
| <b>2009</b> | Exoticas             | 08-10-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna                | 23-03-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | BERBA                | 10-11-2009 |                        |
| <b>2009</b> | BERNA                | 22-11-2009 |                        |
| <b>2009</b> | BERNA                | 22-11-2009 |                        |
| <b>2009</b> | BERNA                | 22-11-2009 |                        |
| <b>2009</b> | BERNA                | 22-11-2009 |                        |
| <b>2009</b> | BERNA                | 22-11-2009 |                        |
| <b>2009</b> | EXOTICAS             | 26-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | EXOTICAS             | 26-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | EXOTICAS             | 26-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | EXOTICAS             | 26-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | Exoticas             | 26-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | Berna                | 27-11-2009 | Notificação            |
| <b>2009</b> | Cites                | 07-10-2009 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Exoticas             | 18-10-2009 | Notificação            |



## Apêndice IV

|             |          |            |                 |                        |
|-------------|----------|------------|-----------------|------------------------|
| <b>2009</b> | Exoticas | 15-10-2009 |                 | Notificação            |
| <b>2009</b> | Exoticas | 08-10-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cites    | 27-11-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNSSM    | 07-10-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNSSM    | 29-10-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cites    | 18-12-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna    | 24-11-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna    | 24-11-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | SOB-AZ   | 09-10-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cites    | 31-10-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Cites    | 09-11-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNSE     | 27-10-2009 | €6.000,00+51,00 | Pagamento, €1.500.00   |
| <b>2009</b> | PNAR     | 05-12-2009 | €6.000,00+51,00 | Notificação da decisão |
| <b>2009</b> | PNAR     | 09-12-2009 | €6.000,00+51,00 | Notificação da decisão |
| <b>2009</b> | PNAR     | 26-11-2009 | €6.000,00+51,00 | Notificação da decisão |
| <b>2009</b> | PNAR     | 18-11-2009 | €6.000,00+51,00 | Notificação da decisão |
| <b>2009</b> | Cites    | 23-11-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | PNAR     | 24-11-2009 | €6.000,00+51,00 | Notificação da decisão |
| <b>2009</b> | PNTI     | 31-10-2009 |                 | Diligências Adicionais |
| <b>2009</b> | Berna    |            |                 |                        |